

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CENTRO DE ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-DOCTORAMENTOS

**A informação ambiental nos estudos de jornalismo:
Análise de investigações realizadas no Brasil e em Portugal**

Investigação pós-doutoral

Antonio Teixeira de Barros

Tutor:

Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa

Porto, 2008

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CENTRO DE ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-DOCTORAMENTOS

**A informação ambiental nos estudos de jornalismo:
Análise de investigações realizadas no Brasil e em Portugal**

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa como requisito para a conclusão de investigação pós-doutoral em Jornalismo, sob a tutoria do Prof. Doutor Jorge Pedro Sousa.

Antonio Teixeira de Barros

Tutor:

Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa

Dedicatória

À minha mãe,
familiares
e amigos

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Jorge Pedro Sousa, pelo acolhimento
generoso e orientação competente.

À Câmara dos Deputados pelo apoio institucional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

DESCRIÇÃO DA PESQUISA E DA METODOLOGIA

1 ANTECEDENTES DO JORNALISMO AMBIENTAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

- 1.1 A emergência de uma agenda internacional**
- 1.2 A Conferência de Estocolmo e seus desdobramentos no Brasil em Portugal**
- 1.3 A diversificação dos atores ambientais após a Cimeira da Terra**
- 1.4 Efeitos da pragmática da redefinição: Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável**
- 1.5 Redefinições do *ethos ambientalista*: da *ética da convicção* à *ética da responsabilidade***
- 1.6 Agir estratégico e agir comunicativo na perspectiva ambientalista**

2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE O AMBIENTALISMO

- 2.1. O ambientalismo como interdisciplina**
- 2.2. A polissemia conceitual**
- 2.3. O ambientalismo como pensamento complexo**
- 2.4. Ecologia e consumo**
- 2.5. Ruralidades ambientalizadas**
- 2.6. A Escola de Chicago e a ecologia urbana**

3. O AMBIENTE NOS ESTUDOS DE JORNALISMO

- 3.1. A emergência do ambiente nos *media***
- 3.2 . As fases da cobertura de imprensa**

4. A FORMAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL PELOS *MEDIA*

- 4.1. As temáticas rurais**

- 4.1.1. O rural idealizado no Brasil
- 4.1.2. O rural idealizado em Portugal
- 4.1.3. O rural degradado em Portugal
- 4.1.4. O rural degradado no Brasil
- 4.1.5. Temáticas rurais, públicos urbanos
- 4.2. As temáticas urbanas
 - 4.2.1. As temáticas urbanas segundo o inventário dos estudos portugueses
 - 4.2.2. As temáticas urbanas segundo o inventário dos estudos brasileiros
 - 4.2.3. Perspectiva comparada
- 4.3. O ambiente em perspectiva política

5. ANATOMIA DOS ESTUDOS SOBRE JORNALISMO E AMBIENTE NO BRASIL E EM PORTUGAL

- 5.1. Os eixos teóricos
- 5.2. As investigações sob a ótica das fontes de informação
- 5.3. O discurso oficial nos estudos sobre jornalismo e ambiente
- 5.4. A normatização jurídica do ambiente
 - 5.5. Questões relevantes
 - 5.5.1. Questões gerais
 - 5.5.2. Questões específicas
- 5.6. Inferências

6 . ECOLOGIA E ESFERA PÚBLICA: A ESFERA PÚBLICA AMBIENTAL E A MEDIATIZAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL

- 6.1. A Esfera Pública Verde
- 6.2. *A Ecosfera e a Mediasfera*
- 6.3. A mediatização como processo interacional de referência na área ambiental

7. CONCLUSÕES

8. REFERÊNCIAS

RESUMO

Estudo comparado sobre os antecedentes do jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal. O objetivo geral é analisar um conjunto representativo de investigações acadêmicas sobre a relação entre jornalismo e ambiente, a fim de identificar os paradigmas que orientaram essas investigações nos dois países, como vertentes teóricas, metodologias, abordagens e escolhas temáticas. Entre os objetivos específicos estão: (a) periodizar as diferentes fases dos estudos de jornalismo sobre a cobertura da imprensa acerca de temas ambientais no Brasil e em Portugal; (b) identificar os fatores e atores sociais que mais influenciaram as investigações científicas sobre o tema; (c) investigar os antecedentes do ideário ecológico no Brasil e em Portugal que influenciaram diretamente as pesquisas acadêmicas; (d) analisar os principais paradigmas teóricos e analíticos que serviram de suporte aos estudos mencionados; (e) identificar as convergências e dissonâncias entre as análises realizadas nos dois países.

A investigação histórica contribui para a compreensão do processo de formação do campo do jornalismo ambiental nos dois países em questão, de forma sistemática, diacrônica e relacional, a partir da interação sócio-histórica de cinco atores sociais: (a) a comunidade científica; (b) as instituições do Estado; (c) os movimentos sociais; (d) os partidos políticos de esquerda, especialmente os partidos verdes; (e) as organizações ambientalistas não-governamentais.

A partir desse esquema, correlacionam-se esses diferentes atores ambientais e suas influências na cobertura de imprensa sobre ambiente. O trabalho constata que existem várias semelhanças em relação à formação do ambientalismo no Brasil e Portugal, as quais convergem para a formação do campo jornalístico e de sua cobertura sobre os temas ambientais nos dois países, especialmente no que se refere à abordagem dos *media* sobre assuntos como proteção à fauna e à flora, combate à poluição, desenvolvimento sustentável, gestão de resíduos sólidos, análise de impactos ambientais e aquecimento global.

A perspectiva teórica inclui elementos das Teorias do Jornalismo, como a *teoria multifactorial* da notícia, que estuda a relação de um fenômeno social com um conjunto de fatores sociais, políticos, históricos, ideológicos. Essa concepção teórica permite o estudo do jornalismo de modo, condizente com as teorias sociais relacionadas à formação de opinião pública, ao funcionamento da esfera pública, ao poder simbólico, à complexidade social e à teoria da ação comunicativa. Entre outras contribuições teóricas para o embasamento da pesquisa proposta, destacam-se a Sociologia do Conhecimento, a Sociologia da Comunidade Científica, a Teoria da Complexidade, e os pressupostos da Escola de Chicago, além de contribuições específicas das teorias do *ambientalismo multissetorial*. Todos esses aspectos teóricos são explicados e detalhados no capítulo 2, após a contextualização histórica sobre os antecedentes do ambientalismo no Brasil e em Portugal (objeto do capítulo 1). A apresentação da análise é feita em três capítulos, os quais abrangem a emergência do ambiente nos *media* e as fases da cobertura de imprensa (capítulo 3); as temáticas rurais, as temáticas urbanas e a perspectiva política (capítulo 4); e a anatomia dos estudos sobre jornalismo e ambiente no Brasil e em Portugal do ponto de vista dos eixos teóricos, das fontes de informação e as questões mais relevantes (capítulo 5).

Por fim, apresenta-se uma reflexão sobre a relação entre ecologia e esfera pública e as características dessa *ecosfera* moldada pela mediatização. Esse enfoque permeia praticamente todos os estudos analisados, o que justifica uma abordagem mais detalhada sobre essa tendência. A partir da década de 1990, com a repercussão da Cimeira da Terra (Rio 92), o ambientalismo consolidou-se como fenômeno mediatizado, levando à formação de uma “esfera pública verde”. A mediatização é entendida como um processo social de referência, no qual são incluídos processos sociais específicos que passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo as *lógicas dos media*.

Palavras-chave: Antecedentes do jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal; evolução do jornalismo ambiental; mediatização do ambiente; esfera pública verde.

INTRODUÇÃO

Há vários paralelos entre Brasil e Portugal no que se refere à formação dos movimentos em defesa do ambiente. Essa constatação indica que as convergências também são extensivas aos paradigmas jornalísticos relacionados à cobertura de temas ecológicos nos dois países, especialmente no que se refere à abordagem dos *media* sobre assuntos como proteção à fauna e à flora, combate à poluição, desenvolvimento sustentável, gestão de resíduos sólidos, análise de impactos ambientais e aquecimento global. Historicamente, o jornalismo exerceu papel expressivo na divulgação da agenda ambiental, um fenômeno que adquiriu projeção internacional. Inicialmente, a ecologia era tratada de forma episódica e fragmentada, mas com o passar do tempo, tornou-se um supertema, ao romper a lógica de assunto eventual da agenda mediática para tornar-se problemática com abordagem continuada e recorrente. Atualmente, as notícias sobre ambiente cobrem assuntos diretamente relacionados ao cotidiano do cidadão, como a coleta seletiva de lixo, o desperdício de água, a redução do consumo de energia elétrica nos domicílios, o uso de combustíveis fósseis nos automóveis etc. Contudo, essa abordagem é recente, o que justifica a necessidade de se analisar, de forma comparativa, como se deu a evolução da cobertura jornalística sobre temas ambientais no Brasil e em Portugal.

O pressuposto que norteia o estudo é o de que o discurso da imprensa sobre ambiente não deve ser entendido como produção autônoma, uma vez que rotineiramente as notícias sobre o tema se reportam às concepções de diversos atores sociais (instituições estatais, partidos políticos, entidades científicas, movimentos sociais e ambientalistas). Além da diversidade de atores, a imprensa passou a destacar diferentes fatores relacionados aos temas ambientais (fatores naturais, políticos, econômicos, culturais, ideológicos). Trata-se de um discurso condicionado por múltiplos fatores, segundo a perspectiva da *teoria multifactorial da notícia* (Sousa, 2000; 2006). Nos dois países, grande parte das notícias sobre ambiente tem como referente as ações do Estado, da comunidade científica e das organizações ambientalistas. O jornalismo, como

discurso social poroso e permeável, recebe influências de todas as vertentes do discurso ecológico, portanto.

No que se refere às diferentes visões sobre ecologia que podem ser consideradas antecessoras do discurso da imprensa - tanto no Brasil quanto em Portugal - basicamente, o debate se concentra nos seguintes pólos: a produção científica, os pronunciamentos oficiais, os manifestos das organizações ambientalistas e as críticas de partidos políticos, em ordem cronológica. Cabe ressaltar que o Estado, em ambos os países, exerceu papel reativo, na esteira da divulgação científica, da intervenção das entidades ambientalistas, e da atuação de partidos políticos calcados na ideologia conservacionista. A polarização entre essas vertentes e o discurso oficial foi própria das primeiras fases do ambientalismo nos dois países, marcado pela dicotomia entre os diagnósticos e prognósticos negativos da comunidade científica e os pronunciamentos do Estado voltados para a produção do consenso.

A produção de uma suposta concepção consensual do Estado sobre ecologia induz a sociedade a um tom conciliatório, como estratégia para neutralizar as possíveis atitudes céticas ou contestatórias em relação à eficiência do Estado, em termos de política ambiental. Com isso o Estado procura imprimir na opinião pública a idéia de que está sendo operante do ponto de vista do controle ambiental. Essa estratégia também é comum nos dois países, mas com maior ênfase no caso brasileiro, devido às críticas em relação à gestão dos biomas considerados de relevância internacional, especialmente no caso da Amazônia. As organizações ambientalistas também exerceram maior pressão no Brasil, sobretudo aquelas de caráter internacional como o *Greenpeace* e as entidades brasileiras que funcionam com o respaldo de instituições estrangeiras, como o WWF Brasil e a S.O.S Mata Atlântica.

Ao discurso oficial, contrapõem-se as pesquisas científicas e as manifestações de entidades ecológicas, partidos políticos verdes e organizações não-governamentais do ambiente, por constituir uma forma diferente de interpretar os fatos ecológicos. Estende os questionamentos do campo ambiental a um contexto mais amplo, que põe em xeque todo o sistema mundial de produção. As análises científicas propõem-se ainda a criticar o estilo de vida e o modo de produção na sociedade industrial, como é o caso das Ciências Sociais. Tanto no Brasil como em Portugal, foi desse ramo das ciências que surgiram relevantes contribuições no que respeita às conseqüências da exploração indiscriminada de recursos naturais e acerca dos riscos da poluição urbana (Maculan, 1995). No caso de Portugal, as sociedades científicas de maior relevância no âmbito ecológico mantiveram sua filiação às Ciências da Natureza. O tom político dos debates ficou sob a responsabilidade dos ambientalistas militantes e não dos cientistas (Pádua, 1986).

Diante do exposto, é oportuno apresentarmos o problema de pesquisa, o qual parte das seguintes questões: (1) Como os estudos de jornalismo realizados no Brasil e em Portugal nas últimas décadas identificam, do ponto de vista histórico, os atores que mais exerceram influência sobre o jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal? (2) Como os investigadores caracterizam as relações entre os atores ecológicos nos dois países em suas análises? (3) Existem diferenças expressivas nos paradigmas jornalísticos que norteiam as investigações nos países mencionados? (4) Do ponto de vista teórico, como os investigadores caracterizam a agenda ambiental (agendamento), os critérios de noticiabilidade e os valores-notícias nas pesquisas acadêmicas sobre jornalismo ambiental nos dois países? (5) Quais as teorias predominantes na fundamentação teórica dos estudos de jornalismo nos dois países? (6) Quais as metodologias mais utilizadas nessas obras? O que justifica a escolha de métodos e técnicas específicas de pesquisa para os casos analisados?

Ao tema e problema aqui apresentados, acrescentamos três hipóteses interrelacionadas. A primeira consiste no argumento de que, historicamente, considerando-se as principais vertentes do discurso ecológico que antecederam o jornalismo ambiental, (oficial, científico e sócio-político-ambientalista), do ponto de vista qualitativo, os estudos de jornalismo no Brasil e em Portugal tendem a identificar a produção científica como a mais relevante para a cobertura da mídia, tanto no Brasil quanto em Portugal. Isso porque tanto o discurso oficial quanto o das organizações ambientalistas surgem em decorrência dos estudos científicos sobre temas ecológicos, uma característica comum no contexto luso-brasileiro. Assim, as investigações realizadas no Brasil e em Portugal, certamente, ressaltam essa tendência.

A segunda hipótese considera que, do ponto de vista teórico, o agendamento do noticiário ambiental luso-brasileiro recebe interferências diretas da agenda global, fenômeno explicado pela *teoria multifactorial* da notícia (Sousa, 2000; 2006), em função do contexto, dos organismos internacionais (ONU e Clube de Roma), das organizações não-governamentais, das universidades e dos partidos políticos. Ainda nessa perspectiva teórica, a divulgação jornalística de temas ambientais no Brasil e em Portugal recebe influência de pessoas (líderes ambientalistas, cientistas, artistas e políticos), ideológicas, culturais, históricas e tecnológicas. A conjunção desses fatores é que resulta nos efeitos cognitivos e comportamentais sobre a opinião pública (Sousa 2000).

Sob a perspectiva metodológica, a terceira hipótese considera que os estudos de jornalismo sobre a cobertura ambiental dos *media* no Brasil e em Portugal, priorizam a utilização de técnicas de pesquisa amplamente utilizadas nas Ciências Sociais, especialmente a análise de conteúdo e a análise de discurso. Esses dois instrumentos metodológicos permitem identificar as

categorias temáticas mais destacadas pelos *media*, o tipo de abordagem e a relação com os demais discursos, visto que a imprensa opera de modo parafrástico, ou seja, sempre remete a outros discursos, sobretudo por meio dos recursos de citação, declarações e paráfrases dos depoimentos das fontes. No caso da divulgação jornalística sobre ecologia, rotineiramente os jornais se reportam aos discursos governamental, científico e ambientalista, por exemplo.

A escolha do tema justifica-se pela relevância social que o mesmo adquiriu nas últimas décadas nos dois países, tanto no âmbito da atuação de instituições científicas e governamentais, quanto na cobertura de imprensa e nas investigações acadêmicas. A análise comparativa se justifica pela necessidade de sistematização dos estudos de jornalismo sobre o tema, a fim de reconstituir os antecedentes das investigações, seus desdobramentos e influências diretas na forma de se analisar notícias produzidas sobre meio ambiente no Brasil e em Portugal.

Com base em tais justificativas, foi definido como objetivo geral analisar um conjunto representativo de estudos sobre jornalismo ambiental realizados no Brasil e em Portugal, a fim de identificar os paradigmas que orientaram as investigações acadêmicas relacionados ao tema nos dois países, como vertentes teóricas, metodologias, abordagens e escolhas temáticas. Os objetivos específicos são: (a) periodizar as diferentes fases dos estudos de jornalismo sobre a cobertura da imprensa acerca de temas ambientais no Brasil e em Portugal, de forma sistemática, analítica e diacrônica; (b) identificar os fatores e atores sociais que mais influenciaram as investigações científicas no âmbito dos estudos sobre jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal; (c) investigar os antecedentes do ideário ecológico que influenciaram diretamente os estudos sobre jornalismo ambiental; (d) analisar os principais paradigmas teóricos e analíticos que serviram de suporte aos estudos mencionados; (e) identificar as convergências e dissonâncias entre os estudos realizados nos dois países.

De acordo com esses objetivos foram selecionados fundamentos teóricos multidisciplinares, com o propósito de desenvolver uma análise abrangente, a fim de tentar responder à amplitude das questões em exame. Nessa perspectiva, destacam-se em primeiro plano as teorias da notícia e do jornalismo, com ênfase para a *teoria multifactorial* da notícia. Em segundo lugar estão as teorias sociais relacionadas à mediatização como processo interacional de referência e à teoria da ação comunicativa. Entre outras contribuições teóricas para o embasamento da pesquisa proposta, destacam-se a Sociologia do Conhecimento, a Sociologia da Comunidade Científica, a Teoria da Complexidade, e os pressupostos da Escola de Chicago, além de contribuições específicas das teorias do ambientalismo multissetorial. Todos esses aspectos teóricos serão explicados e detalhados no capítulo 2, após a contextualização histórica sobre os antecedentes do ambientalismo no Brasil e em Portugal.

O trabalho está dividido em três partes principais. Na primeira, são apresentados, em linha geral, os marcos históricos dos antecedentes ambientais no plano internacional que influenciaram direta ou indiretamente a emergência do jornalismo ambiental nos dois países. A segunda parte contém um levantamento sobre as principais concepções teóricas sobre ecologismo, as quais se relacionam com o jornalismo ambiental, especialmente as vertentes teóricas gestadas no seio das Ciências Sociais. A terceira e última parte apresenta a análise comparativa das investigações realizadas no Brasil e em Portugal, de acordo com os critérios metodológicos descritos a seguir.

DESCRIÇÃO DA PESQUISA E DA METODOLOGIA

Caracterização da investigação

A pesquisa se caracteriza como estudo de caso de natureza exploratória e analítica. Para a consecução dos objetivos propostos, foi aplicada a técnica de metanálise ou revisão sistemática, que consiste no exame minucioso de investigações já realizadas sobre um tema determinado, a fim de organizar o conhecimento produzido, comparar tendências, metodologias e produzir inferências (Clarke, 2001). Nessa perspectiva, a metanálise foi aplicada com base na concepção operacional de obras-síntese, ou seja, publicações expressivas e representativas em termos de abordagens, abrangência temática, ferramentas metodológicas e referencial teórico utilizado. Foram selecionadas dez obras (cinco de cada país), de modo a incluir no *corpus* da pesquisa obras-síntese referentes às diversas fases do período histórico estudado. No âmbito deste trabalho, entende por obra-síntese uma investigação que reúne um capital de conhecimentos que sintetiza as principais idéias, paradigmas e procedimentos metodológicos referentes a uma área de conhecimento em um determinado período histórico. Assim, uma investigação pode ser representativa sem necessariamente incluir todos os estudos realizados em uma década, por exemplo, visto que os conteúdos se repetem. O pressuposto, portanto, é que uma única obra-síntese pode servir de referência para a análise e compreensão dos conteúdos de uma área de conhecimentos no decorrer de um período específico, como um decênio ou um quinquênio.

A opção pelos estudos de jornalismo como objeto de investigação analítica se justifica pela amplitude analítica das publicações, que apresentam característica especial, ao proporcionar a edição de obra-síntese, ou seja, em uma única publicação é possível encontrar análises relativas à cobertura jornalística acerca da evolução de um tema, durante um longo período, além de análises comparativas e diacrônicas. A denominação obra-síntese se explica, portanto,

pela capacidade de uma única publicação sintetizar estudos de jornalismo ambiental referentes a amplos recortes temáticos e históricos.

A respeito do *corpus*, cabe explicar ainda que em levantamento preliminar já realizado constatou-se que não há registro de estudos sobre jornalismo ambiental na década de 1970 nos dois países. Nessa década os estudos se limitaram ao campo das Ciências da Natureza e das Ciências Sociais. A partir da metade da década de 1980 é que as investigações sobre comunicação ambiental e mais especificamente acerca do jornalismo ambiental começaram a ser publicadas, tanto no Brasil como em Portugal, mas ainda de forma tímida e esparsa. A profusão de estudos sobre o tema é característica da década de 1990, impulsionados pela cobertura jornalística acerca da Rio 92. Outro pico de produção de investigações sobre jornalismo ambiental ocorreu com a assinatura do Protocolo de Kyoto (1997) e a divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2003 a 2007). Tudo isso explica a concentração de publicações nas décadas de 1990 e 2000.

Em síntese, o estudo apresenta abordagem qualitativa, embora a técnica da metanálise também utilize procedimentos quantitativos (que não foram empregados no estudo em tela). A amostra foi definida de modo a contemplar 10 textos emblemáticos dos estudos de jornalismo dos dois países (obras-síntese), a fim de permitir a identificação dos paradigmas dominantes no jornalismo ambiental dos dois países em questão.

Seleção da amostra

A seleção das obras-síntese se deu com base em critérios delineados por pesquisa prévia, com levantamento da produção de cada país, por década, mediante registro em relatórios bibliográficos detalhados. Para ser incluída na categoria de obra-síntese, levou-se em conta a abrangência da investigação, o período histórico compreendido, as teorias de base, o escopo da análise empírica ou a consistência teórica e analítica. Outro critério considerado foi o reconhecimento e legitimidade desses estudos pela comunidade acadêmica no Brasil e em Portugal, a partir do levantamento das obras mais citadas em comunicações apresentadas em congressos científicos, artigos de periódicos, capítulos de livros e demais publicações relacionadas ao tema no período compreendido pela pesquisa.

O reconhecimento e legitimidade das investigações sobre jornalismo ambiental foram avaliados em cinco etapas:

- 1) **Levantamento das obras mais citadas** em comunicações apresentadas em congressos científicos, artigos de periódicos, capítulos de livros e demais publicações relacionadas ao tema no período compreendido pela pesquisa.

- 2) **Indicação espontânea de estudos e investigações e publicações sobre o assunto** – essa indicação foi solicitada por meio de contatos informais como e-mails, telefonemas e abordagens diretas nos eventos acadêmicos.
- 3) **Enquete sobre a relevância dos estudos na área de jornalismo ambiental** – esta etapa consistiu em desdobramento da fase anterior. Após o levantamento das obras indicadas espontaneamente, foi estruturado um formulário de enquete, o qual foi distribuído em eventos acadêmicos. O formulário apresentava uma lista de publicações e estudos sobre jornalismo ambiental para que o inquirido indicasse o mínimo de dez publicações entre aquelas que ele considerava mais relevantes, por ordem de importância.
- 4) **Seleção Provisória** – a seleção provisória foi realizada com base em todos os critérios anteriores, levando-se em conta ainda a chancela de instituições científicas, agências fomentadoras de pesquisa e sociedades de investigadores da área de Comunicação.
- 5) **Seleção Final** – resultou na escolha definitiva das 10 obras para a composição da amostra à qual serão aplicados os procedimentos da metanálise.

O corpus da pesquisa é composto pelos seguintes estudos:

I - Brasil:

1- DENCKER, A. F. & KUNSCH, M. M. K. (1996). *Comunicação e meio ambiente*. São Paulo: Intercom;

2- OLIVEIRA, M.T.C. (1991). *O jornalismo científico na abordagem das questões ambientais*. São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Científico.

3 - COSTA, Luciana Miranda (2006). *Comunicação e meio ambiente: análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

4 - MOTTA, Luiz Gonzaga et al. (2006). Os transgênicos na grande imprensa: uma análise de conteúdo. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo de Souza. *Economia, meio ambiente e comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, p.11-38.

5 - TRIGUEIRO, André (2005). Meio ambiente na idade média. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.75-90.

II - Portugal:

6 - SCHMIDT, L. (2003); (b) *Ambiente no Ecrã*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

7 - GARCIA, Ricardo (2004). *Sobre a Terra: Um guia para quem lê e escreve sobre o ambiente*. Lisboa: Público.

8 - PEREIRA ROSA, G. (2006): *A Quercus nas Notícias*. Porto: Porto Editora.

9 - VIEIRA, Pedro Almeida (2006). *Portugal: O vermelho e o negro*. Lisboa: Dom Quixote.

10 - FREITAS, Helena de Sousa (2007). Jornalismo de ambiente em Portugal: espécie em vias de extinção? *Jornal dos Jornalistas*, Lisboa, jan./mar, p.30-40, 2007. Disponível em:
http://www.clubedejornalistas.pt/admin/Portal/LinkClick.aspx?tabid=925&table=Links&field=ItemID&id=529&link=JJ29_Ambiente.pdf.

Cabe ressaltar que a análise não se limitou a essas dez obras selecionadas. Esse *corpus* constitui a referência principal, o que não significa a exclusão de outras obras. De forma complementar, foram utilizadas dezenas de outras publicações, com o intuito de complementar as informações e enriquecer a investigação. O material complementar ao *corpus* principal é composto por textos de periódicos, de portais acadêmicos, comunicações científicas apresentadas em eventos, além de livros e capítulos de livros que apresentam temáticas relacionadas ao tema analisado. Em alguns casos, foram referenciados estudos nos quais o tema jornalismo de ambiente não aparecia em primeiro plano. Entretanto, a leitura revelava dados e informações de interesse para a contextualização da investigação ou para a complementação de explicações expostas nas obras que compunham o *corpus* de análise¹.

Procedimentos

O principal procedimento adotado consiste na aplicação de elementos da metanálise (Clarke, 2001), técnica de pesquisa que permite a sistematização dos estudos de jornalismo sobre o tema, a fim de reconstituir os antecedentes das investigações, seus desdobramentos e influências diretas na forma de se analisar notícias produzidas sobre meio ambiente no Brasil e em Portugal. Assim, será possível organizar o conhecimento produzido, comparar tendências, metodologias e produzir inferências. A técnica da metanálise combina um conjunto de procedimentos como análise bibliométrica, análise de conteúdo (AC) e análise de discurso (AD). A AC consiste na identificação sistemática e objetiva de características no interior do texto” (Stone 1971). A técnica é compreendida como “tratamento e análise de informações,

¹ A lista das obras complementares, comporta por 40 título, consta do Anexo 1.

colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento” (Chizzotti, 1991, p.98).

Apesar dessa definição praticamente consensual, Bardin (1977, p.31) ressalta a dificuldade de se compreender a AC como um método uniforme e alerta para o fato de que se trata, antes, de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Por essa, razão, complementa, deve-se entender a AC não como um instrumento, mas “um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

Chizzotti (1991) enfatiza ainda que a AC permite um trabalho sem que a forte dicotomia pesquisa quantitativa *versus* pesquisa qualitativa esteja presente. Isso porque, em sua concepção, com a aplicação da AC é possível que se faça análise qualitativa de dados estritamente quantitativos ou que o material coletado com técnicas qualitativas possam ser combinados com métodos quantitativos. Assim, reitera o autor que o objetivo da análise de conteúdo é “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (p.98).

Autores como Philip Stone (1987) e Raymond Williams (1992) também defendem a AC como um rico instrumento de pesquisa no campo das Ciências Sociais, por várias razões. A primeira delas é que a AC tem sido usada no campo das Ciências Sociais com o objetivo de selecionar e descrever determinadas figuras sociais, principalmente quando se trata de conteúdo relativo aos sistemas modernos de comunicação. Além disso, trata-se de um recurso metodológico que se aplica à análise de discursos extremamente diversificados, com base na categorização sistemática e objetiva do conteúdo manifesto no texto e na dedução de inferências, isto é, uma “segunda leitura”, centrada nos aspectos latentes da mensagem, ou seja, o potencial inédito em termos de sentido, o não-dito. Em suma, como reforça Sousa (2006, p. 344), a análise de conteúdo apresenta diversas possibilidades de aplicação nas investigações sobre material jornalístico e nas comunicações de modo geral.

Entre os procedimentos específicos da análise de conteúdo, no âmbito da metanálise, aplicados ao estudo proposto, destacam-se ainda:

- 1) **Organização da análise** – consiste na pré-análise, com a definição de fontes, amostra e organização do material de pesquisa;
- 2) **Codificação** - processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem descrição minuciosa das características pertinentes do conteúdo;
- 3) **Categorização** - classificação dos estudos a partir de categorias temáticas.

No âmbito do “conjunto de apetrechos” da análise de conteúdo, destaca-se a *análise categorial*, a qual, conforme Bardin,

pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode constituir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objetividade e racionalizando através de números e percentagem, uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem. É, portanto, um método taxionômico bem concebido para (...) introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (Bardin, 1977, p.37).

Esse recurso foi aplicado no estudo para identificar as categorias temáticas mais exploradas pelas obras-síntese, a partir de uma sistematização que incluiu: as principais fases do ambientalismo e seus antecedentes, uma periodização das fases mais relevantes da cobertura de imprensa sobre ambiente no Brasil e em Portugal, as temáticas rurais, as temáticas urbanas, os eixos teóricos das obras analisadas, o mapeamento dos principais procedimentos metodológicos, das fontes documentais empregadas e do elenco de questões mais relevantes identificadas a partir da metanálise. Tais procedimentos analíticos foram detalhadamente explicados no início de cada capítulo que compõe a análise, a fim de tornar a leitura do texto mais didática.

A análise do discurso foi aplicada como etapa final da pesquisa. Trata-se de uma perspectiva analítica que se inscreve no campo da sociologia do discurso e procura estabelecer ligações entre as condições de produção do discurso e sua estrutura. Conforme Jorge Pedro Sousa (2006, p.343), a análise de discurso “procura desvelar a substância de um discurso entre o mar de palavras que normalmente um enunciado possui e fazer inferências entre essas substâncias e o contexto em que o discurso foi produzido”. Sousa complementa que a análise de discurso é um dos métodos de pesquisa mais usados nas Ciências Sociais e Humanas, em particular nas Ciências da Comunicação. Para o mesmo autor, as análises de discurso puras podem incluir-se no grupo das pesquisas descritivas ou dos estudos de caso. Assim, na investigação em referência, foram utilizados os pressupostos que relacionam o discurso com o contexto e as condições de produção do discurso ecológico, em suas diferentes vertentes, sobretudo a cobertura jornalística.

1. ANTECEDENTES DO JORNALISMO AMBIENTAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

O estudo proposto requer ampla contextualização das convergências históricas entre os dois países, como o protagonismo da comunidade científica, as semelhanças na configuração ideológica e pragmática dos movimentos ambientalistas, a constituição da agenda ambiental, a influência de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Clube de Roma e a pauta da imprensa. Iniciaremos este capítulo com as contribuições da ONU, do Clube de Roma e outros organismos internacionais. Não se pretende apresentar uma historiografia linear e exaustiva, mas destacar os fatos, eventos e atores ambientais mais relevantes, a fim de contextualizar minimamente o estudo.

1.1 A emergência de uma agenda internacional

Oficialmente, a preocupação com o meio ambiente, em nível internacional, começou a ser expressa nas primeiras décadas do século XX, em decorrência das discussões sobre as consequências da I Guerra Mundial, especialmente devido ao uso de substâncias químicas. A respeito dessa trajetória, mesmo sem pretender apresentar uma historiografia completa, destacaremos a seguir alguns dos principais documentos e fatos que marcaram o desenvolvimento do pensamento ecológico em termos mundiais. Em 1925, na Suíça foi assinado o Protocolo de Genebra, o qual proibia o uso de gases asfixiantes, tóxicos e seus congêneres durante operações militares. Igualmente, proibia o emprego belicoso de armas bacteriológicas. O protocolo foi proposto pela Liga das Nações². Outro documento do

² A Liga das Nações, antecessora da ONU, foi criada em 1919 pelo Tratado de Versailles, assinado durante a Conferência de Paz de Paris. A Liga foi criada com o apoio dos 27 países vitoriosos na Primeira Guerra Mundial.

mesmo porte, a Convenção para a Proteção da Flora, Fauna e Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, é de 1940. Após 18 anos, foi assinada a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo (1958). No ano subsequente, foi a vez do Tratado da Antártida (1959), o qual tinha como objeto a recomendação do uso pacífico das pesquisas científicas realizadas no Pólo Sul. Em 1963 foi assinado o Acordo sobre Uso de Armas Nucleares no espaço Cósmico, na Atmosfera e sobre a Água.

Em 1968, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) promoveu a Conferência Intergovernamental sobre o Uso Racional e Conservação da Biosfera, em Paris. Neste mesmo ano, a ONU (Organização das Nações Unidas), por meio de sua Assembléia-Geral, autorizou a realização da I Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, que seria realizada quatro anos depois, na Suécia.

Ainda na década de 1960 devemos destacar as discussões desencadeadas pelo Clube de Roma, que culminou com a publicação de dezenas de relatórios e informes sobre a natureza das crises globais e localizadas, incluindo as crises do petróleo; a limitação dos recursos naturais; a escassez dos recursos hídricos; as conseqüências do regime econômico vigente nos países industrializados e em desenvolvimento; o elevado crescimento populacional; o impacto dos assentamentos humanos no meio natural; a adoção de tecnologias agrícolas; a escassez de alimentos; modelos energéticos; problemas de ordem macro-econômica; implementação de modelos micro-econômicos, entre outros temas (Meadows et al., 1978; Mesarovic, Pestel, 1975).

Entre esses documentos destacam-se dois: o primeiro informe, intitulado *Limites do Crescimento*, publicado em 1968; e o segundo, *Momento de Decisão*, de 1974. Mais precisamente, o Clube de Roma foi criado em 14 de abril de 1968, quando se reuniram em Roma, na *Academia dei Lincei*, cerca de 30 pessoas, entre cientistas, educadores, economistas e industriais, a maioria da Europa e América do Norte, tendo como diretores o industrial italiano Aurelio Peccei e o cientista escocês Alexander King.

A proposta do Clube era discutir um assunto considerado inicialmente extremamente vago: *Os dilemas atuais e futuros do homem*. Nasceu e atuou nos primeiros anos como associação científica informal, cujos objetivos eram "*mover o entendimento dos componentes, mas interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais – que formam o **sistema global***" (grifo nosso); chamar a atenção dos que são responsáveis por decisões de alto alcance,

Com o fracasso do projeto de paz e o início da II Guerra, a Liga foi extinta em 1942. O projeto de um organismo internacional responsável pela gestão internacional de temas supranacionais foi retomado após o fim da II Guerra, com a criação da ONU.

do público do mundo inteiro, para aquele novo modo de entender e, assim, promover novas iniciativas e planos de ação (Watts, 1978, p.10).

Depois de algumas reuniões, o Clube decidiu empenhar-se em prol de uma ambiciosa empreitada: o *Projeto sobre o Dilema da Humanidade*, o qual tinha como objetivo investigar os maiores problemas que atormentam os povos em todas as regiões do planeta, tais como: pobreza, baixa na credibilidade das instituições sociais, crescimento urbano e industrial exacerbado, insegurança no emprego, alienação da juventude, rejeição aos valores tradicionais, inflação, crescimento da poluição urbana e degradação ambiental. O crescimento exponencial passou a ser central na discussão. População, produção de alimentos, industrialização, poluição e consumo de riquezas naturais não renováveis, tudo enfim, passou a crescer exponencialmente, ou seja, em escala não linear, mas de forma multiplicativa, produzindo somas incríveis com intensa rapidez. As consequências sócio-ambientais desse modelo de crescimento passaram a ser o eixo das discussões dos participantes do *Projeto Dilema da Humanidade*, pois, os estudos evidenciavam o quanto seria difícil compreender e controlar a situação futura, sobretudo no que concerne aos sistemas ecológicos (Meadows *et al.*, 1978).

A distribuição mundial de poluentes tornou-se um dos temas centrais, talvez o elemento principal no processo de instauração de um ambientalismo global. Cada vez mais os estudos demonstravam que muitos tipos de poluentes possuíam a característica perigosa de poderem ser distribuídos, via atmosfera, pelo mundo inteiro, ou pelo menos por boa parte dele. Uma pesquisa realizada pela *National Academy of Sciences*, em Washington, nos Estados Unidos, chamava atenção para o fato de que, embora a Groenlândia estivesse bem longe de quaisquer fontes de poluição atmosférica por resíduos de chumbo, a quantidade desse poluente em suas áreas geladas crescia vertiginosamente, atingindo uma taxa de 300%, em 1940. O estudo concluía que o crescimento exponencial da poluição e a distribuição de poluentes pelo planeta constituía decorrência direta do crescimento populacional, da industrialização e do chamado desenvolvimento tecnológico. Ao comentar esses dados diz Meadows *et al.* (1978, p.82) que “... podemos calcular que se os habitantes do ano 2000 tiverem um Produto Nacional Bruto (PNB) per capita tão alto quanto o atual dos americanos, a carga de poluição total no meio ambiente será, no mínimo, dez vezes maior do que o seu valor atual.”

As consequências dessa distribuição de poluentes passaram a ser objeto de estudo de muitos dos cientistas envolvidos nessa questão. A possibilidade de a poluição vir a interferir na expectativa de vida da população mundial tornar-se-ia, em pouco tempo, uma das

hipóteses mais discutidas e aterrorizantes. Pesquisas específicas, embora circunscritas à poluição do ar, confirmavam as suposições de que os efeitos de longo prazo da exposição aos diversos tipos de poluentes, mesmo em baixas concentrações, produziam efeitos irreversíveis no organismo humano, podendo provocar doenças crônicas ou até mesmo a morte prematura, sobretudo no caso de idosos e pessoas portadoras de enfermidades respiratórias. Enfisema, bronquite, asma e câncer pulmonar tornaram-se as moléstias mais comuns.

Apesar de a preocupação ser de cunho eminentemente econômico, a iniciativa do Clube de Roma já delineava outros aspectos envolvidos no debate sobre desenvolvimento. O "sistema global" que grifamos acima aponta para isso, entendido como a conjunção de várias facetas do fenômeno em si. Havia, também, uma acentuada dose de utopia no discurso do Clube de Roma, sobretudo no que respeita a um possível estado de desequilíbrio no processo de crescimento mundial. Segundo o primeiro informe,

“a obtenção de um estado harmonioso e global de equilíbrio econômico, social e ecológico deve constituir uma aventura comum, com benefícios para todos. O máximo de liderança será exigido dos países economicamente desenvolvidos, visto que o primeiro passo em direção a esse objetivo deveria ser o de encorajar uma desaceleração no crescimento de sua própria produção material, ajudando, ao mesmo tempo, as nações em desenvolvimento, no seu esforço para acelerar o crescimento de sua economia” (Meadows *et al.*, 1978, p.190).

Os integrantes do Clube de Roma não deixavam de ter razão ao se posicionarem contra o crescimento econômico a qualquer custo. Entretanto, essa visão figurava mais como um ideal. Na realidade, essa cooperação entre os povos e governos em prol dessa aventura comum, com uma liderança dos mais fortes a fim de favorecer os mais fracos não passava de uma concepção idealizada. Muito pertinente, é a crítica que alguns teóricos marxistas fazem a este tipo de discurso, o qual pressupõe uma espécie de equivalência ou equiparação formal dos diferentes interesses envolvidos na problemática ambiental, considerando uma ilusória conjunção de forças entre os diferentes segmentos sociais, empresariais, políticos, científicos ou ainda ignorando o fosso entre os países do Norte e os do Sul (Sader, 1992; Leis, 1995). Outra crítica que se faz ao primeiro informe é quanto ao caráter catastrófico, sugerindo que “era necessário parar imediatamente o crescimento econômico e populacional” (Viola, Leis, 1992, p.76).

O segundo informe, apesar de ponderar o teor catastrófico do primeiro, não deixou de sublinhar as conclusões pessimistas dos integrantes do Clube de Roma, ao propor o conceito de "crescimento orgânico da humanidade". Com tal proposta, pretendiam reforçar a

veemência da necessidade de mudanças imediatas no sistema econômico e político, diante das sucessivas crises que "engolfam todo o globo" e indicam claramente que a humanidade "se encontra num ponto crítico de sua evolução histórica" (Mesarovic, Pestel, 1975, p.11). Esses autores criticavam severamente a demora e a passividade de todos os países na tomada de medidas concretas que evitassem o cumprimento das propaladas "profecias do juízo final", como ficaram conhecidas as previsões do primeiro informe:

"nossa análise, realizada por meios científicos, do desenvolvimento do mundo no longo prazo, baseada em todos os dados disponíveis, assinala, com bastante clareza, que uma atitude assim passiva leva ao desastre. É da máxima urgência que não desviemos os olhos dos perigos à nossa frente, mas que enfrentemos o desafio cara a cara e façamos uma avaliação dos caminhos alternativos de desenvolvimento, com espírito positivo e esperançoso. Seguir com antecedência suficiente por um novo caminho de desenvolvimento poderá poupar à humanidade experiências traumáticas, senão catastróficas" (p.11).

A linha discursiva, portanto, manteve, em muitos aspectos, as características do primeiro informe, sobretudo quando se trata do tom de urgência e do teor assertivo. Só que, ao contrário de *Limites do Crescimento* (o primeiro informe), que apresentava conteúdo mais denso e linguagem técnica, *Momento de Decisão* (o segundo informe) propôs-se a ser de mais amplo acesso. O intuito era atingir não só cientistas, políticos e ativistas ambientais, mas também o grande público, com o objetivo de mobilizar os mais variados segmentos da sociedade, em todos os continentes, em prol da defesa de formas de "crescimento orgânico", entendido como "um novo método realmente global para melhorar a difícil situação da humanidade". Esse método deve começar pelo respeito às diversidades regionais, atitude considerada imprescindível para se chegar ao nível mínimo de "equilíbrio mantenível" (Mesarovic, Pestel, 1975, p.12).

Ainda no final dos anos 60 mereceu destaque também a criação da Agência Espacial para a Proteção Ambiental (EPA), em 1969, pelos Estados Unidos, movidos pelas idéias e pressões da ONU, UNESCO e do Clube de Roma. No início da década de 1970, foi de acentuada relevância para o avanço do debate sobre meio ambiente a Reunião de Founex, realizada na Suíça, em junho de 1971, em preparação à Conferência de Estocolmo. A pauta destacou a integração de estratégias de desenvolvimento com instrumentos de preservação ambiental, o que desencadeou a discussão sobre o que se chamaria posteriormente de ecodesenvolvimento (Development and environment, 1972). Ainda no mesmo ano a *Greenpeace*, organização conservacionista não-governamental, lançou sua agressiva agenda

de protestos civis e táticas de não violência para a defesa do meio natural, da fauna e da flora, na Alemanha. No Reino Unido, nesse mesmo ano, foi criado o International Institute for Environment and Development (IIED).

1.2. A Conferência de Estocolmo e seus desdobramentos no Brasil em Portugal

A Conferência de Estocolmo, realizada em junho de 1972, sob os auspícios da ONU, constituiu um marco para o alastramento do pensamento ecológico no mundo contemporâneo³. Entre os temas de sua pauta, contemplou com mais ênfase os seguintes: exploração de recursos naturais, direito do mar, atividades industriais poluidoras, atividades espaciais, entorpecentes, direitos humanos, crescimento populacional e uso de energia atômica.

A Ciência e a Tecnologia foram apontadas pela Declaração de Estocolmo (1972) como potenciais instrumentos de controle da poluição e da degradação ambiental. Embora sejam utilizadas mais para fins de maximização da produção e do crescimento econômico, segundo o documento, deveriam também ser aplicadas “para identificar, evitar e combater os riscos ambientais, para resolver os problemas do meio ambiente e, de modo geral, para o bem comum da humanidade”. Conforme ainda o mesmo texto, em todos os países, especialmente nos em desenvolvimento, devem-se estimular a evolução e a pesquisa científica aplicada à solução dos problemas do meio ambiente, tanto nacionais quanto multinacionais. Para isso, o documento recomendava o estímulo à produção de conhecimentos e a livre circulação de informações científicas atualizadas, de modo a facilitar a solução dos problemas ambientais. Tecnologias ambientais deveriam ser postas à disposição dos países em desenvolvimento em condições que favorecessem sua ampla disseminação, sem constituir sobrecarga econômica para esses países (Princípio 18).

Outra preocupação central da Declaração refere-se ao papel da educação em assuntos ambientais e da atuação dos meios de comunicação de grande alcance de público. Tanto o sistema de ensino formal como a mídia são concebidos como poderosos instrumentos para a formação de uma nova visão do mundo, uma nova cultura, na qual os aspectos sócio-ambientais sejam levados em conta, contribuindo assim para possibilitar o desenvolvimento do Homem em todos os sentidos (Princípio 20).

³As primeiras conferências mundiais da ONU sobre População são consideradas as precursoras da Conferência de Estocolmo, uma vez que foi nessas duas conferências que a temática ambiental foi cogitada durante os debates, embora ainda de forma tímida. Trata-se da *Conferência de Roma* (1954) e da *Conferência de Bucareste* (1965).

O teor da Conferência de Estocolmo foi criticado porque recomendava simplesmente que era necessário estabelecer "imediatamente mecanismos de proteção ambiental que agissem corretivamente sobre os problemas causados pelo desenvolvimento econômico e reverter a dinâmica demográfica para atingir no médio prazo uma população estável" (Viola, Leis, 1992, p.76). Entretanto, é inegável sua contribuição para o avanço do debate sobre os problemas relacionados com desenvolvimento e meio ambiente. Eventos e documentos posteriores foram, de certa forma, influenciados pela discussão que envolveu diferentes países na Suécia, sob o patrocínio da ONU, mesmo aqueles que apresentavam visão distinta daquela endossada em Estocolmo.

Na década seguinte, podemos destacar: a Convenção sobre Direitos do Mar, também assinada sob os auspícios da ONU, em 1982; a Conferência de Ottawa, no Canadá, em 1986, que retomou algumas teses do Clube de Roma e reforçou argumentos que surgiram em Estocolmo; o Relatório Brundtland, publicado em 1987; e a Convenção Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, promulgada em 1988, tendo também a ONU como protagonista.

Em termos globais, desde Estocolmo, a preocupação, em âmbito governamental, tem sido com o destino do lixo, a poluição e o desgaste da camada de ozônio. Mais recentemente, com a Rio 92, foram incorporados a esta agenda temas como biodiversidade, biotecnologia e proteção das florestas. Aliás, a Delegação Brasileira não hesitou em defender a tese, em Estocolmo, do desenvolvimento industrial com poluição, mesmo contrariando a maioria dos 112 países presentes. Tal atitude provocou a afirmação da imprensa sueca de que "*o Brasil sabotou a Conferência*", ao defender o direito de continuar seu modelo predatório de desenvolvimento. Como afirma Ferreira (1993), com isso, o Brasil oferecia mais uma vantagem aos grandes grupos econômicos que pretendiam se instalar em território brasileiro, pois, além da mão-de-obra quase sem ônus, da estabilidade social artificial, da manipulação dos trabalhadores e entidades sindicais, oferecia também a vantagem de as empresas não precisarem investir em tecnologia e equipamentos antipoluentes.

Já no ano anterior, durante a reunião do Grupo dos 77, na cidade de Lima, Peru, em 28 de outubro de 1971, em preparação à Conferência de Estocolmo, o Brasil se posicionou oficialmente a respeito da poluição. Em seu discurso, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Gibson Barboza, disse que "a forma pela qual esta questão vem sendo conduzida tende a criar uma visão distorcida do papel e das responsabilidades dos países subdesenvolvidos, na luta contra a poluição" (A Conferência de Estocolmo, 1972).

O governo de Portugal adotou estratégia diferente, ao optar por uma atitude proativa em relação às propostas da Conferência de Estocolmo. Embora a ação governamental

portuguesa tenha sido orientada pela força de impulsos externos (Schmidt, 2003), motivada pelo convite da ONU ao governo de Portugal, “o titular do Executivo português levou o convite muito a sério, embora a delegação portuguesa se apresentasse apenas como observadora” (Pereira Rosa, 2006, p.64). Assim, um ano antes da realização da conferência, o governo português criou a Comissão Nacional do Ambiente, presidida por José Correia da Cunha, “que se tornou a primeira entidade responsável pela organização de um levantamento ambiental nacional e pela apresentação de um plano de gestão” (Pereira Rosa, 2006, p.64).

A postura do governo português foi criticada pelos principais líderes ambientalistas da época, como Viriato Soromenho Marques, que classificou a postura como estratégia para agradar os organismos internacionais, sem compromisso expresso com a opinião pública nacional. Ao contrário dos demais países europeus, nos quais as políticas ambientais resultaram de pressões internas e de debates endógenos conduzidos pela própria sociedade civil, na avaliação de Soromenho Marques (1998), a política ambiental portuguesa nasceu por decreto, por uma decisão governamental que atendia a apelos externos (da ONU).

O tema central da primeira Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi "Há uma só Terra" e tinha como objetivo abordar os problemas ecológicos de forma global, a fim de sensibilizar os governos e nações para a necessidade de cooperação internacional e iniciativas coletivas e consensuais (Figueiredo, 1993). Sob esse impulso, alguns governos dos países centrais deram os passos iniciais rumo às primeiras medidas de política ambiental no mundo, a exemplo do Canadá, Holanda, Suécia e Dinamarca, entre outros.

O mesmo não ocorreria nos países periféricos. Em muitos deles o problema apareceu apenas em nível de retórica, o que revela o caráter tardio da política ambiental nesses países, sobretudo na América Latina. O Brasil constitui, nesse contexto, uma das primeiras nações a tomar algumas iniciativas para fortalecer os mecanismos políticos e governamentais de preservação de seus ecossistemas, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973, embora tal iniciativa seja apontada como medida que teve como objetivo apenas atenuar a impressão negativa que o Brasil havia deixado na referida Conferência (Guimarães, 1986). Tanto é que a política governamental executada pela Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) limitava-se ao controle da poluição urbana e à conservação de algumas amostras de ecossistemas naturais, mediante a delimitação de reservas e parques ecológicos.

Em termos de América Latina (AL), é importante destacar a realização da Conferência da Cocoyoc, no México, em 1974, a qual chamou a atenção de forma mais direta de

governantes, comunidade científica, meios de comunicação e das populações latino-americanas de modo geral para as temáticas ambientais até então discutidas com maior ênfase na Europa e América do Norte. Os países periféricos – no caso os da AL –, até então apontados pelos países centrais como os grandes responsáveis pela devastação de florestas tropicais, práticas agrícolas incompatíveis com preservação ambiental e poluição de rios, por exemplo, passam a participar de forma mais sistemática do debate internacional sobre desenvolvimento e meio ambiente. Esse dado revela a pressão das relações de poder já manifestas na comunidade internacional, sobretudo entre Norte e Sul, na época.

No contexto dessa polarização ideológica, é oportuno destacar a contribuição dos chamados “partidos verdes”, que começaram a surgir logo após a Conferência de Estocolmo. A primeira iniciativa teve origem na Tasmânia (Austrália), em 1972, fruto da decisão de um grupo de ecologistas denominado *United Tasmanian Group*. Posteriormente, o grupo passou a ser denominado *Green Party* e fundou uma base na Nova Zelândia. Em seguida, o grupo expandiu suas atividades para a Europa, com o apoio de ecologistas da Suécia, Finlândia, Noruega, Suíça, Holanda, Alemanha e França. Atualmente, a filosofia orienta partidos políticos em mais de 120 países. Hoje o Partido Verde é a quarta maior bancada no Parlamento Europeu. Em Portugal, o partido ecologista *Os Verdes* foi criado em 1982, sob a denominação de Movimento Ecologista Português. No Brasil, o partido foi fundado em 1986, na cidade do Rio de Janeiro, resultado da reunião de ex-exilados políticos, como ecologistas, artistas, intelectuais e ativistas, do movimento anti-nuclear. Durante a Rio Conferência do Rio, o Partido Verde brasileiro promoveu a primeira reunião planetária dos Verdes.

Ainda durante a década de 1980 surgiram várias outras iniciativas com o objetivo de retomar ou fortalecer as idéias lançadas em Estocolmo. Entre essas iniciativas destacam-se a criação da Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Comissão Brundtland, no âmbito da Organização das Nações Unidas. Em decorrência do trabalho dessa comissão, em 1985 foi assinada a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e em 1987 foi assinado o Protocolo de Montreal, complementar à Convenção de Viena, com vistas à adoção de políticas para evitar o desgaste da camada de ozônio.

Todas essas ações da ONU influenciaram a gestão pública do ambiente no Brasil e em Portugal. A lei brasileira que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (1978) e o Sistema Nacional e do Meio Ambiente (1985) são exemplos da pressão exógena. No ano de 1987 o Governo português promulgou a Lei de Bases do Ambiente,

considerada um marco na política portuguesa de proteção do ambiente, mas também foi resultado das pressões externas.

Entretanto, o debate ecológico assumiria maior escopo com a realização da II Conferência da ONU sobre meio ambiente. A Cimeira da Terra (Rio 92) foi considerada o maior evento diplomático e político do mundo no que se refere à questão ambiental (Lafer, 1993; Botkin, 1992). Os objetivos maiores da Cimeira da Terra (Rio 92), sumariados por Garcia (1992) foram: (1) estabelecer medidas legais, em nível internacional, para a preservação da biodiversidade e para o controle das alterações climáticas, mediante a assinatura de duas grandes convenções: a Convenção sobre Biodiversidade e a Convenção sobre Mudanças Climáticas; (2) instituir uma grande declaração de princípios, à semelhança da Declaração Universal dos Direitos do Homem, para orientar a ação dos governos e povos no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento – a Carta da Terra; (3) a formulação de uma agenda comum de ação, a Agenda 21, com o propósito de criar mecanismos formais que garantam o compromisso dos governos e nações em prol de um novo padrão de desenvolvimento no período pós-conferência.

A participação de Portugal na Cimeira da Terra foi considerada pouco expressiva pela investigadora da Universidade de Coimbra, Raquel Gomes (2003, p.3). “Embora positiva, não estimulou a (r)evolução institucional necessária”, avaliou a autora. Segundo consta em seu relato, a delegação portuguesa foi composta por apenas três diplomatas e o material previamente preparado envolveu técnicos do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais exclusivamente, sem a participação de outras instituições governamentais que poderiam articular propostas mais abrangentes. Luisa Schmidt (2003, p.412) complementa que, apesar do aumento na quantidade de notícias sobre ambiente por causa da Conferência do Rio, “em termos nacionais, não passou de uma conferência que decorreu longe”.

Entretanto, assim como no Brasil, a Cimeira da Terra (Rio 92 ou Eco 92) representou um marco na história do ambientalismo em Portugal, como destacam Schmidt (2003) e Pereira Rosa (2006). Até então, na avaliação da primeira autora, o pensamento ecológico português “parecia uma manifestação própria de uma cultura de elite longe dos quadros culturais de uma sociedade ainda muito alheia a eles” (Schmidt, 2003, p.21). Ainda segundo a autora citada, a formação de uma agenda ambiental própria ocorreu tardiamente em Portugal. Até então, em sua análise, a cultura ambiental portuguesa “alicerçava-se numa cultura ambiental internacional de reportagens, noticiários e séries importada pela programação televisiva” (p.22).

Segundo Raquel Gomes (2003, p.3), o fortalecimento das políticas portuguesas para o ambiente ocorreu principalmente a partir do final da década de 1990. Conforme a autora, a partir de 1997, a participação portuguesa em matéria de ambiente “renasceu”, depois de um período de “adormecimento” (grifos da autora). Essa mudança, em sua avaliação, resultou “em parte das alterações institucionais ao nível nacional, evoluindo agora através de regimes mais ou menos coerentes”. Essa mudança de postura do Governo se refletiu em participação mais expressiva de Portugal nos eventos internacionais que sucederam a Cimeira do Rio, especialmente na Cimeira Rio +5, realizada em Nova York, em 1997. No mesmo ano, o Governo português aderiu ao Tratado de Amsterdam, no qual a União Europeia estabelece o desenvolvimento sustentável como princípio orientador da política econômica de seus integrantes. Ainda no mesmo ano foi criado o Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. No ano de 1998, considerado “O Ano de Ouro dos Oceanos” também foi criada a Comissão Nacional para as Alterações Climáticas.

Se Portugal passaria a priorizar os temas ambientais e teria participação mais expressiva na Segunda Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (2002), o Brasil passaria por um período considerado crítico nos anos que sucederam a Rio 92. Ao tempo em que o Governo brasileiro registrava avanços na implantação de instrumentos legais e institucionais para a formulação de políticas ambientais, enfrentava dificuldades operacionais para a implementação das leis, especialmente no que se refere à fiscalização. Tais dificuldades resultaram na falta de controle do desmatamento e das queimadas na Amazônia, na extração ilegal de palmito na Mata Atlântica, no aumento das áreas assoreadas e erodidas e em acidentes ecológicos de grande porte, com a contaminação de rios. Todos esses fatos, com ampla repercussão na imprensa internacional, comprometeram a credibilidade do Governo brasileiro nos fóruns internacionais que sucederam a Conferência do Rio.

1.3. A diversificação dos atores ambientais após a Cimeira da Terra

Apesar da crise do ambientalismo após a Eco 92, houve uma ampliação da participação da sociedade civil em todo o mundo - o que também ocorreu no Brasil - com a emergência de novos atores sociais do ambiente, em um contexto sócio-histórico de distintas bases produtivas e de diferentes eixos de transformações sociais. Conforme Figueiredo (1996, p.120), é neste quadro de mudanças no cenário internacional, que

“O ambientalismo se constitui como força política tanto no que diz respeito à constituição de um corpo específico de valores, como a definição e

agregação de atores com ele envolvidos. Apresentando-se, ainda, como um campo em constituição, o ambientalismo fornece possibilidades 1) de críticas e de reajustes para os modelos prevaletentes de desenvolvimento científico-tecnológico, 2) de agregações transnacionais, interclassistas e suprapartidárias, e 3) de reinstitucionalização de interesses em ordens menos burocráticas e mais globais”.

A diversificação dos atores sociais está diretamente relacionada com a complexificação do ambientalismo, numa perspectiva agregadora, apesar das incompatibilidades existentes, das disputas de interesses e por visibilidade. Como explica Barros (1996, p.124),

“A problemática ambiental também compreende uma alta diversidade de agentes sociais, na medida em que mobiliza a sociedade civil, o mercado, o Estado e o sistema político internacional. Entre os vários agentes envolvidos, incluem-se populações locais, potencial ou concretamente atingidas tanto pelos problemas de degradação ambiental como pelas iniciativas de intervenção contra estes; movimentos sociais ambientalistas e outros que também se engajam na questão ambiental, estabelecendo paralelos entre esta e seus temas mais específicos; organizações não-governamentais ambientalistas e outras que também se vinculam ao ambientalismo; comunidades científicas, partidos políticos e parlamentos; Estados, com seus governos e burocracias em vários níveis; organismos internacionais e supranacionais; agências multilaterais de financiamento; representantes do capital privado, desde pequenas empresas até grandes corporações”.

Essa rearticulação das forças ambientais trouxe vantagens, em função da ampliação dos agentes envolvidos, da visibilidade e da ampliação da consciência ecológica, entre outros fatores. Entretanto, esse cenário político polinucleado, com a predominância das retóricas conciliadoras, em prol do desenvolvimento sustentável, numa perspectiva de reconciliação da ecologia com a economia, também trouxe desvantagens, especialmente com o enfraquecimento dos movimentos ambientalistas de natureza mais radical. A institucionalização dessa perspectiva ambiental, segundo a análise da autora supracitada, reprimiu as correntes mais revolucionárias, a exemplo das vertentes ancoradas no ecossocialismo ou ambientalismo libertário e radical. Por outro lado, a perda do idealismo dos movimentos de inspiração radical pode ter sido compensado com o pragmatismo das organizações não-governamentais do ambiente mais empenhadas em alianças em prol do desenvolvimento sustentável do que no confronto ideológico com o Estado e os setores empresariais.

Pensadores como Norberto Bobbio (1992) e Eric Hobsbawm (1995) chamam atenção para a relação do ambientalismo com uma rede de outros atores sociais. Para o primeiro autor,

os movimentos em defesa da natureza não devem ser compreendidos como iniciativas isoladas e autônomas, mas como parte de um conjunto de movimentos em defesa dos direitos humanos, incluindo as liberdades individuais, os direitos políticos e sociais. O ambientalismo, na visão de Bobbio se insere no âmbito dos chamados *direitos de terceira geração* (direitos étnicos, de gênero, de imigrantes, qualidade de vida, ecológicos etc) ou seja, o direito relativo à natureza, no qual os sujeitos não são entendidos como indivíduos, grupos sociais, categorias profissionais ou instituições sociais. Em sua avaliação, nesses *direitos de terceira geração*, o sujeito é a própria humanidade. Hobsbawm complementa que esses movimentos apontam para reivindicações que exigem mudanças em toda a estrutura da sociedade e apelam para a adesão generalizada das pessoas e não apenas de categorias específicas. Os direitos ambientais são associados às reivindicações, campanhas e manifestações públicas em prol da paz, da qualidade de vida, da diversidade cultural, da integração sociocultural, do bem-estar geral da humanidade, independentemente de sua raça, religião, gênero ou nacionalidade.

Conforme a análise de Scherer-Warren (1996), é esse aspecto de capilaridade e amplitude do ambientalismo que o impulsionou para a formação de redes inter, trans e multinacionais, com a contribuição de mais um elemento que catalisou a lógica das redes, que foi a ampliação das possibilidades da comunicação eletrônica, especialmente com a internet. Como consequência dessa capilaridade, a autora chama atenção para um modo simbólico peculiar de agir na esfera pública:

“Nesse campo simbólico, há um conjunto de novos códigos lingüísticos que vão sendo criados de acordo com a idéia de uma comunidade idealizada, de uma utopia do que seria um mundo ecologicamente melhor, para a realização de uma cidadania planetária. Vai-se desenvolvendo assim uma ética ecológica com as respectivas representações simbólicas e códigos lingüísticos, que distinguem o socialmente aceitável do não-aceitável. É esta ética em construção que estabelece os parâmetros para os pleitos e as pressões das ONGs e movimentos sociais transnacionais na esfera pública. É neste campo simbólico que tem início também a construção das conexões entre as lutas ecológicas, as lutas democráticas e as lutas pela justiça social” (Scherer-Warren, 1996, p.144).

Nesse contexto, a autora destaca um conjunto de estratégias dos atores sociais que incluem o ambientalismo em seu campo de ação: (a) Parcerias com o poder público e com organizações privadas; (b) pressões institucionais; (c) intervenção na opinião pública; (d) estímulo à vigília cidadã.

Na prática, todas essas estratégias se combinam. A primeira tem como meta a adesão de representantes de instituições governamentais com poder de decisão e intervenção nas

políticas públicas, como conselhos municipais e prefeituras. A segunda é voltada para a alteração ou proposição de normas, leis, acordos internacionais e agendamento de debates, conferências e fóruns deliberativos sobre o assunto. A terceira prioriza a realização de protestos, campanhas, manifestos e eventos diversificados, com o intuito de ampliar a visibilidade aos temas ambientais, segundo o enquadramento das organizações ambientalistas. A última tenta prolongar o resultado das anteriores, com a instrumentalização da ação política organizada por grupos menores, a fim de cobrar a aplicação e a efetividade de medidas políticas, legislativas ou de ações governamentais. Os movimentos ambientalistas tentam transformar os cidadãos em “fiscais do ambientalismo”.

Os estudos sociológicos sobre tecnologia também contribuíram para ampliar a tematização ambiental, fenômeno que ocorre tanto no Brasil como em Portugal. Nesse campo, destacam-se os impactos da tecnologia na sociedade, as condições sociais de produção do conhecimento técnico-científico, a produção social da tecnologia, as relações de poder inerentes ao campo científico e ao campo tecnológico, as políticas públicas e as ações governamentais voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população (Figueiredo, 1989; 1996).

No Brasil, as formulações teóricas nesse campo são tributárias da Ciência Política, com maior repercussão no final da década de 1980. Um dos pioneiros na formulação de abordagens teóricas sobre os movimentos ecológicos foi Eduardo Viola, com os estudos *O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica*, publicado em 1987. A partir desse estudo pioneiro surgiram vários outros do mesmo autor em parceria com Ricardo Leis (Viola, 1987a; Viola, 1987b; Viola 1989; Viola e Leis, 1990; Viola e Leis 1992; Viola e Leis, 1995).

Nessa perspectiva, o movimento ambientalista é classificado pelos autores citados como brasileiro como um movimento *histórico e multissetorial*. Essa perspectiva teórica baseia-se no pressuposto de aglutinação de diversas forças sociais ao longo do tempo, transformando o movimento ambientalista em causa multissetorial e complexo, que reúne não só os ecologistas no sentido estrito do termo, mas também outros movimentos sociais preocupados com a insustentabilidade socioambiental, o crescimento populacional e a ocupação desordenada do solo urbano, a geração de tecnologias ecologicamente eficientes, a geração de energias renováveis e o debate sobre hábitos de consumo menos degradantes.

Nessa visão o ambientalismo é concebido como força transformadora da história, devido a seu potencial para provocar reflexão na sociedade e redefinição de valores e comportamentos. Assim, na interpretação de Alexandre (2000), a teoria do ambientalismo de

Viola e Leis encontra respaldo na teoria da ‘agenda aquisitiva’ de Ronald Inglehart (1990), a qual confere importância decisiva ao elemento cognitivo para explicar as mudanças políticas a partir do Segundo Pós-Guerra⁴.

Conforme os estudos de Inglehart sobre a emergência de novos movimentos sociais dispostos a redefinir as reivindicações, com inclusão de temas como qualidade de vida e mudanças nos comportamentos de consumo, devem ser entendidas em um contexto de redefinição das próprias necessidades humanas. Antes os movimentos sociais voltavam-se quase exclusivamente para a reivindicação de melhores condições materiais de vida, como trabalho e renda. O ambientalismo insere-se em uma nova ordem de necessidades, que transcende a esfera material e coloca na cena pública o debate sobre temas cuja força principal está no conteúdo simbólico, imaterial e intangível, embora o caráter econômico não seja excluído. Assim, a tese do ambientalismo multissetorial complexo de Viola e Leis (1992) considera que houve relativa ampliação dos focos de interesse sobre ecologia, incluindo:

- a) setores do **empresariado** voltados para a inclusão do critério do desenvolvimento sustentável nos sistemas produtivos;
- b) grupos e **instituições científicas** que elegem como prioridade de pesquisa a sustentabilidade; e
- c) instituições **governamentais** criados para a proteção ambiental, desenvolvendo atividades de fiscalização e certificação ambiental.

Segundo essa visão, o *ambientalismo multissetorial complexo* teria rompido as barreiras ideológicas e permitido a constituição de uma rede com a participação de diferentes atores sociais, como movimentos políticos, sociais, empresariais e científicos, além de agências governamentais ou internacionais. Essa rede é que teria gerado as condições sociais necessárias para a difusão ampla e transversal dos valores ambientalistas, tornando a ecologia um tema horizontal, ou seja, de interesse geral.

⁴ Segundo Alexandre (2000), a tese de Inglehart baseia-se na psicologia existencialista de Abraham Maslow (1972), especialmente no que se refere à hierarquia das necessidades humanas. “Para Inglehart, assim como para Maslow, a causa das importantes mudanças sociais estaria diretamente relacionada com o fabuloso desenvolvimento econômico deste período, razão que teria possibilitado incrementos significativos nas áreas da educação e tecnologia nos países centrais do capitalismo. A sociedade do Bem-Estar Social gerou assim uma nova disposição cultural e uma atitude política que vieram a desafiar as elites. O modo de fazer política inverte-se, passando da direção das elites, quando se pressuponha um público passivo, porque pouco educado e portanto com poucas necessidades satisfeitas, para um contexto de pressão advinda de um público fortemente reivindicante, o que dificultaria a permanência da confortável situação de manipulação e arregimentação por organizações e líderes políticos”.

O trabalho de Viola e Leis é avaliado por Agripa Faria Alexandre (2000) como contribuição teórica que se destaca pelo potencial analítico e singular, com larga utilização de material empírico. Entretanto, Alexandre critica a interpretação do movimento ambientalista brasileiro como um movimento *histórico e multissetorial*. Em contraposição, a pesquisadora apresenta a teoria do *ambientalismo político, seletivo e diferencial*, com ênfase para as disputas, divergências e conflitos. Conforme sua análise, a teoria do *multissetorialismo* pressupõe, equivocadamente, harmonia entre os diferentes atores dos movimentos ambientais, como se fosse uma pluralidade convergente. Na avaliação de Alexandre, a interpretação do *movimento histórico e multissetorial*, traçada por Eduardo Viola e Ricardo Leis não consegue explicar o desenvolvimento do movimento ambientalista. Sua hipótese consiste em demonstrar que existem mais conflitos do que convergências entre os diferentes segmentos dos movimentos ambientalistas. A autora exemplifica com as oposições entre os movimentos ecoconservacionistas e os ecopreservacionistas e os conflitos entre os ecocapitalistas e os ecossocialistas (Alexandre, 2000; 2004).

A perspectiva do conflito⁵ também constitui o foco dos estudos de Mário Fuks (1998), embora o autor adote-a como alavanca para o debate público e a definição de arenas de ação. Nessa concepção, Fuks considera o conflito inerente à vida social e política, a qual constitui uma ampla arena argumentativa, espaço público no qual os partidos políticos, os grupos organizados e o governo participam de um permanente processo de debate.

Ao analisar as teorias sobre conflitos ambientais Olympio Barbanti Júnior (2006) ressalta que os enfoques derivados da perspectiva do consenso adquiriram maior projeção porque são compatíveis com as preocupações ambientais que passaram a ter maior destaque nos últimos anos, no plano internacional. Afinal, na avaliação do autor citado, embora haja um *ethos* ambientalista calcado em valores éticos universais, a defesa do ambiente também encontra respaldo na dimensão liberal, visto que os processos produtivos, em sua maioria, dependem da natureza. A própria noção de sustentabilidade remete a esse enquadramento, uma vez que a ausência de sustentabilidade coloca em risco a reprodução da natureza e da própria vida humana.

Alonso e Costa (2000) também criticam a teoria do *multissetorialismo*, mas devido ao pressuposto ecocêntrico de progressiva adesão dos atores sociais a valores ambientalistas,

⁵ Lipset (1985) identifica duas importantes escolas de pensamento no mundo ocidental, as quais influenciam o modo de se analisar os problemas sociais: a perspectiva do conflito e a de consenso. Conforme o autor, a primeira é herdeira da tradição sociológica marxista como Karl Marx, Friedrich Engels, Max Horkheimer, Louis Althusser, Antonio Gramsci, entre outros. A segunda, por sua vez, alberga visões funcionalistas sistêmicas, cujos expoentes foram Émile Durkheim e Talcott Parsons.

como se houvesse um amplo consenso aglutinador desses atores, em torno dos ideais de desenvolvimento sustentável. Para esses autores, é questionável supor que esse imaginário consiga superar todos os repertórios contenciosos em prol dessa adesão quase inevitável. Por outro lado, ressaltam que o ambientalismo apresenta como característica peculiar um elevado poder centrípeto, ou seja, é capaz de aglutinar diferentes questões. Para os autores mencionados não existe “conflito ambiental puro”, uma vez que os problemas ecológicos sempre estão atrelados a cadeias, a ecossistemas naturais ou sociais. Assim, um conflito ambiental geralmente está associado a problemas fundiários, agrícolas, urbanísticos, culturais, de saúde pública, entre outros. Dessa vocação do ambientalismo para interrelacionar é que deriva sua natureza multissetorial, explicam os autores mencionados.

Apesar das críticas, Eduardo Viola e Ricardo Leis reafirmam sua tese do *multissetorialismo complexo* em estudos posteriores, com ênfase para a lógica da cooperação entre os movimentos ambientalistas. Como explica o último autor,

“Embora existam no ambientalismo forças associadas ao mercado e ao Estado que procuram a colonização do resto desde pontos de vista unidimensionais e setorializados, deve registrar-se como um dado sumamente sugestivo a razoável convivência, ao longo do tempo, de todas suas diversas vertentes e a predominância da cooperação por cima do conflito. Comparando-se o ambientalismo com outros movimentos históricos contemporâneos (veja-se o caso do socialismo, por exemplo, onde a situação entre suas diversas correntes é exatamente inversa) comprova-se a singularidade dessa característica” (Leis, 1999, p.140).

Segundo a lógica multissetorial, a concordância é inerente ao pensamento ecocêntrico. Para os defensores dessa concepção teórica, as várias vertentes e setores do ambientalismo têm entre eles uma concordância num plano profundo, a qual permite aos diversos atores ser cooperativos apesar de suas diferenças e antagonismos:

“Essa *concordância das diferenças* (grifo original) não remete a nenhuma razão universal que determina o papel das particularidades com rigor lógico-instrumental. Essa concordância está na forma de perceber e entender o mundo, mas não no conteúdo que é percebido e entendido. A concordância se faz possível porque o ambientalismo aponta sempre, em todas as suas variantes, a produzir englobamentos hierárquico-solidários de todos os aspectos da realidade. Em outras palavras, o *ethos* do ambientalismo iguala e hierarquiza os diversos aspectos da realidade ao mesmo tempo...” (Leis, 1999, p.151).

Em suma, a *teoria do ambientalismo multissetorial complexo* não exclui a possibilidade de conflitos e disputas. Contudo, põe em relevo, em perspectiva histórica, a

formação de convergências de abordagens, a partir de contribuições das Ciências Naturais, das Ciências Sociais, da sociedade civil, das organizações não-estatais, do Estado, das religiões e do mercado. Após a análise da literatura, inferimos que a força da tese multisetorial está em suas bases que admitem complexidade, transversalidade, capilaridade. São vários ecologismos, inclusive com disputas internas e busca por visibilidade na esfera pública, mas todos apontam para um horizonte similar de compreensão dos problemas ambientais do mundo contemporâneo, seja na perspectiva ecoconservacionista, ecopacifista, ecossocialista ou ecodesenvolvimentista. Em suma, a teoria mencionada reforça a idéia do ambientalismo como interdisciplina, tema do segundo capítulo.

1.4. Efeitos da pragmática da redefinição: Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável

Como parte de uma redefinição social do campo ecológico, a partir da atuação dos múltiplos atores caracterizados anteriormente, em termos pragmáticos, surgiu o conceito de ecodesenvolvimento, que se reporta a um enfoque sistêmico de análise e planejamento de um novo estilo de desenvolvimento regional e local endógeno e orientado para a satisfação de necessidades básicas (materiais e psicossociais) das populações envolvidas. Oficialmente, o termo passou a ser usado a partir de 1971, por ocasião da realização da Conferência Founex, na Suíça, por Ignacy Sachs e Maurice Strong, com o objetivo de caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, potencialmente forte e de cunho anti-tecnocrática.

Para Sachs (1986, p.18), ecodesenvolvimento é

“ um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. Opera, portanto, com critérios de progresso relativizados a cada caso, aí desempenhando papel importante a adaptação ao meio postulada pelos antropólogos. Sem negar a importância dos intercâmbios (...) o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias...” (Sachs, 1986, p.18).

Trata-se, pois, de uma concepção que, na visão do autor citado, foi gestada em um campo de conflito entre duas correntes de pensamento diametralmente opostas. Uma defendia

o crescimento econômico a qualquer custo, entendendo o ambiente como simples fonte de matérias-primas e recursos para gerar riquezas. A outra anunciava de forma apocalíptica e catastrófica os limites desse sistema econômico, apregoando o iminente esgotamento dos recursos naturais e trágicas conseqüências da poluição urbana. A idéia de ecodesenvolvimento, portanto, surge como uma proposta intermediária, com as discussões iniciadas na Reunião de Founex e na Conferência de Estocolmo, nas quais, "os participantes tiveram o bom senso de não dar razão a nenhuma das duas partes, procurando ao mesmo tempo aproveitar as contribuições positivas de ambas" (Sachs, 1998, p.162). A concepção de ecodesenvolvimento recusa, portanto os postulados do ecologismo absoluto e do economicismo que se tornou a alavanca do capitalismo predador. Defende um novo estilo de desenvolvimento, orientado pelo princípio da justiça social, em harmonia com a natureza e não apenas por meio de sua conquista.

Trata-se, pois, de um conceito operacional e pragmático, que propõe outra forma de gestão dos recursos naturais (Bouamrane, Antona, 1998). Sugere a substituição do objetivo de maximização da produção material pela maximização do bem-estar comum, em uma perspectiva de harmonização gradativa e crescente das relações entre o homem e a natureza (Raud, 1998). Mas, não estabelece estratégias universais. Cada país deve encontrar seu próprio modo de (re)definir e executar as estratégias. Apesar disso, existem alguns pontos básicos que devem ser levados em conta, resumidos por Bergamasco, Antuniassi (1998):

- a) reconversão parcial das indústrias existentes, com o objetivo de atender às necessidades da coletividade, o que pressupõe negociação entre produtores e consumidores;
- b) harmonização entre os objetivos sociais e econômicos e a gestão sustentável dos recursos naturais, envolvendo o planejamento das políticas de ocupação do solo, de energia e reciclagem;
- c) medidas de ajustamento social para promover a redução das desigualdades sociais e melhor nível de renda e qualidade de vida da população.

É oportuno salientar que a redefinição conceitual que resultou na discussão sobre ecodesenvolvimento não significa um paradigma acabado. Representa, antes, um novo horizonte de compreensão da sociedade, resultado das interações entre cultura e natureza. O paradigma subjacente ao conceito de ecodesenvolvimento expressa mais uma insatisfação com o padrão vigente de desenvolvimento do que uma versão acabada de categorias teóricas e pragmáticas de um novo patamar na relação sociedade e natureza. Com este novo conceito

“buscava-se caracterizar uma ‘idéia-força’ que fosse capaz de direcionar, de forma criativa, iniciativas de dinamização econômica sensíveis aos fenômenos da degradação do meio ambiente e da marginalização social, cultural e política” (Vieira, 1995, p.54). Inicialmente, era utilizado com vistas aos desafios das áreas rurais dos países em desenvolvimento. A partir de 1974, passou a incluir também as áreas urbanas. Em resumo, o referido conceito nasce e se dissemina em um período marcado pelas primeiras tentativas de formulação de uma teoria ecossistêmica do crescimento, embora com ênfase nos indicadores oriundos da análise econômica, os quais ainda desconsideravam os efeitos externos do processo socioeconômico, os quais ocasionavam os chamados custos socioambientais (Vieira, 1995). Para Sachs (1981, p.113), o conceito de ecodesenvolvimento “surgiu a partir de uma dupla polêmica contra os partidários do crescimento selvagem, que defendem uma fuga para frente no mal desenvolvimento - como meio de corrigir os seus males - e contra os defensores de crescimento zero”.

Posteriormente, Sachs (1986) incorpora ao referido conceito os seguintes elementos:

- a) prioridade ao alcance de finalidades sociais, ou seja, instrumentalização do planejamento, com o fim de atingir objetivos de grande amplitude social;
- b) valorização da autonomia de cada país, região ou comunidade, o que viabilizaria a descentralização das medidas ambientais;
- c) busca de uma relação mais harmônica com a natureza, isto é, mais respeito aos ciclos naturais quando se realizam atividades econômicas;
- d) maior eficiência econômica, mas de forma não-predatória, o que se daria mediante a instauração de uma racionalidade econômico-ecológica.

Contudo, houve grandes resistências ao conceito, o que se explica pelo elevado teor ideológico a ele atribuído, inclusive ainda durante a Conferência de Estocolmo. Tanto é que nas reuniões internacionais que se foram realizadas na sequência o termo ficou quase em desuso ou era usado com muita cautela. A Declaração de Cocoyoc, de 1974 e os documentos decorrentes da Sétima Conferência Extraordinária da ONU, em 1975 referem-se a “um outro desenvolvimento” (Vieira, 1992).

O novo conceito de desenvolvimento (ecodesenvolvimento) deu origem a outra concepção, na década de 1980, com a publicação do Relatório Brundtland, apresentado à ONU, em 1987: a de desenvolvimento sustentável ou durável. Retoma o conceito anterior, sem grandes modificações, definindo-o como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias

necessidades”. O mesmo relatório atribuiu a esse conceito um caráter polissêmico, “em função da atração simultânea de economistas, planejadores em desenvolvimento, agências internacionais, acadêmicos, ambientalistas, organizações não-governamentais, políticos e público em geral” (Viola, Leis, 1992, p.77).

A grande aceitação do Relatório Brundtland por parte das entidades ambientalistas se deve ao fato de propor a harmonização entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Reforçava ainda o mesmo documento que o desenvolvimento durável requer:

- a) um **sistema político** que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- b) um **sistema econômico** capaz de gerar excedentes e *know how* técnico em bases confiáveis e constantes;
- c) um **sistema social** que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado;
- d) um **sistema de produção** que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- e) um **sistema tecnológico** que busque constantemente novas soluções;
- f) um **sistema internacional** que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- g) um **sistema administrativo** flexível e capaz de autocorrigir-se.

Na mesma linha de raciocínio, o relatório intitulado *Nosso Futuro Comum* (1988), apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, definiu desenvolvimento sustentável como um processo de transformação “no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às aspirações humanas”.

Para Mello (1982, p.19), desenvolvimento sustentável constitui um modelo que atenta essencialmente para o fato de ser imperioso atender às necessidades presentes sem comprometer a satisfação das necessidades de gerações futuras. Contém, portanto, dois aspectos fundamentais:

“I. O conceito de ‘necessidade’, sobretudo as necessidades fundamentais dos seres humanos, que devem receber a máxima prioridade;

“II. A noção de limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras”.

Guimarães (1986), insere a formação desse novo conceito no âmbito do que ele denomina de *transição ecológica*, a qual é caracterizada a partir de cinco aspectos. Primeiro, em termos energéticos, ou seja, tendência crescente de se utilizar novas formas de energia que sejam capazes de atender de modo mais satisfatório as necessidades humanas, mas com redução de danos ao meio ambiente. O segundo inclui os elementos mais estritamente ecológicos, isto é, atinentes às relações homem-homem, homem-capital-sociedade. O terceiro, de caráter sociológico, diz respeito à complexificação das formas de organização social. O quarto refere-se à utilização de recursos institucionais e administrativos, ou seja, compreende os aspectos políticos e finalmente, o último da seqüência, de natureza filosófica, o mais abrangente de todos, uma vez que se refere à contemplação da natureza e sua instrumentalização.

O mesmo autor aponta ainda para a nociva dicotomia que se instaurou nos discursos que relacionam ecologia e economia, tomando-as como campos incompatíveis. Ao contrário, diz que

“é necessário ponderar (...) que as soluções que o mundo requer para ser salvo dos grandes perigos ambientais poderão ser altamente proveitosas para a economia das regiões pobres. Assim, o desenvolvimento auto-sustentável é absolutamente necessário para controlar as mudanças climáticas. Medidas como o reflorestamento em larga escala trarão a muitos países um considerável reforço econômico. É preciso recordar, também, que somente o desenvolvimento auto-sustentável pode erradicar a miséria e equilibrar o mundo demograficamente” (1992, p.58).

Em suma, da década de 1970 para a de 1980, com o avanço dos debates sobre desenvolvimento e meio ambiente, é que se dá a passagem do conceito de ecodesenvolvimento para o de desenvolvimento sustentável. O primeiro faz parte da gênese do segundo. Em certo sentido, pode-se dizer que a evolução mais significativa dessa nova perspectiva está na ampliação e abertura da reflexão sobre o processo de desenvolvimento global, superando o debate de cunho eminentemente econômico, que privilegiava o planejamento. O debate político passa a ser fundamental, uma vez que o eixo da discussão deixa de ser a planificação econômica. Ao debate político deve ser associado a formulação e execução de políticas públicas ambientais amplas e específicas, voltadas para questões estruturais da sociedade. Ao plano econômico acrescenta-se, pois, o plano político, havendo uma conjugação entre eles. Além disso, aponta algumas pistas contra a miopia do

conservacionismo e do paradigma da ecotecnologia, podendo-se até mesmo afirmar que teve papel crucial na definição da ecopolítica.

Por outro lado, também existem várias críticas que são feitas ao chamado modelo de desenvolvimento sustentável. Mas, antes, vamos nos deter aos primeiros aspectos mencionados. O chamado “*ambientalismo míope*” é associado ao discurso conservacionista porque o seu eixo privilegia um fator: a conservação de determinados recursos naturais. Não se enfatiza o aspecto macro da questão, com todas as suas dimensões possíveis, sobretudo a econômica e a social. O foco está na dimensão biológica (biodiversidade). Não se questionam outras variáveis fundamentais como a própria noção de sociedade e muito menos os chamados modelos de desenvolvimento que, historicamente, foram decisivos para promover a degradação ambiental generalizada, em todo o planeta. “Querem conservar em reservas as espécies vegetais e animais ameaçadas. Nestas reservas vale o comportamento ecológico, fora daí continua a selvageria do homem moderno rapinador” (Boff, 1993, p.21). Além disso, trata-se de uma concepção não inclusiva. Refere-se à ecologia como algo que se restringe a plantas e animais, sem atribuir a devida importância do comportamento e das relações humanas em seu *habitat* natural e, sobretudo, social, com suas implicações econômicas e culturais.

Embora um pouco menos estreita, a chamada ecotecnologia atua de forma similar, com algumas particularidades. Trata-se da concepção que tenta, a partir do eixo econômico, promover um suposto equilíbrio na relação homem-natureza. Não abre mão da necessidade de exploração de recursos naturais para gerar riquezas e “promover o bem estar de todos”, mas baseia-se no postulado de que a tecnologia constitui um instrumental poderoso para atenuar os efeitos das atividades econômicas sobre o meio ambiente. Contudo, esta concepção, da mesma forma que o conservacionismo, foge do debate de caráter mais social, o qual tenta refletir sobre o atual modelo de sociedade e sua respectiva forma de pensar e executar o desenvolvimento, limitando-se a projetar técnicas e métodos que têm como meta a “preservação ambiental” e a minoração dos efeitos devastadores do conjunto das atividades econômicas. Essa visão concentra-se, portanto, nas consequências e ignora as causas. “Significa amolar os dentes do lobo, mas deixando-lhe a ferocidade. Em outras palavras, de pouco vale criarmos remédios se deixarmos a causa produtora das doenças inatacadas” (Boff, 1993, p.27).

Conforme Viola, Leis (1992) existem três versões do desenvolvimento sustentável: estatista, comunitária e de mercado. Do ponto de vista estatista, a qualidade ambiental é concebida como um bem público que necessita ser resguardado pelo Estado, mediante o

recurso das leis e demais mecanismos normativos e de controle. Sob a ótica comunitária, as entidades de base é que devem protagonizar e conduzir o processo de transição para uma sociedade sustentável, uma vez que, nesta concepção, Estado e mercado pouco ou nada fazem nesse sentido. Já na visão do mercado, somente poder-se-ia alcançar o estágio de uma sociedade sustentável mediante a adoção dos mecanismos próprios da esfera mercadológica, ou seja, por meio da apropriação privada dos recursos naturais e gestão dos programas de qualidade ambiental (os produtores de bens e serviços teriam também a responsabilidade no gerenciamento e preservação dessa qualidade). As ONGs e demais associações basistas teriam o mero papel de agentes educativos, enquanto o Estado limitar-se-ia às suas funções primordiais, como saúde e educação públicas, por exemplo.

As incongruências do conceito de desenvolvimento sustentável estão na sua própria origem. Como vimos acima, o que parece ser decisivo e imperioso é o próprio desenvolvimento, além da satisfação das necessidades presentes e futuras. Os aspectos ambientais propriamente ditos, não constituem o cerne da problemática. “Quando surge um conflito entre desenvolvimento e ecologia, a decisão é, geralmente, tomada do lado do desenvolvimento em detrimento da ecologia. Parece irreconciliável a avidez capitalista com a preservação da natureza” (Boff, 1993, p.29). A visão da natureza (“matéria-prima”, “recursos naturais”) do homem (“recursos humanos”) é completamente instrumental na visão econômico-industrial que rege o modelo dominante de desenvolvimento.

Apesar de todas as críticas, não se pode negar que a discussão sobre desenvolvimento sustentável em muito contribuiu para a politização do debate, no sentido estrito do termo, uma vez que a política está diretamente relacionada com a gestão do bem comum. Foi a partir dessa noção de desenvolvimento que surgiu a *ecopolítica* ou ecologia política, a qual passou a se preocupar com a definição de políticas públicas ambientais mais consistentes e objetivas. Antes, política ambiental era algo abstrato, inexecutável; fazia parte apenas do discurso. Com a ecopolítica, passou-se a considerar a natureza como elemento que entra na composição do capital (antes consideravam-se apenas os meios de produção e o trabalho). A união entre ecologia e política reduziu o grau da miopia social.

Segundo Sachs (1986, p.16), um dos equívocos na interpretação do conceito de desenvolvimento sustentável diz respeito a uma eventual refutação do paradigma antropocêntrico. O autor descarta tal possibilidade, ao afirmar que o homem constitui o recurso mais precioso do ecossistema. Portanto, qualquer concepção de desenvolvimento não pode deixar de levar em conta a realização humana. Assim, “emprego,, segurança, qualidade

das relações humanas, respeito à diversidade das culturas (...) implementação de um ecossistema social considerado satisfatório são partes integrantes do conceito”.

Vernier (1994) considera como fatores que poderão funcionar como alavancas para a ação ecológica, na perspectiva do desenvolvimento sustentável: as leis; os estímulos econômicos ou fiscais para empresas que aderirem às tecnologias limpas; a participação efetiva dos cidadãos; uma educação com o foco nos temas ecológicos; fomento às atividades de pesquisa ecológica; uma ação internacional voltada especificamente para a problemática ambiental.

Sociologicamente, o desenvolvimento sustentável é entendido como uma construção social em curso, uma resultante histórica (das últimas três décadas), fruto de um complexo antagonismo de relações de forças e interesses. Como construção social, “é organizado por antagonismos e concorrências de interesses, lógicas e representações sociais expressos no pluralismo de atores sociais presentes em cada processo concreto, particular” (Stroh, 1998, p.15).

Na opinião da mesma autora, a idéia de sustentabilidade está calcada em uma "utopia realista" que pressupõe a harmonia entre desenvolvimento econômico, justiça e equidade social e respeito às condições presentes e futuras, manifestas na idéia de solidariedade transgeracional. Utopia realista “porque pensa ao mesmo tempo o real, o desejável e o possível, nutrindo uma construção social entranhada por significações difusas, ambíguas e opositivas, como também delas se autonutrindo” (Stroh, 1998, p.14).

A noção de "utopia realista" é apresentada por Edgar Morin (*apud* Stroh, 1998, p.19) como possibilidade de pensar o real frente ao desejado constrangido pelo possível. Assim, o desenvolvimento sustentável deve ser compreendido como uma “construção continuamente conflitiva de ajustamentos sociais, em favor do reforço das capacidades endógenas de cada país, particularmente em educação, conhecimento e solidariedade ética”. Trata-se de uma forma de pensar a realidade social de forma a estimular a participação democrática, o exercício da cidadania e a adesão a valores como justiça social, tolerância, paz e solidariedade. Há ainda uma intensificação de medidas relacionadas com a natureza, expressa na noção de sustentabilidade, o que é especialmente visível na concepção de agricultura sustentável. Outra idéia inerente a essa utopia é a de que o desenvolvimento econômico e tecnológico pressupõe o desenvolvimento ético e afetivo (Morin, 1977).

Essa idéia de sustentabilidade é complexa. Não diz respeito apenas ao modo de exploração dos recursos naturais em si. Além da sustentabilidade econômica, possibilitada por um novo tipo de gestão dos recursos naturais, Pires (1998, p.73-74)) destaca quatro

dimensões da sustentabilidade: social, cultural, espacial e ecológica. A primeira “é baseada na consolidação de outro tipo de desenvolvimento e orientado por outra visão do tipo do que é a boa sociedade. Objetiva-se construir uma civilização do ser, em que exista maior equidade na distribuição do ter”. Do ponto de vista cultural, a sustentabilidade é entendida como pluralidade de soluções, que se adequam a cada ecossistema específico, a cada cultura. Em termos espaciais, postula-se maior equilíbrio na ocupação do solo, com uma distribuição territorial mais racional de assentamentos humanos e atividades econômicas, sobretudo no que diz respeito à relação urbano-rural. Do ponto de vista ecológico, a sustentabilidade pode ser incrementada pelo uso de alguns instrumentos, como intensificação do uso dos recursos potenciais com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida; limitação do consumo de combustíveis fósseis de outros produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais; redução da carga de poluição; auto-limitação do consumo material pelos países ricos; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas; definição de regras para uma adequada proteção ambiental (Pires, 1998).

A essa nova idéia de desenvolvimento corresponde um ideário estratégico, fundamentado em uma construção social de desenvolvimento que inclui multidimensões, destacando-se aquelas ligadas aos aspectos individuais e coletivos da vida em sociedade. Como tal, necessita abrir-se para a compreensão da complexidade inerente à própria idéia de desenvolvimento, compreendendo-o como um processo sistêmico, regido por variáveis multidimensionais em "interações e retrointerações conflitivas, que produzem e abastecem os seus próprios constituintes de conflito e de destruição". Nessa perspectiva, a dimensão econômica e o desenvolvimento tecnológico são considerados elementos indissociáveis do desenvolvimento, mas "como produtos da mente humana contêm elementos constitutivos de outras dimensões de existência do ser humano" (Stroh, 1998, p.24).

Como construção social, historicamente condicionada, essa nova concepção sustentável de desenvolvimento, na opinião da autora citada, compõe um campo de conflito, pois opõe-se ao paradigma triunfalista do desenvolvimento, o qual tornou-se protagonista das destruições infringidas à natureza e das "profundidades das fraturas sociais". Se a consciência da destrutividade do desenvolvimento é substância primeira dessa construção social, ela só pode se expressar no "alargamento da lógica racionalista do *homo economicus* real, que anima o paradigma racionalista – um alargamento dialógico que incorpore os antagonismos que organizam a pluridimensão antro-po-bio-social do homem" (p.25).

Da mesma forma que a noção de desenvolvimento sustentável, os discursos sobre ecologia e meio ambiente devem ser entendidos como construção social – com todos os seus

condicionantes – resultado de interesses antagônicos e de forças de poder que também formam um campo de conflito. Estado, comunidade científica, organizações não-governamentais, movimentos ambientalistas e imprensa constituem atores sociais que participam de uma complexa rede de poderes e interesses que ora se distanciam e ora se aproximam.

A mudança de paradigma, com a ascensão do princípio do desenvolvimento sustentável acarretou uma redefinição do *ethos ambientalista*, com veremos no item a seguir.

1.5. Redefinições do *ethos ambientalista*: da *ética da convicção* à *ética da responsabilidade*

O objetivo deste item é aprofundar a análise das redefinições pelas quais passaram os movimentos ambientalistas, com base no que foi apresentado anteriormente. O pressuposto é de que esses movimentos antes da Rio 92 eram orientados essencialmente pela *ética da convicção*, representados pelos movimentos inspirados no ativismo libertário, com ênfase para a crítica ao sistema capitalista de produção. Com as redefinições apontadas anteriormente, passaram a ser pautadas pela *ética da responsabilidade*, representados pelos adeptos do liberalismo político-ambiental, defensores do mercado verde, de hábitos de consumo ecologicamente responsáveis e de uma economia orientada pela sustentabilidade.

Por estarem inseridos em um contexto teórico extremamente complexo, é necessário situá-los no âmbito do pensamento de Max Weber – autor dos conceitos mencionados - antes de discutirmos a questão específica, uma vez que faz parte da própria lógica do pensamento weberiano a amplitude analítica e a transversalidade temática. Para tentarmos simplificar o enfoque, aqui, nos restringiremos à análise da temática da racionalidade, eixo da teoria da ação social weberiana, a qual envolve uma rede de outros elementos que serão explicados a seguir. É no bojo das análises weberianas sobre a racionalidade ocidental que se inserem os conceitos de *ética da convicção* e *ética da responsabilidade*.

Para o estudo da racionalidade, percebemos a primazia das relações entre cultura, política e economia, no pensamento de Weber. Seus estudos sobre o assunto partiram de pesquisas comparativas entre as religiões, com o objetivo de demonstrar a natureza cultural do processo singular que conduziu a racionalização no Ocidente. Mas porque Weber partiu da religião? A sua tese era de uma provável identificação da modernidade com um certo “politeísmo de racionalidades”, ou seja, ele parte do pressuposto de que não há oposição entre elementos como o pensamento mágico (religioso) e o científico; entre o religioso e o secular - como defendiam os iluministas, evolucionistas e empiristas.

Outro tema que muito interessou a Weber foi a ética econômica das religiões mundiais, ou seja, as religiões que lograram agrupar em torno de uma idéia ou moral religiosa uma massa de fiéis. Sua intenção era compreender os encadeamentos psicológicos que exerceram o papel de motivações práticas na atividade em geral e na economia em particular. O objetivo de Weber parece ser duplo: (a) aprofundar, à luz de outras religiões, a influência da situação material sobre as convicções e idéias religiosas, e a ação destas sobre a orientação econômica; (b) confirmar indiretamente a singularidade da civilização ocidental, única a produzir uma economia racionalizada, um direito racional, uma arte racional etc.

De modo simplificado, podemos resumir que a tese de Weber é que, com a evolução do capitalismo (a partir da ética protestante), a racionalidade econômica adquiriu autonomia, mas conservou alguns elementos de sua origem religiosa. Weber investigou os princípios éticos que estão na base do capitalismo, ou seja, a sua essência, ou o seu “espírito”, como ele prefere denominar. Em sua opinião, tais princípios são encontrados na teologia protestante, mais especificamente no calvinismo. Com base em tal postulado, Weber formulou sua principal hipótese: a de que a vivência espiritual da doutrina e da conduta religiosa, exigida pelo protestantismo teria organizado uma maneira religiosa de agir semelhante ao comportamento econômico (sistemático e racional)⁶.

A discussão só pode ser compreendida no âmbito do panorama maior das idéias de Weber, partindo do sistema cultural para a análise da religião, da economia, da política e da ciência, que se inserem em sua *sociologia compreensiva*, cujo foco é a ação social. Na teoria da ação, Weber utilizou-se do conceito de personalidade de forma polissêmica, ou seja: (a) como consistência da relação interna do homem com os sistemas de idéias e valores que são convertidos em propósitos e atitudes racionais; (b) como consciência da necessidade e inevitabilidade do estabelecimento de relações instrumentais; (c) como consequência de uma tipificação comportamental, resultante cultural e histórica do modo pelo qual os indivíduos são socializados, bem como o contexto sócio-cultural em que essa socialização ocorre.

⁶ O calvinismo pregava que todo homem tinha como obrigação aproveitar muito bem o seu tempo, disciplinando-se diariamente. Trabalhar era, portanto, a principal forma de cumprir essa ética. Além da valorização do trabalho, os protestantes também tinham uma visão positiva da riqueza, admitindo, inclusive, o lucro. A riqueza criada deve ser reinvestida, deve servir de estímulo para que sejam criadas novas formas de trabalho. Isso significa que o impulso do lucro, em si, não se identifica com o “espírito do capitalismo”. Em outras palavras, o assunto é bem mais complexo. O principal traço do moderno capitalismo seria o cálculo racional, pois “toda ação individual das partes é baseada em cálculo”. Foi isso que permitiu ao Ocidente desenvolver uma gama de significados peculiares do capitalismo. Para tanto, foi fundamental a instituição do trabalho livre (e o pagamento por tarefa - o que muda bastante a situação, se pensarmos de termos da *mais-valia* marxista), além da separação da empresa da economia doméstica e a criação de um sistema de contabilidade racional.

Em todos os casos mencionados existe relação entre o conceito de personalidade e a dimensão ética. Mas ao aplicar esses elementos teóricos no estudo de dois casos específicos: o político e o cientista (como duas vocações distintas), ele transcende a mera conotação ética do indivíduo e entra no campo institucional da ação de cada um desses atores sociais. A ética, portanto, é vista como algo que, além de se relacionar com a personalidade, está também vinculada à esfera institucional de atuação do indivíduo. É desse contexto que emerge o conceito de *ética da responsabilidade*. Tanto no campo da política como da ciência, explica Weber, a ação, mesmo secularizada, permanece orientada por uma conduta ética, embora, como ressalta Schulchter (2000, p.76), cada um “parece livre para escolher sua limitação ética”, assumindo as consequências dessa opção.

É nesse ponto que cabe a distinção entre *ética da responsabilidade* e *ética da convicção*. Ambas são regidas por um sistema de idéias, que resultaram de processos históricos e culturais de racionalização. Mas a primeira apresenta-se desvinculada do “dever ser”. Sua essência é a relação entre os meios e os fins, como ocorre na política e na ciência, as quais estabelecem diretrizes gerais e específicas para o alcance de seus objetivos. Considera mais importante os princípios e os valores que lhe dão sustentação do que qualquer outro tipo de vantagem, sobretudo vantagens materiais ou pessoais. A segunda é baseada em um movimento mais fechado, ou seja, é voltado para o alcance direto da meta, a exemplo da religião, que leva o crente a agir mais em função de sua meta (salvação pessoal), recorrendo a Deus para o perdão de seus atos.

Conforme Weber, o político e o cientista, ao contrário, devem eles mesmos assumirem a responsabilidade de seus atos, argumento que consideramos extensivo aos ambientalistas. Assim, a *ética da responsabilidade* é considerada objetiva, crítica e realista, aceitando de antemão, as condições de inevitabilidade do conflito, da emergência de uma dialética marcada por “imperativos contraditórios” e possibilidades de perdas e ganhos, e até mesmo a utilização do poder e da força como meios para atingir seus fins. Em outras palavras, a *ética da responsabilidade* tem como base valores de uma ordem mais geral, objetiva e institucionalizada, em que predominam valores considerados “neutros” ou pelo menos exógenos, ou seja, externos à conduta de quem a adota.

Trata-se, em outras palavras, de uma ética que possui autonomia em relação ao sujeito ou instituição que a emprega. Ela apresenta mais resistência aos julgamentos e valor. Prefere o julgamento de realidade, a constatação dos fatos, o “conhecer” e não o “julgar”. Ela estaria, portanto, acima das visões morais ou moralistas, do senso comum, dos tabus, das crenças,

superstições e preconceitos. Sua essência são os fatos e não os valores ou a valoração atribuída aos fatos.

Já a *ética da convicção* é balizada em valores mais específicos e subjetivos, variando em função das crenças pessoais ou grupais, faccionais, em que predominam valores endógenos e orgânicos e, portanto “engajados”. Ela pode ser “contaminada” pelos desejos, paixões e emoções que mobilizam pessoas, grupos, instituições, movimentos religiosos, filosóficos, sociais e partidos políticos em determinados momentos, em função de causas pessoais ou coletivas determinadas. Ela pode apresentar ainda visão utópica da realidade, que Weber denomina de *racionalização utópica*. Essa ética possui, portanto, menos autonomia do que a anterior, pois apresenta teor mais doutrinário e/ou dogmático do que racional propriamente dito.

Weber alerta, entretanto, que nem sempre é possível aos agentes públicos guiarem seus atos apenas pela ética da responsabilidade. Por vezes, eles se pautam também em valores que estão mais ligados a uma esfera subjetiva e discricionária, mais próxima da convicção do que da responsabilidade propriamente dita. Portanto, ao mesmo tempo em que parecem excludentes, essas duas éticas são complementares. Nem sempre os atos políticos ou a condução de pesquisas científicas são pautados exclusivamente na *ética da responsabilidade* ou na convicção⁷.

Mas tanto a *ética da responsabilidade* como a da convicção podem ser desvirtuadas. Nessa ordem de idéias, cabe mencionar a distinção que Weber apresenta entre valores políticos e valores éticos, na sociedade moderna, com a progressiva especialização das esferas sociais e a conseqüente autonomia que cada uma vai adquirindo. É com base nesse pressuposto que ele afirma que os valores políticos, no mundo atual, não se confundem mais com os valores éticos, pois a esfera da política tem suas especificidades e o campo da ética é autônomo em relação à política. Assim, cada vez mais vão emergindo éticas particulares, embora cada uma delas tenha sua constituição moldada por valores universalistas e igualitários, mas tomam como referência, para sua aplicação prática, campos e elementos específicos, como o indivíduo e sua consciência (no caso da chamada sociedade pós-moderna). Essa fragmentação de diferentes campos éticos com domínios específicos, na visão weberiana acarreta um aparente paradoxo, pois ao mesmo tempo que a ética se tornou um campo relativamente autônomo, regido por uma lógica própria, também requer especializações e regras para casos particulares.

⁷ Existe mais complementação do que oposição entre ambas. Um exemplo claro de políticos que se pautaram pela ética da convicção em vez da ética da responsabilidade são Mussolini, Hitler, Getúlio Vargas, Mao Tsé Tung e, ainda hoje, Fidel Castro. No campo científico, podemos citar Auguste Comte, Herbert Spencer e Karl Marx. No campo religioso, além dos antigos mártires católicos, no contexto mais recente, temos Ghandi, Madre Teresa de Calcutá, Irmã Dulce e outros.

Há, portanto uma tensão contínua e permanente entre ética e política, ao mesmo tempo que cada uma é concebida como esfera autônoma (mas que interagem intimamente). Ambas são pautadas em valores, mas esses jamais se confundem, ou seja, os valores políticos possuem natureza distinta dos valores éticos. É nesse contexto que se insere sua noção de “politeísmo de valores” e de “politeísmo de éticas” que, em um mundo social apresentado como (uma visão construída de) uma totalidade hierarquizada, cada esfera apresenta seus valores e éticas particulares que se integram a um pretensu todo, construído pelo menos em termos conceituais (sociedade, sistema político, sistema econômico, sistema cultural, etc.).

A tensão se torna mais explícita quando ele apresenta a ética como resultante histórica e cultural de uma cosmovisão que se baseia em valores universalistas e igualitários, tomando o indivíduo como referência, em suas distintas e complexas relações com os demais, as instituições, o Estado e a sociedade em si. Já a política é vista por ele como “o reino do poder e da força”, elementos que constituem os instrumentos básicos da ação dos políticos, os quais, geralmente, entram em conflito com a visão de ética acima apresentada. O dilema ético do político é quase sempre: quando e de forma usar o poder e a força? De que forma e por meio de que mecanismos esses instrumentos devem ser legitimados?

Se os políticos seguirem a lógica da *ética da responsabilidade*, compreenderão que para resolver tais dilemas a consciência, as paixões e os interesses individuais (convicções íntimas ou corporativas) devem ser substituídos por uma conduta política que leve em conta as prováveis conseqüências de suas decisões, o contexto, a conjuntura política em termos mais gerais e a esfera política como um todo. O mesmo princípio pode ser aplicado ao ambientalismo.

Mas o conflito pode dar lugar à acomodação e conciliação de valores, em algumas circunstâncias, fazendo com que a responsabilidade e a convicção se confundam ou se complementem, podendo haver até mesmo um delicado equilíbrio entre ambas. Aliás, é neste equilíbrio que Weber diz que consiste de fato a *ética da responsabilidade* – o equilíbrio entre as convicções pessoais e faccionais e as metas de êxito e ganhos políticos que são imperativas no jogo do poder contemporâneo. Na realidade, explica Weber, trata-se de dois tipos de responsabilidades: em primeiro lugar, o político deve responder pelos valores éticos que sustentam suas convicções; em segundo lugar, ele deve conciliar tais valores com suas metas de eficiência e sucesso no jogo de poder. O *político responsável*, seria, portanto, aquele que não polariza sua ação entre os *princípios* e os *resultados*, como se ambos fossem antagônicos.

O político de convicção, ao contrário, abre mão de suas metas de sucesso em função de seus princípios ideológicos, políticos ou morais, julgando que só deve prestar contas à sua

própria consciência. Ele abre mão dos resultados, em função dos princípios. Quando acerta, torna-se herói ou mártir; mas quando erra, torna-se motivo de desonra e vergonha para seus pares e o povo. Na visão de Weber, o político ideal seria, então o político responsável, pois é neste princípio que repousa a autêntica vocação política e não na convicção. Honra e vocação, constituem, portanto dois elementos distintos no pensamento weberiano, quando se trata de política.

Neste ponto, Weber volta à questão da *ética da responsabilidade*, visto que seria esta o caminho para uma conduta política considerada honrada. Isso porque o político não executa metas, ele toma decisões. Além disso, o político não analisa criticamente orientações de valor, o político produz juízos de valor; o político não discursa sobre a realidade, o político ao falar já atua sobre ela. É com base nesses pressupostos que Weber aponta para a conclusão de que, mais do que em qualquer esfera de valor, na política, é fundamental à adesão consciente à *ética da responsabilidade* como um valor que deve balizar e servir de bússola para o *político responsável*.

Partimos do pressuposto de que a análise weberiana sobre o uso da *ética da convicção* e da *ética da responsabilidade* pelos políticos e cientistas pode ser aplicada ao campo do ambientalismo. Assim como os políticos e cientistas, os ambientalistas pautam suas ações e seus discursos ora na lógica da convicção, ora na lógica da responsabilidade. Em sua origem, os movimentos ambientalistas nasceram sob a égide da ética da convicção, visto que o ideário ecológico, em sua gênese, apresentava-se como discurso imbuído de valores subjetivos, motivados pela contestação e pelo idealismo de seus protagonistas. Os argumentos apresentavam características monolíticas, marcados pelo radicalismo dogmático e doutrinário.

Com o passar do tempo e a formação das redes de organizações não-governamentais do ambiente e a emergência do *ambientalismo multissetorial*, a negociação tornou-se imperiosa, o que levou os movimentos a adotarem postura mais pragmática e realista, elementos que se coadunam com a ética da responsabilidade, representada por uma postura mais institucionalizada, orientada pela crítica racional e a lógica da negociação com vistas à conquista de resultados de médio e longo prazos.

São várias as consequências das mudanças no *ethos ambientalista*, como a profissionalização dos movimentos, a definição de prioridades, o empenho para inserir temas na agenda da mídia e a redefinição de estratégias de mediatização a fim de aumentar a visibilidade das temáticas ambientais e reforçar a credibilidade das organizações ambientalistas como fontes de informação para os meios de comunicação. Por outro lado, muitos dos movimentos ambientalistas tiveram que abrir mão de seus discursos fundadores, o

que levou à perda da identidade libertária e radical que imperou na fase do ambientalismo monosssetorial.

A definição de metas e estratégias torna-se rotina nos debates desencadeados pelas organizações de defesa do ambiente. O agir estratégico torna-se indispensável à atuação sistêmica, como veremos a seguir.

1.6. Agir estratégico e agir comunicativo na perspectiva ambientalista

Como já foi ressaltado anteriormente, a redefinição do *ethos ambientalista* causou alterações no discurso e na atuação dos movimentos ambientalistas, além de provocar conseqüências diretas na relação desses movimentos com os demais atores sociais, sobretudo com a sociedade civil, a imprensa, a comunidade científica e o Estado. Toda essa redefinição causou mudanças na própria lógica do debate público e da conseqüente visibilidade dos fenômenos e temas ecológicos, especialmente com a adesão dos movimentos ambientalistas à lógica da sociedade em rede, associada à utopia emblemática da modernidade, que é a tecnologia. Segundo Agnes Heller (2002), independentemente do ponto de vista, os discursos sociais e políticos remetem à relação do ser humano com a diversidade de aparatos tecnológicos: “Qualquer coisa que falamos está sempre relacionada à tecnologia”, reforça a autora, ao complementar que, no contexto da sociedade moderna, a tecnologia tornou-se um equipamento social onipresente e ambíguo: “Em determinado momento, a tecnologia e as máquinas são vistas como algo maravilhoso; em outro, essa mesma tecnologia e suas máquinas devem ser destruídas” (Heller, 2002, p.46).

Uma contribuição expressiva para o aprofundamento dessa discussão são os conceitos de *ação comunicação* e *ação instrumental*, de Jürgen Habermas, que integram sua *Teoria da Ação Comunicativa* (1987). Sob essa perspectiva teórica, a racionalidade (conceito weberiano mencionado anteriormente) pode ser considerada agente *do mundo sistêmico*, entendido por Habermas como a esfera da sociedade que compreende o universo das relações normativas e regulamentadas, resultantes do modelo de sociedade contratual. Em contraposição, o autor compreende o *mundo vivido* como a esfera que contribui para manter a identidade social e cultural dos indivíduos e comunidades, ao favorecer o compartilhamento de valores, a livre expressão de idéias, a comunicação de natureza mais participativa e menos instrumental.

De forma mais detalhada, o *mundo sistêmico* pode ser entendido como a esfera da ação instrumental, planejada, estratégica, regida por uma racionalidade determinada, o que implica um modelo de comunicação igualmente estratégica e instrumental, ou seja, voltada para fins e objetivos específicos e pré-determinados. Toda a ação e comunicação no âmbito do

mundo sistêmico são pautadas por mecanismos burocráticos que limitam e controlam as decisões voluntárias, as manifestações espontâneas dos indivíduos e da livre expressão do pensamento e da opinião. No caso dos movimentos ambientalistas, seus discursos devem ser orientados para os fins e objetivos almejados, de acordo com a filosofia das organizações.

O *mundo da vida*, de forma mais minuciosa, compreende três elementos estruturais: a cultura, a sociedade e a personalidade. O primeiro é entendido por Habermas como o acervo de saberes acumulado historicamente, em que os participantes da comunicação se abastecem de interpretações para entender algo do mundo. O segundo é concebido como um sistema composto por ordenações legítimas, mediante as quais os participantes de uma rede social regulam sua forma de participação e pertencimento a grupos sociais e instituições. Já o terceiro, caracterizado pela personalidade, é traduzido pela competência nos processos que possibilitam a um sujeito ter linguagem e ação, que o habilitam a fazer parte de processos de entendimento e compartilhamento de signos, além de afirmar neles sua própria identidade (Habermas, 1987).

Habermas é criticado por apresentar o *sistêmico* e o *vivido* como sendo dimensões separadas da sociedade (Ingram, 1994), mas na realidade, essa crítica é improcedente. O que ele fez, de fato, foi uma caracterização individualizada de cada esfera, para fins meramente explicativos. Implicitamente, está sugerido um ponto de vista de integração de ambas as esferas, como modelo ideal para o funcionamento da sociedade. Uma demonstração dessa visão está na crítica que Habermas apresenta ao fenômeno que ele domina de “colonização” do *vivido* pelo *sistêmico*.

Essa “colonização”, a seu ver, decorre do fato de que os espaços mais livres e espontâneos da sociedade, mais precisamente da esfera cultural, estão cada vez mais invadidos pela lógica normativa e regulamentar do *mundo sistêmico*, mediante a adoção de rotinas, práticas e procedimentos que exigem cada vez mais expedientes e mecanismos burocráticos. Em outras palavras, isso significa a burocratização da vida pública, além da esfera estatal, à qual a burocracia é inerente. A crescente burocratização limita as formas espontâneas de participação popular, as quais estão, de forma crescente, sendo regulamentadas. Isso é consequência da aceleração do sistema de colonização do mundo da vida, processo no qual “o mundo vivo se reduz gradualmente a um satélite do sistema”, como produto direto da racionalização administrativa (Ingram, 1994, p.167).

Conforme Habermas, o tempo e o lugar em que esses momentos da vida cotidiana são realizados estão sempre mais subordinados a padrões normativos. Está ocorrendo uma redução progressiva da espontaneidade, da naturalidade e da informalidade das relações

humanas, sociais, comunitárias e interindividuais. Essa dissociação é uma característica da modernidade. Como salienta Ingram (1994), nas sociedades menos desenvolvidas, a exemplo daquelas regidas pelos padrões de parentesco, não havia separação entre o *vivido* e o *sistêmico*. Conseqüentemente, a toda ação coletiva era decorrência da sociabilidade, o que não significava ausência de regras e normas. Só que os elementos normativos dessas sociedades eram regidos pelo princípio sociológico de desiderabilidade social, entendido por Durkheim (1983) como desejo comum, um reconhecimento comunitário de que tais regras eram desejáveis e necessárias – para o bem de todos.

Assim, as regras e normas sociais funcionavam como uma espécie de “cimento social” que favorecia a coesão entre os indivíduos e grupos. Um exemplo disso, muito destacado pelo pensamento durkheiminiano, eram as formas elementares de vida religiosa, situadas no âmbito do *vivido*, por resultar de um claro processo de compartilhamento de sentidos de uma comunidade, atrelado a uma rede comunicativa, tecida com base em um acervo de conhecimentos pré-existentes, transmitidos pela cultura e pela linguagem (Ingram, 1994). Além disso, as normas religiosas eram regidas pelo princípio de desiderabilidade. Isso significa que os próprios fiéis desejavam a existência dessas regras e as viam com algo útil e necessário à vida religiosa. No caso do ambientalismo, essa concepção se aplica aos movimentos de inspiração libertária e radical.

O que podemos depreender de tal concepção é que o mundo *sistêmico* constitui resultante histórica do *mundo vivido*, ou seja, o primeiro desenvolve-se a partir do segundo, à medida que a sociedade vai se tornando mais complexa e exigindo formas mais rigorosas de controle da ação social. O grupo deixa de ser a referência. O indivíduo é que se torna o eixo da ação social, enfraquecendo os padrões de *ética da convicção*, os quais dão lugar aos comportamentos pautados na *ética da responsabilidade*, como salienta Weber (1983). Esse novo padrão de comportamento social passa a requerer mecanismos normativos diferenciados, acarretando o surgimento de diversos elementos para “administrar” a ação humana na sociedade.

Aplicados ao campo do ambientalismo, esses pressupostos podem ser exemplificados com a emergência dos movimentos organizados, das redes de entidades ambientalistas, que passaram a substituir os líderes carismáticos, que agiam em nome de suas próprias convicções – das quais não abriam mão. Os movimentos organizados, em alguns casos, até dispensam a divulgação de idéias a partir de um porta-voz, a fim de evitar a personificação e fortalecer a imagem institucional da entidade (Pereira Rosa, 2006). Neste caso, o objetivo é garantir a inserção do nome da entidade na cobertura dos media sobre temas ambientais, com ênfase

para suas estratégias institucionais, a fim de reforçar o papel da instituição como definidor primário de informação sobre ambiente, de modo a gerar impacto na opinião pública.

Assim, as organizações ambientalistas passam a normatizar sua atuação institucional, um agir estratégico inserido numa teia de procedimentos racionais. É como se essas organizações procurassem construir uma racionalidade burocrática otimizada. O surgimento da burocracia é apontado por Weber como resultado de um processo racional sistêmico. Na visão de Habermas, a burocracia é uma das figuras mais emblemáticas do *mundo sistêmico*. Mas tudo isso vai surgindo como um processo orgânico de desenvolvimento da sociedade moderna e da democracia. O problema questionado por Habermas é que esse processo desencadeou a primazia do *sistêmico*, que por sua vez, traz como consequência o enfraquecimento das manifestações do *mundo vivido*. E com isso, reduz-se o espaço de liberdade e autonomia e importância. Tanto é que, no passado, os líderes ambientalistas eram considerados os únicos agentes da cultura ambientalista e agiam contra o mundo sistêmico. Nas últimas décadas, porém, essa visão perdeu força, devido à crescente racionalização e adoção de modelos e mecanismos estratégicos pelas entidades ecológicas. Por outro lado, essas entidades passaram a investir em estratégias simbólicas, com expressa valorização da competência comunicativa de seus dirigentes e colaboradores, a fim de facilitar a interação com outras organizações, em consonância com a lógica das redes.

A *ação comunicativa* é entendida, aqui, sob duas perspectivas. Na primeira, é vista como um mecanismo de interpretação através do qual se reproduz o saber cultural. A segunda compreende o fenômeno como a forma pela qual os atores sociais, ao se entenderem sobre algo no mundo, participam simultaneamente em interações através das quais desenvolvem, confirmam e renovam simultaneamente interações através das quais desenvolvem, confirmam e renovam seu pertencimento aos grupos sociais e à sua própria identidade (Teixeira, 1996).

No caso específico das organizações não-governamentais do ambiente, a última autora citada afirma que essas organizações alcançaram uma das formas mais institucionalizadas que a sociedade civil conseguiu atingir, com o mérito de respeitarem a diversidade e o pluralismo, além de estabelecerem relações institucionais mais democráticas que aquelas existentes no âmbito político partidário. Com a articulação em forma de redes, na avaliação da autora, elas ampliam os mecanismos democráticos, por meio de múltiplas interligações (cooperativas ou conflitivas) com partidos políticos, sindicatos, outros movimentos sociais, entidades estatais e internacionais, a fim de “construir uma racionalidade ética, comunicativa, voltada para uma sociedade mais igualitária e justa” (Teixeira, 1996, p.181).

As redefinições na estrutura administrativa e no conteúdo programático e ideológico dessas organizações, conforme a leitura da autora citada, fazem parte de um projeto de racionalização que se relaciona com o conceito weberiano de *ética da responsabilidade* e de racionalização do *mundo da vida* (Habermas): “Elas buscam incorporar as técnicas existentes para atingir qualidade no resultado do seu trabalho, e para influenciarem de forma comunicativa e democrática no Estado e na economia” (p.181).

Todas essas mudanças, entretanto, não podem ser entendidas apenas sob um prisma otimista. Ao optarem pela *ética da responsabilidade*, algumas dessas entidades desvinulam-se de seus ideais de origem. Tornam-se tão pragmáticas e colocam suas metas de alcance de resultados acima de uma filosofia crítica que podem correr o risco de se deixarem colonizar pelas tradicionais regras do poder político que redundam em inoperância burocrática e corrupção. Como alerta a autora citada: “Não podemos prever, também, até que ponto o diálogo com o Estado e o mercado não poderão transformar as ONGs em entidades também colonizadas pelo dinheiro e poder” (p.182). Com perspectiva crítica similar, Araújo (1996, 156) adverte que, “com essa colonização ao contrário, as ONGs pagariam o tributo da burocratização e da perda da eficácia e legitimidade como mecanismos promotores do debate. Minguardia, em suma, seu capital de confiabilidade”.

Na esteira dessas redefinições do ambientalismo, surgiram diversas concepções teóricas, as quais serão apresentadas e comentadas no capítulo seguinte.

2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE O AMBIENTALISMO

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma síntese comentada das principais contribuições teóricas sobre ambientalismo, especialmente aquelas originadas do campo das Ciências Sociais. Este enfoque se justifica porque o estudo teórico do Jornalismo está diretamente relacionado com o desenvolvimento desse ramo das ciências. Além disso, as investigações sobre ambiente também são tributárias das Ciências Sociais. Entretanto, é necessário fazer a ressalva de que não se pretende apresentar um apanhado exaustivo das perspectivas teóricas sobre ambiente. Tal como no capítulo sobre os antecedentes históricos, o objetivo, aqui, é fornecer elementos teóricos para situar as análises feitas sobre jornalismo e ambiente no Brasil e em Portugal.

2.1. O ambientalismo como interdisciplina

Durante séculos, a ecologia foi entendida como a ciência das relações entre os seres vivos e seu meio, concentrando-se principalmente no estudo de problemas locais, circunscritos a ecossistemas específicos, com pouca importância às diversas interações com a vida social. Posteriormente, passou-se a falar em ciências ambientais, as quais necessitariam integrar-se para formar uma ciência da biosfera, entendendo-se esta como algo mais abrangente, voltada para a globalidade da questão ecológica. Mas,

"que gênero de ciência pode explicar os vínculos complexos entre a vida e seu meio, em escala planetária? O desenvolvimento de uma nova ciência da biosfera é um desafio primordial para as próximas décadas. Se a vida e a biosfera são indissociáveis, as ciências de que nos servimos também precisam sê-lo. No passado, disciplinas isoladas analisaram aspectos separados desse sistema. Os biólogos estudavam a divisão e as características da vida na Terra, mas quase sempre sem estabelecer a ligação

entre elas e os processos ambientais globais. Por sua vez, os que estudam a atmosfera não costumavam dar atenção ao eventual efeito da vida sobre o clima. A nova ciência a nascer terá de integrar essas disciplinas e muitas outras (Botkin, 1992, p.20).

Esta nova ciência, contudo, ainda padece de lacunas científicas. "A pesquisa em ecologia esbarra na falta de fundamentos teóricos e de dados essenciais" (Botkin, 1992, p.15). Carece, sobretudo, de uma *teoria da ecologia global* mais sólida e consistente. Isto porque costuma-se situar o surgimento dos primeiros indícios de uma preocupação de caráter mais científico, a partir do pós-guerra de 1945, acentuando-se nas décadas de 1950 e 1960, exigindo uma nova teoria da ação social e a fundação de uma ordem política, acreditando-se que o ambientalismo constitui um amplo movimento histórico de alcance global e importância prática no processo de redefinição do caráter da política mundial (Viola, Leis, 1990). Desde cedo já se tinha a concepção de que a política ambiental jamais poderia ser desvinculada de todos os valores, normas e demais elementos que regem a sociedade humana de modo geral.

O cientista político Héctor Ricardo Leis (1995) ressalta que a crise ecológica tem sua origem na própria crise da modernidade, mais especificamente com a dualidade terra - mundo. A primeira constitui uma realidade mais permanente, resultado da conjunção de grandes sistemas orgânicos e inorgânicos que estabelecem interações complexas e duradouras. O mundo, por sua vez, é entendido como uma "segunda realidade", decorrente da forma de ocupação do planeta pelo homem. Enquanto a Terra figura como uma integração de sistemas que concorrem para o equilíbrio e a estabilidade, o mundo, formado com base nos atos e valores humanos, produz desordem, instabilidade, pois "as obras e valores dos seres humanos configuram sistemas de alta instabilidade, com características divergentes e contraditórias entre si e com relação à natureza" (Leis, 1995, p.16).

No âmbito das Ciências Sociais, postula-se ainda que o ecologismo constitui uma corrente ideológica e também um novo paradigma social e, ao mesmo tempo, uma nova utopia, dada a derrocada do socialismo e a tendência à globalização. Afinal, trata-se de um movimento que além de multidisciplinar é planetário, o qual parte do pressuposto de que o ambiente designa "não tanto um 'objeto' específico ('natureza', 'espaços naturais', 'paisagens', 'assentamentos'), mas uma relação de interdependência" (Vieira, 1995, p.49). O conjunto de fatores físico-químicos e biológicos é tomado como associado a elementos de ordem sócio-cultural. Há, pois, uma concepção de inter-relacionamento entre os sistemas socioculturais e seu substrato biofísico, "numa hierarquia de níveis de organização que se estende do local ou comunitário ao global ou ecosférico" (Vieira, 1995, p.49). O autor mencionado entende tal

concepção como a retomada do paradigma sistêmico, numa tentativa de unir as diversas disciplinas científicas que compõem o "campo disperso e controvertido da ecologia humana" (p.51). É neste sentido que o ambientalismo passou a ser entendido como uma interdisciplina, ou seja, uma área de conhecimentos que se relaciona com diversos outros campos de saberes.

Durante a primeira metade do século XX, o discurso ecológico esteve separado do pensamento político, econômico e social. Com a intensificação do debate sobre o tema passou-se a postular que o discurso ecológico é essencialmente político. Antes de se reduzir a questão a argumentos técnicos para a tomada de decisões racionais, há que se forjar alianças entre os distintos grupos sociais capazes de impulsionar as transformações necessárias (Guimarães, 1992).

Os estudos no âmbito das Ciências Sociais foram imprescindíveis para ampliar a própria concepção de ecologia. Guatari (1993), por exemplo, refere-se à existência de três ecologias: a do ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana, todas sob a égide ético-estética da ecosofia social, sendo que esta ecosofia consiste em desenvolver práticas específicas que tendem a modificar e a reinventar modos de ser e estilos de viver, seja no âmbito familiar, do contexto urbano, do trabalho ou do lazer.

Nessa ordem de idéias, as transformações contínuas na esfera privada e na esfera pública promovem uma relação da subjetividade humana com sua exterioridade, seja ela social, animal, vegetal ou cósmica, "que se encontra assim comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infantilização regressiva" (Guatari, 1993, p.8). Para o mesmo autor, as formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações, pois concentram-se na perspectiva tecnocrática, já que a abordagem limita-se ao campo do danos industriais, "ao passo que só uma articulação ético-política - a que chamo ecosofia - entre três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões" (Guatari, 1993, p.8).

Por todas essas razões, defende o autor citado, na mesma perspectiva de Morin (1973, 1991, 1992) que, mais do nunca, a natureza não deve ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar 'transversalmente' as interações entre ecossistemas, mecanosfera (tudo o que compõe a vida orgânica) e universo de referências sociais e individuais, na perspectiva de um pensamento social complexo. Isso porque o chamado *capitalismo pós-industrial* ou *capitalismo mundial integrado* tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de atenção das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de

sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia.

Segundo Guatari (1993, p.24),

“as relações da humanidade com o *socius*, com a *psique* e com a ‘natureza’ tendem, com efeito, a se deteriorar cada vez mais, não só em razão de nocividades e poluições objetivas mas também pela existência de fato de um desconhecimento e de uma passividade fatalista dos indivíduos e dos poderes com relação a essas questões consideradas em seu conjunto. Catastróficas ou não, as evoluções negativas são aceitas tais como são. O estruturalismo - e depois o pós-modernismo - acostumou-nos a uma visão de mundo que elimina a pertinência das intervenções humanas que se encarnam em políticas e micropolíticas concretas. Explicar este perecimento das práxis sociais pela morte das ideologias e pelo retorno aos valores universais me parece pouco satisfatório. Na realidade, o que convém incriminar, principalmente, é a inadaptação das práxis sociais e psicológicas e também a cegueira quanto ao caráter falacioso da compartimentação de alguns domínios do real. Não é justo separar a ação sobre a psique daquela sobre o *socius* e o ambiente. A recusa a olhar de frente as degradações desses três domínios, tal como isto é alimentado pela mídia, confina num empreendimento de infantilização da opinião e de neutralização destrutiva da democracia. Para se desintoxicar do discurso sedativo que as televisões em particular destilam, conviria, daqui para a frente, aprender o mundo através dos três vasos comunicantes que constituem nossos três pontos de vista ecológicos”.

O autor questiona se isso quer dizer que as novas problemáticas multipolares das três ecologias virão pura e simplesmente substituir as antigas lutas de classe e seus mitos de referência. Argumenta que, certamente tal substituição não será tão mecânica assim. Entretanto, parece provável que essas problemáticas, que correspondem a uma complexificação extrema dos contextos sociais, econômicos e internacionais, tenderão a se deslocar cada vez mais para o primeiro plano. Guatari salienta ainda que é nessa conjuntura social de ruptura, de descentramento, de multiplicação dos antagonismos e de processos de singularização que surgem as novas problemáticas ecológicas. A ecosofia social consiste em desenvolver práticas específicas com o objetivo de modificar hábitos culturais. Para Guatari, a ecologia social deverá, portanto, atuar na reconstrução das relações humanas em todos os níveis sociais. Ela jamais deverá perder de vista que o poder capitalista se deslocou. Com a desterritorialização ampliou-se seu domínio sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta.

Com essa concepção, ampliou-se também a visibilidade sobre a crise ambiental, a qual tornou-se emblema do esgotamento de uma determinada representação do fenômeno da mudança social e, em última instância, do próprio sentido da presença humana na biosfera

(Vieira, 1995, p.48). O pensador francês Edgar Morin (1992) refere-se a uma “ordem eco-organizadora dos sistemas naturais”. Aborda os processos de “eco-organização” por intermédio do método da complexidade, constata que um ecossistema, por ser “super-regenerador”, longe da noção de meio físico “só pode viver nas condições de sua própria destruição, pois estas são as condições de sua própria regeneração” ou em outras palavras, “a super-regeneração torna um ecossistema, em princípio, quase indestrutível”, mas a simples eliminação de uma espécie dominante pode provocar a devastação em cadeia; um veneno infiltrado em um ponto do anel pode, se realizar o ciclo completo, destruí-lo”.

Morin chama a atenção ainda para o fato de que a compreensão social da ecologia requer uma consciência que exige policompetências; a visibilidade que o tema adquiriu nos mostra que, ao contrário do dogma da hiper-especialização, há um conhecimento organizacional global que só ele é capaz de articular as competências especializadas para compreender as realidades complexas. Em outra obra Morin (1973) lembra que Marx pôs no centro da Antropologia não o homem social ou cultural, mas o “homem genérico”, sugerindo que a análise da vida social contemporânea não deve levar em conta apenas a perspectiva analítica da Economia. A Ecologia é entendida por Morin como uma ciência aberta, que está tentando produzir uma síntese pluridisciplinar, destacando-se a contribuição de cientistas naturais e sociais de diversos campos, como Biologia, Botânica, Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Geografia.

Mais recentemente, a ecologia holística abriu o conceito para além dos seres vivos:

“Ecologia é relação, inter-ação e dialogação de todas as coisas existentes (viventes ou não) entre si e com tudo o que existe, real ou potencial. A ecologia não tem a ver apenas com a natureza (ecologia natural), mas principalmente com a sociedade e a cultura (ecologia humana, social etc.) Numa visão ecológica, tudo o que existe coexiste. Tudo o que coexiste preexiste. E tudo o que coexiste e preexiste subsiste através de uma teia infinita de relações omnicompreensivas. Nada existe fora da relação. Tudo se relaciona com tudo em todos os pontos” (Boff, 1993, p. 19).

Na obra de Morin, a ecologia também é apontada como articuladora de novos conceitos no âmbito da Teoria do Conhecimento. Devido à sua posição de interdisciplina paradigmática no contexto histórico recente, resultado da conexão de vários ramos do saber científico (Botânica, Zoologia, Climatologia e Economia por exemplo), passou a exercer o papel de protagonista e articuladora de um tipo de conhecimento científico de natureza multi e interdisciplinar. Isso porque a Ecologia tem como objeto de estudo as interações entre todas

as espécies de seres vivos, com o seu *habitat* e com o meio social, ocupando-se ainda do estudo da racionalidade (*logos*) desse complexo domínio sócio-ambiental.

Além disso, o ecologismo modificou as formas de pensamento no que concerne à maneira de conceber a natureza, a sociedade, a cultura e o próprio horizonte de compreensão social do homem contemporâneo. A natureza não é mais vista apenas como algo que o homem deve conhecer para dominar e controlar; como fonte de provisão de matérias-primas para a indústria. A sociedade passou a ser encarada como parte do contexto natural; um sistema sócio-natural complexo, integrando homem, natureza e cultura. Esta última deixou de ser concebida apenas como o corpo de conhecimento erudito sobre filosofia e arte, por exemplo. As idéias ecológicas tiveram um papel fundamental na valorização de outras formas de conhecimento, sobretudo o saber empírico, diretamente relacionado com a sobrevivência do gênero humano, como é o caso dos estudos sobre poluição, efeito estufa, chuva ácida e erosão do solo.

Até mesmo conceitos sociológicos de outras épocas são retomados, como é o caso da solidariedade social - transgeracional (embora implicitamente), conceito recorrente na obra de Durkheim, uma vez que esse novo tipo de solidariedade social proposto pela ecologia é calcado em alguns valores morais básicos como a revalorização do coletivo, a adoção de sanções e penas aos que degradam o meio ambiente e a preservação do que é de uso comum. Enfim, trata-se do engendramento de uma nova cultura, calcada em valores não-imediatistas; alguns até contrários à moderna ideologia econômica (capitalista) e ao individualismo. Embora não possamos ignorar que "não se pode entender a notável expansão do ecologismo fora da reciclagem em curso do capitalismo mundial (...). O próprio estímulo ao aumento do consumo individual enfrenta sérios problemas de economias de escala nos países desenvolvidos" (Benjamin, 1993, p.151). Afinal, complementa, o autor citado, a proteção ambiental "está se tornando a principal área de investimentos para um sistema ávido por alternativas de reciclagem e esperto demais para perder oportunidades que combinem negócios e ideologia vendáveis no mundo inteiro".

Não obstante, questiona-se o lugar do ecologismo nas Ciências Sociais. Autores como Benjamin (1993), por exemplo, manifestam tal preocupação da seguinte forma: "... questiono a possibilidade de que o ecologismo traga uma renovação das ciências sociais e coloco em dúvida a existência (...) de alternativas de conjunto à crise da nossa sociedade" (p.149).

Ainda do ponto de vista das Ciências Sociais, a ecologia é encarada no âmbito da relação indivíduo x sociedade, traço marcante da tradição sociológica. O pensamento social engendrado sob a égide da ecologia procura dissipar essa antinomia, visto que o meio

ambiente, a natureza e o planeta terra são referências essencialmente coletivas. Essa vertente toma como cenário principalmente o meio urbano, uma vez que o discurso ecológico remete a um modo de pensar segundo o qual a problemática ambiental urbana está defrontando o homem moderno com a necessidade de novas posturas, baseadas no compromisso com toda a coletividade urbana e não em nossas facilidades individuais e nos privilégios de minorias.

O ecologismo como pensamento social emergente é apontado ainda como resposta à crise moral ética e política do mundo moderno; um mundo ameaçado por suas desigualdades, seus desperdícios e sua superpopulação. Do ponto de vista social, as conseqüências refletem-se em uma sociedade de desigualdades discrepantes e progressivamente diferenciadas, resultado de um longo processo histórico de produção do subdesenvolvimento - da revolução agrícola (progresso na produção agrícola X degradação dos ecossistemas) à revolução industrial (aumento do fosso entre riqueza e miséria)

É com razão, portanto, que Sachs (1986) situa a emergência do pensamento ecológico e suas repercussões sociais no contexto de um mundo traumatizado pela crise dos anos de 1930, pelo surgimento do campo socialista e pela emergência do Terceiro Mundo, com seus sentidos sociais característicos, além de manifestações culturais típicas dessa síntese histórica, como a contracultura e o antibelicismo.

O pensamento ecológico é situado ainda no âmbito da emergência de um novo modo de produção do conhecimento que, segundo Gibbons *et al.* (1994) tem como atributos básicos a produção de saberes no contexto de aplicação e a transdisciplinaridade. Os mesmos autores caracterizam o *novo modo* ou *modo 2 de produção da ciência* em relação ao *modo 1*, ressaltando as oposições: o *modo 1* tem como atributos principais: (a) predominância de interesses acadêmicos; (b) contexto monodisciplinar; (c) homogeneidade de tendências na comunidade científica nacional ou regional; (d) organizações científicas hierarquizadas, pouco diversificadas, centralizadas e de caráter permanente; (f) relativa autonomia de cada área científica; (g) predomínio da disseminação científica, ou seja, a divulgação de resultados de pesquisa entre os próprios pares.

Já o *modo 2* apresenta os seguintes atributos: (a) predominância de interesses ligados ao contexto de aplicação do conhecimento; (b) interdisciplinaridade na produção científica; (c) heterogeneidade de tendências mesmo em âmbito nacional ou regional; (d) organizações científicas diversificadas, descentralizadas e transitórias; (e) valorização do conhecimento reflexivo; (f) ênfase à responsabilidade social da ciência; (g) maior valorização da divulgação científica, ou seja, a divulgação dos resultados de pesquisa não se limita ao circuito fechado do campo científico que os produziu (intrapares), mas atinge o grande público.

Isso significa que este novo cenário de saberes não corresponde mais à idéia de conhecimento monodisciplinar, produzido e legitimado apenas dentro dos limites e fronteiras de cada campo de saber isoladamente. Esse *novo modo* requer ainda: heterogeneidade e diversidade organizacional, responsabilidades compartilhadas pelos diversos atores sociais envolvidos e controle de qualidade.⁸

Knorr-Cetina (1981); e Latour, Woolgar (1997), autores referenciais da teoria construtivista do conhecimento, vão ainda mais além, ao caracterizarem esse novo modo de produzir ciência como uma arena transc científica e uma rede sócio-técnica, respectivamente. Para o primeiro, a produção e validação do conhecimento não podem ser concebidas como processos separados e puramente orgânicos (sujeitos apenas à opinião de especialistas de cada área), uma vez que a opinião de cientistas de outras áreas e interferências do próprio contexto são cada vez significativas. Para o segundo autor, a tecnologia, os serviços, equipamentos e financiamentos são tão importantes quanto os recursos humanos em si, os pesquisadores, na rede sócio-técnica de pesquisa. Daí porque ambos tanto valorizam os aspectos contingenciais e as condições materiais na produção científica contemporânea.

Apesar do reconhecimento da relevância das Ciências Sociais para os estudos ambientais, há ressalvas em relação à fragilidade teórico-metodológica desse campo emergente de conhecimentos. A incipiência da análise ecológico-ambiental no âmbito das Ciências Sociais no Brasil e em Portugal até o início da década de 1990, como salientam Vieira (1992) e Schmidt (2003), decorre, antes de tudo, da fragilidade que caracteriza as atividades de ensino e pesquisa na área, além da carência de intercâmbio com os principais centros de estudo do mundo. Esse estado de coisas torna o projeto de constituição do campo teórico-metodológico das Ciências Sociais do Ambiente, no Brasil e em Portugal, algo ainda "embrionário e dotado de pouca visibilidade institucional". Ademais, ao que tudo indica, a efetivação desse projeto deve pressupor, antes de tudo, uma reconstituição mais precisa do conhecimento já obtido e acumulado em diferentes tradições de pesquisa associadas à Sociologia, à Antropologia, à Geografia Humana, à Economia e, mais recentemente, à Ciência Política (Vieira, 1992, p.104).

⁸ Benoît Godin (1998) apresenta várias críticas às análises de Gibbons e seus co-autores, destacando-se a de que a ciência não é gerada no contexto de aplicação, mas decorre do processo de interação entre as diversas esferas: universitária, empresarial, industrial, governamental, não-governamental. Segundo o autor, vários estudos de História e Sociologia das Inovações mostram que a interação entre produtores de conhecimento e o contexto de aplicação não é exclusiva do *modo 2*. Godin critica ainda o fato de Gibbons e seus co-autores atribuírem ao contexto posterior à Segunda Guerra Mundial e aos Estados Unidos e ao âmbito das Ciências Naturais a emergência do *modo 2*. A seu ver, a análise dos autores não confirma a visão de que o *modo 2* surgiu tão recentemente e muito menos em um país específico; além disso, não foi aplicado inicialmente só ao campo das Ciências Naturais, mas também às Humanidades.

Estudo realizado pelo autor referenciado acerca da situação da pesquisa científica sobre as inter-relações entre sociedade e ambiente, no campo das diversas Ciências Sociais, compreendendo o período de 1980 a 1990, demonstra que, de modo geral, tem havido um esforço concentrado em uma área temática dominante: a avaliação de impactos sócio-ambientais da dinâmica do desenvolvimento sócio-econômico. Como consequência, a maioria dos trabalhos privilegia o exame dos custos sócio-ambientais do processo de acumulação capitalista. Ao passo que os estudos sobre diagnósticos destrutivos são hipervalorizados pelos pesquisadores, os estudos sobre viabilidade de estratégias alternativas de desenvolvimento auto-sustentado são subestimados. Tal procedimento da comunidade científica contrasta com o discurso que apregoa a necessidade imperiosa de se vincular a questão ecológica à elaboração de projetos setoriais específicos, voltados para realidades concretas, a fim de provocar impactos positivos em diversos ecossistemas. Ainda conforme o mesmo autor, o tratamento teoricamente consistente de questões ligadas ao fortalecimento político de setores organizados da sociedade civil emerge na literatura praticamente apenas a partir de meados da década de 1980. Nos últimos anos, entretanto, alerta o autor, começam a proliferar trabalhos sobre os impasses do ecologismo, o "papel ambíguo desempenhado pelas agências estatais de controle de degradação ambiental" e a reorganização do sistema educacional visando à internalização das preocupações com o meio ambiente (Vieira, 1992, p.127).

Outro dado observado pelo autor é que o grau de reflexão epistemológica apresenta-se ainda extremamente ensaístico e "nitidamente aquém das necessidades prementes de operacionalização efetiva de enfoques interdisciplinares, tanto no plano do conhecimento teórico quanto no da intervenção social e política". Além disso, "são escassos os trabalhos que tematizam o paradigma sistêmico como um recurso indispensável à integração teórica do campo da ecologia humana e à viabilização de uma política ambiental orientada por uma visão antecipativo-preventiva e não simplesmente remedial" (Vieira, 1992, p.127). Ademais, em sua opinião, existe uma defasagem significativa quanto à recepção da bibliografia internacional, mormente no que se refere a temas como teoria do desenvolvimento ecossustentável e estruturas de planejamento ambiental. O autor faz essas observações a respeito da produção das Ciências Sociais no Brasil, mas é oportuno destacar que diagnóstico similar é apresentado por Schmidt (1999) em relação à realidade portuguesa.

Outra limitação das análises sociológicas sobre ambiente apontada por Flávia Lessa de Barros (1996, p.134) é o compromisso da maioria dos autores com os pressupostos do ativismo ecológico, o que pode comprometer a validade da produção intelectual. Esse fator,

ainda segundo a mesma autora, é agravado com o caráter subjetivo das análises, em sua maioria, de caráter ensaísta. Como afirma a autora,

“Várias questões recobertas pelo conjunto desses trabalhos necessitam ser aprofundadas, diferenciadas ou criticadas. Daí a importância da pesquisa sistemática, para que, sem diminuir o esforço ativista, possamos, ao mesmo tempo, também garantir base sólida para o fortalecimento de mais uma especialização no campo da sociologia, a sociologia ambiental” (p.134).

No campo teórico-metodológico, uma das principais lacunas apontadas por Vieira (1992) diz respeito ao uso do paradigma sistêmico, entendendo-se este como "uma metodologia de tratamento anti-reducionista dos fenômenos sócio-ambientais". A maior contribuição do sistemismo, estaria na possibilidade de favorecer o amadurecimento de uma abordagem integrada das diversas disciplinas que atuam no campo da ecologia de forma isolada. Diz ainda o autor que, em termos de impulsos metodológicos, o sistemismo "resgata a análise prospectiva como recurso virtualmente indispensável à pesquisa de formas alternativas de regulação político-institucional baseadas na consideração de custos sócio-ambientais de longo prazo da atividade de modernização sócio-econômica" (p.128). Além disso, a abordagem sistêmica em muito poderia contribuir para o progresso interdisciplinar na área, bem como propiciar a implantação de um sistema integrado de pesquisa, essencial ao trabalho de planejamento.

Considerando-se o papel fundamental da educação para modificar efetivamente o comportamento dos homens no contexto social, outra lacuna apontada pelo estudo em referência concerne à relação entre a questão ecológica e a aprendizagem social. Devido à necessidade urgente de se redirecionar as políticas ambientais, tendo em vista sobretudo os aspectos preventivos,

"seria de especial importância conhecer melhor como se dão as percepções da problemática ambiental em diferentes segmentos sociais e como os atuais estilos de consumo, de interação social e de participação política poderiam ser inflexionados no sentido da criação de hábitos consistentes com um novo projeto de civilização" (Vieira, 1992, p.129).

Outro desafio das Ciências Sociais é a diversidade de abordagens sobre ambiente e a abrangência das análises, o que pode ser considerado positivo pela amplitude, mas problemático do ponto de vista do aprofundamento dos estudos. Assim, os estudos podem ser comprometidos não só pela natureza ensaística e pela falta de rigor empírico, mas também

pelas abordagens demasiadamente genéricas, como indica a própria denominação “sociologia do ambiente”, como se todas as temáticas ambientais coubessem em uma única área de estudos. É necessário ressaltar, portanto, os graus de polissemia do conceito, como veremos a seguir.

2.2. A polissemia conceitual

Existem diversas concepções de ecologia. O pluralismo faz parte de sua natureza conceitual. E quanto mais avançam as discussões teóricas, mais se diversificam os conceitos. Quando o termo foi utilizado pela primeira vez, em 1866, pelo biólogo alemão Ernst Haeckel, na obra *Morfologia Geral dos Organismos*, a acepção era puramente de uma disciplina ligada à Biologia, com o objetivo de estudar as relações entre as diferentes espécies em um mesmo *habitat*. Por isso empregou a palavra grega *oikos* para expressar a idéia de uma “ciência da casa”, ou seja, o estudo das relações entre os habitantes de um meio ambiente.

Atualmente, o termo adquiriu diversos outros significados, sobretudo com o interesse das Ciências Sociais pela questão ecológica e suas implicações nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Hoje, designa, por exemplo, um amplo movimento social com fortes conotações políticas. Lago e Pádua (1989), ao analisarem o desenvolvimento do pensamento ecológico e a passagem de uma disciplina científica para um movimento social e político, ressaltam que é necessário levar em conta alguns fatores. O primeiro é a própria dinâmica da evolução histórica do conceito de Ecologia, o qual, em pouco tempo, ultrapassou os limites originais propostos por Haeckel, no âmbito de uma Ecologia Natural, voltada exclusivamente para o *habitat*. De um enfoque monodisciplinar, surgem diversos outros, destacando-se a Ecologia Social.

É mister ressaltar, contudo, que mesmo em se tratando de uma abordagem social, existem diferentes percepções. O campo da Ecologia, no âmbito das Ciências Sociais, não deve ser entendido como um bloco homogêneo e compacto de pensamento ou de conceitos. Como destacam Lago e Pádua (1989, p.14), não é homogêneo porque se trata de um campo multifacetado de conhecimentos, que abriga os mais variados pontos de vista e posições políticas. E não é compacto porque “em seu interior existem diferentes áreas de pensamento, dotadas de certa autonomia e voltadas para objetos e preocupações específicos”.

O crescimento do interesse pelos temas ecológicos se deve a mudanças e transformações ocorridas no sistema sócio-econômico e político. O próprio futuro da humanidade, ao ser discutido, passou a ser associado à problemática ambiental, devido à produção e comercialização crescentes de armas nucleares e a exploração predatória e desenfreada dos recursos naturais. Isso justifica o interesse e a visibilidade que os organismos

internacionais passaram a conferir o tema. A Ecologia Social, portanto, nasceu "das próprias contradições reais engendradas pela sociedade urbano-industrial" (Lago e Pádua, 1989, p.24).

No lastro da diversidade conceitual relativa ao tema em questão, devem ser destacados ainda o conservacionismo e o ecologismo. O primeiro relaciona-se principalmente com a luta pela conservação do meio ambiente natural, a exemplo dos movimentos em defesa dos animais ou de ecossistemas naturais específicos, como oceanos, rios e lagoas. Suas raízes remetem ao século XIX, quando naturalistas, artistas e amantes da natureza uniram-se para conter a caça, a pesca e a exploração de determinadas áreas naturais. O conservacionismo baseia-se em críticas diretas ao sistema capitalista de produção e à exploração da natureza em função de lucros. É baseado sobretudo na Ecologia Natural.

O ecologismo, por sua vez, não se limita à defesa e à preservação da natureza, apesar de também defender essa concepção. A linha de demarcação entre os dois movimentos é sutil. A diferença principal está no fato de que os ecologistas encaram a problemática ambiental como algo mais abrangente, que extrapola a esfera natural em si. Para tanto, questionam o sistema social em toda a sua integralidade e complexidade, abordando, inclusive, aspectos que aparentemente não dizem respeito ao problema da destruição ambiental especificamente, como o consumo, a disparidade de renda, pobreza e desigualdades sociais, por exemplo. Nessa visão, a os problemas ecológicos são entendidos como consequência direta de um modelo de civilização que se tornou insustentável. Portanto, reivindicam não só a conservação dos recursos naturais, mas também mudanças nas estruturas econômicas e políticas. A crise ecológica, é portanto, essencialmente, uma crise social.

É necessário ressaltar ainda a diferença entre “ecologia” e “meio ambiente”. Ecologia, pela própria terminologia, refere-se mais especificamente às relações de uma população com seu *habitat*. É a "ciência da morada". Portanto, trata-se de um enfoque que inclui, no âmbito social, a relação homem x natureza, bem como a relação homem x sociedade, uma vez que no mundo contemporâneo, nas metrópoles e megalópoles, a primeira relação implica necessariamente a segunda. Associa-se sobretudo à ecologia social. Assim, o conceito “ecologia” envolve fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, visto que a relação indivíduo x sociedade compreende o exercício de diversos papéis sociais por pelo cidadão, sendo ele, simultaneamente cidadão, consumidor e agente do processo sócio cultural.

Existe ainda a concepção política de ecologia como um campo estratégico, dada à importância crescente das questões ambientais, ao longo dos últimos anos, firmando-se como uma das grandes preocupações do mundo contemporâneo e item polêmico na pauta de negociações entre países. Essa polêmica advém, basicamente, da falta de uma reorientação da

indústria e da economia. O eixo do debate está no fato de que por um lado, o pensamento ecológico não seria apenas uma forma renovada de humanismo, mas representaria uma revolução cultural, uma redefinição ampla dos modos de apreensão e de agir no mundo, redimensionando as relações nos níveis individual x coletivo; público x privado. Por outro lado, advertem Alphanhéry *et al.* (1992), não se deve considerá-la como 'ciência', uma 'teoria', uma 'disciplina', mas como uma metodologia que permite reunir e organizar os conhecimentos com vistas a uma maior eficácia da ação. Ademais,

"a ecologia veicula valores e opções aparentemente contraditórias. Pode-se, em seu nome, apelar à ciência, à técnica ou à religião, exigir uma intervenção crescente do estado e das instituições mundiais ou, ao contrário, uma maior autonomia dos indivíduos e das coletividades; colocar-se a favor do 'gênio' do mercado ou fazer dele uma crítica radical; prever o apocalipse para amanhã ou acreditar que à humanidade nunca se propõe problemas que não possa resolver. Em resumo, se a sensibilidade ecológica está em toda a parte, ela é também um saco sem fundo, um bricabraque que as pessoas alimentam à vontade e no qual servem-se à la carte. E se, para qualquer um, ecologia rima com natureza, é evidente que nem todos estão de acordo sobre a natureza da ecologia" (Alphanhéry *et al.* 1992, p.8).

Já o termo “meio ambiente” apresenta-se desprovido de toda essa amplitude social que envolve a noção acima mencionada. Refere-se ao ecossistema em si, ou seja, a própria morada (Kloetzel, 1998), ao privilegiar o próprio meio natural, apoiando-se na definição genérica de natureza, sem enfatizar as relações implicadas no conceito atual de “ecologia”. Se no passado, o termo estava associado exclusivamente à ecologia natural - entendida como ramo das ciências biológicas, e às concepções conservacionistas -, atualmente a nomenclatura adquiriu sentido mais abrangente, como já foi explicado anteriormente.

Aqui, adotaremos a primeira concepção, ou seja, a de “ecologia” em si e não apenas a de “meio ambiente”⁹, por ser aquela a mais abrangente. Contudo, não seremos radicais quanto à exclusão da segunda terminologia, uma vez que, atualmente, no dia-a-dia, o próprio termo “meio ambiente” passou a ser utilizado com mais frequência, inclusive pela imprensa, cientistas e órgãos governamentais. Portanto, vez por outra, aparecerão os termos *meio ambiente*, *ambiental* e seus correlatos ou ainda *ecológico-ambiental*. A concepção, contudo, é a de ecologia, no sentido mais abrangente, já explicitado.

2.3. O ambientalismo como pensamento complexo

⁹ É necessário ressaltar, contudo, que essa diferença conceitual é mais expressiva na literatura científica. A própria imprensa consagrou o termo “meio ambiente” (no Brasil) e “ambiente” (Portugal) e utiliza essa nomenclatura para indicar todas as diversidades de sentido, inclusive do ponto de vista político.

O principal argumento para considerar o ecologismo como um pensamento complexo é o fato de que o mesmo rompe com a tradicional dicotomia indivíduo x sociedade, como já foi apontado anteriormente. Segundo Morin (1973), a complexidade, neste caso, deve-se sobretudo à inclusão de outros elementos, o que resulta no seguinte esquema:

ESPÉCIE → INDIVÍDUO → SOCIEDADE → NATUREZA

Para o autor citado, existe um “*ambi-sistema*” bio-social que se insere em um “*ambi-sistema*” sócio-individual. Em outras palavras, a questão ecológico-ambiental não apresenta apenas aspectos biológicos, nem apenas sociais, mas um conjunto de fatores, que forma um sistema complexo e contraditório de elementos biológicos, humanos, coletivos, individuais, culturais e econômicos. Aqueles que parecem puramente naturais (quando assim o são tomados) se contradizem com aqueles cujos aspectos sociais e culturais são ressaltados. Esses, por sua vez, estabelecem uma relação contraditória quando se pensa, por exemplo, nos aspectos econômicos. Enfim, é possível desenvolver uma rede de contradições entre esses fatores, dependendo do enfoque analítico. O pensamento de Morin tenta relacionar todos eles, sem construir uma hierarquia padrão.

Um exemplo disso é quando o referido autor analisa o processo de “*colonização*” da ecologia pela economia. Para ele, as relações econômicas constituem decorrência das relações ecológicas predominantes na organização da “*paléo-société*”. A extração de recursos naturais constituiu a base da economia moderna, capitalista. O extrativismo vegetal e mineral só foi possível devido à relação do homem com a natureza, com o seu meio ambiente. E isso só foi possível devido ao desenvolvimento de relações entre os indivíduos e as instituições, ou seja, a criação de um tipo de cultura, que resultou em um modo de produção. Essa concepção econômica, que passou a atribuir valores de mercadoria aos produtos naturais, na visão do autor, é consequência do desenvolvimento da relação do homem com o meio natural, inclusive do conhecimento que o homem foi capaz de acumular sobre o meio natural e sobre seus semelhantes, a exemplo da divisão social do trabalho:

“l’économie émerge donc avec les règles internes d’auto-organisation de la société liées à la praxis écologique (c’est-à-dire la division institutionnelle du travail, les règles socialisatrices, voire ‘socialistes’ de la répartition des ressources, la reproduction du capital technologique par fabrication des outils et apprentissage du savoir et des savoir-faire par les jeunes) – (Morin, 1973, p.82).

O pensamento ecológico, portanto, surge como resultado de uma “*aliança*” entre política e ciência, no contexto científico pós-moderno já caracterizado. A valorização da área de Ciência & Tecnologia é apontada como exemplo, uma vez que esse binômio confirma a lei do progresso irreversível (Morin *et al.*, 1991b). Fenômeno esse que se enquadra na concepção moderna do avanço científico, fundado no princípio da ciência materialista, da razão leiga e da evolução histórica. Assim, tem uma nova arena de conhecimento (o conhecimento científico-tecnológico) que não reivindica mais a “*pureza*” científica tradicional. Ao contrário, esse novo campo de conhecimento aglutina e justapõe saberes de diversos outros campos, tanto teóricos como normativos e práticos.

Desse processo resulta o que os mesmos autores denominam de “*écologie libératrice*”, que nasceu de uma nova aliança entre as aspirações libertárias e antitotalitárias, “*aspirations dans lesquelles la vie humaine sous tous ses aspects excède toute forme politique et idéologique possible, et, d’autre part, les révolutions scientifiques qui ont eu lieu plus ou moins à la même époque*” (p.174).

Esse novo tipo de ecologia, conforme os mesmos autores, deve repensar “*les idées mêmes de gaspillage, de dilapidation, et même de vieilleseries, et, naturellement, leurs équivalents sur le plan de la vie humaine*” (p.176). Essa forma de pensar contribuiu para a emergência de uma consciência ecológica, fazendo com que o saber ecológico transcendesse seu limitado campo científico (a Biologia). São apontadas duas fases desse processo. De 1969 a 1972 (período que marcou a discussão sobre meio ambiente, em termos mundiais, com os documentos publicados pelo Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo), o debate suscita uma visão particularmente apocalíptica, com o anúncio de que o crescimento industrial conduziria a um desastre irreversível: o colapso do esgotamento dos recursos naturais. A partir do final da década de 1970, a consciência ecológica é consolidada com a ampla divulgação dos efeitos da poluição, resultado da industrialização.

Esses dois marcos no debate internacional sobre meio ambiente contribuíram para a afirmação da natureza do conhecimento científico-ecológico:

“la connaissance écologique nécessite une poly-compétence dans ces différents domaines et surtout une appréhension des interactions et de leur nature systémique. Les succès de la science écologique nous montrent que, contrairement au dogme de l’hyper-spécialisation, il y a une connaissance organisationnelle globale qui seule est capable d’articuler les compétences spécialisées pour comprendre les réalités complexes” (Morin, 1991, p.183).

Enfim, Morin e os demais autores citados procuram na complexidade cultural da sociedade contemporânea as explicações para a emergência de um pensamento ecológico, inclusive nos processos de rupturas, os quais, a seu ver, assumem o papel de “*desvios inovadores*”, que criam as condições iniciais de uma transformação que pode eventualmente aprofundar-se – ou não. Para isso, eles partem do pressuposto de que Max Weber procurou nos processos complexos de formação do capitalismo, as condições de emergência de uma racionalidade moderna (como já foi explicado no item 1.5). Para a compreensão do ambientalismo como pensamento complexo, segundo Morin, é necessário seguir o mesmo caminho de Max Weber, ou seja, encontrar no próprio capitalismo as condições para a emergência da racionalidade ecológica.

Portanto, Morin sugere que, para entender melhor o pensamento ecológico é fundamental a contribuição da Sociologia do Conhecimento. Só que, em sua opinião, uma sociologia que trate da complexidade do conhecimento, pois a sociologia convencional analisa o conhecimento de forma determinista – o determinismo das condições sociais, históricas, de contexto, de classe ou de *habitus*. Tudo isso, na realidade, são determinismos culturais que, em sua maioria, possuem origem na biologia, como a idéia de reprodução, associada ao conceito de *habitus*, que não reflete, necessariamente, uma evidência sociológica: “*por devenir sociologique, elle doit être élucidée et reconceptualisée et, à la différence de la reproduction génétique, comporter en elle, en ce qui concerne nos sociétés modernes, l’union de l’invariance et de la variance*” (Morin, 1991a , p.74).

É oportuno salientar ainda que a complexidade, na perspectiva aqui abordada, não é a solução, mas o problema. O pensamento complexo “propõe o abandono do paradigma triunfalista de controle do real. Em seu lugar, o reconhecimento da irredutibilidade da incerteza, dos princípios da incompletude do saber e da biodegradabilidade das verdades científicas” (Stroh, 1998, p.44).

Na visão dessa autora, as flutuações conceituais, as contradições, ambigüidades e oposições entre correntes de opinião, no âmbito do pensamento complexo, são consideradas elementos positivos, uma vez que o mesmo é movido por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado e o reconhecimento da força das incertezas, ambigüidades e processualidade (dimensão inacabada) do conhecimento.

Esse raciocínio está incluído na mesma visão de Edgar Morin (1994), para quem a complexidade é entendida como a ciência da organização dos contrários, ou seja, uma forma paradoxal de pensar a realidade e ainda um modo de tecer os fatos científicos com base não mais em dualidades, mas em paradoxos, pois a complexidade é o tecido organizador de

eventos, ações, interações, retroações, determinações acasos, que constituem nosso mundo fenomênico, e se apresenta com os traços inquietantes do inextrincável, da desordem, da ambigüidade, da incerteza, do imprevisível.

Nessa ordem de idéias, entende-se, pois, a complexidade como a organização de aspectos, fatores e elementos complementares, que, ao mesmo tempo, constituem opostos, ou seja, unidades que se opõem, mas que fazem parte de um mesmo sistema. Isto significa que as partes antagônicas e concorrenciais contribuem de forma positiva na organização de um sistema complexo, pois, “a complexidade reside na interrogação que podemos fazer quanto às condições, modalidades, limites e problemas colocados pelas complementaridades antagônicas e concorrenciais que organizam um sistema de investigação” (Stroh, 1998, p.47). O caráter relacional é a essência da complexidade. Segundo Morin (1994), todo sistema é fundamentado na sua substância relacional.

Em suma, o debate ambiental é complexo, pois envolve diferentes perspectivas, chegando a ser considerado um “termo guarda-chuva”, adquiriu maior visibilidade social sob a égide do processo de globalização, tanto de ponto de vista econômico como político e técnico-científico. Como afirma Figueiredo (1996), é neste quadro que o ambientalismo se constitui como força política, tanto no que diz respeito à constituição de um corpo específico de valores como na definição e agregação de atores com ele envolvidos.

Esse conjunto de forças constitui um jogo de poder que traz diversas implicações para a ecologia, a começar pelo próprio interesse que a questão ecológica adquiriu, quando, em que contexto e por quais razões. Os problemas ambientais existem desde longos séculos. No entanto, somente em meados do século XX é que o tema entrou na pauta do debate internacional, adquirindo reconhecimento como questão prioritária somente no início da década de 1970, com a realização da Conferência de Estocolmo. Em outras palavras, como ressalta Figueiredo (1996, p.120), “como qualquer força que atua nas sociedades, o ambientalismo está sujeito a resistências e oposições que o desafiam, diversificam e redefinem”.

Atualmente, o que se pode observar é que o ambientalismo constitui um campo de poder cada vez mais estruturado, organizado e centralizado. Mas é importante analisar como se deu esse processo. Como ressalta Flávia Lessa de Barros (1996, p.127), embora a ascensão do ambientalismo se tenha realizado de forma ampla e difusa, com a inserção de uma diversidade de segmentos sociais, em diferentes regiões, sua consolidação vem ocorrendo através de um processo de definição e centralização de poderes, “onde determinados agentes tornam-se cada vez mais estratégicos”. Tal processo se deve, em grande parte, à globalização,

pois na medida em que o ambientalismo deixou de ser associado apenas a um modelo marginal, alternativo e radical, de organização social, passando a integrar uma nova face da racionalidade econômica. Assim, o poder no interior do campo, cuja evolução se deu a partir da problemática ambiental, é centralizado através de agentes-núcleos.

Desse modo, segundo a mesma autora, pode-se falar de um campo polinucleado de poder, no qual os principais agentes traduzem-se em núcleos que atuam como matrizes geradoras e difusoras de ideários, lógicas, modelos de intervenção, regras e normas que orientam a criação de novos direitos e deveres, além de sistemáticas de financiamento, princípios, critérios e recomendações básicas para a formulação de políticas ambientais globais, nacionais e locais.

O processo de centralização e estruturação desse tipo de poder que emerge a partir do ambientalismo pode ser compreendido como “um processo de estruturação do poder de influência e disciplina sobre várias formas de poder – econômico, político, ideológico, jurídico, científico, tecnológico – que devem agora considerar ou incorporar o paradigma ambiental para redefinir o modelo de desenvolvimento e sua agenda” (Barros, 1996, p.129).

É oportuno salientar ainda que a temática ambiental possui um alto potencial dinamizador da estrutura social, uma vez que apresenta elementos potencialmente inovadores. Elementos esses que podem ser classificados como sendo comuns, em alguns aspectos, às mais diferentes esferas, como os movimentos sociais novos, ONGs, organizações intergovernamentais (OIGs), movimentos ecologistas transnacionais (METs), movimentos ecologistas nacionais (MENs), movimentos ecologistas comunitários (MECs), Estado, partidos políticos e comunidade científica (Bernardo, 1996; Scherrer-Warren, 1996).

A conjunção de tantos e diferentes atores sociais justifica-se pelo fato de que o ambientalismo apresenta-se como portador de valores e interesses que se sobrepõem às diferenças de gênero, etnia, religião, classe social, nível de renda e de instrução, público e privado, e de nacionalidade ou região. Trata-se, pois, de um conjunto de reivindicações que dispensa os elementos corporativos, partidários ou particulares. Não há uma identidade específica, mas global, embora seja necessário ressaltar que o global pressupõe o local e o regional.

2.4. Ecologia e consumo

A relação entre ecologia e padrões de consumo é uma das mais contempladas nos estudos recentes. Essa relação se deve à constatação de que, atualmente, não se produz para satisfazer apenas necessidades biológicas, mas sobretudo desejos, que são permanentemente recriados e

redefinidos pela sociedade. Isso faz com que o consumo seja crescente e sempre insatisfeito. Visto de uma perspectiva mais abrangente, "um sistema movido por essa lógica só pode aumentar seus próprios níveis de ineficiência, até se destruir" (Benjamin, 1993, p.30).

A tematização do consumo passou a associá-lo diretamente à responsabilidade ambiental, visto que satisfação de determinadas necessidades, ao mesmo tempo gera novas carências. Se no passado o uso de coisas e bens era orientado exclusivamente para a satisfação de necessidades físicas e biológicas, hoje tornou-se, cultural, simbólico. Para Néstor Garcia Canclini (1995), atualmente, os indivíduos percebem que muitas de suas perguntas enquanto cidadãos são respondidas mais pelo usufruto privado de bens, de informação e pelas diversas formas de entretenimento oferecidas pela indústria cultural do que pelo exercício das regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em associações ou entidades de representação política ou classista. Essa é uma das explicações para a expansão do consumismo.

Louis Dumont, em várias de suas obras (1977; 1985; 1992) ocupou-se do tema individualismo, diretamente associado ao consumismo.¹⁰ Pressupondo o individualismo como valor fundamental nas sociedades modernas e como catalisador de outros valores, Dumont explica como igualdade e liberdade estão subentendidas na noção de individualismo. São elementos inerentes a ele, pois a concepção de homem como indivíduo implica necessariamente o reconhecimento de uma ampla liberdade de escolha, a qual não pode ser efetiva em condições de desigualdade.

O econômico e o social, nesta ordem de idéias, são partes do mesmo processo, o que permite inferir que o individualismo, nos termos postos por Dumont, surge como corolário da moderna ideologia econômica. Seria simplista, portanto, identificá-lo apenas como negação da dimensão comunitária do homem. O principal mérito do pensamento de Dumont está em caracterizar o individualismo como fruto da própria organização social. Organização esta que teve como eixo a lógica de mercado, cujo pilar foi a concepção e o uso da propriedade privada como valor absoluto. O desejo de *ter* supera a vontade de *ser*, ideologia que hoje é potencializada pelo consumismo - tanto no plano material como no plano simbólico.

¹⁰ Em sua abordagem sobre individualismo, o pressuposto-chave é a concepção de indivíduo como valor maior nas sociedades modernas, e, ao mesmo tempo, como fonte de valores derivados. Em sua análise, Dumont usa o conceito de indivíduo em duas acepções: (a) *o homem particular e empírico* - ou seja, "the empirical subject of speech though and will, the indivisible sample of mankind as found in all societies" (1977, p.8); b) *o homem como portador de valor* - isto é, o *individual man*, "the independent, autonomous and thus (essentially) non-social moral being, as found primarily in our modern ideology of man and society" (idem, p.8).

Conforme Dumont, este processo foi impulsionado pelo desenvolvimento da sociedade burguesa e pela ampliação e afirmação do capitalismo, o qual conduziu a uma organização social baseada na competitividade e na exclusão. Dessa forma, a sociedade gerou o "homem abstrato", ou o "*individual man*", quase que completamente desvinculado das forças sociais, pois participa da sociedade mais como consumidor do que como cidadão. É no mercado que ele exerce sua singularidade, mediante a liberdade de trocas. Desse modo, pode-se inferir que o econômico, inserido na dimensão social, produziu o individualismo. O mercado contribuiu para introduzir um novo tipo de relação do homem com o mundo, com base na relação homem e coisas, resultado da nova concepção de riqueza. Com isso, o político separou-se do econômico. Este adquiriu *status* de domínio autônomo e passou a impor uma nova hierarquia da ordem valorativa, sendo o indivíduo a medida de referência. O indivíduo passou a ser sujeito e objeto desse processo. Ele próprio fixa os valores sociais e ele também é o alvo e o objeto dos novos valores, a exemplo do que acontece na sociedade de consumo, com seus hábitos que levam ao desperdício, ao uso irracional dos recursos naturais e à produção crescente de resíduos sólidos.

Entretanto, a própria tematização do consumismo gera mudanças nos comportamentos e na consciência social. Canclini (1995) aponta para a idéia de que é no campo do consumo que se constrói parte da *racionalidade integrativa e comunicativa* de uma sociedade. Conforme o autor, quase todos os aspectos da vida humana foram absorvidos pela lógica consumista. O homem é consumidor quando faz, quando pensa e quando se compraz.

Pelo menos teoricamente todos os integrantes da sociedade contemporânea são consumidores em potencial e todos são iguais perante as leis de mercado. Já que cada vez menos as pessoas compartilham os signos de etnia, classe social ou nação, passam a compartilhar signos, estigmas e visões do mundo mercadológico. Afinal, todos se comportam como membros da "sociedade de consumidores" (*acquisitive society*), de uma forma ou de outra. No caso da política, todos consomem pelo menos informação política, já que o Estado exerce ainda relevante poder sobre a vida dos indivíduos. Ao absorverem esse tipo de informação, também se tornam consumidores culturais, ou seja, fazem parte da economia das trocas simbólicas, cujos produtos principais são palavras, imagens, idéias e signos.

Até pouco tempo, quando se falava em consumo, associava-se, de pronto, tal palavra à aquisição de bens materiais, principalmente os de primeira necessidade. Os estudos na área de Sociologia do Consumo, como o de Johnson et al. (1972), restringiam-se a estudar elementos como a economia de subsistência de determinados tipos de comunidade, a função social das instituições econômicas, a dimensão sociológica da teoria do valor etc. Tudo muito restrito ao

campo econômico; quase uma sociologia econômica. Hoje, é impossível prosseguir nesta trilha. Antes, acreditava-se que consumir constituía um ato puramente individual, uma escolha meramente pessoal. Atualmente, o debate ecológico chamou atenção para os impactos do consumo no ambiente, especialmente no caso dos descartáveis e na geração de gases de efeito estufa (GEE).

Na literatura internacional, o livro *Man and Nature*, de George Perkins Marsh, publicado em 1864, é considerado um marco no debate sobre as consequências do consumismo. Antes da emergência do ecologismo efetivamente, o autor já chamava atenção para o aumento do desperdício e os riscos de esgotamento dos recursos naturais, o que poderia, em sua visão, comprometer as condições de habitabilidade do planeta, tanto para os seres humanos como para todas as espécies animais e vegetais.

As previsões de Marsh se confirmaram, com a emergência da chamada "sociedade de consumidores", a qual, segundo Hannah Arendt (1983) se consolidou sob a égide do mercado, quando a esfera privada invadiu o espaço público e o mercado criou uma nova esfera, nem totalmente privada, nem totalmente pública, mas híbrida, às vezes indistinta. É o que a autora denomina de "esfera social", a qual resulta da emancipação do labor, cuja consequência maior foi a nivelção das atividades humanas, "reduzindo-as ao denominador comum de assegurar as coisas necessárias à vida e de produzi-las em abundância" (p.139).

Todo esse processo está relacionado com a passagem do homem da vida contemplativa à vida ativa, eixo central do livro de Arendt, *A Condição Humana* (1983). Para explicar esse processo a autora remete suas formulações ao modelo grego de esfera pública. A *poli* (esfera pública)s, lugar da ação e do discurso, tinha como suporte o *oikos* (esfera privada), lugar onde se realizavam o labor e o trabalho. O primeiro, entendido como o conjunto das atividades inerentes ao reino do *animal laborans*, era marcado pelas necessidades biológicas e pela transitoriedade das condições materiais da vida. O segundo dizia respeito à criação de objetos materiais a partir da fabricação: é o reino do *homo faber*.

A ação (política), terceiro elemento analisado por Arendt, era a única atividade que podia ser realizada sem a mediação de coisas e objetos, visto que correspondia à condição humana de pluralidade e singularidade, simultaneamente, essência da vida política, na *polis*. Era, até então, a fonte de significado da vida, vinculada à dimensão histórica: memória da "vida activa", cuja fonte era a ação realizada no espaço público - o discurso, o uso da palavra. Afinal, na Grécia antiga, só quem se expressava entre pares é que participava da *polis*. Era o discurso que fazia do homem um ser político, um ser capaz de se revelar em sua singularidade no espaço da aparência, na presença de outros, na pluralidade.

Com a emancipação do labor e do trabalho, consequência do advento do capitalismo, instaura-se a “sociedade de consumidores”. Enquanto no mundo grego o consumo, o labor e o trabalho eram atividades restritas ao *oikos*, na sociedade moderna, tudo isso adquire um novo significado e invade o espaço público. Instaura-se uma nova relação do homem com o mundo e dos homens entre si. Cada um passou a preocupar-se em prover suas próprias necessidades, sejam elas materiais ou não. O corolário dessa emancipação do labor e do trabalho, em tese, seria a liberdade humana. Cada um seria livre para prover suas próprias necessidades da forma que melhor lhe conviesse. Isso implicaria também a emancipação do homem em relação ao próprio consumo. Porém, tudo não passou de uma utopia, pois, o consumo “isento de dor e de esforço não mudaria”. Apenas aumentaria o “caráter devorador da vida biológica”, até porque a humanidade, inteiramente livre do jugo “da dor e do esforço, pudesse livremente ‘consumir’ o mundo inteiro e reproduzir diariamente tudo o que desejasse consumir...” (Arendt, 1983, p.144).

A emancipação do trabalho e do labor em relação à ação, ao contrário da utopia marxista, que se baseava no argumento de que o tempo livre seria usado em atividades “superiores”, gerou novos grilhões. As horas vagas, longe das máquinas, da dor e do esforço, passaram a ser vorazmente empregadas em atividades consumistas. O homem tornou-se um consumidor feroz e, “quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e insaciáveis são os seus apetites” (Arendt, 1983, p.146). Esse apetite insaciável levou à economia do desperdício. O homem passou a criar, sempre e cada vez mais, novas necessidades. As aspirações consumistas foram se tornando mais e mais refinadas, fazendo com que o desejo de possuir transcendesse as necessidades vitais, acarretando no grave perigo de que “chegará o momento em que nenhum objeto do mundo estará a salvo do consumo e da aniquilação através do consumo” (p.146).

É por tudo isso que, nas análises atuais sobre meio ambiente, a discussão sobre o consumo não pode ser ignorada, pois o fenômeno da “sociedade de consumidores” acarreta duas implicações básicas. A primeira diz respeito aos impactos da ação e das atitudes do homem, enquanto consumidor, no meio sócio-ambiental, enquanto a segunda refere-se à própria capacidade integrativa e reflexiva acerca do ato de consumir. Nas ciências sociais, especificamente, as reflexões sobre o consumo contribuíram para se propor redefinições no campo das relações sociais e da relação homem x natureza, tanto no contexto rural como urbano, aspectos que serão desenvolvidos nos itens seguintes, com uma breve abordagem sobre os estudos oriundos do campo da Sociologia Rural e da Escola de Chicago, respectivamente (itens 2.5 e 2.6).

2.5. Ruralidades ambientalizadas

Antes de tematizar especificamente a questão ambiental, a Sociologia percorreu uma trajetória analítica de espectro amplo e diversificado, a exemplo da abordagem sobre questões urbanas e rurais. Tanto no Brasil como em Portugal, o papel da Sociologia Rural, mais especificamente no que toca às pesquisas sobre agricultura - foi decisivo para que os cientistas sociais passassem a estudar a questão ambiental, pois "os processos sociais passaram a ser estudados no contexto maior da biosfera, considerando-se que as práticas humanas deliberadas, afetando o meio ambiente, têm provocado efeitos negativos não previstos" (Guivant, 1995, p.99).

No lastro da revolução verde da década de 1970 e da crescente modernização do campo, com a mecanização da agricultura, é que emerge, na comunidade científica, o alerta sobre as conseqüências ecológicas do uso de aditivos químicos ao solo e de outras práticas que passaram a ser consideradas nocivas aos ecossistemas. Conforme Brandenburg (2005, p.59),

“É somente após a chamada modernização conservadora da agricultura que ocorrem manifestações de contestação ao padrão técnico e econômico implementado pelas políticas agrícolas, fortemente subsidiadas pelo Estado. Isto porque jamais se presenciou, na história da sociedade brasileira, um processo de exclusão social de tamanha expressão; de trabalhadores, pequenos agricultores e camponeses de modo geral. Assim, é a partir da intensa modernização agrária que grupos organizados, representantes e líderes de associações e sindicatos questionam o padrão de desenvolvimento fundamentado na primazia da razão instrumental”.

O livro *Primavera Silenciosa*, da escritora e ecologista norte-americana Rachel Carson, lançado em 1962, foi considerado um marco na literatura científica sobre os impactos dos agrotóxicos no ambiente. Além de chamar atenção para os efeitos maléficos dos pesticidas usados na agricultura, a autora - juntamente com o biólogo francês René Dubos - mostrou o quanto a natureza é vulnerável à intervenção humana. Foi a primeira obra destinada ao grande público a chamar atenção para os efeitos em cadeia dos defensivos agrícolas, especialmente o DDT (Diclorodifeniltricloreto),¹¹ tanto na natureza como na

¹¹ O DDT teve sua fórmula desenvolvida na década de 1940, durante a II Guerra Mundial. O inventor da fórmula, o pesquisador Paul Müller, foi agraciado com o Prêmio Nobel de Medicina, em 1948, alguns anos depois de anunciar os resultados de suas pesquisas que comprovaram a eficácia da substância no combate a pragas e insetos. Durante a II Guerra, a substância foi usada pelos soldados americanos contra o mosquito *Anopheles*, transmissor do parasita da malária, o que aumentou a fama do produto. O DDT foi saudado como uma grande descoberta, devido a seu efeito em grande escala, capaz de exterminar praticamente todos os tipos de

saúde humana. A autora demonstrou que o DDT eliminava os insetos, os pássaros, as borboletas, as abelhas e uma série de pequenos animais. Além disso, seus resíduos se acumulavam na gordura dos animais, no leite, nos grãos dos cereais e na seiva de frutas e legumes. Na época, motivados pelas advertências de Rachel Carsons, pesquisadores analisaram o tecido gorduroso de pingüins na Antártida e encontraram resíduos de DDT. O escritor norte-americano Edmund Way Teale aderiu aos apelos de Rachel Carson e também passou a combater o uso do DDT.

Apesar da resistência da indústria química, a publicação serviu de alerta para a necessidade do uso controlado dos pesticidas. Por essa razão, a obra é considerada um marco nos estudos sobre ambiente e agricultura. O livro de Rachel Carson é considerado por vários autores (Anderson, 1997; Schmidt, 2003; Pereira Rosa 2006; Graziano, 2004) importante ponto de partida para o surgimento dos movimentos ambientalistas, associado aos movimentos pacifistas que contestavam os investimentos bélicos e a expansão das tecnologias nucleares. O livro de Carson fomentou as pesquisas na área de Ciências Naturais e Ciências da Terra, as quais depois serviriam de ponto de partida para os estudos de Ciências Sociais. Esse último campo científico passou a analisar uma rede de fatores associados ao contexto rural, como desenvolvimento agrícola, extensão rural e adoção de tecnologias agrícolas, relações de trabalho e desenvolvimento social, reforma agrária e conflitos fundiários, êxodo rural, agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável.

Essa vertente das Ciências Sociais, em sua relação com o ambiente, exerceu papel expressivo tanto no Brasil como em Portugal, países nos quais as atividades agrárias são relevantes para a economia e para o debate ambiental. Apesar das particularidades em relação aos aspectos edafoclimáticos (condições relativas ao solo e ao clima), nos dois países, o meio rural ainda é referência para os estudos ecológicos, mesmo que seja negligenciado pela imprensa portuguesa, como constata Pereira Rosa (2003, p. 96-97).

As Ciências Sociais, por sua vez, passaram a tomar as temáticas ecológicas como centrais no estudo das ruralidades (Brandenburg, 2005), confirmando o paradigma do ambientalismo como interdisciplina. Apesar da natureza predominantemente transversal desse campo de estudos, o autor mencionado destaca duas correntes de análises:

“As discussões e análises da questão ambiental no campo são abordadas no contexto da reorganização do ambiente rural diante da sociedade globalizada. Nesse sentido, o tema da ruralidade apresenta-se mediante uma

pragas. O livro de Rachel Carson (*Primavera Silenciosa*) alertou para os riscos da substância, o que causaria a proibição de sua aplicação como defensivo agrícola, duas décadas depois.

controvérsia que articula basicamente duas posições: uma aponta para o desaparecimento de um rural agrícola, face aos processos contínuos de urbanização e industrialização; outra, para a reconstrução de uma ruralidade que resgata um mundo da vida rural articulado com valores urbanos”.

O autor explica que, na primeira perspectiva destacada, o rural deixa de ser um espaço que privilegia a agricultura, ao se tornar uma arena socioambiental de múltiplas atividades, uma rede produtiva com múltiplos reflexos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Nessa perspectiva, prossegue o autor em sua análise, a terra (na concepção fisiocrata) deixa de ser o centro da discussão sobre os processos produtivos, uma vez que são agregados outros elementos, como biotecnologias, técnicas agrícolas, conhecimento, direitos humanos e a perspectiva ambientalista:

“Desse modo, o rural é analisado na perspectiva da reorganização das atividades econômicas, onde o progresso tecnológico exerce um papel preponderante. Os recursos tecnológicos da informática e da engenharia genética estariam na ponta desse processo de transformação. Nesse contexto, o ambiente rural seria reconstruído na perspectiva de uma sociedade industrializada, onde as especificidades entre as atividades desaparecem, uma vez que a lógica da racionalidade técnico-instrumental seria determinante nos processos de reorganização social” (Brandenburg, 2005, p. 62).

A segunda vertente, ainda conforme o mesmo autor, tem como eixo temático e analítico “a reconstrução da ruralidade”. Em sua visão, o mundo rural não deixa de existir para a sociedade, como era de se imaginar, em decorrência das minguadas populações que permaneceram nas áreas rurais. O autor explica que, se por um lado ocorreu um esvaziamento da população no campo à medida que a sociedade se industrializava, por outro, houve uma reconstrução de relações sociais no meio rural mediante categorias sociais que permanecem no campo e que são valorizadas no contexto de políticas públicas. Como exemplo, ele cita os agricultores familiares, com formas de organização social e produtiva que redesenharam as relações sócio-ambientais, com a preservação dos valores tipicamente rurais, desbancando as teses de que o rural seria inteiramente absorvido pelos valores urbanos:

“Antes, essas relações eram reconstruídas com base em dois universos tensionados e complementares: o mundo da vida rural, expresso pelo cotidiano marcante das relações comunitárias no campo, e o sistema urbanizado, que através de relações de troca mediatiza valores universais com a sociedade. Nessa perspectiva, embora as comunidades rurais, os núcleos, povoados ou pequenas vilas ou cidades possam ser dotadas de infra-estrutura de lazer, energia, saneamento e serviços, com características dos centros urbanos, eles expressam um modo de vida que tem suas raízes no meio rural” (Wanderley, 2000 apud Brandenburg, 2005, p.62).

O autor ressalta que, na perspectiva do sócio-ambientalismo, as duas correntes de interpretação do rural podem ser compreendidas na perspectiva da modernização ecológica ou na perspectiva da teoria crítica ou da modernidade reflexiva, nos termos propostos por Giddens, Beck e Lash (1997). Segundo essa interpretação, os processos de modernização social incluem, necessariamente, elementos da infra-estrutura produtiva do meio rural, os quais passaram a considerar princípios ambientais.

Desta forma, prossegue o autor:

“Dentre os vários temas relacionados com a questão ambiental no meio rural, a reorganização da agricultura, via agroecologia, parece ser um dos mais relevantes, considerando o seu sentido tanto para os atores sociais rurais como para a moderna sociedade de risco. Assim é possível afirmar que: se, para o consumidor, o consumo de produtos naturais representa uma alternativa de preservação da saúde, para o agricultor, a agroecologia, em expansão nesse momento, representa muito mais uma possibilidade de assegurar sua reprodução social do que uma ação fruto de racionalidade ecológica orientada por imperativos éticos de reconstrução de sistemas ecossociais” (Bradenburg, 2005, p.62).

Nesse sentido, o rural ambientalizado tornou-se o objeto de estudo privilegiado das Ciências Sociais, em abordagens interdisciplinares. Essa concepção, conforme o autor, tornou-se relevante não apenas para compreender como o rural se reorganiza mas, sobretudo para orientar atores sociais, organizações e instituições sociais e governamentais na formulação de políticas de desenvolvimento que articulem dimensões do ambiente e da sociedade.

Desse ponto de vista, a Sociologia Rural pode ser considerada uma das precursoras da Sociologia do Ambiente. Segundo Ferreira e Ferreira (1992), a proposta da Sociologia do Ambiente tem como ponto de partida a noção de insustentabilidade da civilização contemporânea. Insustentabilidade esta que tem como fatores principais:

- a) o crescimento populacional exponencial e concentração da população em áreas específicas;
- b) a redução do suporte de recursos naturais;
- c) o modelo produtivo que utiliza tecnologias poluentes e baixa eficiência energética;
- d) o sistema de valores que fomenta a expansão crescente do consumo.

Se por um lado, os estudos sobre a questão agrário-fundiária e as pesquisas acerca dos impactos da adoção de tecnologias no modo de produção e nas relações sociais do contexto

rural contribuíram para criar um campo de interesse entre os cientistas sociais concernente aos estudos ecológicos, com a Sociologia Rural, a Sociologia Urbana, igualmente, ofereceu sua contribuição, a exemplo das pesquisas realizadas em áreas urbano-industriais que se tornaram alvo de grandes impactos da poluição industrial, como veremos a seguir, com a contribuição da Escola de Chicago.

2.6 A Escola de Chicago e a ecologia urbana

Grande parte dos estudos sobre jornalismo e ambiente retrata as questões ambientais diretamente relacionadas com o contexto urbano, recorte que se coaduna com aspectos da proposta de estudos da Escola de Chicago, especialmente no que se refere a assuntos como poluição, urbanismo, desenvolvimento sustentável, resíduos sólidos, impactos ambientais nas cidades e aquecimento global. Um dos eixos temáticos da Escola foram os estudos urbanos, mais precisamente a estrutura urbana e a ecologia humana.

No âmbito deste estudo toma-se como referência o principal representante da Escola de Chicago, o qual não foi um sociólogo nem um urbanista, mas um jornalista, Robert Park, que teve atuação marcante, no período de 1915 a 1930. Como jornalista, Park interessava-se pelas reportagens sobre problemas urbanos. Para ele, a cidade era um *laboratório social*. Além disso, a seu ver, o ambiente urbano deveria ser encarado como uma instituição e não como um mero agregado de pessoas e organizações sociais.

O pressuposto de Park é de que as relações sociais de caráter acentuadamente diferentes podem ter raízes nas condições de uma localização territorial comum. Em sua visão, a vida da comunidade é condicionada pela distribuição dos indivíduos e instituições sobre uma área, a qual apresenta pelo menos três aspectos distintos: a comunidade ecológica, a comunidade cultural e a comunidade política. É a partir desses três aspectos que se pode relacionar os estudos da Escola de Chicago com a tematização da mídia sobre os temas ambientais, especialmente no que se refere à cobertura sobre poluição urbana e aquecimento global, objeto de análise deste ensaio.

Antes do desenvolvimento do trabalho é necessário apresentar a ressalva de que não postulamos uma influência direta e intensa da Escola de Chicago na cobertura jornalística sobre ecologia nem sobre os estudos ambientais. A hipótese é de que há relação entre os postulados da Escola e as práticas jornalísticas e de investigação, assunto que será aprofundado ao longo do desenvolvimento do estudo. Uma das pistas a serem investigadas é a

influência das Ciências Sociais na formação de jornalistas e investigadores, visto que o jornalismo é herdeiro dos principais paradigmas oriundos do campo das Ciências Sociais. Esta é uma questão ainda em aberto, a qual será aprofundada durante a pesquisa que está em curso. A hipótese encontra respaldo na argumentação de Sousa (2006) de que as influências teóricas em um determinado campo de estudos devem ser analisadas à luz de múltiplos atores, fatores e de relações de mediação que concorrem para a validação de uma determinada concepção que se torna paradigmática e seus respectivos enquadramentos. Assim, a hipótese aqui apresentada baseia-se no pressuposto de que a Escola de Chicago, como vertente expressiva das Ciências Sociais, forneceu elementos relevantes para os jornalistas e os pesquisadores em relação à abordagem de temas ambientais.

A Escola sociológica de Chicago é considerada uma das mais expressivas vertentes teóricas e metodológicas americana do campo das Ciências Sociais de repercussão internacional, do período entreguerras (1915-1940). No âmbito dos estudos realizados por seus integrantes destaca-se o interesse pela organização espacial da cidade, perspectiva denominada ecologia urbana. Esse foco temático se divide ainda em duas vertentes. A primeira ressalta os aspectos dos processos espaciais um determinado quadro de relações entre diferentes áreas da cidade, vistas como portadoras de uma dinâmica em constante transformação. Essa foi a linha desenvolvida por Robert Park. A segunda vertente ressalta o interesse de identificar os fatores atuantes dos processos que originaram a estrutura urbana, além de demonstrar o quadro espacial considerado como seu resultado. Ernest W. Burgess e Homer Hoyt são os principais expoentes dessa segunda linha de pesquisa. Cabe destacar ainda a contribuição de outros autores igualmente relevantes para as investigações da Escola, como Albion Small, Thomas Znaniecki, John Dewey, Charles Cooley e George Mead.

A Escola de Chicago também é reconhecida como um campo paradigmático para os estudos de comunicação, como ressalta Sousa (2006, p.206), “considerada a primeira escola de pensamento comunicacional sistemático que surge na história das teorias da comunicação, antecedendo por alguns anos a Escola de Frankfurt”. Os pressupostos da Escola resultaram na vertente denominada interacionismo simbólico, que se refere “ao estudo das significações elaboradas pelos atores sociais no contexto das interações sociais. Para ele, os indivíduos agem a partir dos significados que atribuem às pessoas e às coisas enquanto interagem...” (Sousa, 2006, p.206). Essa perspectiva é relevante porque relaciona a abordagem da ecologia humana com o interacionismo simbólico¹².

¹² Essa relação é aprofundada por Jorge Pedro Sousa, no livro mencionado, a partir da página 206.

O problema da ecologia humana, de acordo com a perspectiva de estudo da Escola, pode ser dividida em duas vertentes: a teorização do tema e o estudo das relações entre os diferentes grupos culturais, étnicos e raciais. Nessa perspectiva, o ambiente urbano era encarado como uma instituição, que deve ser pensada como tal e não como um mero agregado de pessoas e organizações sociais (Park, 1915). Em sua opinião, a cidade não é apenas o lugar, mas também as pessoas, sentimentos, costumes, arquitetura, monumentos, vias de trânsito, bares, restaurantes, escritórios etc. Assim, o sítio urbano deve ser concebido como um conjunto de mecanismos psico-físico-sociais, nos quais e por meio dos quais os interesses privados e públicos, econômicos e políticos encontram expressão. Em seu sentido mais amplo, resume, a cidade é uma produção. É o produto não intencional do trabalho de sucessivas gerações e de diferentes forças sociais, econômicas, políticas e culturais.

Nessa perspectiva, a cidade é concebida ainda como uma entidade composta de diversas partes inter-relacionadas e dotada de uma dinâmica própria de formação e desenvolvimento, “cuja determinação, em cada caso concreto, permite a abordagem do comportamento de indivíduos e de grupos de indivíduos, objetivo maior da investigação sociológica na Escola de Chicago” (Eufrásio, 1999, p.138). Complementa essa idéia a visão da cidade como um mosaico, constelação ou organismo vivo. Isso significa que a cidade é vista como um todo orgânico, formado por áreas funcionais, que atendem às necessidades e características de cada tipo de organização urbana. Esse todo orgânico é composto ainda por populações que apesar de serem heterogêneas, apresentam características, comportamentos e hábitos de relativa semelhança. A existência dessas áreas naturais, cada uma com suas funções características,

“é uma indicação da espécie de coisa que a cidade se revela sob análise – não, como se seria de início, um artefato, meramente, mas em certo sentido e em certa medida, um organismo. A cidade é, de fato, uma constelação de áreas naturais, cada uma com seu próprio *milieu* característico e cada uma desempenhando sua função específica na economia urbana como um todo” (Park, 1929 apud Eufrásio, 1999, p.139).

De acordo com essa concepção, Park dividia a cidade em quatro eixos:

- a) o plano da cidade e a organização local;
- b) a organização industrial e a ordem moral;
- c) as relações secundárias e o controle social; e
- d) o temperamento e o ambiente urbano.

O conceito de ecologia humana desenvolvido e adotado pela Escola de Chicago é complexo e multifacetado. Não há uma concepção unívoca, mas diversas concepções. Eufrásio (1999) agrupa as distintas definições, segundo as quais, a ecologia humana é vista como:

- a) síntese abrangente de diversos campos de Ciências Naturais e Ciências Sociais;
- b) estudo das relações entre o homem e seu ambiente físico e social;
- c) aplicação de conceitos e explicações da biologia na conceituação e explicação de fatos sociais;
- d) a ecologia humana como estudo das distribuições espaciais dos fenômenos humanos;
- e) estudo das áreas regionais ou locais e as relações com seus habitantes;
- f) estudo das relações sub-sociais entre os homens (aspectos das relações humanas que não envolvem estímulo e resposta mentais ou conscientes diretos, e em especial a comunicação simbólica entre os agentes) – interação impessoal que ocorre por intermédio do meio ambiente natural.

Para o estudo da ecologia humana Park e Burgess consideram fundamental o elemento comunidade, termo que é aplicado às sociedades e aos grupos sociais onde são considerados do ponto de vista da distribuição geográfica dos indivíduos e da organização das instituições sociais. Os dois autores salientam a crescente disposição de enfatizar um dos aspectos fundamentais da comunidade: seu cenário geográfico. O pressuposto é de que as relações sociais de caráter acentuadamente diferentes podem ter raízes nas condições de uma localização territorial comum. Isso porque a vida da comunidade é condicionada pela distribuição dos indivíduos e instituições sobre uma área, tem pelo menos três aspectos distintos: *a comunidade ecológica*, *a comunidade cultural* e *a comunidade política*.

A *comunidade ecológica* é vista quase exclusivamente em termos de localização e mobilidade física de seus habitantes. Abrange os aspectos topográficos e outras características externas e físicas, como ferrovias, parques e tipos de habitação. Esses elementos constituem condicionantes da formação da comunidade e exercem influências determinantes sobre a distribuição de seus habitantes, bem como sobre seus movimentos e sua vida em geral. A *comunidade cultural* é o aspecto da vida social de acordo com a qual a comunidade pode ser concebida em termos dos efeitos da vida em comunidade em uma determinada área sobre a formação ou a manutenção de uma cultura local. Embora essa relação dos padrões de cultura com as áreas territoriais ainda não estivesse adequadamente estudados na época, era consenso a idéia de que a cultura local inclui sentimentos e formas de conduta, ligações, cerimônias e

rituais que são típicos de uma localidade – ou tiveram origem na área ou se adquiriram identidade com ela. Um exemplo citado por Burgess são os estudos sobre dialetos, que ilustram como as áreas locais, com seu isolamento herdado, afetam os costumes da fala. A *comunidade política* diz respeito aos aspectos ligados à organização comunitária e política e seus efeitos sociais, como: (a) a existência de áreas comuns de residência numa localidade favorece a associação comunitária e o agir juntos; (b) a contigüidade de residência predispõe à cooperação nas condições de vida próprias do local geográfico, como transporte, abastecimento d'água, parques infantis, etc.

É a partir desses três aspectos que, na visão deles, “a relação de uma área local com a vida de um grupo humano pode ser enunciada” (Eufrásio, 1999, p.111). Em suma, Park e Burgess assinalam que o estudo das forças sociais em qualquer área geográfica, em termos de ecologia humana, deve pressupor que a vizinhança (ou comunidade) é resultado de três principais tipos de influência determinantes: as forças ecológicas, as forças culturais e as forças políticas.

No âmbito da ecologia urbana, atualmente, além da relação entre os mais distintos atores da vida urbana, os temas ambientais também se tornaram elementos imprescindíveis desse *laboratório social*, sobretudo nas metrópolis e megalópolis. A poluição do ar e o aumento da temperatura da terra, por exemplo, são dois ingredientes fundamentais para a redefinição dos estilos de vida nas cidades.

A diversidade de abordagens da Escola de Chicago demonstra que, apesar da denominação de *escola*, não se trata de um bloco homogêneo de pensamento ou uma tendência metodológica unívoca. Na realidade, como lembra Eufrásio (1999, p.35),

“há várias ‘escolas de Chicago’, cada uma com feições próprias e mesmo completamente divergentes em aspectos fundamentais: a de filosofia, a de sociologia, a de ciência política, a de economia, para citar apenas algumas vinculadas à Universidade de Chicago. Ao se falar na escola sociológica de Chicago se nomeia, mais ou menos ampla e vagamente, um conjunto de linhas de interesses e de desenvolvimento de temas, de orientações teóricas e de tradições de posturas de investigações e de tratamentos e procedimentos de pesquisa...”

Essa pluralidade de abordagens é que permite relacionar a produção da Escola de Chicago com a discussão sobre os estilos de desenvolvimento adotados pelos países industrializados, acarretando a ocupação desordenada do espaço, a exportação abusiva dos recursos naturais e o comprometimento da qualidade de vida nos centros urbanos e no meio rural. Na cobertura dos temas ambientais, a mídia reproduz essa diversidade temática, mas

nem sempre de forma sistemática, pois a pluralidade geralmente decorre das circunstâncias e de um projeto editorial sujeito às pressões do contexto e aos múltiplos fatores que interferem na produção noticiosa (Sousa, 2000). Em termos gerais, em vez de cobertura ampla e contextualizada, temos notícias isoladas, sobre problemas pontuais, de acordo com o calor das circunstâncias. O que é destacado é o tom denunciante, inusitado espetacular ou catastrófico.

Apesar dessa pluralidade de abordagens que convergem para a ênfase à ecologia urbana, a Escola de Chicago é considerada uma relevante precursora dos estudos ecológicos. Os autores dessa escola chamaram atenção para as conseqüências das mútuas interações entre a organização espacial urbana e o ambiente social, em uma perspectiva antropocêntrica. Essa concepção teórica é tributária do pensamento sociológico clássico, que enfatizava a separação entre a sociologia e os fatores naturais, cuja expressão máxima está na afirmação de Durkheim de que os fatos sociais só eram passíveis de serem explicados socialmente¹³. O postulado compreensivista de Max Weber também reafirmou esse paradigma. Conforme Weber, para compreender o comportamento social era necessário compreender os sentidos que os atores atribuem a esses comportamentos.

A despeito dos limites herdados do paradigma sociológico clássico, autores como Schmidt (1999) identificam na Escola de Chicago uma contribuição específica para uma futura sociologia do ambiente. No bojo dessa contribuição, destaca-se a análise empírica das conseqüências da (re)organização espacial resultante do desenvolvimento urbano das grandes cidades e das dinâmicas decorrentes desse processo, como as redes de transporte, as migrações e as formas de organização e estruturação das relações de cooperação e competição pelo espaço físico com maior oferta de serviços públicos. Embora a ênfase tenha sido ao impacto do ambiente construído sobre a sociedade, a perspectiva da Escola de Chicago abriu trilhas para futuras análises da interação entre sociedade, cultura e natureza.

A partir da década de 1950, com o impacto da bomba atômica é que surgiram estudos de sociologia do ambiente com orientações diversificadas, como destaca Schmidt (1999). Essa nova fase, denominada de Ecologia Social, procura superar as lacunas deixadas pelos estudiosos de Chicago, com o intuito de se levar em conta os impactos da própria dinâmica da vida social no ambiente. Entretanto, apesar de todos os avanços, é praticamente consensual a ressalva de que o campo da sociologia do ambiente ainda está em processo de constituição e consolidação, como assinala a autora supracitada.

¹³ A recusa de qualquer influência dos fatores naturais ou biológicos na explicação de problemas sociais resultou da necessidade de legitimação e afirmação do campo da Sociologia, com o propósito de delimitar seu objeto de estudo e seus métodos de investigação.

3. O AMBIENTE NOS ESTUDOS DE JORNALISMO NO BRASIL E EM PORTUGAL

Como já foi abordado no primeiro capítulo, a emergência dos temas ambientais e sua inserção na agenda dos *media* no Brasil e em Portugal estão diretamente vinculadas à evolução de uma agenda ecológica internacional, conduzida por organismos transnacionais de amplo reconhecimento e com capacidade de intervenção política nos países ocidentais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). É nesse processo de negociação que está o gérmen da mediatização do ambiente e da constituição de uma “esfera pública verde” ou “ecosfera”. Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da análise dos trabalhos acadêmicos realizados nos dois países, a partir desse enquadramento contextual.

A análise foi organizada de modo a destacar em primeiro plano os elementos históricos, visto que entre os objetivos do trabalho estão a periodização das diferentes fases dos estudos de jornalismo sobre a cobertura ambiental da imprensa no Brasil e em Portugal e a investigação sobre os antecedentes do ideário ecológico que influenciaram diretamente as análises sobre jornalismo ambiental nesses dois países.

Em seguida serão apresentados e discutidos os principais temas explorados pelos trabalhos analisados, os principais paradigmas teóricos e analíticos que serviram de suporte às investigações mencionadas nos dois países, os elementos metodológicos predominantes e as convergências e dissonâncias entre as pesquisas realizadas nos dois países. Por fim apresenta-se uma reflexão sobre a mediatização do ambiente e a formação de uma “ecosfera” ou “esfera pública ambiental”, a partir dos estudos em questão (capítulos 5 e 6).

3.1 A emergência do ambiente nos *media*

De acordo com a leitura dos principais autores brasileiros e portugueses, apresentamos a seguir uma proposta de sistematização dos antecedentes do jornalismo ambiental. Trata-se de um mapeamento que encontra respaldo no capítulo 1. Portanto, a apresentação resumida da periodização aqui sistematizada se justifica pela necessidade de evitar redundância em relação ao conteúdo do capítulo 1. As fases da emergência do ambientalismo podem ser sumarizadas da seguinte forma:

I – Conservacionismo

Esta etapa corresponde às primeiras tentativas de afirmação do ambientalismo, as quais tiveram início primeiramente em Portugal, no final da década de 1940, momento representado pela atuação da *Liga para a Protecção da Natureza (LPN)*, criada formalmente em 1947. O Brasil enquadra-se na mesma fase, mas onze anos depois, com a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN, em 1958), com perfil semelhante à LPN. Em ambos os casos, a tônica é expressamente conservacionista.

Conforme Mousinho (2005, p.346), o termo conservacionismo não deve ser entendido de forma pejorativa, visto que vem de conservação, um conceito desenvolvido e disseminado nas últimas décadas do século XIX como um relacionamento ético entre pessoas, terras e recursos naturais, ou seja, “uma utilização coerente destes recursos de modo a não destruir sua capacidade de servir às gerações seguintes, garantindo sua renovação”.

Como estratégia de afirmação perante o Estado, a sociedade e a imprensa, tanto a LPN como a FBCN elegeram como foco de atuação a preservação da fauna e da flora, com a realização de estudos técnicos, com fundamento nas Ciências da Natureza, as quais já tinham conquistado legitimidade científica. Inicialmente, ambas evitaram manifestações abertamente políticas, devido ao regime de governo dos dois países. Igualmente, ambas as instituições evitaram abordagens com respaldo das Ciências Sociais, visto que tanto no Brasil como em Portugal, esse campo acadêmico era questionado pelo Governo, devido a supostos enquadramentos ideológicos.

Trata-se de uma etapa com matizes românticos. A natureza era considerada uma “arcádia” a ser preservada e a ciência era vista como instrumento de esclarecimento incontestável, a serviço da humanidade. A divulgação sobre os fatos ecológicos nesse período também é romântica e distanciada da vida urbana. A natureza é representada pelo noticiário como dissociada da cultura e da sociedade.

Essa fase foi marcada pela discussão sobre a proteção às espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção. No Brasil, a fauna silvestre constituiu o foco do interesse dos

pesquisadores, destacando-se: mico-leão-dourado, ouriço-preto, baleias, macacos mono-carvoeiros ou muriquis, tartarugas marinhas, sagüis, mico-leão vermelho, macaco-da-noite e ararinha azul. As campanhas da época apresentavam conotação romântica e apelo emocional, com a exploração de imagens dos animais, a fim de comover o público.

Essa tendência também predominou em Portugal, mas em relação a outros tipos de animais como as cegonhas. Entretanto, não só as espécies nativas chamam a atenção do público português, como registra Schmidt (2003, p.179), a fauna exótica também desperta o interesse da sociedade, especialmente pelas emissões televisivas: “Coloridas, fotogênicas, com grande diversidade de espécies, existentes tanto nos países europeus como nos países tropicais e com a mais antiga tradição nas políticas e movimentos proteccionistas”.¹⁴ Entretanto, a autora menciona outras espécies que aparecem com destaque nessa fase em Portugal, como os golfinhos, baleias, leões marinhos, felinos e primatas. Como ressalta Schmidt, a televisão explora a imagem desses animais de forma lúdica, transformando bichos em “brinquedos vivos”, na lógica do espetáculo, típica da mediatização do ambiente. Do ponto de vista da mediatização, esse período foi marcado pela exploração de imagens ambíguas da natureza – ora idealizada, ora degradada. Apesar disso, essa é uma etapa fundamental na evolução e consolidação do ambientalismo.

Em termos de atores ecológicos, a fase do conservacionismo foi marcada pelas manifestações de ativistas que se destacavam pelo discurso considerado inusitado em favor de espécies da fauna e da flora. É o período do chamado ambientalismo monossetorial, como foi caracterizado no capítulo 1. É denominado monossetorial porque apenas um dos atores era reconhecido socialmente, no caso o Estado. Os ativistas não eram levados a sério pela opinião pública e nem pelos *media*. Assim, o que recebia maior destaque eram as medidas do Estado em prol da conservação de determinados ecossistemas e biomas. As manifestações dos ativistas eram representadas sob a ótica do desvio, das atitudes inusitadas e pitorescas, o que fragilizava o ideal conservacionista e fortalecia as ações do Estado.

Segundo a lógica conservacionista, a natureza é concebida como realidade objetiva, sob o domínio de saberes oriundos das Ciências Naturais, em perspectiva positivista. Entre as áreas de conhecimento de maior relevo, segundo esse enquadramento, destacam-se a Biologia, a Botânica, a Zoologia, a Agronomia e a Engenharia Florestal. Os cientistas e técnicos desses

¹⁴ A autora observa que as aves foram objeto da primeira associação de defesa dos animais, criada na Inglaterra, a *Royal Society for the Protection of Birds* (1889). A associação combatia a prática então comum do abate de aves para a extração da plumagem, a qual era utilizada em adereços de moda na época, como chapéus e peças de vestuário feminino. A atuação da *Royal Society for the Protection of Birds* levou à assinatura da primeira convenção internacional em defesa das aves, em 1902.

campos de saber empenhavam-se em encontrar explicações para os fenômenos naturais e como esse conhecimento poderia contribuir para a conservação do patrimônio natural. Entretanto, as temáticas ambientais são restritas aos ecossistemas habitados por espécies selvagens e cobertos por matas nativas, além de contarem com cachoeiras, nascentes e demais elementos da natureza virgem e selvagem.

Na fase do conservacionismo, o ambiente urbano não é associado com os estudos e debates sobre ecologia. Até então, existia uma concepção de que ambiente se limitava aos espaços ainda não habitados pelos homens. Os problemas urbanos não faziam parte das discussões ecológicas. Nesse período existia uma nítida dicotomia entre o campo e a cidade e uma preferência dos ecologistas pela defesa dos ecossistemas rurais, os quais deveriam ser preservados como santuários e como *habitats* predestinados para a reprodução de espécies da fauna e da flora.

Pádua (1986), em seu estudo sobre as origens da ecologia política, afirma que a tematização da degradação da natureza não é recente, como apregoam os ambientalistas. Tanto no Brasil como em Portugal a emergência de discursos em defesa da conservação dos recursos naturais remete aos anos de 1940 e 1950. Soromenho-Marques (2001) também chega à mesma conclusão. O conservacionismo, portanto, constitui uma das etapas do pensamento ambiental nos dois países de reconhecida importância para a compreensão das etapas posteriores, inclusive do ponto de vista do desenvolvimento conceitual, com a incorporação de novas concepções sobre o tema.

No lastro da diversidade conceitual existente no contexto atual, o conservacionismo é considerado pioneiro. Depois surgiriam os termos “ecologismo” e “ambientalismo”. As raízes do conservacionismo remetem ao século XIX, quando naturalistas, artistas e amantes da natureza uniram-se para conter a caça, a pesca e a exploração de determinadas áreas naturais. O conservacionismo baseia-se em críticas diretas ao sistema capitalista de produção e à exploração da natureza em função de lucros. É baseado principalmente na Ecologia Natural, que consiste em pressupostos de um enfoque monodisciplinar, voltado exclusivamente para o estudo do *habitat*.

O ecologismo, por sua vez, não se limita apenas à defesa e preservação da natureza, apesar de também incluir essa concepção. A linha de demarcação entre os dois movimentos é sutil. A diferença principal está no fato de que os ecologistas encaram a problemática ambiental como algo mais abrangente, que extrapola a esfera natural em si. Para tanto, questionam o sistema social em toda a sua integralidade e complexidade, abordando, inclusive, aspectos que aparentemente não dizem respeito ao problema da destruição

ambiental especificamente, como o consumo, a disparidade de renda, pobreza e desigualdades sociais, por exemplo. Os adeptos dessa concepção encaram a questão ecológica como consequência direta de um modelo de civilização que se tornou insustentável. Portanto, eles reivindicam não só a conservação dos recursos naturais, mas também mudanças nas estruturas econômicas e políticas. Para os ecologistas, a crise ecológica, é, portanto, essencialmente, uma crise social.

Assim, o conceito *Ecologia* envolve fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, visto que a relação indivíduo x sociedade compreende o exercício de diversos papéis sociais pelo cidadão, sendo ele, simultaneamente cidadão, consumidor e agente do processo sócio-cultural. Conforme Alphonse (1992), não se deve considerar a ecologia como “ciência”, “teoria”, ou “disciplina”, mas como uma metodologia que permite reunir e organizar os conhecimentos com vistas a uma maior eficácia da ação. Ademais, acrescenta o autor:

"A ecologia veicula valores e opções aparentemente contraditórias. Pode-se, em seu nome, apelar à ciência, à técnica ou à religião, exigir uma intervenção crescente do estado e das instituições mundiais ou, ao contrário, uma maior autonomia dos indivíduos e das coletividades; colocar-se a favor do 'gênio' do mercado ou fazer dele uma crítica radical; prever o apocalipse para amanhã ou acreditar que a humanidade nunca se propõe problemas que não possa resolver. Em resumo, se a sensibilidade ecológica está em toda a parte, ela é também um saco sem fundo, um bricabraque que as pessoas alimentam à vontade e no qual servem-se à *la carte*. E se, para qualquer um, ecologia rima com natureza, é evidente que nem todos estão de acordo sobre a natureza da ecologia" (Alphonse et al., 1992, p.8).

Já o ambientalismo, que se tornou o termo mais utilizado no contexto atual, reúne uma série de idéias e concepções que tornaram o debate mais complexo e abrangente, ao reunir campo e cidade, sociedade, cultura e natureza, como atores, fatores e processos sócio-dinâmicos e interdependentes. Na sequência conceitual, portanto, é o termo que tenta superar as dicotomias e inter-relacionar todas as esferas da vida social da economia à cultura; da opinião aos comportamentos. Entretanto, é inegável que a evolução conceitual é tributária das idéias iniciais oriundas do campo do conservacionismo.

O impulso conservacionista influenciou tanto as políticas internas como as iniciativas internacionais em prol da defesa do patrimônio natural, como a Convenção para a Proteção da Flora, Fauna e Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, de 1940. Em 1968, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) promoveu a

Conferência Intergovernamental sobre o Uso Racional e Conservação da Biosfera, a qual também foi diretamente influenciada pelas idéias conservacionistas.

Nesse debate inicial, era nítida a oposição entre economia e ecologia, a exemplo dos documentos produzidos pelo Clube de Roma na década de 1960, cujas idéias basilares também receberam influências da ideologia conservacionista. Dezenas de relatórios e informes sobre o caráter das crises globais e localizadas, incluindo as crises do petróleo, ressaltavam a limitação dos recursos naturais e falta de políticas de conservação deles (Meadows et al, 1978; Mesarovic, Pestel, 1975).

É oportuno ressaltar ainda que o conservacionismo não deve ser reduzido a uma contribuição histórica e muito menos superada pelas concepções subseqüentes. Ainda hoje existem reflexos expressivos do conservacionismo, tanto no campo das idéias como nas novas práticas consideradas ambientalmente corretas. Esses reflexos se manifestam ainda nas políticas públicas para o ambiente, com a delimitação de áreas protegidas e a catalogação de espécies ameaçadas de extinção, por exemplo. Mesmo nos debates mais recentes, como no caso das causas e conseqüências do aquecimento global, as idéias conservacionistas são retomadas, com a defesa de medidas para preservar as calotas polares, outro exemplo emblemático. Em suma, é possível afirmar que essa etapa vai além do status de antecedente histórico, visto que os pressupostos do conservacionismo ainda se manifestam na atualidade.

II - Pacifismo

Este estágio é representado com maior expressividade em Portugal, durante a década de 1950, com a defesa do ecopacifismo, movimento social que contestava o uso de energia nuclear, em contraposição às bombas utilizadas na II Guerra Mundial pelos Estados Unidos da América. O movimento defendia a paz entre os povos e a proteção da natureza contra eventuais desastres ecológicos decorrentes de vazamento de material radioativo.

Pereira Rosa (2006) aponta como marco dessa fase a transmissão televisiva da marcha da primeira campanha pelo desarmamento nuclear pelas emissoras de TV do Reino Unido, em 1958. A marcha foi realizada na cidade inglesa de Aldermaston e teve ampla repercussão na Europa. O evento fortaleceu os movimentos ambientalistas da época, de conotação ecopacifistas, os quais se proliferaram em várias cidades européias, inclusive Lisboa.

Ao contrário dos conservacionistas da fase anterior, cuja atuação era marcadamente voltada para a defesa das espécies da fauna e da flora, os ecopacifistas não se caracterizam como defensores exclusivos da natureza, mas da paz mundial, da convivência solidária e pacífica entre os povos. A natureza é evocada como exemplo de harmonia. Entretanto,

alertam que essa situação harmônica poderia ser ameaçada pelo uso de armas nucleares, as quais poderiam dizimar populações urbanas (civis inocentes), mas também destruir florestas, monumentos naturais, prejudicar a paisagem e contaminar rios e lagos.

No Brasil, as manifestações apresentaram caráter mais tímido. Entretanto, em ambos os casos existe o ponto comum de uma concepção mais dramática da relação entre o homem e a natureza, ao contrário do romantismo que caracterizou a etapa anterior. A dramatização é adotada como estratégia para chamar a atenção da sociedade, devido à possibilidade de acidentes nucleares e seus impactos na natureza e nas grandes cidades. A estratégia foi responsável pela introdução dos protestos na agenda jornalística, devido ao tom dramático e ao apelo social, segundo Pereira Rosa (2006).

Certamente o ecopacifismo teve maior repercussão na Europa devido ao temor de novas guerras, o qual foi alimentado sobremaneira pela Guerra Fria e as constantes ameaças de instalação de bases nucleares na Europa. Esse temor abriu espaço para a dramatização do tema pelos *media*, com ampla repercussão na opinião pública, que respondeu com protestos e manifestações de grande apelo social. O estudo de Eduardo Viola (2005) sobre o impacto das questões ambientais nas relações internacionais destaca que o pacifismo redefiniu o sistema internacional e criou condições para a “governabilidade do ambiente global”:

“Em primeiro lugar temos a clássica clivagem entre os estados nacionais, que continua sendo uma fonte fundamental de competição e cooperação, com uma diminuição do peso relativo do conflito e um aumento do peso da cooperação (comparado com o período da Guerra Fria) devido à intensificação da interdependência econômica e tecnológica. Na ordem interestatal, os EUA ocupam uma posição de superpotência, sendo que na sub-dimensão militar ocupam uma posição de hiper-potência e na sub-dimensão econômica compartilham a centralidade com a União Européia e o Japão. A seguir vêm as potências regionais: Rússia, China, Índia e Brasil. Pela eficiência de sua governabilidade, os estados podem ser classificados em desenvolvidos, emergentes, semi-fracassados e fracassados. A ordem interestatal continua fundamental nos problemas ambientais globais, à medida que são os Estados as partes contratantes nos regimes internacionais” (p.184).

Os investimentos bélicos de vários países, especialmente dos Estados Unidos, passaram a preocupar vários organismos internacionais e a opinião pública, chocados com as consequências nefastas do uso de bombas atômicas no final da Segunda Guerra Mundial. As feridas da guerra na memória da população serviam de “gancho” para a imprensa manter o assunto em pauta, especialmente em Portugal, devido à proximidade geográfica.

É oportuno destacar que a preocupação ecológica com armas nucleares é muito anterior à bomba atômica. Em 1925, na Suíça foi assinado o *Protocolo de Genebra*, o qual proibia o uso de gases asfixiantes, tóxicos e seus congêneres. Igualmente, proibia o emprego belicoso de armas bacteriológicas. Entretanto, esse documento teve pouco efeito prático, o que mantinha em alerta a população e os jornalistas. Após a Segunda Guerra, o tema seria retomado pela ONU, com o *Tratado da Antártida* (1959), o qual tinha como objeto a recomendação do uso pacífico das pesquisas científicas realizadas no Pólo Sul, o qual se tornara objeto de disputa militar, a pretexto de instalação de bases para pesquisas científicas. Em 1963 foi assinado o *Acordo sobre Uso de Armas Nucleares no Espaço Cósmico, na Atmosfera e sobre a Água*.

É oportuno destacar ainda o *Tratado contra a Proliferação de Armas Nucleares*, assinado sob a chancela do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, em 1968. Todos esses documentos contribuíram para manter o assunto na pauta da imprensa e alertar a população para eventuais riscos nucleares. Os movimentos ecopacifistas se fortaleceram com a assinatura desse acordo. Assim, o ecopacifismo foi se espraiando pelo mundo e adquirindo diversas conotações. Surgem, então, outras correntes ecológicas derivadas do combate às armas nucleares, tanto no Brasil como em Portugal, tais como os preservacionistas puros, os humanistas, os fundamentalistas, os esotéricos e os militantes dos partidos e associações ecológicas. As diversas vertentes ecopacifistas se juntam aos movimentos feministas e às diferentes formas de produção alternativa, críticos da cultura, da contracultura e defensores dos direitos humanos, da democracia e da paz.

Com essa conotação ampliada e diversificada, os diversos segmentos ecopacifistas contribuíram para a globalização do ideal do ambientalismo no mundo ocidental, processo que está em expansão atualmente para outras culturas, como explica Viola (2005, p.185), como no mundo islâmico, africano e hinduísta. Quanto mais o ambientalismo se torna globalizado, mais tênue se tornam as dicotomias entre economia e ecologia, com a emergência de idéias e práticas mercadológicas que tentam conciliar consumo e preservação ambiental.

Outro aspecto relevante, resultado dessa visão integrada do ambiente com a economia de mercado e o liberalismo econômico é a concepção baseada no pressuposto de uma suposta relação entre ambientalismo e democracia liberal, como observa Viola (2005, p. 185), argumento que tenta legitimar o próprio estilo de vida ocidental:

“A civilização ocidental ocupa definidamente o lugar de vanguarda no processo civilizatório porque a combinação da economia de mercado, o individualismo, o estado de direito e a democracia representativa produziram uma sociedade muito superior no domínio da natureza e na construção de uma tecnosfera (as diversas estruturas técnicas que são produto do trabalho humano acumulado historicamente, em contraposição à biosfera, que é produto da história da vida)”.

Entretanto, a própria globalização do ambientalismo contribuiu para redefinir os movimentos ecopacifistas, com a inclusão de novas demandas, a exemplo das manifestações contrárias às condições degradantes de trabalho nos canaviais brasileiros para a produção de etanol e o combate ao trabalho infantil nas carvoarias e na produção de fibras vegetais no Nordeste. Essa redefinição nos mostra como os segmentos ecopacifistas são dinâmicos e também fortalecem o pressuposto da relação entre paz, democracia e ambientalismo.

No contexto atual, é possível identificar marcas e matizes desses movimentos e iniciativas que defendem a natureza e procuram promover a dignidade humana, a educação ambiental, a inclusão social, o combate à fome e à miséria e tantas outras manifestações que associam a paz ao bem-estar, ao respeito às diferenças, ao convívio pacífico entre comunidades, povos e nações. Na esteira desse ideal, podem ser incluídas várias organizações não-governamentais e projetos de voluntariado.

III - Denúncia de riscos ambientais e à saúde humana

Esta fase combina elementos das duas etapas anteriores, mas volta-se mais especificamente para os riscos dos agrotóxicos sobre a saúde humana. Às estratégias anteriores, soma-se o início da politização do debate sobre ambiente, na esteira dos demais movimentos sociais de contestação que marcaram a década de 1960. Tanto no Brasil como em Portugal essa etapa foi marcada pela crítica ao sistema capitalista de produção agrícola e ao sistema de transferência de tecnologia rural para os países periféricos.

Esse debate situa-se no âmbito dos efeitos da chamada “revolução verde”, com o uso maciço de máquinas e defensivos agrícolas. Nesse estágio o noticiário é apresentado de forma esparsa, com abordagem pitoresca e dramática. A fase de denúncia sobre riscos ambientais teve como eixo os estudos de Rachel Carson sobre os efeitos nocivos dos pesticidas na agricultura (em seu célebre livro *Primavera Silenciosa*, já mencionado no capítulo 1).

Outro tema que adquiriu grande relevância foram os efeitos da poluição urbana à saúde humana. Inicialmente, a discussão limitava-se às metrópoles e megalópoles, devido às

emissões de gases das fábricas e indústrias e à poluição decorrente do uso de combustíveis nos meios de transportes, especialmente o automóvel.

Posteriormente, a distribuição mundial de poluentes tornou-se um dos temas principais dessa fase, contribuindo para o processo de globalização do ambientalismo. Estudos científicos demonstravam que os gases poluentes propagavam-se, via atmosfera, pelo mundo inteiro. As conseqüências da distribuição de poluentes passaram a ser objeto de estudo de pesquisas científicas e de reportagens com casos de vítimas de doenças crônicas ou até mesmo de morte de idosos e pessoas portadoras de enfermidades respiratórias.

A abordagem científica tornou-se tão especializada, que deu origem a um novo campo de estudos, a Ecologia Patológica, definida por Nusdeo (1975), como a ciência que estuda os males causados pela poluição na saúde humana. Segundo as reportagens baseadas em estudos dessa vertente científica, enfisema pulmonar, bronquite, asma e câncer tornaram-se as moléstias mais comuns, em decorrência da poluição, o que chamou a atenção de organismos internacionais, como a ONU.

Além da contribuição da ciência, é oportuno destacar a divulgação pela imprensa de acidentes ambientais de elevado impacto social. Duarte (2005) apresenta um levantamento de uma série desses acidentes, no período de 1970 a 1980, em seu estudo sobre riscos ambientais, como a explosão de Ciclohexano em 1974 na cidade de Flixborough (Reino Unido); explosão de propeno na cidade de Beek na Holanda, em 1975; o incêndio no reator da central nuclear de Three Mile Island (USA), em 1979; a explosão da usina nuclear de Chernobyl (URSS), em 1984; explosão e incêndio no terminal de estocagem de gás liquefeito de petróleo (GLP), na Cidade do México (México), em 1984; e o vazamento de gás tóxico na unidade de processamento de Isocianato de metila na cidade de Bopal (Índia), em 1984¹⁵.

Embora esse levantamento não seja completo, como o próprio autor reconhece, trata-se de uma coletânea representativa e emblemática sobre os riscos ambientais e seus impactos na sociedade. O elevado número de mortos e feridos e a gravidade das seqüelas físicas e psicológicas nos sobreviventes chamam a atenção dos *media* e da população mundial, o que torna os riscos ambientais um assunto de grande apelo dramático. A título de exemplo, no caso de Bopal, o governo da Índia divulgou dados que indicavam mais de quatro mil mortos e de 30 mil casos de invalidez permanente.

Os riscos são apontados pelo autor como inerentes à escala industrial que se desenvolveu após a Segunda Guerra Mundial, com a produção em grande escala e em ritmo

¹⁵ Os dados fazem parte de levantamento mais abrangente realizado por LEES, Frank P. (1996). *Loss prevention in process industries: hazard identification, assesment and control*. Butterworth Heineman.

acelerado. Entretanto, ressalva Duarte, se a indústria encontrou meios de aumentar sua produção, ainda existem deficiências em relação às medidas de prevenção aos acidentes de grande impacto, o que coloca os países em alerta a respeito da necessidade de manter o acelerado ritmo de crescimento, mas em consonância com medidas de responsabilidade corporativa, a fim de que outros desastres tecnológicos sejam evitados no futuro.

O estudo de Pedro Vieira de Almeida, intitulado “Portugal: o vermelho e o negro” chama a atenção para o risco específico dos incêndios florestais. Para o autor, um país em chamas a cada verão é uma situação de risco permanente para a biodiversidade, os recursos hídricos e a própria sociedade. Conforme sua análise, o problema se repete a cada ano porque os fogos são apresentados como fenômeno natural, desvinculados da ação humana e da falta de políticas do Estado para combater e prevenir a queima anual das florestas.

O mesmo ocorre no Brasil a cada período seco, com grandes prejuízos que se repetem anos após ano, como registra Costa (2005). Esse foco específico de risco ambiental no Brasil, conforme a leitura da autora, tornou-se objeto de atenção da sociedade civil – mais do que do Estado. A intervenção positiva dos movimentos sociais, em sua avaliação, contribuiu efetivamente para reforçar a consciência ambiental de uma diversidade de agentes sociais sobre os impactos destas ações predatórias, especialmente na Amazônia e nos Cerrados.

Tanto no Brasil como em Portugal, os estudos analisados destacam com ênfase o potencial dos riscos ambientais causados pelos fogos acidentais, os quais, de forma previsível e repetida, destroem o patrimônio natural, comprometem a biodiversidade e aumentam a emissão de gases que acentuam o efeito estufa. A gestão preventiva desses riscos previsíveis e manejáveis é apresentada pelos dois autores mencionados como uma das alternativas para amenizar os impactos negativos no ambiente e na sociedade. Uma aliança entre movimentos sociais, organizações não-governamentais do ambiente e instituições estatais poderia resultar em iniciativas inovadoras e eficientes para combater os incêndios florestais e gerar uma nova cultura de gestão desses riscos ambientais.

Além disso, é necessário manter maior atenção para os pequenos riscos do cotidiano, por meio de práticas efetivas de educação ambiental para a redução desses problemas, a exemplo da reciclagem de lixo e da separação adequada de materiais com substâncias tóxicas, como baterias de telefones móveis e pilhas utilizadas em aparelhos eletrônicos. No cotidiano doméstico, na escola e no trabalho também existem pequenos riscos que podem ser evitados, como incêndios a partir de velas acesas, cigarros, uso de gás e de eletricidade.

IV - Intervenção da ONU

Este estágio foi decorrência do anterior (sobre os efeitos da poluição), marcado pela atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) em prol da realização da I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, conhecida como a Conferência de Estocolmo (1972), a qual constituiu um marco histórico para o alastramento do pensamento ecológico no mundo contemporâneo. A Declaração de Estocolmo influenciou diretamente o Brasil e Portugal, devido às críticas à forma com esses países administravam seu patrimônio natural. Durante o evento, a Delegação Brasileira não hesitou em defender a tese do desenvolvimento industrial com poluição, mesmo contrariando a maioria dos 112 países com representantes no fórum.

Portugal, ao contrário, saiu fortalecido da reunião, pois agiu de forma proativa, ao realizar relatórios sobre a situação ambiental no território português e apresentar um plano de gestão para o setor. Este momento foi marcado pela construção do aparato burocrático para a defesa do ambiente nos dois países, com a criação de organismos oficiais voltados especificamente para a formulação e execução das políticas ambientais, como Comissão Nacional do Ambiente, instituída pelo governo de Portugal, em 1971; e a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), criada pelo governo brasileiro em 1973. Esta etapa marcou o início da delimitação de áreas especialmente protegidas, como as estações ecológicas e os parques nacionais. O noticiário nesta fase é realizado forma episódica e centrado nas ações do Estado.

A intervenção da ONU tem produzido resultados positivos nos mais diferentes campos, como nas práticas agrícolas, na redução de pesticidas e agrotóxicos, na geração de energia a partir de matrizes renováveis, na gestão de recursos hídricos e florestais e nas mais diversas formas de gestão sustentável e racional dos recursos naturais. Apesar das barreiras impostas pelo *lobbying* das grandes corporações dos mais diversos segmentos da economia, a intervenção de organismos internacionais apresenta o mérito de pelo menos incluir determinados temas na agenda e no debate internacionais, mesmo que os resultados não sejam imediatos.

Aliás, um dos méritos da atuação da ONU é o fortalecimento da chamada “diplomacia verde” e a emergência de mecanismos inovadores como os mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL), a instituição do mercado de créditos de carbono e de outros instrumentos reconhecidos internacionalmente, como a servidão ambiental, a servidão florestal e a criação de áreas protegidas. Os mecanismos de servidão, estimulados pela ONU, já encontram respaldo jurídico em vários países, em paralelo com o princípio da servidão aplicada a outras áreas, como prédios com utilidade pública, ruas, estradas, rios etc. O estatuto jurídico da servidão consiste em atribuir finalidade pública, com função social ou uso coletivo de determinados patrimônios, mesmo que sejam particulares. Assim, a servidão florestal, por

exemplo, aplica-se às áreas florestais de grande porte. Segundo esses princípios, o proprietário de terra pode ser compensado financeiramente pelo Estado ou receber incentivos fiscais e tributários a fim de preservar determinada área florestal de suas terras, visto se tratar de um patrimônio natural que beneficia a coletividade, mediante a retirada de carbono da atmosfera.

A servidão ambiental abrange também os campos limpos, as savanas, as áreas úmidas, a vegetação rupestre, as falésias, as restingas e os manguezais. A servidão ambiental inclui ainda a imposição legal ao proprietário do imóvel de cuidar da fauna e dos recursos hídricos existentes em suas terras, posto que todas as formas de biodiversidade são importantes para o planeta e não apenas as áreas florestais.

A partir da intermediação da ONU foi possível a assinatura de vários acordos internacionais, com a intervenção da “diplomacia verde”, que influenciaram os mecanismos internacionais de proteção à natureza. Entre esses acordos destacam-se a *Convenção sobre Direitos do Mar*, assinada em 1982; a Declaração assinada durante a Conferência de Ottawa, no Canadá, em 1986, que retomou algumas teses do Clube de Roma e reforçou argumentos que surgiram em Estocolmo; o *Relatório Brundtland*, publicado em 1987; e a *Convenção Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas*, promulgada em 1988, tendo também a ONU como protagonista. Além disso, mais recentemente, grande parte do debate sobre aquecimento global e redução de poluentes está diretamente associada ao trabalho da ONU, a despeito das resistências de países desenvolvidos, como os Estados Unidos.

Por fim cabe destacar a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em 1992, com o objetivo de assegurar o acompanhamento efetivo dos compromissos assumidos durante a Conferência do Rio, além de promover a cooperação internacional e a integração das questões ambientais e do desenvolvimento na tomada de decisão intergovernamental; e avaliar os progressos obtidos na implementação da Agenda 21 nos níveis local, nacional e internacional (Mousinho, 2005, p.343).

Ainda sob a chancela da ONU foram realizados diversos outros eventos internacionais para dar continuidade às discussões iniciadas em Estocolmo (Eco 1972) e retomadas na Conferência do Rio (Eco 1992). Entre esses eventos destacam-se a *Rio+5*, realizada em 1997, cinco anos após a *Rio 92* para avaliar as políticas que resultaram do chamado “espírito do Rio”. Apesar de os primeiros resultados terem sido considerados insatisfatórios, o documento final da *Rio+5*, com o respaldo da assinatura de 165 chefes de estado, reforçava a intenção de fortalecer as políticas sustentáveis, com ênfase para temas como mudanças do clima, perdas de florestas nativas, erosão de solos, poluição de rios e escassez de água potável.

Cinco anos depois, a ONU realizaria mais um evento ambiental de repercussão mundial, a *Rio+10*, em 2002. O evento resultou na *Declaração de Joanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável*, com a assinatura de 104 chefes de estado. Entretanto,

“enquanto as Nações Unidas consideram que, diante de um quadro de crescimento da pobreza e da degradação ambiental, a Rio+10 tenha obtido sucesso ao criar um sentido de urgência, compromissos para ação e parcerias par atingir resultados palpáveis, manifesta-se, por outro lado, um grande desapontamento em relação aos resultados da reunião, considerada por muitos um fracasso, em virtude da falência da maior parte dos pontos de negociação propostos” (Mousinho, 2005, p.362).

Em síntese, a intervenção da ONU deve ser analisada de forma crítica, com o reconhecimento de seus méritos, mas também com ressalvas. Entre os méritos estão os esforços para a constituição de uma agenda ambiental em nível internacional, com ampla visibilidade e destaque pelos *media*. É inegável o quanto esse esforço serviu para alertar as populações e chamar a atenção da opinião pública mundial, seja para os chamados temas globais, seja para os problemas mais localizados. Entre as ressalvas, cabe destacar a fragilidade dos acordos internacionais e a falta de mecanismos políticos para maior intervenção da ONU nos casos de falta de determinação de alguns países que se negam a pôr em prática os princípios aprovados nos fóruns internacionais.

V - Sustentabilidade

Esta fase foi marcada pela transição do conservacionismo para o desenvolvimento sustentável, com a tentativa de conciliar crescimento econômico com a preservação ambiental. Como parte de uma redefinição social do campo ecológico surgiu o conceito de eco-desenvolvimento, que se reporta a um enfoque sistêmico de análise e planejamento de um novo estilo de desenvolvimento regional e local endógeno e orientado para a satisfação de necessidades básicas (materiais e psicossociais) das populações envolvidas.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez durante a Conferência da Biosfera, em Paris (1968). Entretanto, como enfrentou resistências de países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, o termo foi retomado três anos depois, por ocasião da realização da Conferência Founex, na Suíça (1971), por Ignacy Sachs e Maurice Strong, com o objetivo de caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, potencialmente forte e de cunho anti-tecnocrática. Trata-se, pois, de uma concepção gestada em um campo de conflito entre duas correntes de pensamento

diametralmente opostas. Uma defendia o crescimento econômico a qualquer custo, entendendo o meio ambiente como uma simples fonte de matérias-primas e recursos para gerar riquezas. A outra anunciava de forma apocalíptica e catastrófica os limites desse sistema econômico, apregoando o iminente esgotamento dos recursos naturais e trágicas consequências da poluição urbana.

A idéia de eco-desenvolvimento, portanto, surge como uma proposta intermediária, com as discussões iniciadas na Conferência da Biosfera, na Reunião de Founex e na Conferência de Estocolmo. A concepção de eco-desenvolvimento recusa, portanto os postulados do ecologismo absoluto e do economicismo que se tornou a alavanca do “capitalismo predador”. Defende um novo estilo de desenvolvimento, orientado pelo princípio da justiça social, em harmonia com a natureza e não apenas por meio de sua conquista. Trata-se, pois, de um conceito operacional e pragmático, que propõe outra forma de gestão dos recursos naturais.

A etapa da sustentabilidade foi reforçada com a Cimeira da Terra (Eco 92 ou Rio 92), quando se inicia o modelo mediacêntrico, com noticiário fixo e estabelecido sobre temas ecológicos em praticamente todos os meios de comunicação. Com efeito, a Conferência do Rio tornou-se um marco na discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento econômico e social, tanto em termos mediáticos como no que se refere à redefinição de diretrizes políticas voltadas para a mudança de mentalidade, de hábitos da população e de práticas empresariais.

A Agenda 21 é consequência desse momento da história ambiental. Como explica Mousinho (2005), trata-se de um documento aprovado durante a Rio 92, com o objetivo de traduzir em ações concretas o conceito de desenvolvimento sustentável. A proposta foi formulada com a participação de representantes de 179 países, ao longo de dois anos antes da Conferência do Rio. São mais de 2.500 ações a serem implementadas ao longo das próximas décadas do século XXI. O texto aprovado prevê três instâncias: *Agenda 21 Internacional*, *Agenda 21 Nacional* e *Agenda 21 Local*.

Ainda como parte relevante do debate sobre sustentabilidade foram propostas a *Agenda Azul*, a *Agenda Marrom* e a *Agenda Verde*. A primeira diz respeito ao conjunto de medidas a serem adotadas para ao manejo sustentável dos recursos hídricos. A segunda se refere a temas específicos do ambiente urbano, como a poluição atmosférica, saneamento básico e tratamento de resíduos sólidos. A terceira abrange a agenda para a gestão das áreas protegidas, a fim de preservar a biodiversidade e os recursos genéticos do planeta. Da mesma forma, a *Declaração de Princípios das Florestas* apresentou os pontos consensuais em relação ao manejo, conservação e exploração sustentável de todos os tipos de florestas,

considerado por Mousinho (2005), o primeiro documento internacional que apresentou avanços relativos ao uso e conservação das florestas e matas nativas.

Enquadram-se na mesma categoria as medidas para reduzir a erosão dos solos, a expansão da desertificação e a instituição de planos de manejo para áreas de preservação permanente, planos de gestão para resíduos sólidos, tratamento de esgotos e preservação dos lençóis freáticos e medidas de incentivos a práticas de reciclagem. Outro avanço, nesse contexto, foram as iniciativas para a promoção da sustentabilidade energética, como as medidas para o desenvolvimento de energias a partir de fontes renováveis, como energia gerada por biomassa, pelo sol, pelos ventos e pelas marés..

Outro relevante foco da sustentabilidade é a redefinição dos modelos de gestão das cidades, com a implantação de novas formas de infra-estrutura que levem em conta o uso de energia, a redução de emissão de poluentes, a mobilidade da população, alterações nos sistemas de edificação, de transportes, de coleta de lixo, etc. Surge, assim, o chamado modelo de cidades sustentáveis, a fim de combater os problemas urbanos que prejudicam cada vez a qualidade de vida e o bem-estar da população, com o aumento de todas as formas de poluição, sobretudo atmosférica, sonora e visual. A sustentabilidade urbana é apontada, portanto, como um dos eixos da mudança de comportamento a favor de um mundo menos poluído. Entretanto, o conceito de cidades sustentáveis engloba ainda a redução de desigualdades sociais e o respeito aos direitos humanos.

A *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* instituiu 27 princípios de orientação para ações internacionais pautadas pelo princípio da responsabilidade ambiental e econômica. Além disso, o texto define as responsabilidades governamentais em relação ao desenvolvimento sustentável e reforça a concepção de que os seres humanos devem ser postos no centro das políticas verdes. O pressuposto é o de que os principais favorecidos com a sustentabilidade são os próprios seres humanos.

Todas essas propostas reforçam a idéia de desenvolvimento sustentável, um modelo em construção, o qual se contrapõe ao sistema oriundo da Revolução Industrial, a partir de práticas consideradas ecologicamente predatórias e socialmente injustas. O modelo da sustentabilidade requer “um horizonte de planejamento que vai além das necessidades e aspirações das populações atuais e exige, de imediato, a integração das questões ambientais, sociais e econômicas” (Mousinho, 2005, p.348). Conforme a autora, esse novo modelo vai além, pois a adoção de um ponto de vista multigeracional no cuidado com o capital natural e a imposição de limites ao crescimento foram idéias amadurecidas no decorrer do século

passado, “culminando em 1987 na definição clássica de desenvolvimento sustentável, enunciada no *Relatório Brundtland*” (p.348).

O modelo em discussão foi apresentado como um estilo de desenvolvimento voltado para atender as necessidades do presente, mas sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades. Com o passar do tempo, as concepções de sustentabilidade tornaram-se cada vez mais abrangentes, ao incluir outras dimensões, como a cultural, a demográfica e de justiça social. “Apesar de dar margem a múltiplas interpretações, o conceito de desenvolvimento sustentável tem se mantido em cena, e as disputas teóricas que provoca contribuem para ampliar e aprofundar a compreensão da questão ambiental” (Mousinho, 2005, p.349).

Nesse processo de redefinição de modelos industriais e de mudanças de opiniões e de atitudes, a educação ambiental é apontada pela autora citada como combustível para a construção de uma nova realidade. Ao despertar a preocupação individual e coletiva para os problemas de um mundo insustentável, a educação para a sustentabilidade contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica, a fim de permitir aos indivíduos o enfrentamento dos desafios e obstáculos às práticas sustentáveis no cotidiano de cada um. Assim, a educação ambiental “desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política” (p.349).

No contexto atual, os meios de comunicação exercem papel cada vez mais relevante na difusão de informações e de conhecimentos úteis ao cidadão, do ponto de vista da educação para a sustentabilidade. Afinal, como complementa Novais (2005, p.330), o cidadão é o agente do processo de mudança de mentalidade e de comportamento: “A construção do desenvolvimento sustentável é uma tarefa para toda a sociedade, não apenas para os governos. Exigirá o empenho dos empresários e de todos os outros setores. Exigirá o engajamento de cada cidadão”.

VI - Aquecimento global

Este estágio tem como marco o protocolo de Kyoto, assinado no Japão, em 1997, com o objetivo de reduzir a emissão de poluentes e contou com a adesão de mais de 80 países. O documento prevê que, entre 2008 e 2012, os países desenvolvidos reduzam suas emissões em 5,2% em relação aos níveis medidos em 1990. O acordo impõe patamares diferenciados de reduções para 38 dos países considerados os principais emissores de dióxido de carbono e

de outros cinco gases-estufa. Para os países da União Européia, foi estabelecida a redução de 8% com relação aos índices de gases em 1990. Para os Estados Unidos, a diminuição prevista foi de 7% e, para o Japão, de 6%. Para a China e os países em desenvolvimento, como o Brasil, Índia e México, ainda não foram estabelecidos níveis de redução. Os Estados Unidos, o país que mais emite gases estufa, desistiram do acordo em março de 2001.¹⁶

Além das metas de redução de emissões de carbono, o documento estabelece outras medidas, como o estímulo à substituição do uso dos derivados de petróleo pelo da energia elétrica e do gás natural. O Protocolo de Kyoto é consequência de uma série de eventos iniciados com a *Toronto Conference on the Changing Atmosphere*, no (Canadá, 1988), seguida pelo *IPCC's First Assessment Report* em (Suécia, 1990). Esses eventos serviram de base para Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (1992). O auge desse momento pode ser considerado o anúncio do quarto relatório do IPCC, em Paris, no início de 2007. Nessa etapa, devido ao apelo dramático, o modelo mediocêntrico foi reforçado e ampliado, com noticiário continuado sobre o tema.

O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima resultou de um núcleo de estudos estabelecido em 1998 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o objetivo de avaliar com isenção técnica e de forma abrangente as causas e efeitos das mudanças climáticas. Certamente o rigor técnico dos estudos contribuiu para dar mais credibilidade aos relatórios do IPCC e aumentar a repercussão dos dados e informações divulgados.

O debate internacional sobre o efeito estufa é muito anterior ao Protocolo de Kyoto. As primeiras discussões tiveram início ainda na década de 1980, com as pesquisas científicas que indicaram o desgaste da camada de ozônio, o aumento da irradiação solar ultravioleta e o conseqüente aumento da temperatura nas camadas mais baixas da atmosfera. A *Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio*, assinada em 1985 sistematizou as propostas para a proteção da atmosfera, com vistas a evitar danos à saúde humana e à biodiversidade. O documento estabelece parâmetros para estimular a pesquisa e o intercâmbio de informações técnicas entre os países, a fim de estimular o trabalho científico e potencializar seus resultados a favor da redução dos impactos da radiação ultravioleta na Terra.

¹⁶ O *ranking* dos países poluidores, segundo dados apresentados pela Convenção de Mudança Climáticas, que ocorreu em Haia, com dados de 1997 são: 1) Estados Unidos; 2) China; 3) Federação Russa; 4) Índia; 5) Japão; 6) Alemanha; 7) Austrália; 8) África do Sul; 9) Reino Unido; 10) Coreia do Sul. Nesse ranking, o Brasil ocupa o 17º lugar e Portugal em 45º. O ranking completo, até a 50ª posição está disponível no sítio www.carma.org. Os dados foram organizados pelo *Carbon Monitoring for Action*, em parceria com o *Center for Global Development*.

A *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*, assinado durante a Rio 92 chamou a atenção dos governos e da população para a necessidade de redução das emissões de gases que aumentam o efeito estufa. Conforme o texto, a estabilização das emissões deve ocorrer de modo a permitir a adaptação natural dos ecossistemas às mudanças do clima, a fim de não comprometer a produção de alimentos e as demais atividades essenciais à vida na Terra.

A ênfase aos efeitos do aquecimento global pôs em evidência conceitos como ativo/passivo ambiental, capital natural, comércio de emissões, sumidouro de carbono e zoneamento ecológico-econômico, entre outros. Ativo ambiental é entendido como o conjunto de bens e direitos “destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, incluindo os gastos efetuados com conservação ambiental ou com a prevenção e redução de danos ambientais potenciais” (Mousinho, 2005, p.337). Já o passivo ambiental, prossegue a autora, constitui o conjunto de obrigações “contraídas de forma voluntária ou involuntária, que exigem a adoção de ações de controle, preservação e recuperação ambiental” (p.337).

O capital natural é considerado pela mesma autora “o estoque de bens e serviços, tangíveis e intangíveis, fornecidos ao homem pelos sistemas naturais” (p.340). Nesse conceito são incluídos a oferta de recursos naturais para produção de bens econômicos, a produção de oxigênio, a regulação do clima, o controle da erosão e a capacidade de assimilação de dejetos pelos ecossistemas.

O comércio de emissões é um mecanismo recente, estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, com o objetivo de estimular iniciativas para o chamado seqüestro de carbono (retirada de gás carbônico da atmosfera). Consiste em um mecanismo de mercado que permite a troca de cotas de emissões de gases de efeito estufa. Assim, um país que não conseguir cumprir as metas de redução, poderá compensar sua deficiência ao adquirir a cota excedente de outro país. É o chamado mercado de créditos de carbono.

Os sumidouros de carbono tornaram-se agentes reconhecidos de combate ao aquecimento global, com o estímulo aos processos e atividades para absorver grandes quantidades de CO₂. O reflorestamento, a recuperação de áreas degradadas, a recomposição das matas ciliares são exemplos de projetos de sumidouros de carbono. Além de iniciativas governamentais, vários setores do mercado passaram a investir em projetos dessa natureza, como bancos e indústrias. O mercado verde passou a mobilizar milhões, com ampla publicidade dos *media*. Até mesmo o mercado publicitário tornou-se susceptível a iniciativas consideradas ecologicamente atrativas, sob essa perspectiva.

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE) passou a ser considerado outro instrumento poderoso de combate ao aquecimento global, visto se tratar de um mecanismo de ordenamento racional do território. Com o zoneamento, é possível estabelecer medidas de proteção ambiental e conservação da biodiversidade ao mesmo tempo em que se permite a exploração econômica de recursos naturais como água, vegetação e solo. O ZEE tem como objetivo sistematizar e integrar planos, programas, projetos e atividades que, “direta ou indiretamente utilizem recursos naturais, de modo a subsidiar as decisões de planejamento social, econômico e ambiental do desenvolvimento e do uso do território nacional em bases sustentáveis” (Mousinho, 2005, p. 337).

3.2 As fases da cobertura de imprensa

Os estudos analisados demonstram que na de 1970, a cobertura de imprensa sobre ambiente no Brasil e em Portugal compartilha várias características comuns, como o estreito leque de categorias, com ênfase para poluição, proteção de espécies da fauna e da flora e a criação e áreas protegidas (parques, reservas ecológicas). Nessa primeira fase da cobertura jornalística, em ambos os países, o enfoque é, pois, marcadamente conservacionista, condizente com o contexto da época, cujo discurso predominante era aquele que defendia a natureza com valor quase absoluto e intocável. O conservacionismo, portanto, como já foi caracterizado anteriormente, influenciou diretamente a primeira fase da cobertura de imprensa nos dois países. Além dos fatores contextuais, certamente é cabível a hipótese de que, nesse período, havia muitos jornalistas simpatizantes do ideal conservacionista e militantes das organizações que surgiam em defesa da natureza. É oportuno ressaltar ainda que, nesse período a abrangência das notícias sobre ecologia era bastante limitada, praticamente restrita a duas categorias: fauna e flora. Entretanto, a inclusão desses temas na pauta da imprensa contribuiu para abrir espaços para a futura diversificação da agenda e a o surgimento de públicos interessados em informação ambiental.

Na década de 1980, os temas ecológicos também apareceram de forma expressiva. Entretanto, outras categorias adquiriram relevância, tais como: movimentos ecológicos, estudos ecológicos, tecnologias ambientais e a emergência do mercado verde. Isso se justifica porque foi na década de 80 que novos atores passaram a ser considerados importantes pela imprensa, como os cientistas, ambientalistas e empresários. É a época da abertura política (nos dois países), das reivindicações pela redemocratização, com destaque para as manifestações sociais da sociedade civil organizada. Surgem, então, novas relações de poder,

a partir da emergência de novos atores sociais e políticos como os ambientalistas e os "políticos verdes".

Até então, a cobertura de imprensa no Brasil e em Portugal apresentavam um discurso ecológico monolítico e monossetorial, cujo protagonista era o Estado. Tal perspectiva evidenciava-se mesmo quando ressaltava o conservacionismo, pois as medidas de conservação que os jornais destacavam eram aquelas conduzidas pelos órgãos governamentais. Nas décadas de 1970 a 1980, observa-se a existência de dois momentos relevantes na configuração geral do discurso ecológico-ambiental. O primeiro, marcado pela polarização entre comunidade científica e Estado, predominou nos anos 70. O segundo, mais abrangente, além desses dois atores, já incorporou movimentos ambientalistas, políticos e sociais e organizações não-governamentais, na década de 1980. Nesse último já se vislumbra um terceiro momento que se configurará na década seguinte, o qual será marcado pela intensificação das relações de poder no plano internacional. Assim, essa fase reflete maior diversificação da agenda ambiental e as transformações políticas da própria sociedade, seja no Brasil, seja em Portugal, corroborando a concepção de que a imprensa é uma instituição que retrata o dinamismo social e as novas idéias e tendências de comportamento. O ambientalismo constitui um exemplo emblemático desse processo.

No início da década de 1990, a imprensa concentrou-se na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cimeira da Terra (Eco 92 ou Rio 92). A questão política foi a tônica da cobertura jornalística nos dois países estudados. As relações de poder entre as nações aparecem explicitamente na oposição norte-americana ao acordo sobre biodiversidade, fato que desencadeou o surgimento de tantos textos sobre o assunto.

Um aspecto que chama atenção nos estudos analisados é que a imprensa brasileira ignora a agenda ambiental portuguesa e vice-versa. Ao se referirem às políticas ambientais da União Européia – um dos grandes temas da cobertura internacional dos *media* no Brasil – Portugal sequer é mencionado pelos jornais brasileiros, mesmo quando se trata da Rio 92, o principal evento ambiental mediatizado. Em levantamento realizado sobre a cobertura da imprensa brasileira a respeito do evento, não há registro de matérias sobre a atuação da delegação portuguesa na Conferência do Rio (Oliveira, 1996; Barros, 1999). Da mesma forma, nas investigações realizadas em Portugal não há registros sobre a cobertura jornalística acerca de ambiente dos *media* no Brasil.

A imprensa brasileira destacou a atuação da União Européia, com ênfase para os países já considerados protagonistas da defesa de políticas ecológicas como a Suíça, Alemanha e Holanda. Os jornais publicaram matérias que tratavam de tentativas de definir

uma política ambiental comum, a exemplo da criação do imposto sobre consumo de combustíveis, proposta em 1991, pela Suíça, além de medidas isoladas de cada país, com ênfase para a Alemanha. Os jornais portugueses também enfatizam as notícias que dizem respeito à União Européia. Enfim, a cobertura em nível internacional, nos dois países, foi limitada.

Apesar das idiossincrasias de cada lado, podemos afirmar que a Eco 92 representou um marco no modo de fazer jornalismo sobre ambiente, tanto no Brasil como em Portugal (e provavelmente em todo o mundo ocidental). Ainda no início da década de 1990, com os preparativos para a realização da Cimeira da Terra, a problemática ecológica teve ampla repercussão no cenário nacional, tanto no que se refere à esfera governamental, como nos *media*. Uma das principais novidades introduzidas pelo debate jornalístico após o evento foi a grande quantidade de notícias relacionadas à concepção de desenvolvimento sustentável, o qual deixou de ser um mero conceito e passou a ser associado pelos *media* às práticas cotidianas.

O assunto mereceu destaque pelo fato de que o direito ao desenvolvimento tornou-se algo indiscutível do ponto de vista da soberania e autodeterminação dos povos. A preocupação passou a ser a de empreender modalidades de desenvolvimento compatíveis com os padrões de exigência quanto à preservação ambiental. Nesse debate, os meios de comunicação exerceram papel didático e cívico na tradução de tais idéias para o grande público de forma acessível e em linguagem relativamente simples.

A contribuição maior da Conferência do Rio], na opinião de Leis (1995, p.34) não pode ser medida com base apenas na gama de acordos e protocolos internacionais, "mas precisamente na emergência germinal de uma sociedade civil planetária", expressa na constituição de um "espaço público comunicativo" onde se encontram as diversas dimensões que compõem o ambientalismo, com raízes tanto no Sul quanto no Norte, no Leste ou no Oeste, e pertencentes tanto ao sistema político como aos sistemas social e econômico.

A despeito de sua configuração como evento emblemático, após a Rio 92, conforme o autor citado, houve um processo de desorientação do ambientalismo, fruto da rápida perda de seu principal marco de referência simbólico e organizativo na conjuntura. Paralelamente, a sociedade civil que antes vinha recebendo uma enorme dose de informação sobre a problemática ambiental, por intermédio dos meios de comunicação, agora é bruscamente reorientada para outros temas, tanto de natureza política como econômica. Esse desgaste mostra também o excesso de entusiasmo dos *media*, que apostaram alto no significado simbólico e espetacular do evento.

Assim, os jornalistas e os próprios meios de comunicação tiveram que rever sua forma de pautar e repercutir temas ecológicos. Percebeu-se que não havia uma agenda ambiental precisa e sistematizada, com determinação de prioridades na área da sustentabilidade ambiental, além de deficiências no processo de produção e circulação de informação, sobretudo no que se refere ao aspecto inter-setorial, ou seja, na relação entre ambiente e os demais temas da agenda pública. A emergência de assuntos de grande amplitude como sustentabilidade e aquecimento global contribuiu para essa redefinição da posição dos media e dos jornalistas em relação à cobertura de ambiente, tanto no Brasil como em Portugal. Um dos fatores que teve participação decisiva nesse sentido foi a incorporação de temas nacionais e locais à cobertura sobre os efeitos das mudanças climáticas, por exemplo.

4. A FORMAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL PELOS *MEDIA* NO BRASIL E EM PORTUGAL

Apesar das convergências teóricas e metodológicas, o *modus operandis* de cada pesquisa é peculiar, o que dificulta uma padronização, sobretudo do ponto de vista da organização e nomeação das categorias temáticas para a realização da análise de conteúdo. A classificação utilizada pelos pesquisadores brasileiros, apesar de abranger conteúdos similares, é diferente dos procedimentos empregados pelos pesquisadores portugueses. Diante da impossibilidade de definição de categorias homogêneas, optamos pela elaboração de um novo padrão de organização temática ou recategorização.

Para isso, seguimos o princípio da fidelidade ao conteúdo temático, mas adotamos outra nomenclatura, capaz de albergar os assuntos contidos pelas pesquisas analisadas. Esse procedimento é compatível com a metanálise. Consiste em um recurso metodológico híbrido de segunda geração, ou seja, é formulada a partir de dados primários ou secundários já tratados analiticamente (primeira geração). A recategorização, portanto, serve-se do conteúdo temático, mas reúne categorias nomeadas aparentemente de forma distinta, mas com afinidade de conteúdo.

Neste caso o recurso reclassificatório revelou-se necessário devido à dispersão de informações e à diversidade do modo de tratamento metodológico (análise de conteúdo de escopo mais abrangente ou mais restrito). A reclassificação foi realizada em dois estágios. No primeiro os estudos foram divididos em duas grandes áreas: temáticas urbanas e temáticas rurais, visto que essa divisão é a mais relevante nos trabalhos examinados. No segundo estágio cada uma dessas duas grandes áreas foi subdividida em categorias mais específicas, as quais são mencionadas no corpo do próprio texto, de forma didática.

A sistematização proposta leva em conta ainda as heranças históricas e culturais e a estrutura econômica, de base agrícola nos dois países, características que contribuem para reforçar essa divisão. Além disso, os textos analisados ressaltam as diversas representações midiáticas a respeito do campo e da cidade, a partir dos estereótipos que idealizam e romantizam a vida calma e tranqüila (o rural idealizado) em contraposição à agitação das cidades poluídas e barulhentas. Do ponto de vista teórico, é oportuno ressaltar também que a Sociologia do Ambiente absorveu contribuições tanto da Sociologia Rural como da Sociologia Urbana, conforme foi destacado no capítulo 2 (a respeito das diversas visões teóricas sobre o ambientalismo).

Entre outras categorias relevantes, resultantes da recategorização aqui proposta, podemos destacar também as representações políticas sobre ambiente, as quais também serão comentadas oportunamente.

4.1. As temáticas rurais

As representações ambientais sobre o mundo rural foram agrupadas em duas amplas categorias: o rural idealizado e o rural degradado. Esse procedimento se justifica pela própria perspectiva da mediatização do ambiente nos dois países, cuja lógica consagrou essa dualidade, embora seja uma dicotomia construída, passível de críticas. Ao adotá-la, portanto, não significa que concordamos com o modo com essa dualidade é construída. O critério foi o da relevância que essas duas representações assumem nos conteúdos midiáticos analisados.

4.1.1. O rural idealizado no Brasil

No Brasil, essa perspectiva idílica, que remete à visão mitológica sobre o paraíso, tanto a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, os Pampas e outras paisagens naturais de beleza reconhecida são retratados pelos *media* como lugares encantados, carregados de mistérios, lendas e mitos. Além da paisagem em si, as revistas ilustradas e as séries especiais de TV ressaltam aspectos relacionados com a diversidade da fauna, as espécies raras, as flores gigantes como a vitória-régia, as aves de beleza surpreendente e as micro-espécies cintilantes etc.

Durante a década de 1970, as revistas ilustradas destacaram os aspectos naturais da paisagem, numa perspectiva de exibição de imagens inéditas. Os lugares virgens, ou seja, ainda sem registro da presença continuada dos homens, recebem atenção especial. Desse ponto de vista, conseguir surpreender o público com imagens de raro apelo bucólico parece ser uma das principais motivações editoriais dos veículos. O ambiente ainda não está

integrado à lógica da noticiabilidade e do valor-notícia. Basta que a paisagem seja nova para o público ou que haja algum apelo relacionado aos encantos da natureza, como uma cachoeira descoberta em um local improvável, uma samambaia xaxim ou uma palmeira de proporções gigantescas ou ainda algo que surpreende até os próprios cientistas.

Nesse estágio de representação da natureza, há certo narcisismo patriótico e ufanista, calcado na necessidade contínua de exibir um ampliado repertório de belas paisagens, como sendo “as únicas da América do Sul, dos trópicos ou do Brasil”. Até então a natureza é representada como um patrimônio natural ou um bem a ser usufruído do ponto de vista plástico/contemplativo ou turístico/econômico. Ainda não há uma cobertura de natureza política e muito menos ambientalista no sentido estrito

A idealização do mundo rural inclui reportagens sobre as fascinantes descobertas em relação à biodiversidade brasileira, com o inventário e a identificação de espécies ainda desconhecidas dos cientistas e da população. Essas reportagens abordam desde a biodiversidade marinha, a ecossistemas como manguezais, dunas, florestas, cerrado, caatinga, restingas e igapós. Reportagens sobre fenômenos naturais espetaculares típicos da paisagem brasileira também são amplamente exploradas, a exemplo do fenômeno hidrodinâmico da pororoca na Amazônia. Da mesma forma, as matérias que colocam em primeiro plano as imagens de orquídeas raras, aves de grande porte e espécies de canto peculiar. Esse universo é representado como um mundo encantado, especialmente no caso de matérias televisivas que exibem os detalhes dos rituais de acasalamento e os cuidados com os filhotes.

Enquadra-se nessa mesma perspectiva representações sobre o estilo de vida dos povos indígenas e descendentes de quilombolas. Esses povos são apresentados como mestres da vida em harmonia com a natureza, especialmente os índios, com todos os mistérios contidos em suas lendas e mitos, com inspiração direta nas forças na natureza. O universo simbólico dos povos indígenas é explorado exaustivamente, como representação idealizada e romantizada. As práticas “*medicinais*”, a “*cura xamanística*”. A literatura oral indígena, suas lendas e mitos, e o calendário econômico de algumas tribos também fazem parte desse universo cultural estudado pelos antropólogos e levados a conhecimento do público pelos *media*.

O comportamento em relação à natureza é analisado predominantemente sob a perspectiva da busca do equilíbrio ecológico, apontando como os índios retiram seu sustento do solo sem danificá-lo, o que favorece o equilíbrio da área explorada. Mesmo quando se utilizam de queimadas, o fazem sabiamente, pois para eles, o fogo tem funções definidas:

controla a população de cobras e escorpiões e evita o crescimento excessivo de gramíneas e cipós.

Comumente os autores chamam a atenção para a utilidade do conhecimento dos povos indígenas, uma vez que todas as tribos vivem há séculos na região sem causar danos ambientais, já que é notória a sabedoria indígena sobre a fauna, a flora e os rios. Esse saber é apontado como sendo importante inclusive para os cientistas, os quais deveriam utilizá-lo para auxiliar nos estudos sobre a classificação dos ecossistemas amazônicos.

4.1.2. O rural idealizado em Portugal

Em Portugal, os ecossistemas tropicais também são objeto da mediatização idealizada do mundo rural, “representada como curiosidade longínqua, selvagem, objeto de conhecimento e de usufruto e só mais recentemente como problema global, dado o risco da sua destruição” (Schmidt, 2003, p.196). A autora ressalta que essa representação foi reforçada pela exibição das telenovelas brasileiras em Portugal, sobretudo *Pantanal* e *Amazônia*, ambas na década de 1990, produzidas pela então Rede Manchete. A Rede Globo de Televisão também investiu muito em telenovelas ambientadas em cenários rurais idílicos, como *O Rei do Gado* e *Cabocla*.

Schmidt também destaca reportagens e documentários que exploram a imagem de florestas tropicais exuberantes, seja na África ou nas áreas ainda existentes na América do Sul. Como a autora mesma denomina, trata-se de um “discurso cômico sobre a floresta como imensidão benigna”. Conforme explica Luísa Schmidt, a exploração da imagem de paisagens naturais de amplo apelo estético torna-se uma das tendências da televisão portuguesa, “uma espécie de diaporama de vistas bonitas”.

Outro ícone das representações midiáticas sobre o rural idealizado são os ambientes aquáticos, como as cachoeiras, reservas ecológicas, rios e lagos rurais. A associação com a água é explicada por Schmidt (2003, p.200) devido a seu valor paisagístico, “muito importante enquanto representação estética e local de lazer, derivando para valor também econômico, como recurso natural”.

Em Portugal, destacam-se ainda os documentários e reportagens especiais sobre as populações camponesas, apresentadas como se vivessem em “sábria e pacífica interação com o meio”, segundo Schmidt (2003, p.359). A autora compara essas populações às espécies em extinção: “Elas e suas práticas, porque o produto dessa interação entre populações e meio é muitas vezes dado como uma mercadoria de excelência: o pão, os queijos, os enchidos, os petiscos, alguns pratos típicos ...”

O ecoturismo ou turismo rural também é retratado pelos *media* dos dois países como uma prática que busca a nostalgia da vida no campo, o retorno à Arcádia. Esse tipo de turista é visto como “visitante respeitador da natureza, curioso dela e generoso para com a sua hospitalidade” (p.359). Assim, prossegue a autora, “surgem os filmes sobre viagens na paisagem, sobre animais na paisagem” (p. 358) até a emergência das imagens sobre paisagens protegidas e seu valor de rural idealizado, especialmente os parques urbanos e reservas ambientais nas proximidades das grandes cidades. Surge, assim, uma nova representação do rural idealizado:

“... um misto de documentário científico e de sequência de ‘vistas bonitas’, com planos encantatórios, cerzidos pela identificação clara de qual a área protegida onde nos encontramos – Gerês, dunas de São Jacinto, Paul do Boquilobo, estuário do Sado, serra da Estrela... De cada uma em particular, fica marcado o seu carácter morfológico, cromático, em suma, paisagístico, com aproximação pontual a um ou outro detalhe: uma planta, um animal, um tipo de rocha, um nativo ou artesão, na sua vida de integração ecológica na paisagem” (p.358).

Essa tendência se consolida com a valorização de imagens terrestres, em substituição às consagradas representações sobre o mar e os rios. Com as áreas protegidas, as imagens rurais passam a ser valorizadas no âmbito das montanhas, dunas, vales e colinas. “A paisagem como que se desloca para o interior e para a terra, reeditando de certo modo o ruralismo como imagem da ‘boa paisagem’” (p.359).

A emergência das áreas protegidas, na visão de Schmidt mudou o enquadramento dos *media* sobre o ambiente rural em Portugal. Se antes o campo era explorado apenas como moldura ou cenário para determinadas atividades, especialmente agrícolas e culturais, voltadas sobretudo para a valorização da gastronomia de herança campesina, com as áreas protegidas, o campo em si tornou-se objeto de representação mediática, como se houvesse uma renovação ou reedição das paisagens rústicas tradicionais, tão valorizadas como património histórico e cultural.

As redefinições do mundo rural em suas representações mediáticas cedem espaço ainda a outras imagens, especialmente na televisão, como é o caso de programas sobre o valor estético e paisagístico dos jardins urbanos, mesmo aqueles em minúsculos espaços, numa visão quase mística da paisagem, que ressalta o poder das plantas para reconectar o cidadão urbano ao ideal do campo arborizado, verdejante e florido. Além disso, os *media* passaram a destacar o valor dos alimentos naturais, produzidos sem pesticidas e sem fertilizantes, à

maneira dos antepassados que viviam nas aldeias, sem energia elétrica e sem interferências de produtos industrializados.

A idealização do mundo rural também incluiu a representação dos animais, cujas imagens associam os bichos a “brinquedos vivos”, numa perspectiva que substitui o selvagem pelo lúdico e recreativo. “Dirigido sobretudo a crianças, temos clara preferência pelas imagens dos animais infantis, ora brincando com crianças, ora visitados por elas no jardim zoológico” (p.372).

Essa lógica da mediatização atinge também os peixes ornamentais, os animais selvagens exóticos e distantes, os animais marinhos (sobretudo golfinhos e baleias) e as aves migratórias e pássaros de beleza exuberante, considerados os “senhores dos céus”. Além da fauna local, as séries televisivas e os documentários exibidos pelos *media* portugueses recorrem a imagens de espécies exóticas, típicas dos Açores, da África e dos ecossistemas tropicais, especialmente do Brasil.

Essas representações, segundo a autora, enquadram-se, na maioria das vezes na lógica do entretenimento, sem conteúdo ambiental no sentido estrito. De modo geral, a televisão explora os aspectos lúdicos e estéticos dos cenários representados, os quais, geralmente remetem ao ideal bucólico de um passado romantizado e distante, uma espécie de arcádia perdida:

“Como primeira ilação desta análise genérica, pode-se dizer que, em termos gerais, os programas sobre ‘ambiente-natureza’ se polarizam em dois grandes grupos, com características e cronologias diferentes. Um, claramente maioritário e mais constante no tempo, concentrado na fauna, na flora – sobretudo selvagens e tropical – bem como nos elementos da paisagem natural – em especial mares, rios e ilhas - e nos recursos naturais – com destaque para a água [...], em suma na natureza enquanto grande grupo que exprime a vida na Terra. Com esta natureza estabelece-se nos programas uma relação de conhecimento/curiosidade e adopta-se uma abordagem de tipo científico-didáctica e também lúdica, sob a forma de documentários – filmados maioritariamente em África, na Austrália e na América e produzidos por ingleses e americanos. Sublinhe-se que, inicialmente, nos anos 50-60, também ganhou significado a representação dos animais familiares e domésticos, em contexto de paisagem rural, numa relação de produção e/ou de usufruto/lazer ligada à ficção/recreação” (p.163).

A idealização da paisagem e dos contextos rurais longínquos é apontada como uma das causas do desenvolvimento tardio da cultura ambiental portuguesa (inferência que certamente também se aplica ao Brasil):

“Assim, desacompanhando aquilo que já sucedia lá fora, nos países ocidentais industrializados, a ‘cultura ambiental’ caseira, transmitida pela RTP, centrava-se no maravilhoso mundo da Natureza – fosse esta intacta, selvagem e distante, fosse tradicional, rural e próxima” (p.163).

Conforme a autora, esse tipo de representação perdurou até o início dos anos de 1990, quando as abordagens sobre riscos e desastres ambientais – ainda minoritárias – assumem lugar privilegiado na cobertura televisiva. Essa mudança do rural idealizado para o rural degradado, como veremos no item seguinte, foi impulsionada pela primazia dos chamados temas globais como poluição, degradação, crise energética, lixo e desordenamento do território.

A análise comparada entre os dois países sobre o rural idealizado mostra que os repertórios temáticos, imagísticos e os enquadramentos mediáticos são muito convergentes. Segundo Gil (2005, p.45), a explicação para essa cultura que supervaloriza o rural idealizado está numa construção histórica que resultou em um imaginário de que a felicidade dos antepassados estaria em uma suposta harmonia entre vida humana e natureza. “Trata-se de uma fantasia de um tempo edênico, paradisíaco, em que a Humanidade e a natureza teriam sido uma coisa só, indissociáveis uma da outra”. Como reforça o autor, os conceitos de natureza e de paisagem natural, bem como o de ecologia e de ambiente são todos resultantes de uma construção sócio-histórica, estruturada na forma de retóricas. Afinal, “uma paisagem não existe em si mesma, nem a natureza é uma decoradora caprichosa armando painéis, vitrines e *show-rooms*” (p.46).

As retóricas romantizadas sobre a natureza têm conseqüências diretas na relação do cidadão com o ambiente no cotidiano, os quais continuam a pensar nos problemas ambientais como algo distante, tanto em Portugal, (conforme constatou Schmidt, 2003) como no Brasil, segundo Crespo (2005). Nos dois países, quando se fala em natureza, a população pensa em fauna e flora e não consegue perceber os problemas ambientais de sua cidade, de seu bairro. No caso do Brasil, complementa a autora, para quem mora no Sudeste, a prioridade para a proteção é a Amazônia, enquanto para os nordestinos, a prioridade é a Mata Atlântica.

A Televisão é apontada pelos estudiosos, tanto no Brasil como em Portugal, como a principal responsável pela simplificação dos problemas ambientais e pela associação reducionista de natureza com fauna e flora (Trigueiro, 2005).

4.1.3. O rural degradado em Portugal

Em Portugal, as imagens sobre os incêndios florestais são consideradas por Schmidt o emblema da degradação da paisagem rural:

“Observando o percurso temático dos incêndios ao longo do período analisado, verificam-se algumas alterações na forma como vão sendo tratados nos *media*. Se inicialmente os fogos remetem para um discurso predominantemente descritivo-factual e até científico, a partir de meados de 80 o assunto torna-se algo mais preventivo e o tom crescentemente político (...), passando os incêndios a ser objecto de debate e crítica” (Schmidt, 2003, p.195).

A autora ressalta ainda que os fogos foram as catástrofes naturais mais noticiadas em Portugal nas últimas décadas, “suscitando sobre eles um discurso negativo onde se sublinha uma relação de ‘destruição’ (...) mobilizando um discurso emotivo, crítico, alarmista e quase exclusivamente negativo” (p.197).

A ênfase ao tema se deve à incidência de uma sequência de grandes incêndios, como o que ocorreu em 1996 na Serra de Sintra, que causou alarmismo na sociedade e causou prejuízos de grandes proporções à biodiversidade local. Entretanto, a autora ressalta que a gravidade do tema levou ao âmago da complexidade do debate sobre ambiente em Portugal. Conforme Schmidt, as catástrofes serviram de alerta à sociedade portuguesa que, até então, encarava o noticiário ambiental como se fosse relacionado a temas fora da realidade nacional. Os incêndios, ressalta a pesquisadora,

“tocaram o âmago da complexidade dos fenômenos ambientais em todas as suas vertentes – técnicas, econômicas, sociais, políticas, históricas, naturais, culturais - , facto que nenhuma outra das catástrofes acontecera. Será esta a primeira área temática em que uma catástrofe é tratada em reflexão sobre o todo na sociedade portuguesa, mesmo que o resultado dessa reflexão seja algo inconclusivo” (Schmidt, 2003, p.321).

Conforme a análise da investigadora portuguesa, a repercussão do noticiário sobre os incêndios, especialmente com as emissões televisivas, chamou atenção dos *media*, da sociedade e das autoridades para a necessidade de preservação das áreas verdes, chamando atenção para a idéia de que “a floresta é uma riqueza econômica e um bem salutar do país que, para além da aplicação científica e técnica do Estado, reclama os cuidados individuais dos cidadãos que a freqüentam, sejam eles caçadores, campistas ou apenas automobilistas de passagem” (p.322).

Na interpretação da autora, a mediatização do fogo abriu caminhos para a inclusão de outros temas ambientais na agenda portuguesa, como a importância da conservação dos

parques nacionais, dos mananciais hídricos e da preservação de espécies vegetais e animais. Além disso, complementa Schmidt:

“O campo mediático dos fogos começa então a ser progressivamente ocupado num espaço intermédio por outros temas: as suas causas fazem uma das mais crônicas controvérsias dos debates televisivos. As técnicas de extinção, as políticas de prevenção, sempre acusadas de faltarem, as tensões de interesses envolvidos, continuamente insinuados mas só raramente explicitados, absorvem a quase totalidade do espaço de representação sobre a catástrofe. Esta terá, sobretudo nos grandes incêndios florestais em áreas protegidas, os seus únicos momentos de afirmatividade como problema sobretudo ambiental. No Gerês, em 1989, tal como na Arrábida, em 1991, as intenções criminosas são na mesma invocadas, mas as notícias sublinham efetivamente a perda do patrimônio florestal, e não, como é de regra, a simples destruição de x hectares e de y ésteres de madeira” (Schmidt, p.323).

Outro ponto destacado pela análise da autora acerca da mediatização das labaredas nas florestas diz respeito à politização do debate sobre a degradação florestal. Com o aprofundamento da cobertura, o assunto deixou de ser representado com uma fatalidade cíclica, atribuída exclusivamente a causas naturais. Aos poucos, o caráter de catástrofe natural passa a ser percebida pelos *media* como decorrência de ações humanas inconsequentes. Assim, emerge o conceito de que a floresta constitui um patrimônio tão importante quanto o território “e quando arde é o país que arde” (p.323). Outra consequência foi a associação entre os efeitos nocivos dos fogos e a geração de gases que provocam o efeito estufa, com liberação de elevadas quantidades de CO₂.

A mediatização da degradação do ambiente rural em Portugal também contempla o caso da poluição dos rios, no início da década de 1990:

“... será sobretudo pela utilização das suas imagens – ressequidos, verdes, pastosos, envenenados, arrastando peixes mortos – que se vai dar o alerta doméstico contra a poluição. Tudo surge ao mesmo tempo: a água vista como recurso estratégico em degradação e em falta com o agudizar da seca na primeira metade dos anos 90, os rios em morte lenta em paisagens de pré-deserto no Alentejo e, depois, o debate sobre o Plano Hidrológico Espanhol” (p. 357).

Em síntese, as representações do rural degradado nos *media* portugueses se estabelecem na dicotomia entre o fogo e a água, ambos símbolos ambíguos, que tanto podem evocar aspectos positivos como negativos. O fogo usado para preparar os alimentos, por exemplo, é o mesmo que pode destruir as florestas. Da mesma forma, a água que rega a terra, faz brotar as nascentes e alimenta os rios, é a mesma que também pode causar destruição, com as cheias. Além do forte

apelo emocional e cultural, essa dualidade apresenta um contraste que permite rica exploração pelas imagens mediáticas, especialmente pela televisão.

4.1.4. O rural degradado no Brasil

Os incêndios florestais também se tornaram um emblema do rural degradado no Brasil, uma catástrofe que se repete a cada ano, na época das secas, em quase todo o país, sobretudo na Caatinga e nos Cerrados. Entretanto, com o surgimento fogos involuntários de grandes proporções na Amazônia, a mediatização também foi intensificada. Em 1998 ocorreu um dos incêndios que chamariam a atenção do mundo. As chamas arderam em Roraima. Enquanto a floresta queimava, governo, jornalistas de diversos países, pesquisadores, bombeiros, voluntários, curiosos, telespectadores, caciques, agricultores familiares, enfim, todos os que tiveram acesso às informações *in loco* ou repetidamente mostradas pela TV e pelos jornais, se perguntavam como um incêndio daquelas proporções era possível. O que aconteceria com o verde da Amazônia e seus povos da floresta? Que implicações este incêndio teria para a camada de ozônio, para o efeito estufa, para liberação de carbono na atmosfera? As respostas vieram de todos os lados e palavras como ‘meio ambiente’, ‘ecologia’ e ‘proteção ambiental’ receberam os mais diversos e, algumas vezes, contraditórios sentidos (Costa, 2006, p.27).

A intensa cobertura da mídia - tanto de veículos nacionais como internacionais – chamou atenção da Organização das Nações Unidas (ONU), que enviou uma missão ao Brasil para avaliar os impactos dos incêndios. “Segundo as conclusões da missão, a extensão do incêndio, assim como sua intensidade, superaram as expectativas dos governos local e federal, os quais não dispunham dos recursos materiais e humanos necessários para enfrentar o incêndio florestal daquele porte” (Costa, 2006, p.42). O incêndio de Roraima, cujas proporções foram atribuídas ao fenômeno *El Niño*, atingiu uma área de quase 40 mil km² e afetou savanas e florestas primárias. Conforme o estudo citado, a queima do material vegetal emitiu cerca de 20 milhões de toneladas de carbono na atmosfera.

As labaredas na região são classificadas pelos estudiosos como “fogo acidental”, categoria que se refere à queimada intencional e localizada, que escapa ao controle do agricultor. Também se enquadram nessa categoria as queimadas causadas por cigarros jogados em áreas com vegetação seca. A pesquisa de Costa (2006) conclui que o caso da queima da floresta em Roraima foi um marco na história do ambientalismo brasileiro. Além

da ampla repercussão internacional, “colocando o Brasil nas telas de televisão do mundo inteiro e motivando uma série de ações governamentais e não-governamentais” (p.57),

Ademais, a repercussão das imagens contribuiu para intensificar o debate público sobre os diversos setores sociais envolvidos, entre eles, o da agricultura familiar. Entretanto, o contrário também aconteceu, pois a agricultura familiar tornou-se uma fonte maior de preocupação para o campo ambiental, “uma vez que entre seus agentes encontravam-se os agricultores familiares, responsáveis pelas queimadas que poderiam vir a se tornar incêndios florestais na Amazônia” (Costa, 2006, p.57). Para a autora, o incêndio em Roraima, também motivou a criação de alguns programas governamentais que, “apesar do caráter emergencial inicial, continuam se constituindo nas principais estratégias de atuação do Governo sobre a temática” (p.57).

A extração de madeira da floresta é outro fator apontado pelo estudo mencionado como intensificador dos fogos. Conforme sua análise,

“Isso ocorre porque durante a retirada de espécies de valor comercial, outras árvores acabam também sendo derrubadas ou tendo os galhos quebrados, transformando-se em material combustível para o fogo. Outra consequência dessa atividade é o aumento do dossel da floresta, facilitando a penetração da luz solar por entre as árvores e secando com mais rapidez folhas depositadas no chão, que também se tornam material inflamável” (Costa, 2006, p.47).

A pesquisadora registra dados que indicam que, no caso da mesma área queimar pela segunda vez, o fogo será proporcionalmente duas vezes mais alto e mais largo, além de dez vezes mais quente que na primeira vez, o que aumenta a destruição de árvores que sobreviveram ao primeiro incêndio. “Além disso, uma floresta intacta pode se manter resistente ao fogo mesmo após 16 dias sem chuva, enquanto que uma floresta que já sofreu incêndio por mais de duas vezes fica completamente vulnerável ao fogo a partir de nove dias sem chuva” (Costa, 2006, p.47).

Outro emblema da degradação rural no Brasil, conforme os estudos analisados, é o chamado “Arco do Desmatamento”, que concentra 80% dos desmatamentos e queimadas na região amazônica. A área abrange 1,7 milhão km² que se entendem pelo Acre, Amazônia, Rondônia, norte do Mato Grosso, sul e leste do Pará, Tocantins e Maranhão. Nessa área específica, a derrubada de árvores chega a 23 mil quilômetros quadrados por ano. A pecuária extensiva é a atividade que mais provoca desmatamento, responsável por 80% do problema. Em seguida, está a grilagem de terras públicas e a extração de madeira, com 15%, e a agricultura, com 5%, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente de 2005. O “arco do

desmatamento", é caracterizado pela forte expansão da fronteira agrícola, baseada principalmente no avanço da cultura da soja e da pecuária extensiva - atividades usadas freqüentemente como justificativa para invasões de terras públicas.

Devido a essa combinação de elementos, os problemas amazônicos assumem uma amplitude peculiar na mediatização do ambiente no Brasil, o que dificulta um inventário abrangente e exaustivo. Entretanto, cabe destacar outros aspectos que são ressaltados de modo enfático pela cobertura de imprensa, tais como:

- - a necessidade de se estabelecer critérios legais para a exploração de recursos naturais na região, especialmente recursos madeireiros;
- - a exploração de minérios e os impactos da atividade mineradora, destacando-se a redução da qualidade do solo para as atividades agrícolas; a redução do crescimento natural da flora; e o surgimento de pragas e doenças em torno dos garimpos;
- - a falta de regras objetivas para a ocupação do espaço físico e o cultivo agrícola;
- - a crescente degradação da vegetação nas marginais da rodovia Transamazônica;
- - a utilização indevida dos recursos faunísticos da terra firme na região, inclusive o comércio ilícito de peles de animais silvestres;
- - falta de políticas para a sustentabilidade da relação da Amazônia com os demais ecossistemas aquáticos, como o Pantanal e toda a área circunvizinha de igapós e igarapés, que contribuem para a formação das bacias dos maiores rios da região: o Solimões, o Negro e o próprio Amazonas.

Os habitantes de áreas rurais (ribeirinhas e do sertão) também são representados como parte do cenário degradado (ou até mesmo como vidas degradadas), numa tentativa de relacionar o homem com o meio natural e sua cultura, como o fez Euclides da Cunha em *Os Sertões* e Josué de Castro em *Geografia da Fome*, além da representação na literatura como *O Quinze*, de Rachel de Queiroz e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos:

“Na literatura, na dramaturgia, na música e nas artes plásticas do início do século XX, o tema da seca também apareceu como um fenômeno relacionado aos desastres sociais e morais, uma fatalidade que desorganizava o modo das famílias e da sociedade, sendo responsabilizada pelos conflitos sociais na região (o cangaço e messianismo), naturalizando as questões sociais [...] *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, retrata a área de domínio do semi-árido como uma realidade hostil ao sertanejo. *O Quinze*, de Raquel de Queiroz, também retrata a seca como explicação da desorganização da vida” (Silva, 2003, p.362).

Talvez por conta dessa tradição já consagrada pelas Ciências Sociais e pela Literatura, a mediatização sobre o rural degradado no Brasil siga a mesma tendência. Ao contrário de Portugal, cujos estudos ressaltam a degradação da paisagem e dos recursos naturais, no Brasil, o componente humano também é destacado, numa perspectiva com bastante relevo social. Fenômenos e problemas socioeconômicos endêmicos e de natureza crônica são recorrentemente abordados pelos *media*, como a seca, o trabalho escravo ou degradante, a devastação nos garimpos, especialmente na Serra Pelada (no estado do Pará), as carvoarias, a derrubada de árvores, as queimadas e as conseqüências de todos esses problemas na vida dos moradores de áreas rurais.

Apesar da amplitude da abordagem sobre o rural degradado, a seca e suas conseqüências constituem a temática mais constante na cobertura de imprensa (Silva, 2003, p. 361):

Geralmente, os diagnósticos e proposições têm como referência imagens historicamente construídas sobre um espaço-problema, terra das secas, região de fome e da miséria, explicação do atraso econômico e das disparidades regionais. Essas imagens são fruto de julgamentos superficiais sobre a realidade do semi-árido e dos interesses políticos das elites locais que explicam a miséria, a fome e o atraso como produto de condições naturais adversas, do clima, da terra e da formação e de sua gente.

O autor ressalta ainda o uso político das reportagens, que divulgam o fenômeno nacionalmente como um grave problema praticamente insolúvel. Assim, o jornalismo serve aos que pretendem transformar a seca em argumento político “para conseguir recursos, obras e outras benesses que seriam monopolizadas pelas elites dominantes locais” (p. 362).

Essa visão sobre seca, conforme o autor, predominou até meados do século XX. A partir da década de 1960 é que começam a surgir outros pontos de vista sobre as causas estruturais e as conseqüências da estiagem, situando-a além de um fenômeno meramente climático. Nesse sentido, o livro *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, denuncia que a falta de chuva foi responsabilizada pelo drama nordestino, “acobertando as formas dominantes da exploração econômica que criaram e reproduziram a concentração das riquezas e do poder político, gerando miséria e dependência de milhares de sertanejos” (Silva, 2003, p. 362). O argumento de Josué de Castro, retomado por Silva, destaca que a concentração fundiária e a

exploração da mão de obra dos sertanejos passaram a ter destaque na explicação da manutenção da miséria no sertão brasileiro.

O estudo de Silva identifica dois paradigmas dominantes na produção acadêmica, no que se refere à tematização da seca, os quais também são reproduzidos pela imprensa:

“O combate à seca está intimamente relacionado ao paradigma tradicional, que tem por base uma visão fragmentada, mecanicista e utilitarista do mundo e, particularmente, da natureza. O estranhamento e distanciamento do ser humano em relação à natureza são orientados pela crença da dominação antropocêntrica, que permite dispor, de forma predatória, dos recursos naturais para o crescimento econômico e satisfação do consumismo acelerado. [Nessa visão] As adversidades naturais devem ser combatidas para que o domínio humano se realize plenamente: a falta de água deve ser enfrentada com as soluções hídras; a baixa produtividade com as tecnologias inovadoras de irrigação e a modernização das propriedades rurais etc” (Silva, 2003, p.380).

O outro paradigma identificado pelo autor está relacionado com a perspectiva da convivência com a estiagem e as condições climáticas do semi-árido. Conforme Silva, essa perspectiva está relacionada com uma concepção emergente que se baseia em uma visão ecológica,

“rompendo com a visão antropocêntrica de dominação e proporcionando a reconciliação do homem com a natureza. A convivência com o semi-árido tem por base uma percepção holística sobre as realidades complexas dos ecossistemas e a valorização de conhecimentos, valores e práticas apropriadas ao meio ambiente. A Essa percepção devem se articular as iniciativas que visem à melhoria da qualidade de vida das populações locais” (Silva, 2003, p.381).

As consequências da seca na região Nordeste, a situação das populações acometidas pelo fenômeno, com depoimentos dramáticos de sertanejos, além da destruição da lavoura, o definhamento do gado são explorados em imagens de grande apelo emocional, especialmente nas reportagens e programas especiais de televisão.

Da mesma forma, as ecoepidemias que atingem os povos indígenas que habitam áreas mais próximas das cidades, o drama dos Yanomami nas áreas de garimpagem e a situação dos Kayapó também foram temas abordados pelas reportagens mencionadas nos estudos analisados. Nesse caso, as fontes mais relevantes são os estudos científicos, os quais apontam as alterações ecológicas como uma das causas do aparecimento de freqüentes epidemias, provocando a morte de muitos deles, uma vez que os efeitos de uma doença infecciosa são mais graves em populações nunca expostas a ela, como no caso das tribos indígenas.

As matérias sobre espécies ameaçadas de extinção constituem outro eixo dessa perspectiva do rural degradado, com destaque para imagens de tartarugas, jacarés, ouriços, macacos mono-carvoeiros e peixes. A degradação de ambientes aquáticos como lagoas, lagos, rios, mares e praias, além da desertificação de áreas do Nordeste e do Sudeste também se incluem nesse cenário degradado.

4.1.5. Temáticas rurais, públicos urbanos

Nos dois países, a importância do ambiente rural no noticiário e na programação televisiva decorre de heranças de países agrários, de longa tradição agropastoril, por serem baseadas em códigos e símbolos próprios de vilas e aldeias que, na época, constituíam mais extensões da vida no campo do que da vida urbana propriamente dita.¹⁷

Uma das tendências mais expressivas na mediatização do ambiente rural, sob o prisma dos interesses da população urbana, é o caráter performático. Isso significa que, para enquadrar as temáticas rurais na perspectiva mediática, os fatos são recontextualizados, a fim de atender aos requisitos da cultura mediática, a qual está intimamente ligada ao *happening*, ou seja, algo que se projeta por si, em forma de acontecimento – geralmente um acontecimento considerado tão-somente pelas suas características performáticas. Ambos, portanto (*performance* e *happening*) constituem elementos da chamada cultura pós-moderna (Harvey, 1992). São elementos que se opõem ao objeto de arte em si ou à obra acabada, traços típicos da cultura moderna.

Essa perspectiva traz outra consequência, que é a padronização das abordagens sobre ambiente em duas perspectivas (idealização e degradação). Essa estandarização produz uma visão homogeneizada, polarizada e simplificada, como se todas as questões dos complexos ambientes rurais pudessem ser reduzidas a duas categorias mediáticas, a fim de atender aos requisitos da retórica da mediatização. Tal enquadramento transforma os lugares, paisagens e pessoas do ambiente rural em “produtos” para serem consumidos por indivíduos e grupos oriundos de outros países, regiões ou cidades, como algo capaz de entreter e proporcionar deleite ao telespectador, com a valorização episódica do rural idealizado e dos cenários

¹⁷ Segundo Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, a ordem patriarcal foi transposta do ambiente rural para o urbano. A urbanização brasileira, a partir de 1930 foi uma transposição e adaptação dos agentes do sistema casa-grande e senzala para o sistema sobrados e mucambos.

degradados. Há uma nítida tendência de se atribuir um caráter esporádico a essas manifestações. Não que elas existam apenas em épocas determinadas, mas são valorizadas somente em períodos específicos.

Tal perspectiva reforça as duas anteriores. Primeiro porque a agenda ambiental deve sempre atender aos requisitos da *performance* e do *happening*. Segundo porque implica pouca diversidade na abordagem, embora, haja interesse dos promotores de noticiabilidade em apresentar manifestações ambientais que são apresentadas como “novas”, desde que sejam inusitadas e performáticas. Em outras palavras, os temas tratados devem estar de acordo com a retórica espetacular ou dramática da mediatização.

Em suma, o que se pode perceber, numa perspectiva comparada é que, nos dois casos em exame, a mediatização das temáticas rurais atende aos interesses dos públicos urbanos, tanto no caso do rural idealizado como na representação da degradação. A mediatização reforça aspectos do imaginário social já consolidado a respeito da natureza, a partir de elementos culturalmente relevantes, como o fogo, a terra, a água, as matas. Todos esses elementos são referentes consagrados para a constituição das lendas e mitos do mundo rural, os quais também se tornam matéria-prima para a construção do cenário de representação ambiental construído pelos *media* e dirigidos aos públicos urbanos. Assim, segundo Braga (2006a), a mediatização funciona como um poderoso processo interacional de referência para a assimilação das imagens e representações sobre a natureza, seja em relação ao rural idealizado ou ao rural degradado.

4.2. As temáticas urbanas

Para a organização das categorias temáticas referentes ao contexto urbano, foi utilizado o mesmo procedimento da recategorização, já explicado anteriormente.

4.2.1. As temáticas urbanas segundo o inventário dos estudos portugueses

Schmidt (2003, p.165-167) realizou uma cronologia da evolução das notícias sobre ambiente em Portugal. A conclusão é que apesar da tendência crescente, a partir da Conferência de Estocolmo (1972), não havia regularidade e nem consistência na cobertura. “Este ‘sobe e desce’ sucessivo relaciona-se por um lado, com a relevância que determinados acontecimentos e assuntos adquiriram em diferentes contextos históricos e, por outro lado, com as próprias alterações de estrutura que os telejornais foram sofrendo” (p.141).

Entretanto, a autora identifica um marco no noticiário português sobre ambiente, no ano de 1983, o qual está relacionado diretamente com o avanço do armamento nuclear na Europa e a

instalação de mísseis. Conforme a investigadora, outros temas de relevância na agenda europeia, como energia e petróleo, somaram-se na composição do noticiário conduzido pelo risco nuclear. Contudo, somente após a adesão de Portugal à União Europeia (1985), “foi que entramos no pelotão da inquietação ambiental internacional”, conclui Schmidt (2003, p.143).

Conforme Schmidt, as categorias gerais de maior repercussão pública em Portugal, no período de 1980 a 1980, foram, por ordem de importância:

I - Riscos ambientais – Inclui todas as notícias relacionadas a acidentes, incêndios, cheias e a divulgação sobre mísseis e usinas nucleares. Como ressalta Schmidt, o acidente de Chernobyl tornou-se uma espécie de parâmetro e referência para as reportagens sobre riscos nucleares. Apesar do peso dessa categoria no noticiário, com 32,8 da cobertura no período analisado por Schmidt, os temas noticiados não apresentavam conotação ambientalista propriamente dita, pois os assuntos eram inseridos na agenda mediática de forma a chamar atenção para os riscos em si, sem relacioná-los diretamente à agenda verde.

II - Energia e petróleo – Apesar da relevância, essa categoria também não foi contemplada por uma cobertura ecológica propriamente dita. A autora chama atenção para os aspectos econômicos e políticos que predominaram nas discussões sobre energia e combustíveis. Poucas vezes eram debatidos aspectos como poluição e alternativas energéticas renováveis. A energia é apresentada como alavanca do crescimento econômico.

III - Gestão do território – Engloba uma variedade de assuntos, tais como obras públicas de grande impacto na paisagem urbana, a exemplo de pontes, viadutos, barragens e edifícios públicos. Inclui ainda as medidas governamentais para intervir na organização do espaço urbano, como recuperação de sítios históricos. A cobertura sobre esses temas, na avaliação da autora, revela um caráter ainda incipiente no âmbito governamental português.

IV - Temas globais – A cobertura sobre temas ecológicos de caráter global é apresentada pela estudiosa como consequência das discussões ambientais promovidas e protagonizadas pela União Europeia. É, portanto, a necessidade de alinhamento de Portugal com as políticas europeias para o ambiente que levam os *media* portugueses (e a população) a se interessar pelos mais diversos assuntos da agenda verde internacional. Entre os temas dessa agenda destacam-se: poluição urbana, chuva ácida, efeitos dos agrotóxicos, manejo sustentável dos recursos naturais, desgaste na camada de ozônio e aquecimento da terra.

V - Saneamento básico - Este tema foi introduzido na agenda ambiental portuguesa devido aos impactos da falta de saneamento na saúde humana. A cobertura reflete principalmente as políticas do Governo português voltadas para a melhorar o tratamento sanitário de dejetos, a fim de evitar danos à saúde da população.

Ainda no que se refere à agenda urbana, o estudo de Pereira Rosa (2006) registra uma ampliação das categorias temáticas na cobertura da imprensa portuguesa, fenômeno que o autor atribui à atuação da *Quercus*. O autor destaca as seguintes categorias temáticas:

I - Contaminação das praias – nessa categoria são destacadas as notícias relacionadas à qualidade da água e eventuais riscos de contaminação dos frequentadores. Conforme os estudos analisados, o tema é recorrente na agenda jornalística portuguesa, especialmente nos períodos de veraneio. Schmidt (2003, p.354) destaca que as praias recebem atenção especial do noticiário televisivo, uma vez que frequentemente se tornam alvo de alertas e denúncias em períodos de feriados. Segundo a análise da autora, a cobertura jornalística sobre o tema apresenta o mérito de relacionar o assunto com outros temas ambientais igualmente relevantes como a ocupação do solo urbano, a contaminação das águas e a concentração populacional em determinadas áreas urbanas. Pereira Rosa (2006), por sua vez destaca a atuação da organização não-governamental *Quercus*, que se tornou atuante na denúncia de riscos à saúde dos usuários de espaços de lazer nas praias.

II - Gestão de resíduos urbanos e industriais – uma das categorias mais relevantes nos estudos analisados foi a incineração de lixo, especialmente em decorrência da atuação da *Quercus*. Como registra Pereira Rosa (2006), a organização conseguiu manter o tema na pauta da mídia durante oito anos (de 1990 a 1997) até o problema ser solucionado de modo relativamente satisfatório pelos órgãos oficiais.

III - Gestão dos recursos hídricos - O peso dessa categoria no noticiário sobre ambiente em Portugal, segundo Pereira Rosa (2006) justifica-se pela relevância que assumiu, em termos do debate público, o Plano Hidrológico Nacional e a construção da barragem do Alqueva, em decorrência da militância ecológica da *Quercus*. Além disso, a análise do autor demonstra que a temática relativa às águas mobilizou o noticiário de todo o país, especialmente durante a década de 1990. “As notícias relacionadas com a água não se limitaram às regiões envolvidas. Ocorreram em todo o país, uma vez que a associação fez um grande esforço de denúncia

nacional de qualquer acção poluidora de cursos fluviais, lençóis freáticos ou praias de importância estratégica” (Pereira Rosa, 2006, p.91).

IV - Poluição atmosférica – Esta foi uma das categorias de maior relevância no noticiário português, ressaltada tanto por Schmidt (2003) como por Pereira Rosa (2006), além de ser o bloco temático com a maior abrangência de abordagens, fontes e atores sociais envolvidos e citados. Além da apresentação continuada de diagnósticos sobre as causas e efeitos da poluição, os estudos mencionados destacam ainda a avaliação de especialistas sobre os impactos da poluição na saúde humana e o discurso do empresariado sobre as responsabilidades acerca do fenómeno. As notícias sobre poluição conquistaram espaço definido nos jornais e na televisão ainda no início dos anos de 1980. Entretanto, Schmidt (2003) registra uma tendência à maior valorização dos problemas locais.

V - Transportes – Além das discussões sobre a construção de pontes e o impacto ambiental negativo das obras, esta categoria concentrou-se no debate sobre a oferta de transportes públicos e o aumento indiscriminado do uso de veículos individuais, com elevado potencial poluente. Trata-se, pois de uma categoria que relaciona diversos aspectos inerentes à temáticas dos transportes urbanos.

VI - Reciclagem – Como uma das categorias mais recentes no noticiário português, a possibilidade de reutilização de embalagens plásticas, de vidros e de papel tornou-se um dos grandes temas do início dos anos 2000. Como ressalta Pereira Rosa (2006), as matérias jornalísticas sobre esse assunto apresentavam as vantagens da reciclagem, em um tom nitidamente engajado, de apelo à adesão da população a essa prática.

4.2.2 As temáticas urbanas segundo o inventário dos estudos brasileiros

No que se refere à agenda urbana, os estudos sobre jornalismo e ambiente realizados no Brasil (Dencker & Kunsch, 1996; Oliveira, 1991) destacam-se as seguintes categorias temáticas:

I – Poluição - a ênfase a essa categoria está diretamente associada aos danos causados pelos poluentes, principalmente nos grandes centros urbanos. Os estudos analisados indicam uma cobertura ampla e diversificada, abrangendo praticamente todas as formas de poluição presentes nas grandes cidades brasileiras, sobretudo a região metropolitana de São Paulo:

poluição do ar, de praias, rios, lagoas e poluição sonora. A poluição industrial, nos grandes centros urbanos, é o foco de interesse de todos os jornais, sobretudo no estado de São Paulo.

II – Clima - As questões relativas ao clima ocupam expressiva posição nos estudos realizados no Brasil (nas décadas de 1980 e 1990), mas ainda sem a conotação de aquecimento global, cuja tônica é mais recente. As reportagens do período mencionado abordam aspectos como a seca na região Nordeste e a situação das populações acometidas pelo fenômeno, com depoimentos dramáticos de sertanejos, além da destruição da lavoura, o definhamento do gado e as medidas governamentais de emergência. Algumas regiões do sul do País também aparecem com frequência, acometidas por estiagens temporárias, como é o caso de municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Do ponto de vista urbano, a cobertura jornalística começa a esboçar a tematização sobre os efeitos dos fenômenos climáticos nas cidades, especialmente na alta dos preços dos alimentos.

III – Urbanismo - a relação entre urbanismo e meio ambiente aparece apenas nas revistas semanais, dirigidas ao público das grandes cidades brasileiras onde a questão urbana aparece como parte do problema ecológico (Dencker & Kunsch, 1996; Oliveira, 1991). O poder público, local e estadual, juntamente com entidades conservacionistas não governamentais são os protagonistas dos fatos noticiados, atuando, na maioria das vezes, como parceiros, e não como opositores.

IV – Mercado verde – tendência registrada nos estudos brasileiros a partir dos anos de 1990, com a emergência de produtos e tecnologias com conceito de “amigos do ambiente”. Os estudos analisados apontam o mercado verde como um tema vinculado diretamente à política de captação de anúncios publicitários das revistas e jornais, os quais passam a vincular o espaço jornalístico à divulgação de iniciativas de grandes empresas nacionais e multinacionais voltadas para os diversos aspectos da responsabilidade socioambiental. Além de fazer a divulgação desses projetos, o espaço jornalístico também é utilizado para apresentar novidades disponíveis no mercado, como embalagens biodegradáveis e produtos com menor consumo de energia elétrica.

V – Ecologia e problemas sociais – essa categoria abriga um amplo leque de temas interrelacionados, como pobreza, miséria, fome, desnutrição, falta de saneamento básico e de água tratada. Trata-se de uma tendência minoritária, registrada sobretudo em revistas

semanais e suplementos especiais de jornais em edições de final de semana. Os temas são tratados na forma de grandes reportagens, realizadas geralmente, a partir da divulgação de estudos de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e universidades.

VI – Ambiente e qualidade de vida – Este bloco também alberga um conjunto de temas interrelacionados como saúde, educação, meio ambiente, cidadania, espaço urbano, desenvolvimento sustentável e globalização. Similar à categoria anterior, mas apresenta enfoque denunciata, ao repercutir pesquisas originadas do campo das Ciências Sociais. Essa categoria reúne matérias que apresentam conotação holística, pois relacionam a qualidade de vida no contexto urbano a um conjunto de fatores como alimentação saudável e sem agrotóxicos, água tratada de forma adequada, qualidade do ar, comportamento crítico em relação ao consumo e cuidado com o espaço urbano (Dencker & Kunsch, 1996; Oliveira, 1991).

4.2.3 Perspectiva comparada

A comparação permite observar convergências no registro das categorias, mas divergências do ponto de vista da abordagem jornalística. Enquanto em Portugal, os estudos analisados são mais específicos, no Brasil existe uma abrangência maior. As convergências podem ser explicadas pela globalização da agenda ecológica a partir da década de 1980, especialmente no que se refere aos estudos sobre poluição e urbanismo. As divergências, por sua vez, devem ser entendidas em razão dos fatores contextuais e das particularidades dos biomas nacionais, da natureza das pesquisas científicas, da gestão do Estado e das reivindicações dos movimentos sociais de defesa do ambiente urbano. Essa diversidade é um dos temas de estudo da Escola de Chicago, como já foi abordado anteriormente.

Ao contrário da imprensa portuguesa, os estudos analisados mostram que a mídia brasileira apresentou cobertura com maior enfoque para os assuntos de ambiente ligados ao contexto rural, especialmente pautas como proteção da fauna e da flora, risco de extinção de espécies, proteção da Amazônia, dos rios, dos povos indígenas e medidas para evitar o uso de agrotóxicos na agricultura, especialmente no período de 1970 a 1980. Entretanto, a partir da década de 1990, as temáticas urbanas começaram a ganhar mais evidência, sobretudo temas como poluição, clima e urbanismo (as três primeiras categorias destacadas).

A comparação entre os estudos portugueses e brasileiros demonstra que em cada país se formou um *pacote interpretativo*¹⁸ específico sobre as temáticas ambientais. Enquanto em Portugal a imprensa se voltou com mais ênfase para os problemas urbanos, efetivamente, no Brasil, o enquadramento mais amplo é destinado aos aspectos rurais da ecologia, embora as temáticas urbanas também sejam relevantes. Entretanto, o que se observa é que a relação entre ecologia e urbanismo é levada ao ápice em cidades como Lisboa, São Paulo e Rio de Janeiro. O noticiário local, nessas cidades, imprime uma tônica entre os problemas que afetam a cidade, construindo estreita relação entre urbanismo e ecologia. Afinal, como destaca Fuks (1998), o núcleo da problemática ambiental das grandes cidades é a desordem urbana, o que torna o assunto indissociável da questão urbanística. A abordagem da imprensa, tanto no Brasil como em Portugal, se enquadra no enfoque da Escola de Chicago, do ponto de vista dos estudos de ecologia urbana.

A perspectiva comparada desenvolvida acima permite algumas inferências preliminares do ponto de vista específico das influências do paradigma da ecologia humana da Escola de Chicago nos estudos de jornalismo ambiental nos dois países em questão. Até o momento, a pesquisa indica que as influências são mais evidentes nos estudos portugueses, os quais atribuíram maior destaque às temáticas urbanas, com abordagem nas influências da dinâmica espacial e demográfica.

Essa tendência pode ser exemplificada com a tematização relacionada à poluição das praias e a concentração de freqüentadores em períodos específicos, como feriados prolongados. As abordagens sobre poluição também reforçam essa tendência, especialmente no que se refere aos impactos da concentração populacional em determinadas áreas, o que aumenta a demanda por serviços e atividades poluentes que resultam da própria dinâmica da ocupação do solo urbano. Essa perspectiva é complementada com a categoria transportes, talvez a que demonstra com mais intensidade os pressupostos da ecologia urbana da Escola de Chicago, visto que a poluição decorrente do uso de combustíveis está diretamente relacionada à concentração populacional.

¹⁸ A noção de *pacote interpretativo* é utilizada por Erving Goffman (1974). Para o autor, em cada questão discutida publicamente, como no caso de temas ambientais, existem perspectivas analíticas que recebem maior ou menor atenção nos debates públicos, os quais operam com uma perspectiva interpretativa definida. As versões a respeito de um mesmo fato ou fenômeno social são elaboradas no contexto de disputas localizadas, as quais são alimentadas por pacotes interpretativos, que fornecem amplos repertórios de recursos argumentativos para a elaboração de relatos a respeito de eventos significativos. Ainda segundo o autor, esses pacotes são organizados a partir de um conjunto de idéias-chave, metáforas, frases de efeito e referências a princípios morais. Assim, os *pacotes interpretativos* funcionam como farol para a opinião pública, ao estabelecerem parâmetros de como pensar a respeito da questão em debate. De forma simplificada, conforme o autor, o pacote interpretativo apresenta o núcleo da questão, uma posição opinativa correspondente ao núcleo destacado, uma metáfora, a caracterização dos responsáveis pelo problema, as causas e as conseqüências. Na prática, é como se fosse um esquema *prêt à porter* de opinião.

Em relação a esses aspectos específicos, os pressupostos que regem a abordagem dos estudos de jornalismo ambiental no Brasil são convergentes com a concepção geral que orienta os estudos portugueses, o que confirma a hipótese de que, nesses aspectos destacados, realmente houve influência do enquadramento analítico da Escola de Chicago. Nos estudos brasileiros analisados percebe-se ainda um nível mais abrangente, que também se coaduna com os princípios da Escola de Chicago, como foi ressaltado no item anterior. Trata-se das categorias “Ecologia e problemas sociais” e “Ambiente e qualidade de vida”, as quais relacionam diversos elementos da ecologia humana com aspectos urbanos, especialmente do ponto de vista de explicações causais, um dos eixos dos pesquisadores de Chicago. As causas de problemas sociais apontados (miséria, desemprego e falta de qualidade de vida nas cidades) são vinculadas às falhas da gestão da dinâmica urbana.

4.3. O ambiente em perspectiva política

A política ambiental aparece com um tema recorrente tanto no Brasil como em Portugal. Neste tópico, praticamente, todos os *media* seguem as mesmas tendências: ora veiculam críticas ao Governo, ora exaltam suas medidas na área da ecologia. Em ambos os países, existe a tendência para a supervalorização dos temas ambientais relacionados ao plano internacional. No Brasil, os estudos analisados mostram que o destaque maior é para a política do governo norte-americano, seguida da União Européia. Em Portugal, ocorre o inverso (em primeiro lugar a UE, em segundo os EUA). No caso da União Européia, os *media* dos dois países destacam medidas tomadas pelo governo da Alemanha, Inglaterra e França, tais como projetos para reciclagem de lixo e destino de lixo tóxico; investimentos em tecnologias verdes; tentativas de definir uma política ambiental comum, a exemplo da criação do imposto sobre consumo de combustíveis, proposta em 1991, pela Suíça.

A legislação ambiental é outro aspecto político posto em relevo pelos *media* nos dois países em estudo. Ao conceder amplo espaço à legislação, a imprensa manifesta-se otimista em relação às normas jurídicas aplicadas ao campo ambiental no Brasil e em Portugal. Percebe-se que, além dessa confiança nas leis, os *media*, contribuem, indiretamente, para reafirmar o discurso oficial, o qual utiliza da formulação dessas leis para criar junto à sociedade um imaginário positivo.

No Brasil, a imprensa dedica amplo espaço aos problemas regionais, envolvendo os governos estaduais (especialmente dos estados mais desenvolvidos, como São Paulo e Rio de Janeiro). O mesmo ocorre em Portugal, com a divulgação de temas ambientais relacionados

ao Algarve, zonas industriais e outros problemas regionais. As medidas governamentais acerca dos parques nacionais, reservas e estações ecológicas também formam outro eixo temático de relevo, nos dois países.

Apresentaremos a seguir um breve panorama sobre as políticas ambientais nos dois países. Em relação à realidade brasileira, como ressalta Costa (2006), as políticas ambientais são herdeiras da Teoria do Desenvolvimento Equilibrado e da chamada “hipótese ambiental forte”, que pressupunham o domínio da economia sobre o meio ambiente. Nessa perspectiva, a natureza era vista como fonte de recursos para a geração de riqueza e de desenvolvimento econômico. Aliás, durante todo o período de vigência das políticas militares no Brasil, a preservação ambiental não era uma preocupação relevante (Costa, 2006).

A fase de politização do ambiente, via cobertura dos *media*, aparece nos estudos brasileiros diretamente associada ao debate sobre os dilemas do progresso econômico. Essa tônica é apontada como consequência da agenda dos países em desenvolvimento, na qual o Brasil sempre exerceu relativo papel de liderança, especialmente na América Latina:

“Historicamente, o Brasil se posicionou como país capitalista e vivenciou as etapas básicas do modelo ocidental apresentando, compulsoriamente, desdobramentos ambientais relativos a esta opção. O País, ao aceitar tal modelo, tornou-se dependente do intercâmbio comercial e tecnologias dos países ditos de ‘primeiro mundo’, não tendo outro caminho se não continuar a se submeter às normas e exigências que, ultimamente, encontram-se também na área do meio ambiente...” (Giacomini Filho, 1996, p.11).

O desenvolvimento, do ponto de vista das Ciências Sociais, é abordado a partir de aspectos como o fracasso dos grandes projetos econômicos, dados e informações sobre os planos desenvolvimentistas - os quais, em sua maioria, são apontados como ‘irracionais’ e promotores do desequilíbrio entre Homem, Cultura e Natureza. Consideram que o equívoco teve início desde o planejamento, uma vez que os planejadores da colonização inicialmente incentivaram a derrubada de florestas e a devastação indiscriminada. Enfim, os chamados “planos de desenvolvimento” são encarados pelos cientistas sociais (no Brasil) como responsáveis, em primeira instância, pela depleção dos recursos naturais, com a redução de toda a cobertura vegetal do País, da Mata Atlântica à Amazônia.

No âmbito do debate sobre meio ambiente e desenvolvimento, adquirem relevo os efeitos da agricultura sobre os ecossistemas, visto que o setor sempre representou um item de destaque na economia do País. O uso de agrotóxicos constitui o foco das pesquisas sobre

agricultura e meio ambiente, do ponto de vista político. O uso indiscriminado de defensivos agrícolas é, quase sempre, a motivação dos pesquisadores para o estudo do assunto.

Outro eixo dos estudos brasileiros, na perspectiva política, é a devastação, considerada consequência da erosão do solo, do desmatamento e da construção de represas, hidrelétricas e estradas – tudo associado ao desenvolvimento do País, especialmente durante o chamado "milagre econômico", que corresponde à época de excepcional crescimento econômico ocorrido durante a ditadura no Brasil, cujo auge do crescimento ocorreu no período de 1969 a 1973, no governo Médici. O “milagre” foi usado pelos militares para reforçar o pensamento ufanista de "Brasil potência". Nesse período, foram projetadas grandes obras, consideradas símbolos de progresso e desenvolvimento, como a construção de estradas, viadutos e usinas hidrelétricas. Atividades como derrubar árvores, fazer inundações e colocar asfalto nas rodovias eram consideradas formas de superar o atraso do país e promover o bem-estar da população.

Outro emblema dessa época foi a expansão da então pequena indústria de base (siderurgia, energia, petroquímica). Essa fase registrou altos índices de crescimento econômico, à custa da elevação do consumo de energia e de petróleo, tendo como resultado o aumento da poluição e uma corrida contra a natureza, com o desmatamento e a degradação incentivados pelo próprio Governo.

O "milagre brasileiro" também provocou um dos maiores fluxos migratórios da história, com os trabalhadores rurais saindo do campo à procura de emprego na indústria emergente. O êxodo rural provocou o crescimento desordenado de grandes cidades, como São Paulo. Esse contingente migratório passou a viver nas chamadas favelas, na periferia dos grandes centros urbanos.

Essa fase está diretamente relacionada com a discussão sobre os estilos de desenvolvimento adotados pelo Brasil, acarretando a ocupação desordenada do espaço, a exploração abusiva dos recursos naturais e o comprometimento da qualidade de vida nos centros urbanos e no meio rural - o que também ocorreu com os demais países periféricos, especialmente na América Latina. Tais estilos de desenvolvimento são agrupados por Vieira (1995) em três modalidades: (a) o estilo conservacionista; (b) o desenvolvimentismo e (c) o tecnocrático. O primeiro foi marcado pela ênfase à conservação dos recursos naturais, desencorajando a implantação de indústrias. O segundo priorizou o desenvolvimento econômico. Para isso, a expansão industrial foi o fator predominante. A natureza era vista como fonte de recursos que necessitava ser explorada cada vez mais. O terceiro conferiu

atenção maior ao crescimento econômico, a qualquer custo. A poluição e degradação ambiental eram consideradas inevitáveis - subprodutos do progresso.

Enfim, se a gestão ambiental desenvolvida pelo Governo brasileiro "se reduz ao controle da poluição industrial nas chamadas 'áreas críticas de poluição', é inevitável que se caia num movimento em círculo que não permite abranger a problemática na dimensão que ela impõe" (Vieira, 1995, p.3). Em outras palavras, são medidas voltadas para atenuar - diante da opinião pública nacional e internacional - os efeitos da degradação ambiental decorrente de ações do próprio Estado, a exemplo de projetos de colonização da Amazônia.

Entretanto, apesar de todas as limitações, a discussão política sobre ecologia no Brasil durante a década de 1970, deixou como principal legado a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída em 1981 - que deu origem ao Programa Nossa Natureza criado pelo governo Sarney. Reforçada pela Constituição de 1988, seu embrião surgiu com a abertura político-institucional e as críticas à ineficácia do enfoque da política de controle de poluição e à desarticulação dos órgãos ambientalistas da esfera governamental. Tem como tema central o desenvolvimento sustentável, principal tema da Conferência do Rio, além de caracterizar-se pelo intenso envolvimento de Organizações Não-Governamentais (ONG's). Um ponto de destaque nos estudos analisados foi a criação do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, em 1993.

De modo geral, pelo menos até o fim do período militar, as propostas de defesa do meio ambiente não apresentaram influências significativas no debate político e social e muito menos no campo econômico, uma vez que o "espírito do desenvolvimentismo", do "Brasil potência" impregnava todo o discurso político brasileiro. Com a Nova República, no governo Sarney, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o qual foi transformado pelo Governo Collor em Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Os estudos analisados sinalizam, em termos gerais, para a conclusão consensual de que o ponto de vista oficial sobre meio ambiente no Brasil, no período de 1970 até o início dos anos 2000, constitui um discurso genérico, fragmentado e pouco sistematizado. Tais características refletem nada mais, nada menos do que os atributos da frágil política ambiental no período e, mais especificamente, da inexistência de uma política ambiental no sentido estrito, como ressaltam Caribé (1988; 1992) e Vieira (1986; 1992).

Apesar da instalação oficial de numerosos e distintos órgãos públicos destinados a promover a preservação ambiental no Brasil, ao longo das últimas décadas, o que, sem dúvida representa um avanço da ação governamental, a política desenvolvimentista do Estado brasileiro estimulou a exploração desenfreada dos recursos naturais. As conseqüências foram

prejuízos ambientais, como desgaste e erosão dos solos e o avanço da desertificação em algumas áreas do Nordeste e Sul. Caribé (1988) ressalta ainda que, além de serem recentes os mecanismos de proteção à natureza, existe ainda o problema da falta de continuidade dos projetos e filosofias das instituições.

De fato, somente a partir do Governo Sarney é que houve uma tentativa de se delinear alguns parâmetros para a definição de política ambiental no País, com o primeiro grande plano governamental voltado para a questão: o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA), popularmente conhecido como "Programa Nossa Natureza". Voltado basicamente para a gestão ambiental, esse programa priorizou o desenvolvimento institucional do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama), destacando-se a informatização do órgão, a capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento de tecnologias para o estudo e preservação de biomas específicos como Amazônia, Pantanal e Cerrados.

Outro item relevante no debate sobre ambiente, segundo a perspectiva política, foi a tematização das políticas oficiais voltadas para os povos indígenas. Maria Helena Ortolan Matos (2001) estudou especificamente o modo como a imprensa cobriu os temas indígenas, em três décadas (1970, 1980 e 1990). Sua principal conclusão é que ao longo de todo esse período analisado, o índio na imprensa passou de “outro” exótico a “outro” ator político.

O aprofundamento da abordagem política sobre a questão indígena no Brasil é explicado pela autora como resultado de um longo processo de intervenção na opinião pública. Esse processo tem início com a exploração da imagem romântica do “bom selvagem”, a qual, conforme a pesquisadora, contribuiu para o desdobramento e a continuidade da forma como o índio fora representado na literatura brasileira, na pintura e no cinema. Como explica Matos, “... a figura do ‘bom selvagem’ serviu para criar uma identidade legítima para os brasileiros, serviu como a base nativa de boas qualidades para o ‘ser brasileiro’” (p.89). Entretanto, em sua análise, a autora demonstra como a partir da década de 1970, “o índio também foi utilizado para expressar a essência do ‘ser brasileiro’, só que desta vez uma essência política” (p.89). Isso significa que “o índio foi usado para expressar os direitos civis dos cidadãos brasileiros, ameaçados pela ditadura militar”. Portanto, a autora conclui que a amplitude da tematização da questão indígena na imprensa não se deu de forma autônoma, mas foi consequência da conjuntura política nacional, como consequência do debate sobre direitos humanos e sobre a identidade nacional.

Nessa perspectiva, deduz-se que a imprensa voltou-se para as questões indígenas a fim de amplificar a cobertura sobre as liberdades civis e a defesa da redemocratização. A autora destaca que as lideranças indígenas também reconstruíram sua relação com a imprensa, ao

reconhecerem o lugar que ela ocupava no cenário da política nacional. “Os índios passaram a interagir com a imprensa, segundo seus próprios interesses. Por exemplo, quando necessitavam de apoio para suas manifestações ou para pressionar autoridades governamentais, eles não só permitiram a presença da imprensa, como também faziam questão de convidá-la e tratavam-na com uma atenção especial” (Matos, 2001, p.91).

Com a redemocratização, os assuntos indígenas permaneceram na pauta da imprensa, especialmente a demarcação de terras, problemas de nutrição e saúde, violência e demais assuntos que se integraram à agenda mediática. Conforme a análise de Matos, essa integração implica, inclusive, a co-existência das diferentes leituras sobre a figura do índio brasileiro. Na cobertura de imprensa, a partir da década de 1990, passam a conviver a figura exótica do índio, como se fosse um “fóssil vivo”, a imagem do “bom selvagem”, o índio como ator político e o índio vítima da civilização. Entretanto, a autora apresenta uma ressalva a respeito dessa cobertura, que diz respeito à falta de conhecimento dos jornalistas ou da falta de política editorial dos veículos, que resulta na representação do “índio genérico”. Para a autora, essa imagem construída pela imprensa é falsa e contribui para a fragilização política dos movimentos indígenas, pois renega a identidade cultural de cada povo. Afinal, em sua opinião, são centenas de etnias distintas, que não cabem em um rótulo genérico, como ocorreu com a cobertura de imprensa durante a comemoração dos 500 anos de chegada dos portugueses ao Brasil.

No caso de Portugal, Schmidt (2003) destaca que todo o itinerário de afirmação do ambiente como tema de interesse público é também uma trajetória política. Para a autora, analisar o campo de representações do ambiente em Portugal significa abordar o próprio discurso enquanto forma organizada de projetar politicamente as demais categorias temáticas relacionadas ao assunto. “Apesar de haver registos próprios na construção das representações da natureza, das catástrofes, da energia ou da paisagem, há ainda um outro registo de enorme importância que se distingue pelo facto de visar a dimensão política” (p.393).

A trajetória de afirmação política do ambiente, segundo a análise de Luísa Schmidt se confunde com a formação da perspectiva que representa a natureza sob o ângulo das responsabilidades administrativas e políticas. Esse enquadramento deixa de retratar os problemas ecológicos como meros fenômenos naturais, desvinculados da ação humana e passa a relacionar o ambiente natural com o contexto social, a intervenção humana e a ação política. “Esse discurso passa a relatar os afrontamentos sociais suscitados por danos em ecossistemas” (p.393).

Para a autora, a politização do ambiente em Portugal assume grande importância devido a duas razões:

“A primeira e mais imediata, é que não seria possível conhecer as representações do ambiente sem integrar nelas o próprio discurso que as tornou tão politicamente relevantes que passaram a merecer atenção mediática. A segunda razão é que o registo político do discurso ambiental organiza a totalidade dos outros referentes no horizonte daquilo a que poderemos chamar o âmbito global planetário” (p. 393).

Segundo Schmidt, o próprio conceito de ambiente pressupõe uma coerência holística que faz dele mais um vertente dos processos de globalização da sociedade moderna, o que reforça a perspectiva política:

“O discurso sobre o ambiente [...] passa a ser designado por ‘discurso ambientalista’ e constitui, pois, um campo de representações da dimensão política dos problemas ambientais e, em particular, um suporte da sua integração à escala global. Com o ambientalismo não é só um novo campo de confronto social que se inaugura, é também uma visão conjunta do mundo e do relacionamento entre sociedades e natureza que nele se processa. Assim, se uma catástrofe tem um momento e um local, ou se uma paisagem tem o seu sítio e os seus pormenores, o tratamento de uma e de outra, enquanto pretextos de discurso de acção política, adquire significado próprio e projecta-o no quadro da entidade global ou planetária que sustenta a representação do mundo na cultura moderna. Iremos, por conseguinte, situar o início deste discurso a partir das utilizações da palavra e do conceito de ‘ambiente’, bem como da reivindicação ambientalista” (p.394).

A autora traça o itinerário do ambiente e sua perspectiva política em Portugal, a partir do “arranque de Estocolmo”, tal qual aconteceu no Brasil. Outro marco apontada por ela foi a chamada “primavera marcelista”¹⁹, quando o ambiente retorna à agenda política oficial, após o regime conduzido por Salazar.

Esse itinerário seria bruscamente interrompido com o regime político de 1974, o qual impõe um silêncio ao debate ambiental e institui novamente a cobertura despolitizada pela RTP, com os programas e reportagens que retomam o viés do lirismo campestre e das representações ecossacralizadas, como se natureza fosse um mundo encantado. Encerra-se, assim “o primeiro ciclo do ambientalismo mediático português”, protagonizado pela RTP e surge um período considerado pela autora de “colapso e silêncio”, do ponto de vista político,

¹⁹ O termo se refere à onda de esperança suscitada pela política de Marcello Caetano na primeira fase do seu Governo (1968-1970), escolhido sucessor de Salazar. Caetano tentou implantar uma política de liberalização e modernização, especialmente na área económica, no campo da assistência social e na educação. Em termos políticos promoveu medidas de maior liberdade, anistia de exilados políticos, redução do rigor da censura à imprensa, redução dos poderes da polícia política e eliminação de restrições à atividade sindical.

com a emergência de programas televisivos que enfatizam a “ternura naturalista que aconselhava a cuidar da floresta, a ‘defender’ os solos, a limpar as praias e a promover o bem-estar dos agricultores – presentes nomeadamente em vários episódios do TV Rural e também na curta série Protecção da Natureza...”

O segundo momento no arranque político do ambiente, segundo a autora foi o período de negociação para o ingresso de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE), no início da década de 1980. Segundo a autora, com a adesão à então CEE, em 1986, surge um novo ingrediente no discurso ambientalista: “misto de tecno-científico e politicamente europeísta, o ambientalismo era agora uma imposição legal, consequência da integração europeia” (p. 404).

O terceiro lance dessa sequência, conforme a análise de Schmidt, teve início na década de 1990, com a dialética entre “o ambiente nas aldeias locais e na aldeia global”. Mesmo tendo sido a Cimeira da Terra (Rio 92), “apenas uma conferência que decorreu longe”, o debate político teve continuidade, com repercussão local, sobretudo no caso das discussões sobre resíduos urbanos e lixos tóxicos:

“Será aí que não só é possível reconhecer crescente mobilização das populações para o problema – agora claramente inscrito no registo de protecção da saúde pública -, como também se torna claro aos protagonistas da acção política o quanto esta temática abrirá em poucos anos um espaço de manobra novo e promissor” (p.412).

O debate público e a maior atenção política ao tema decorreram, portanto, da associação com os riscos para a saúde da população. Outro fator para a ampliação da perspectiva política do ambiente em Portugal, segundo a autora, foi a emergência de grupos e associações para a defesa do ambiente local, chamando atenção do cidadão para os problemas de sua rua, de seu bairro, de sua cidade e não apenas da natureza longínqua, como as florestas tropicais e a fauna africana. “Todos esses fatos não foram menosprezíveis para uma mais eficaz ampliação e transmissão da ‘mensagem ambiental’ ao público, em geral, e aos políticos em particular” (p. 412).

A respeito da contribuição desses movimentos e associações para a consolidação da perspectiva política do ambiente em Portugal, há um estudo que se destaca. Trata-se do livro “A *Quercus* nas notícias: Consolidação de uma fonte não oficial nas notícias do ambiente”, de Gonçalo Pereira Rosa (2006). O autor enfatiza a atuação política da *Quercus*, que se manifesta principalmente em sua capacidade de intervenção no debate público e nas ações governamentais. Um exemplo considerado emblemático pelo autor ocorreu em 2003, quando

a *Quercus* divulgou a informação de que o Governo português se preparava para extinguir o Instituto de Conservação da Natureza, com o objetivo de transferir a gestão das áreas protegidas à Direção-Geral de Florestas, vinculada ao Ministério da Agricultura. Segundo Pereira Rosa, a *Quercus* contribuiu para gerar um foco de contestação nacional, inclusive no âmbito do Partido Social-Democrata. A intervenção da associação fez com que o processo fosse discutido nos meios de comunicação, “quando o Governo não pretendia que o fosse”. Alguns dias depois, “a polêmica foi silenciada apenas com a intervenção do primeiro-ministro, que reconheceu publicamente que a proposta de extinção não iria ter continuidade” (p.106).

Para o autor, a capacidade de intervenção política da *Quercus* está associada diretamente à sua credibilidade no meio jornalístico. Além disso, os dirigentes e militantes da associação formaram uma ampla rede de relacionamentos, inclusive com o apoio de servidores públicos que atuam nos órgãos governamentais do ambiente, os quais conseguem repassar informações políticas privilegiadas aos dirigentes da *Quercus* e das demais organizações não governamentais do ambiente que atuam em parceria com a *Quercus*. Assim, conforme o autor, a *Quercus* funcionou um pouco como contra-poder, “a medida em que superou a morosidade tradicional do aparelho de Estado e lançou para o espaço público um tema que decerto se comentava na rede privada de gestão de áreas protegidas – as principais prejudicadas com a extinção anunciada” (p.107).

O autor destaca ainda a habilidade política dos dirigentes da *Quercus*:

“Deste caso paradigmático resulta, em nossa opinião, uma boa leitura da capacidade de intervenção que a *Quercus* pontualmente possui. Aproveitando lutas internas no poder político (inclusivamente dentro do mesmo aparelho partidário, havia dirigentes com posições antagônicas) e beneficiando de informação privilegiada, obtida provavelmente por um dos seus dirigentes regionais que trabalha num organismo público de conservação, a associação logrou impor o tema na agenda de alguns meios de comunicação” (p. 107).

Em síntese, nos dois países, a evolução e o aprofundamento da abordagem política sobre meio ambiente teve papel expressivo dos *media* e de organizações não-governamentais. O poder público foi levado a se posicionar, em muitos casos, devido à atuação da imprensa e das entidades ambientalistas. Com o aumento da conscientização ecológica da população nos dois países, o Estado passou a ser percebido com um agente primordial na definição e execução de políticas públicas voltadas para o ambiente, tanto no Brasil como em Portugal.

5. ANATOMIA DOS ESTUDOS SOBRE JORNALISMO E AMBIENTE NO BRASIL E EM PORTUGAL

Este capítulo apresenta uma análise detalhada dos estudos selecionados, com ênfase para os eixos teóricos, as perspectivas analíticas, os procedimentos metodológicos, as fontes de informação e as questões investigadas. Recebeu o título de “anatomia dos estudos sobre jornalismo e ambiente no Brasil e em Portugal” porque tem como propósito dissecar as investigações, de acordo com os pressupostos da metanálise, uma das bases metodológicas do estudo aqui apresentado. A análise tem início com o levantamento dos eixos teóricos.

5.1. Os eixos teóricos

Os estudos analisados apresentam em comum o referencial teórico focado nas vertentes mais recentes das Teorias da Comunicação e do Jornalismo, chanceladas pela sociologia dos emissores, área da teoria da comunicação que estuda a formação da agenda pública (*agenda setting* e *tematização*), a seleção de informações (*gatekeeping*) e o processo de produção da informação jornalística (*newsmaking*), além da *teoria multifatorial da notícia*. Em termos mais amplos, predominam três vertentes teóricas que se complementam: (a) Ciências Sociais; (b) Sociologia do Ambiente; (c) Teorias da Comunicação e do Jornalismo.

Apesar das referências teóricas comuns, do ponto de vista específico da análise sobre a relação entre mídia e ambiente, não há indício de intercâmbio acadêmico entre os investigadores dos dois países. As referências teóricas e metodológicas principais que

norteiam as análises são praticamente as mesmas²⁰, nos dois países, mas nenhum estudo específico sobre jornalismo ambiental realizado no Brasil faz referência a investigações / investigadores portugueses e vice-versa.

Do ponto de vista bibliográfico, em geral, os trabalhos dos autores portugueses apresentam vasta revisão de literatura sobre os modelos teóricos, enquanto os brasileiros tendem a explorar a relação específica entre o referencial teórico adotado e as questões analisadas, sem o objetivo de apresentar amplo inventário bibliográfico sobre o tema. Assim, os textos portugueses são mais abrangentes, enquanto os brasileiros são mais focados na relação entre objeto empírico e os pressupostos teóricos específicos referentes ao problema investigado.

Entre os estudos portugueses analisados os que apresentam sistematização teórica mais extensa e abrangente estão Schmidt (2003) e Pereira Rosa (2006). O primeiro ressalta as teorias relacionadas aos poderes e ao triunfo dos *medias* na sociedade, especialmente a afirmação da televisão como *media* de referência no contexto contemporâneo, na perspectiva da Sociologia da Comunicação. Essa escolha teórica é justificada pela autora com o seguinte argumento: “Ao ser em Portugal o campo mediático liderado pela televisão de uma forma ímpar na Europa, com percentagens de audiência elevadíssimas e com um emissor único até 1992” (Schmidt, 2003, p. 25). A autora complementa que a televisão foi uma das chaves

“para se aceder o longo e complexo processo de socialização da sociedade portuguesa em matéria ambiental e perceber muitos dos lapsos de conhecimento, das confusões de conceitos, bem como de atitudes e práticas públicas que derivam de certos quadros culturais. Ela [a TV] contribui para o conhecimento do passado e para dar continuidade à nossa percepção presente, constituindo também um fio condutor para decifrar situações de mutação mais ou menos rápidas – reacções intempestivas ou inexpressivas – sobre diversos assuntos” (p.27).

Pereira Rosa (2006) apresenta uma síntese dos estudos jornalísticos baseados nos modelos interacionistas, construtivistas, no agendamento, na tematização, nas rotinas produtivas e no papel das fontes jornalísticas.²¹ Ao se basear nos pressupostos teóricos oriundos do campo da Sociologia do Jornalismo, o autor enfatiza as análises que reforçam o papel dos jornalistas na

²⁰ Entre as referências principais destacam-se: (1) do ponto de vista metodológico: Laurence Bardin, Jorge Pedro Sousa, especialmente no que se refere às técnicas de análise de conteúdo. (2) Acerca das teorias da comunicação e do jornalismo, os autores mais relevantes são Mauro Wolf, Nelson Traquina, Jorge Pedro Sousa, Warren Breed, Johan Galtung, Mari Ruge e Gaye Tuchman. (3) Quanto às referências de autores das Ciências Sociais, os mais citados são: Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Todd Gitlin, Erving Goffman e Jürgen Habermas. (4) No campo específico da Sociologia do Ambiente, sobressaem-se os seguintes autores: Pascal Acot, Frederick Buttel, Edgar Morin, Michel Serres, Riley E. Dunlap, Catton William.

²¹ A sistematização teórica feita por Pereira Rosa encontra-se no primeiro capítulo de seu livro *A Quercus nas notícias* (2006).

produção informativa, da influência das organizações noticiosas sobre o trabalho jornalístico e da cultura profissional²².

Em relação aos estudos brasileiros, o referencial teórico é similar, mas o modo de aplicação é distinto, uma vez que a revisão bibliográfica é apresentada de forma mais sucinta. Como - na maioria dos casos – esses trabalhos são publicados no formato de capítulo de livro (ao contrário das pesquisas portuguesas, que são publicadas como livros autônomos), o espaço é reduzido. Outra peculiaridade, no caso brasileiro, é que, na maior parte dos trabalhos acadêmicos, as referências teóricas são inseridas ao longo do corpo da análise, ao contrário das obras portuguesas, que seguem o padrão de apresentação preliminar das questões conceituais antes da análise dos dados. Entretanto, as bases conceituais e bibliográficas seguem o mesmo enquadramento analítico, nos termos já detalhados acima. Em alguns casos, até as referências são as mesmas, especialmente em relação às Teorias do Jornalismo.

Outra convergência entre os estudos analisados são as referências às Ciências Sociais, especialmente a Sociologia e a Ciência Política. A Sociologia do Ambiente e a Ecologia Política são duas das principais referências básicas presentes em todos os estudos analisados. Do ponto de vista da forma de análise, os estudos portugueses conseguem combinar extensa e detalhada análise empírica com o exame de questões teóricas de relevo. As investigações brasileiras, por sua vez, apresentam escopo teórico e analítico centrado em questões mais específicas, como a análise de campanhas oficiais para combater o fogo na Amazônia (Costa, 2006), a cobertura de imprensa sobre questões indígenas (Matos, 2001), a relação entre empresariado e ambientalismo sob a ótica de um jornal específico (Ungaretti, 1998) e a cobertura jornalística sobre alimentos geneticamente modificados (Mota et al., 2006).

5.2. As investigações sob a ótica das fontes de informação

Um dos pontos comuns, nas três abordagens mencionadas é o estudo sobre as fontes de informação, consideradas o ingrediente essencial à produção informativa. Nessa perspectiva, aqueles que fornecem dados, informações e declarações são encarados como emissores, chegando a exercer, algumas vezes, maior importância do que os próprios jornalistas, visto que esses profissionais dependem de bons informantes para publicarem notícias que lhes conferem reconhecimento e prestígio. Na opinião de Wolf (1995, p.199), “as

²² Como se trata de teorias amplamente conhecidas no meio acadêmico, tanto no Brasil como em Portugal, consideramos desnecessário o detalhamento delas aqui, visto que leitores dos dois países têm acesso à bibliografia original mencionada. Para exposições detalhadas sobre esses temas, consultar também: Traquina, 1993; Traquina, 2001; Sousa, 1994; Sousa, 2003; Sousa, 2004; Wolf, 1995.

fontes são um fator determinante para a qualidade da informação produzida pelos *mass media*. No entanto, permanecem ainda embutidas na mitologia profissional, que tende, pelo contrário, a realçar o papel ativo do jornalista, marginalizando o contributo, em muitos aspectos essencial, das fontes”. Essa perspectiva é endossada por Sousa (2000; 2006), que amplia a abordagem da relação entre jornalistas e fontes, com a *teoria multifatorial da notícia*

As análises empíricas mostram que as fontes oficiais são predominantes na cobertura de imprensa sobre ambiente no Brasil e em Portugal, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Os serviços públicos são os principais fornecedores de informações para a imprensa, no que diz respeito à ecologia. A diferença está apenas na abrangência, ou seja, os órgãos governamentais da esfera federal são os que mais se constituem em fontes de informação ambiental.

Os estudos ecológicos decorrentes de informações oriundas de entidades científicas também reforçam a intervenção das fontes oficiais, uma vez que, em sua maioria, são provenientes de pesquisas realizadas por cientistas vinculados a universidades públicas ou institutos de pesquisas ligados a autarquias públicas. Esse enfoque também é comum nas investigações brasileiras e portuguesas.

No Brasil, o uso constante de fontes externas contribuiu para a chamada *globalização da agenda ecológica*. Da mesma forma que o discurso oficial, o qual se mantém mais sintonizado com os temas globais, preocupando-se mais com a opinião pública internacional, a imprensa brasileira seleciona e destaca as informações concernentes à agenda externa. Essa tendência é mais intensa em assuntos como Amazônia, aquecimento global, chuva ácida e clima (Trigueiro, 2005). Na cobertura sobre os temas ligados à Amazônia, por exemplo, o que mais se lê nos jornais e revistas são reportagens que destacam as opiniões de entidades, autoridades, personalidades, cientistas e grupos estrangeiros sobre a região. A pauta parece que é definida de acordo com a repercussão externa (Mello, 2003). As fontes e o documentos são selecionados em consonância com os pressupostos dessa pauta.

Nos dois países, as organizações não-governamentais do ambiente e similares aparecem sempre em conjunção, na maioria das vezes associadas a movimentos reivindicatórios, manifestações e projetos de educação ambiental. Quanto aos partidos políticos, somente os que são claramente defensores da causa verde é que exercem o papel de fontes de informação ambiental para a imprensa, como o Partido Verde (nos dois países, porém com maior ênfase no Brasil). Entre as fontes internacionais mencionadas nas pesquisas destacam-se: organismos internacionais como ONU, Unesco e Organização Meteorológica Mundial; entidades governamentais como NASA, FMI e universidades estrangeiras,

sobretudo norte-americanas, além dos relatórios do Banco Mundial, os chamados *World Development Report*.

Em relação às fontes internacionais, é oportuno destacar outra característica em comum nos estudos comparados: o uso recorrente de fontes documentais. Praticamente a totalidade das pesquisas realizadas, tanto no Brasil como em Portugal, mencionam dados dos principais documentos sobre meio ambiente, sobretudo aqueles produzidos pela ONU, pelo Clube de Roma e pelo Banco Mundial. Dentre esses documentos, destacam-se os relatórios anuais do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os relatórios periódicos do Banco Mundial, tais como: (a) *World Development Report*, 1990; (b) *World Military Expenditures*, 1990; (c) *Development and Environment: World Development Report*, 1990; (d) *World Development Indicators*, 1990.

Entre os demais documentos mencionados com frequência estão: (a) *Habitat: Estratégia mundial de vivenda hasta El año 2000* (Nairóbi, 1990); (b) *Fome: O desafio dos anos de 1990* (São Paulo, 1990) – relatório do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; (c) *Qualidade de Vida, 1992: Salve o Planeta* (1992) – relatório do Worldwatch Institute; (d) e o relatório da Agência Europeia do Ambiente *Os recursos hídricos da Europa: uma avaliação baseada em indicadores* (Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, 2003).

O relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1988 é o documento oficial mais citado, ao lado da *Declaração de Estocolmo*, da *Declaração da Cúpula da Terra*, a *Agenda 21*, a *Convenção para Mudanças do Clima* e o *Protocolo de Kyoto*. O uso dessas publicações consiste praticamente como fonte de dados estatísticos e análises sobre cenários e perspectivas ambientais.

Além dos documentos produzidos com a chancela de organismos internacionais, as investigações utilizam largamente relatórios e dados oficiais das instituições públicas nacionais. Nesse ponto, é oportuno discutirmos a relação entre a imprensa e o poder público, quanto à formulação e divulgação do discurso ecológico nos dois países. Sucintamente, o que observamos é que há uma relação de atração e repulsão entre Estado e imprensa. Jornais e revistas, por exemplo, divulgam a agenda ecológica oficial, mas também publicam críticas e contestações às medidas governamentais na área ambiental. Essa tendência foi evidenciada com mais ênfase nos estudos brasileiros (Oliveira, 1999).

O que interessa especificamente à população brasileira, é reduzido, quase sempre, a aspectos exóticos, pitorescos e ufanistas. Assim, a cobertura da imprensa reforça o poder do

discurso oficial, o qual está sempre se justificando diante da comunidade internacional e destacando as belezas naturais e o potencial de recursos hídricos, de fauna e flora da Amazônia brasileira. Esse enquadramento não é exclusivo da ecologia, como percebemos em outro estudo, em que os temas internacionais exercem grande força na definição da pauta da imprensa brasileira.*

Em Portugal, como destacam Schmidt (2003); Pereira Rosa, (2006); Vieira (2006) e Garcia (2004), a agenda ambiental a partir da cobertura dos *media* passou a ser diretamente influenciada pelos problemas ecológicos de ampla repercussão na Europa, especialmente no período de 1940 a 1980. Entre os temas da agenda europeia que repercutiram na cobertura jornalística de Portugal, destacam-se os riscos da expansão do uso dos pesticidas na agricultura, os investimentos em projetos nucleares, o acidente de Chernobyl e as tentativas políticas de implantação de medidas ambientais conjuntas. No plano nacional, os autores destacam a contestação ao cultivo intensivo de eucaliptos para a produção de papel e celulose e a discussão sobre os riscos de extinção de espécies da fauna portuguesa como a cegonha branca, a poluição das praias, o impacto ambiental de grandes obras como a Ponte 25 de Abril e a proteção dos mananciais e de lugares como a Serra da Arrábida e o Parque do Gerês.

Outro aspecto comum aos estudos realizados nos dois países é a discussão sobre a legitimação das fontes oficiais. Tanto as revistas como os jornais e as emissoras de televisão exercem uma função de reconhecimento dessas fontes no que se refere ao noticiário sobre meio ambiente no Brasil e em Portugal. Essa função, indiretamente, pode ser considerada mecanismo de reforço do discurso oficial, uma vez que as “falas competentes” que adquirem visibilidade na cobertura jornalística são, em sua maioria de titulares de cargos da alta burocracia governamental, o que reforça o poder do Estado no que tange à formulação do discurso sobre meio ambiente.

5.3. O discurso oficial nos estudos sobre jornalismo e ambiente

As análises e as críticas sobre o papel do Estado no ambientalismo é outra tônica dos estudos que adotam a perspectiva das Ciências Sociais, tanto no Brasil como em Portugal. Os investigadores atribuem relativa importância à política e aos documentos oficiais sobre

²³ Em estudo em que analisamos a cobertura de imprensa sobre a privatização no Brasil, observamos que o cenário internacional é apresentado como exemplo para o Brasil, instaurando o pressuposto de que a agenda temática explorada pela imprensa internacional funciona como uma espécie de guia para os meios de comunicação no Brasil. BARROS, A. T. de. O cenário internacional e o discurso da Folha de São Paulo sobre a privatização no Brasil. *Revista Univille*, Joinville, v.3, n.1, p.77-90, abr. 1998.

ecologia, especialmente depois da Conferência de Estocolmo (1972), quando houve maior volume de textos oficiais sobre o tema. É oportuno ressaltar que quase todos resultam do afã do Governo em construir uma imagem positiva no exterior quanto ao assunto, fenômeno que se registra com maior intensidade no Brasil, devido às pressões internacionais sobre a gestão da Amazônia. Nesse caso, o discurso oficial se aproxima do que poderíamos denominar de “marketing diplomático”, afinal, a agenda ambiental tornou-se crucial para a construção da imagem do Brasil no exterior. A situação também se registra em Portugal, com a diferença de que o governo português direciona seu discurso para atender as demandas da União Européia.

Nos estudos com referencial sociológico sobre esse tema, a visão governamental pode ser classificada em dois grandes ramos: o discurso dirigido para a comunidade internacional e o discurso dirigido para a população nacional, com a ressalva de que o primeiro figura como mais importante do que o segundo, o que se explica pelas pressões da comunidade internacional e pelo menor interesse da população (tanto no Brasil como em Portugal) quanto ao tema, principalmente da década de 1970 até meados de 1980.

As características gerais mais marcantes do discurso ecológico produzido no âmbito governamental tanto no Brasil como em Portugal podem ser assim resumidas:

1 - **Caráter defensivo** - caracteriza-se principalmente pela natureza dos argumentos, os quais assumem a conotação de resposta às pressões internacionais. Grande parte dos discursos consiste em apresentar uma defesa do governo face às críticas externas.

2 - **Redundância** - a redundância se confirma pela reedição sistemática dos argumentos centrais, como a defesa da soberania nacional e do direito de livre utilização dos recursos naturais do País, por exemplo, especialmente no caso do Brasil.

3 - **Simplificação** - consiste em uma estratégia dos órgãos oficiais para fixar suas idéias, mediante a simplificação das idéias apresentadas.

4 - **Ufanismo** - manifesta-se na incessante exaltação dos atributos naturais do País, sobretudo nos discursos de autoridades brasileiras sobre as belezas naturais, embora essa característica também seja compartilhada pelas manifestações do governo português, embora em menor proporção;

5 - **Secundarização** - o que denominamos de secundarização é, na realidade, a tendência do discurso governamental para a marginalização da ecologia em si, a qual sempre aparece atrelada a aspectos periféricos dos problemas ecológico-ambientais e raramente como fator central. É o que ocorre, por exemplo, nos textos que ressaltam a importância da economia, do desenvolvimento, da qualidade de vida, enfim, de quase todas as categorias principais.

6 - **Circunstancialidade** - manifesta-se em muitos momentos também, sendo o exemplo maior os discursos que antecederam a Cimeira da Terra (Eco 92). Mas essa característica também aparece em outros momentos, como estratégia oficial para amenizar o impacto dos problemas denunciados pela imprensa ou pelas entidades ambientalistas.

7 - **Generalidade e superficialidade** - é comum, nos dois países, o governo abordar os assuntos da agenda ecológica de modo genérico e superficial, utilizando-se de expressões vagas como desenvolvimento, preservação ecológica, interesse comum, qualidade de vida, etc.

Em termos gerais, o que se pode deduzir do posicionamento oficial sobre meio ambiente no Brasil e em Portugal, de 1972 a 1992²⁴, é que se trata de um discurso genérico, fragmentado e pouco sistematizado. Tais características refletem os atributos da frágil política ambiental no período e, mais especificamente, da inexistência de uma política ambiental no sentido estrito nos dois países, como ressaltam Caribé (1988; 1992), Vieira (1986; 1992), Soromenho-Marques (2001), Schmidt (2003) e Pereira Rosa (2006). Caribé (1988) resalta que, além de serem recentes os mecanismos de proteção à natureza, existe ainda o problema da falta de continuidade dos projetos e filosofias das instituições. A autora analisa o caso específico do Brasil, mas a constatação também se aplica ao caso português.

No Brasil, somente a partir do Governo Sarney (1985-1989) é que houve uma tentativa de se delinear alguns parâmetros para a definição de política ambiental no País, com o primeiro grande plano governamental voltado para a questão: o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA), popularmente conhecido como “Programa Nossa Natureza”. Voltado basicamente para a gestão ambiental, esse programa priorizou o desenvolvimento institucional do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), destacando-se a informatização do órgão, a capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento de tecnologias para o estudo e preservação de biomas específicos como Amazônia, Pantanal e Cerrados.

No caso de Portugal, os analistas atribuem ao governo de Mário Soares (1986-1996) a primeira tentativa de formulação de um conceito de política nacional de ambiente. Portanto, nos dois casos, as políticas foram marcadas por medidas pontuais, corretivas e remediadoras. Em outras palavras, ações voltadas para atenuar, diante da opinião pública nacional e internacional, os efeitos da degradação ambiental.

²⁴ Após a Conferência do Rio (Eco 92) é que se passou a uma fase de políticas ambientais mais consistentes e específicas, nos dois países, como foi tratado no capítulo 1.

Outra constatação é a de que o discurso ecológico apresentado pelo Estado (nos dois países) é fruto de um consenso induzido, ou seja, é resultado de um jogo desigual de poderes. Poder e consenso são conceitos que se relacionam com muita proximidade do pensamento de autores como Arendt (1983) e Habermas (1984; 1987). Para Arendt, o poder não pode ser confundido com coerção ou despotismo, mas deve ser entendido como “*recurso gerado pela capacidade dos membros de uma comunidade política de concordarem com um curso comum de ação*” (Lafer, 1983, p.XI). O discurso é apontado por Arendt (1983) como *medium* do poder, ou seja, como meio de efetivação de quaisquer relações entre pessoas na vida social. A reunião de indivíduos pressupõe o estabelecimento de relações de dominação, o que só é possível pela livre expressão. O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se dissociam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras “não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades, e atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades” (Arendt, 1983, 212).

É oportuno salientar ainda que para as considerações reflexivas a que nos propomos aqui, o pensamento de Foucault sobre as formas de poder nas sociedades modernas são de grande valia, a começar pela sua reflexão sobre a *governamentalidade* (Foucault, 1992), na qual o autor associa o fortalecimento do Governo ao crescimento da população. Com isso, sugere que assuntos privados, da esfera familiar (*oikos*) passam a ser objeto de preocupação pública, tais como a ecologia, a qual, durante longos séculos foi associada à forma de gestão do trabalho, da transformação da natureza pelas atividades humanas, de forma privada. Se alguém detinha o título de posse sobre determinada área territorial, cabia a ele decidir como explorá-la. Ao Estado, cabia apenas recolher os impostos decorrentes de tais atividades extrativistas.

Para exercer governo sobre a população, ou seja, para aplicar o poder segundo o modelo da economia, a família cumpriu um papel de grande relevância, pois, “governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia ao nível do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família” (p.281). Ao discorrer sobre a arte de governar, no mesmo texto mencionado, o autor em referência enfatiza que a introdução da economia no exercício político tornou-se a essência da administração governamental:

- ♦ “a arte de governar, tal como aparece em toda esta literatura, deve responder essencialmente à seguinte questão: como introduzir a economia - isto é, a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família - ao nível da gestão de um Estado?” (281);

- ♦ “... o governo é definido como uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum, como diziam os textos dos juristas, mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar” (p.284);
- ♦ “... enquanto a finalidade da soberania é ela mesma, e seus instrumentos têm a forma de lei, a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige, deve ser procurada na perfeição, na intensificação dos processos que ele dirige, e os instrumentos do governo, em vez de serem construídos por leis, são táticas diversas” (Foucault, 1992, p.284).

Por outro lado, o que se pode observar é que o discurso oficial (brasileiro e português) sobre ecologia não se dirige nem à família, nem ao indivíduo. Portanto, não toma nem aquela nem este como instrumentos. O Estado interpela, genericamente, a sociedade (brasileira ou portuguesa). Não se dirige a nenhum segmento específico dessa sociedade, mas a toda a população. Talvez a generalidade seja utilizada como um estratégico ponto de fuga no conturbado horizonte político, social e econômico da ecologia. Afinal, interlocução implica *feedback* e este parece não interessar ao Governo. A indeterminação dos destinatários do discurso, surge, portanto, como solução.

Da parte da população ou sociedade, o que se pode inferir é que não há compromisso nem da família nem dos indivíduos em si com a preservação ambiental, pelo menos em grande parte do período em estudo. Nos últimos anos, houve um despertar para tal problema, mas é oportuno questionar quem são os atores da defesa da ecologia efetivamente nos dois países. É no plano das instituições, sobretudo as não-governamentais, que estão concentradas as atividades, projetos e idéias ambientalistas no sentido estrito do termo. Em nível governamental, apenas algumas instituições específicas têm esse papel.

Partindo-se de tal premissa, surge mais um questionamento: o discurso governamental é dirigido a tais organizações não-governamentais? Ao que tudo indica, a resposta é não. Ao contrário, o Estado tenta neutralizar os argumentos dessas instituições, com o seu discurso propositivo, ufanista, defendendo vaga e genericamente o bem-estar social, a qualidade de vida, a soberania política inalienável, os recursos naturais renováveis e o desenvolvimento econômico "para todos". Isso é próprio da função ideológica exercida pelo Estado, a qual, entre outros fatores, consiste na apresentação de um discurso que anuncia a defesa do interesse geral.

A comunicação do Estado tenta, com isso, obscurecer o tom denunciante das referidas organizações. Trata-se, pois, de um discurso estratégico, uma fala competente que se baseia no “*agir-com-respeito-a-fins*” de que fala Habermas (1983), referindo-se a Max Weber. Assim, o Estado institucionaliza um discurso sobre meio ambiente, apresentando-o como

consenso mundial sobre o assunto, o qual estabelece efeitos de verdade, normas e princípios reguladores. Produz "*um campo discursivo englobante*", dentro do qual devem abrigar-se grande parte dos discursos ecológicos. Contudo, por mais generalizante que sejam seus efeitos, marca um entendimento muito particular das questões ambientais. Na medida em que regulamenta, "*fixa objetivos, estabelece princípios, produz o fato ecológico desde seu ponto de vista*" (Carvalho, 1990, p.235).

Ao analisar a atuação governamental sobre ecologia, é inevitável discorrer sobre a natureza do discurso político em si, ressaltando principalmente sua dimensão espetacular. Conforme Schwartzberg (1990), a essência da política deixou de ser as idéias e passou a ser as pessoas, ou seja, os personagens assumiram a ordem de primeira grandeza, como em um espetáculo. Assim, o próprio Estado transformou-se em produtor de eventos espetaculares, personalizando e encenando o poder. Afinal, "fiel à sua etimologia, 'pessoa' não é uma palavra derivada do latim 'persona', que significa máscara de teatro?", questiona o autor (Schwartzberg, 1990, p.9).

É isso o que também ocorre com o discurso ecológico oficial. Encenar em prol da auto-glorificação, da construção de uma 'imagem' a fim de criar e consolidar a notoriedade; realizar *performances* para distrair a mesma sociedade, em nome de quem o mesmo Estado se pronuncia. Diz ainda o autor citado que a política transformou-se em ato figurativo, o que se aplica ao exercício da política ambiental no Brasil e em Portugal. A imagem do poder é o que interessa, pois, atualmente, o espetáculo está no poder. Hoje, "nossas conjecturas já não têm como único objeto as relações do espetáculo e da sociedade em geral", complementa Schwartzberg (1990).

Tal idéia remete ao pensamento de Hannah Arendt (1972) quando afirma que a política é feita, em parte, da fabricação de uma "imagem" e, em parte, da arte de levar a acreditar na realidade dessa imagem. No caso do discurso ecológico, percebe-se o esforço do Estado nos dois empreendimentos: fabricar a imagem de defensor da natureza e em fazer crer, em imprimir credibilidade, embora de forma induzida. Todo o esforço do Estado (nos países estudados), com o referido propósito, justifica-se pelo seu intuito de estabelecer um discurso consensual sobre as questões ecológico-ambientais, ou seja, de criar e legitimar uma representação coletiva para integrar a sociedade.

Como já vimos, a razão de ser dos pronunciamentos oficiais sobre ecologia é o desejo de regular as práticas ambientais. Interessa ao Estado privilegiar os efeitos no processo de produção do consenso ambiental porque isso, estrategicamente, oferece maior ganho político. Afinal, usar como referente do discurso o que aparece como mais urgente, à espera de

soluções imediatas, certamente, causa maior repercussão pública. Principalmente quando se trata de um público que, em sua maioria, é desprovido de conhecimentos profundos sobre o assunto. Afinal, a complexidade das relações ecológicas, omitidas pelos órgãos oficiais e pouco enfocada pela imprensa.

As forças de poder que atuam na produção do posicionamento consensual do Governo são de natureza ambígua, contraditória e complexa. À primeira vista, a impressão que se tem é que as relações de poder são traçadas em bases de conhecimento especializado, já que os órgãos oficiais, responsáveis diretos pela execução da política ambiental são de natureza técnica. Entretanto, a análise técnica é pouco relevante nos pronunciamentos de representantes do Estado e do Governo. A dimensão política é que figura em primeiro plano. Isso explica a natureza do discurso oficial, mais precisamente sua natureza persuasiva e simplificadora. Os especialistas exercem apenas poder indireto, o poder da competência, do domínio do código especializado.

Os mecanismos governamentais da burocracia, em tese, valorizam essa competência de pessoal especializado. Os gestores governamentais da política ambiental encomendam estudos técnicos e, nos ditames da burocracia, de forma estratégica, atribuem a devida importância a tais expedientes. De posse dos relatórios técnicos, os gestores governamentais, que representam, de forma mais direta, o poder político – já que, na maioria dos casos exercem cargos comissionados, cuja natureza é essencialmente política e não técnica – utilizam os dados de forma deliberada, a serviço do que interessa ao Governo conferir visibilidade pública. Assim, o poder do discurso técnico é neutralizado pelos interesses estratégicos dos agentes políticos. Afinal, os especialistas possuem o domínio da competência científica, mas não detêm autonomia para definir os rumos e os destinos da produção desenvolvida. Já os agentes políticos, não se utilizam da competência técnica, mas são detentores, por excelência, do poder de decisão acerca do que, quando e como dizer.

É nisso que está a natureza ambígua, contraditória e complexa dos pronunciamentos oficiais. Ambígua e contraditória porque, nesse caso, o saber técnico pode ser incompatível com o discurso político em questão. Mas, ao se coadunarem, mediante as estratégias sistêmicas, montadas nas arenas políticas, adquirem uma complexidade inusitada, cujo objetivo é simplificar a questão, reduzindo-a a alguns dos aspectos que se deseja abordar.

Os dispositivos disciplinares são os principais mecanismos utilizados pelo Estado na produção do consenso ambiental, o que, por si só, constitui uma forma de poder. Basta lembrar as idéias de Foucault (1992) de que o poder disciplinar implica estratégias de sujeição, que não operam pela violência, mas pela normatização. É, portanto, com a produção

e difusão de normas que o Estado produz o consenso ambiental. As medidas legais constituem, quase sempre, a ponta de lança para pôr em evidência os efeitos governamentais em prol da defesa da natureza. Entretanto, os mecanismos disciplinares ultrapassam a esfera da regulamentação, sendo necessário, portanto, ampliar a discussão. Encontramos em Fuks (1992) elementos teóricos para tal empreitada. Segundo esse autor, o assunto remete ao projeto moderno de dominação da natureza, quando o homem passou a instituir mecanismos formais para tornar legítimo o usufruto dos recursos naturais.

Tal perspectiva também é seguida por Habermas (1983b), em suas análises sobre as relações entre conhecimento e interesse. Sem a preocupação que temos aqui, Habermas deixa implícito que a todo conhecimento moderno subjaz alguma forma de interesse. Assim, podemos inferir, por exemplo, que ao conhecimento acerca da natureza corresponde o interesse de dominá-la, de extrair riquezas, o que está completamente de acordo com o modelo de dominação da natureza referido acima.

5.4. A normatização jurídica do ambiente

Nessa ordem de idéias, o Direito moderno tornou-se mecanismo imprescindível para a atuação dos Estados empreendedores, no que concerne à construção social da representação da natureza, o que se tornou mais nítido, principalmente com a emergência do Direito Ambiental. Tanto no Brasil como em Portugal, essa tendência é evidente, desde a criação das primeiras leis voltadas para a questão, a partir das décadas de 1970 e 80. Com isso, o direito ambiental passou a ocupar

“posição de destaque no processo de introjeção social da ‘fisionomia’ da natureza em termos adequados à questão ambiental. Mesmo considerando o teor positivista da crença em que o direito seja o campo de visibilidade dos fenômenos humanos (morais), os quais não são diretamente observáveis, o direito forçosamente circunscreve os objetos de suas práticas, configurando-os e tornando-os homogêneos para a sua assimilação pela sociedade. Esse papel do direito na formação do sistema de representações não poderia deixar de se fazer presente na construção da identidade entre natureza e meio ambiente. Isso se evidencia principalmente no campo jurídico, onde os litígios são territórios em que se estabelecem diálogos entre o Estado, peritos, promotores, parlamento, associações da sociedade civil, empresários, comerciantes e a poluição e a população em geral a partir da referência ao vocabulário e à gramática do meio ambiente. De outro modo como tornar viável a interlocução entre subjetividades tão heterogêneas?” (Fuks, 1992, p.123).

Essa novidade jurídica, com fundamento cosmológico, acrescenta o autor citado, oportunizou a elaboração de um conjunto de representações e pressupostos, por parte do Estado, cujos fundamentos são um conceito de natureza e um entendimento do que seja o homem, tendo como pressuposto, a relação entre ambos. A natureza deixa de ser a presa, para se tornar vítima, objeto da predação humana. A auto-imagem do homem não é mais aquela do início dos tempos modernos, quando a exaltação à dignidade humana era combinada com um ingênuo sentimento de otimismo quanto aos resultados do uso de poderes que descobria em si próprio. Agora, o homem começa a adquirir consciência de uma crise surgida como consequência direta das atividades antrópicas, o que abala a sua confiança em ser o dono do meio ambiente. Por outro lado, como destaca Schmidt (2003), essa mudança de percepção foi crucial para a politização do debate ambiental, pois o foco se desloca das causas naturais para as ações humanas e suas consequências sobre o ambiente. Essa mudança de mentalidade contribuiu, inclusive para o surgimento de diretrizes jurídicas.

As normas e representações coletivas oriundas do campo jurídico, ainda de acordo com Fuks (1992) passaram a operar uma mudança no sistema de valores que regem o convívio entre o homem e a natureza e, por conseguinte, as relações sociais. Assim, ao promover o meio ambiente à condição de patrimônio público e, em certos casos, de patrimônio mundial, o Direito Ambiental toca em um tema de grande relevância social. As fronteiras erguidas pelo individualismo tendem a se diluir até formarem uma só unidade indivisível, a Terra. Conforme o autor supracitado, somente no contexto mais recente, com a emergência do Direito Ambiental, tornaram-se possíveis ações concretas de preservação.

Apesar de algumas ressalvas feitas pelo autor citado, como a de servir aos mais variados interesses, o espaço institucional aberto pelo Direito Ambiental revela o potencial inovador de uma leitura radical do ecologismo, que explora suas implicações no universo sócio-cultural. O raio de ação dessa perspectiva alcança, inclusive, os pressupostos liberais do Direito e a hierarquia de valores da sociedade contemporânea. Ao considerar o ambiente como patrimônio público, um bem que pertence a toda a sociedade, o discurso jurídico aborda um tema eminentemente social: a propriedade. Grande parte das ações envolvendo temas ambientais coloca em confronto os projetos de proprietários e os interesses coletivos. Esta é a razão pela qual o Direito Ambiental, assim como os direitos que cuidam do patrimônio cultural e do consumidor, atende a interesses difusos, isto é, interesses de um número indeterminado de pessoas.

Desse modo, surge um sujeito social coletivo, que torna vulnerável o *status quo* liberal, que tem por fundamento o indivíduo e o mercado. E o discurso oficial (tanto no Brasil

como em Portugal) parece ter a função de evitar a fragilidade desse *status quo*. Por isso utiliza os dispositivos disciplinares, as normas jurídicas como instrumento de construção de um consenso social, a fim de evitar a vulnerabilidade em questão.

Em suma, por ser pretensamente consensual, o discurso oficial sobre ambiente induz à sociedade um tom conciliatório, ou seja, a postura consensual do Estado não nega a necessidade de medidas concretas e urgentes para a preservação ambiental, mas também apresenta pressupostos, como se fossem igualmente consensuais de que “a preservação da natureza não está condicionada a alterações drásticas nos valores que vêm sendo reeleitos há cinco séculos como constitutivos de nossa identidade” (Fuks, 1992, p.121).

Assim, uma das conseqüências sociais mais prementes é a indução ao conformismo, ou seja, à idéia de que se o Estado não consegue realizar, concretamente e em curto prazo, medidas eficientes, nem os indivíduos nem as instituições terão tal capacidade. Essa concepção é reforçada pelo tom de generalidade do discurso oficial, sem um referente social específico. Mesmo quando se trata de situações particulares, estrategicamente, os representantes do Estado operam, em termos discursivos, no plano genérico, como se o ecologismo não tivesse referências históricas, sociais e econômicas. Com isso o Estado exime-se de grande parte da responsabilidade na degradação ambiental.

Talvez seja por isso, para neutralizar as possíveis atitudes céticas em relação à eficiência do Estado, em termos de política ambiental, que as medidas legais são repetidas, sistematicamente, no discurso oficial. O intuito, certamente, é imprimir na opinião pública a idéia de que o Estado está sendo operante, como se as leis e os regulamentos produzissem efeitos de forma automática.

5.5. Questões relevantes

Os problemas investigados são diversificados, o que impede um mapeamento completo. Seguimos, portanto, a mesma lógica da recategorização aplicada na parte que analisa os temas mais estudados (capítulo 4). Com base nesse procedimento sistemático, optamos por um levantamento de 20 questões, as quais resultaram de uma minuciosa seleção, com base nos seguintes critérios: (a) tema central de estudos publicados (livros ou capítulos, por exemplo); (b) delimitação clara do problema de pesquisa pelos autores; (c) desenvolvimento e consistência analítica; (d) coerência e profundidade da investigação; (e) relevância acadêmica do problema formulado.

Algumas das questões são pertinentes a estudos realizados no Brasil e em Portugal, mas há itens que se restringem a um país. No corpo da análise, esses casos são identificados. A seguir

destacamos as 20 questões selecionadas, organizadas do plano mais geral para as abordagens mais específicas. A sistematização dos problemas investigados foi realizada de acordo com o conteúdo e não com a origem geográfica dos estudos.

5.5.1. Questões gerais

No plano mais abrangente foram incluídos os problemas de pesquisa relacionados com opinião pública, atuação do Estado, as relações entre empresariado e meio ambiente, o papel desempenhado pela TV (além do telejornalismo) na disseminação das temáticas ecológicas, inclusive na programação não noticiosa; e a investigação histórica sobre os antecedentes da mediatização do ambiente.

1) Qual a relevância dos antecedentes da mediatização do ambiente?

Esse item aparece com maior ênfase nas investigações brasileiras. Conforme os estudos analisados, os antecedentes são diversificados e incluem as revistas ilustradas, o cinema e as telenovelas. Sodré (1983) identifica nas revistas ilustradas um dos relevantes antecedentes da mediatização do ambiente no Brasil, especialmente em função de grandes reportagens sobre a vida de povos indígenas e de curiosidades sobre a fauna e a flora amazônicas. Entre essas revistas, o autor destaca *O Cruzeiro* (1928-1975), *Manchete* (1952-2000) e *Realidade* (1966-1968). Patrocinada pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand, *O Cruzeiro* é considerada a principal revista ilustrada brasileira do século XX. Já a revista *Manchete*, inspirada na parisiense *Paris Match*, foi uma das líderes no mercado editorial de 1952 a 2000, com destaque para o fotojornalismo. A revista *Realidade*, inspirada no modelo americano do *new journalism*, circulou apenas por três anos, pois foi fechada pelo Ato Institucional n.5 (editado em 1968), mas tornou-se referência em termos de jornalismo ilustrado no Brasil, com impactantes fotorreportagens sobre a Amazônia.

Dirigidas a um público urbano ainda não saturado pelos veículos “de massa”, as revistas exploravam de forma sensacionalista temas de atualidade, com vasto material fotográfico. Essas revistas pareciam menos preocupadas com notícia (no sentido atual) e mais voltadas para o inusitado e o pitoresco, como se fosse um catálogo de temas curiosos, tratados de forma literária. O estudo de Sodré apresenta um levantamento sobre as temáticas mais

constantes nessas revistas. Em segundo lugar (depois de artes e literatura)²⁵, está o conjunto de temas “natureza, paisagem e aventuras”. Conforme explica o autor:

“Reportagens sobre os lugares remotos, povos desconhecidos, epopéias marítimas, alpinismo estão sempre na pauta editorial das revistas, principalmente por propiciarem fotografias a cores grandiosas. A imagem feita da natureza brasileira é sempre a de um ‘país a descobrir’ ou ‘em vias de construção’. A paisagem virgem é revelada à maneira do descobridor, como se a simples penetração pelo repórter e a conseqüente cobertura fotográfica marcassem automaticamente um fato de grande importância para o Estado e para a Nação. O tamanho do Brasil e a potencialidade das riquezas, sempre sugeridos através das fotografias e dos textos, como dados excelsos incontestes. Demonstra-se o país com um manancial inesgotável de recursos. Enquanto o pitoresco na paisagem européia é com freqüência o acidentado – a promoção burguesa da montanha, a associação do anturismo ao puritanismo já foram objeto de uma desmitologização de Roland Barthes – o pitoresco brasileiro são as árvores e as águas. A geografia nacional, que conhecida através de uma viagem real pode se revelar bastante inóspita e miserável, é um espetáculo colorido nas paisagens das revistas. O natural converte-se em monumental. Na atitude de desbravamento contínuo, reafirmam-se o mito do bandeirante a que se associaram – inconscientemente, talvez – a construção de Brasília e as metas desenvolvimentistas posteriores a 1954 (Sodré, 1983, p.49-50).

A divulgação de fotos e de grandes reportagens sobre temas que envolviam natureza, cultura e sociedade seria um marco para o próprio jornalismo brasileiro, a partir da relevância dessas revistas. Cabe destacar, contudo, que a contribuição delas foi expressiva na formação de públicos leitores urbanos, inclusive do ponto de vista da representação da natureza, embora ainda não houvesse o enquadramento ambientalista no sentido estrito do termo. Entretanto, sob a ótica da análise dos antecedentes, certamente a abordagem de Sodré é cabível e oportuna.

As representações da fome, da pobreza e da miséria no cinema brasileiro, principalmente na década de 1960, constitui outro tópico relevante da perspectiva do mapeamento dos antecedentes da mediatização do ambiente no Brasil. O movimento chamado *Cinema Novo*, na década de 1960, é considerado o emblema da representação da seca e da fome no cinema, um dos momentos históricos relevantes do ponto de vista dos antecedentes da mediatização do ambiente no Brasil (Xavier, 1983).

O cineasta baiano Glauber Rocha, escreveu o manifesto *Uma Estética da Fome*, em 1965, no qual afirmou que “a fome não é somente um sintoma alarmante da pobreza social,

²⁵ No inventário realizado pelo autor, a seqüência completa das categorias temáticas é a seguinte: 1) Artes e literatura; 2) Natureza, paisagem e aventuras; 3) Personalidades e nobreza; 4) Ciência; 5) Esportes (Sodré, 1983, p.48).

mas a ausência da própria sociedade”. Em sua visão, os filmes do *Cinema Novo* tinham de agredir a percepção do espectador para refletir a violência social. Para o cineasta, o pobre estava inserido no processo político, apesar de excluído de sua cidadania. Por isso ele escreveu no manifesto: “Nosso cinema é um cinema que se põe em ação em um ambiente político de fome, e que padece portanto das fraquezas próprias de sua existência”. Em seus filmes, Glauber Rocha optou pelo sertão brasileiro, um cenário de miséria, relegado pelas exigências de *glamour* da “sétima arte”. Essa estética da fome seria retomada na década de 1990 pelo diretor Walter Sales, como *Abril Despedaçado* e *Central do Brasil*.

Desvinculados dessa estética do sertão, há outros filmes que se aproximam mais da estética das telenovelas, com a exploração da natureza apenas como cenário ornamental. Entre eles, destaca-se *Deus é Brasileiro*, praticamente uma seqüência de cartões postais de lugares paradisíacos do Nordeste brasileiro e outras produções semelhantes como *Casa de Areia* e *Tieta*. Ao contrário do *Cinema Novo*, essas produções, na esteira das telenovelas, se valeram da nostalgia em torno de um passado idealizado.

2) Porque a TV se estabeleceu como o meio de comunicação mais importante em termos ambientais?

No caso do Brasil, a grande audiência das telenovelas contribuiu para torná-las um produto televisivo por excelência e consolidar a TV como veículo de maior alcance de público. As produções de época foram decisivas para inserir a paisagem do campo no repertório de imagens da televisão. Os cenários rurais das produções de época remetem aos tempos de opulência da casa-grande, das fazendas de café e dos engenhos de cana-de-açúcar. Nessas produções, as imagens satisfazem a nostalgia dos públicos urbanos pelo primitivismo da vida no campo. O principal objeto material da mediatização é o próprio cenário campesino, com suas paisagens que se tornam ainda mais belas pelo primoroso tratamento estético e fotográfico.

A esse objeto material associa-se o poder simbólico da nostalgia. O ambiente rural é representado sem as dores e o sofrimento do trabalho e do labor. O “suor do rosto” fica reservado apenas às cenas de trabalho escravo nas lavouras de café, cacau e cana-de-açúcar. Entretanto, esse sofrimento perde a força dramática, pois os trabalhadores estão relegados ao reino da invisibilidade pública. São apenas “figurantes” integrados ao cenário de *glamour* do campo. As representações sobre os trabalhadores são construídas de forma a destituí-los de sua humanidade. Eles são transformados em “maquetes humanas”, peças do cenário da cidade

cenográfica a céu aberto. Apenas as tramas amorosas adquirem sentido nessa dramaturgia despolitizada, que usa a natureza como apelo estético e visual. São várias as novelas que se enquadram nessa perspectiva nas décadas de 1960 e 1970: *A Moreninha*, *Escrava Isaura*, *Sinhá Moça*, *Cabocla*, *Gabriela*, *Irmãos Coragem*, *Meu Pé de Laranja Lima*, *Á Sombra dos Laranjais*, *Meu Pedacinho de Chão*, *Fogo Sobre Terra* e *Saramandaia*.

A partir da década de 1980, as telenovelas passaram por um processo de redefinição e surgiram tramas com teor político, tais como *Roque Santeiro*, *O Rei do Gado* e *Renascer*. Na década de 1990, houve um híbrido com as duas tendências, o que perdura até hoje, com novelas consideradas avançadas do ponto de vista da representação do ambiente e outras conservadoras, mas que agradam o público, visto que os índices de audiência são elevados. Entre as telenovelas mais recentes da primeira tendência estão: *Coração de Estudante*, *Paraíso Tropical*, *Beleza Pura* e o seriado *Amazônia: de Galvez a Chico Mendes*. Entretanto, outras produções televisivas igualmente recentes mantiveram a linha de representação da natureza como ornamento e entretenimento, a exemplo de *Uga Uga*, *Terra Nostra*, *Esperança*, *Força de um Desejo* e o *remake* de *Cabocla*. Assim, o que se observa é que as telenovelas de temáticas rurais se enquadram em dois pacotes interpretativos que correspondem a dois tipos de cenário de representação ambiental, com características distintas, porém complementares, como foi possível observar com as breves considerações acima apresentadas.

Com o passar do tempo, as telenovelas abriram espaço para os conteúdos jornalísticos. Assim, a partir da década de 1980, foram criados vários programas televisivos e levados ao público, os quais apresentavam conteúdo ecológico. Entre eles destacam-se *Globo Rural*, *Globo Ciência* e *Globo Ecologia*. O primeiro foi lançado em janeiro de 1980, no auge da expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado. O segundo foi posto no ar em 1984, com temas científicos gerais, inclusive ecologia. O terceiro estreou em novembro de 1990, como iniciativa da Fundação Roberto Marinho, destinada a preparar o público para a Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio 92).

Merece destaque também o programa jornalístico semanal *Globo Repórter*, da Rede Globo de Televisão. Segundo levantamento apresentado por André Trigueiro (2005), desde a primeira edição, em 1973 até o ano de 2003, foram exibidas mais de cem edições sobre a temática vida selvagem, em horário nobre:

“Esses programas mantiveram a emissora com boa margem de audiência sobre as demais, e com um detalhe interessante: dos 30 programas de maior

audiência exibidos pelo Globo Repórter nos anos de 2000 a 2001, mais da metade mostrava a exuberância da fauna e da flora. Os programas do gênero na linha jornalística ou de documentário [...] contribuem de forma extraordinária para a disseminação de uma cultura preservacionista, fazendo soar o alarme contra a destruição da fauna e da flora. Curiosamente, esses programas parecem forçar, involuntariamente, a idéia de que meio ambiente é sinônimo de fauna e flora” (p.76).

A hegemonia mediática da televisão em termos de ambiente é um fenômeno comum tanto em Portugal como no Brasil, mas em termos de investigação acadêmica, sobressai o livro de Luísa Schmidt (2003) sobre o triunfo mediático da TV na sociedade portuguesa, na qual “a cultura pública ou opinião pública significam muito aquilo que dá na televisão” (p.17). Como explica a autora, o caso português é emblemático da força da televisão:

“Enquanto televisão generalista – no sentido de que não é especializada e oferece de tudo um pouco – e enquanto fluxo televisivo nacional único até 1992, a RTP foi criando vínculos culturais entre portugueses de várias gerações. Essa função socializadora da televisão reforçou-se pela sua posição-chave na ocupação dos tempos livres. A tradição de uma sociedade iletrada na qual a imprensa sempre penetrou dificilmente, a falta de alternativas de lazer para grande da população, bem como a sofisticação de seus recursos tecnológicos e o próprio ambiente comunicacional envolvente que a televisão cria, são factores que têm contribuído bastante para o seu impacto público entre nós. Ela chegou a muita gente antes da rede de água canalizada” (p.24).

A autora destaca ainda o poder da televisão para chamar atenção para problemas ambientais globais ou locais:

“A maior parte das pessoas não teria qualquer imagem nem desenvolveria qualquer sentimento, por exemplo, em relação aos pandas se a televisão não os tivesse arvorado em animais de culto do ambientalismo internacional. Como ninguém teria a noção de que as baleias são importantes – à exceção da minoria que as caça – se a TV não tivesse repetidamente emitido programas com a imagem das baleias a nadar, com o canto das baleias explicando as suas diversas espécies e filmes protagonizados por baleias. Tanto mais que a tradição romântica fazia dela o monstro marinho perante o qual o baleeiro era o herói da aventura. De *Moby Dick* de Melville às lutas do Greenpeace vão 180 graus de rotação de mentalidades” (p.25).

A RTP, conforme a análise da autora, tornou-se “um grande espelho da realidade social” em Portugal, ainda que distorcido, fragmentado e associado ao estereótipo negativo de que a TV empobrece a cultura. Devido a seu poder de penetração e de sedução, a TV continua

a ser uma das principais fontes de informação e de representações sobre ambiente em Portugal (e no Brasil).

3) Como se dá a relação entre economia, ambiente e jornalismo?

Essa discussão permeia vários estudos brasileiros e portugueses. A coletânea de textos organizada por Nascimento e Vianna (2006), com o título *Economia, meio ambiente e comunicação*, por exemplo aborda a informação ambiental como insumo indispensável para o setor produtivo e recurso informacional de primeira necessidade para as instituições, os grupos sociais e os próprios cidadãos. Na apresentação da obra, os organizadores destacam a importância de uma cobertura jornalística qualificada sobre o tema, como forma de “contribuir para ampliar o leque de informações prestadas à sociedade sobre problemas ambientais, políticas públicas, conflitos entre os atores e práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável:

“É necessário ter em conta que ainda há relativamente poucos repórteres, colunistas e editores especializados em meio ambiente na imprensa em geral, e na grande imprensa em particular. Além disso, há ainda uma relativa desinformação sobre as implicações de dimensão ambiental na sociedade, em nossas vidas e na evolução do mundo. Por sua vez, os órgãos ambientais tendem a pautar a cobertura com enfoque restrito ao tema técnico, sem considerar o contexto socioeconômico” (p.9).

A ecologia aparece, quase sempre, associada a assuntos de ordem econômica, tanto da parte da cobertura de imprensa como das políticas governamentais. É oportuno ressaltar, como fazem Cunha (1996) e Martínez (1988) que a relação entre economia e ecologia é central nos estudos contemporâneos sobre o assunto, de modo especial quando o Estado é posto como protagonista. Tal tendência se explica pela própria noção de investimento, no sentido físico, o qual “consiste no gasto de recursos materiais e energéticos para a construção de instalações com o propósito de aumentar a capacidade produtiva”. O mesmo autor complementa que “muitos investimentos não aumentam a capacidade produtiva num sentido físico, mas aumentam a destruição de recursos não renováveis” (Martínez, 1988, p.106).

A essa conotação econômica aparece associada nitidamente a dimensão tecnológica. Geralmente, a tecnologia é concebida pelos governos como instrumento para a viabilização de políticas ambientais. Assim, a racionalidade tecnológica é entendida como componente da

própria administração pública, a fim de possibilitar ao governo desempenho mais eficiente na área ambiental.

A ênfase à poluição, por exemplo, está diretamente relacionada à primazia do econômico, uma vez que se trata de um efeito dos processos de exploração dos recursos naturais, mediante mecanismos industriais. Entretanto, para o discurso oficial, esta categoria assume importante função ideológica, visto que o governo se manifesta em defesa da saúde pública, do saneamento, da qualidade de vida e do bem-estar social. Só que, a essência dos discursos oficiais se volta para os efeitos da poluição e não para as causas. Assim, ao utilizar os efeitos como referente e omitir as causas, desvincula-se o fenômeno de uma rede de causas, ou seja, isola-se um fator e desconsidera-se o processo de produção da poluição industrial em sua amplitude.

Assim, constrói-se um discurso que “*fala para não dizer*” (na expressão de Marilena Chauí, 1983), cuja mensagem visa à ocultação de sentidos e não ao esclarecimento público. Ademais, a tendência do Estado (nos dois países) é salientar as medidas tomadas, supostamente, para sanar os problemas decorrentes da poluição. Com isso, o Governo esforça-se para aparecer como agente de providências enérgicas, de políticas públicas e de medidas jurídicas contra a poluição. Mas, na realidade, o conjunto de textos examinados nos permite inferir que as estratégias discursivas se voltam para a ocultação da profundidade da questão. O discurso oficial (tanto no Brasil como em Portugal) assume o papel de “verniz”, ou seja, tenta-se produzir brilho mediático, independentemente da consistência do discurso e das medidas governamentais.

4) Como se desenvolveram as relações entre empresariado e meio ambiente?

No Brasil, há um estudo dedicado exclusivamente à relação do empresariado com o ambiente, com base em análise de conteúdo de matérias do jornal *Gazeta Mercantil* (Ungaretti, 1988), no qual são examinadas as razões que levaram à emergência do *marketing verde* e à iniciativa de um jornal voltado para temas econômicos de incluir uma página diária com notícias sobre negócios e ecologia. Como explica o autor, “a idéia [do jornal] surgiu como decorrência de um problema que [...] começou a se tornar cada vez mais grave: um número crescente de empresas sendo acionadas judicialmente por desrespeito à legislação ambiental” (p.43).

Com o passar do tempo, vários outros jornais seguiram o exemplo da *Gazeta Mercantil*, impulsionados pela crescente relevância no debate público sobre sustentabilidade empresarial:

“Os setores empresariais que se colocam na vanguarda são aqueles que perceberam o crescimento dos negócios de bens e serviços ambientais. Os graus diferenciados de consciência e de intervenção real, no sentido de avanço e de melhoria das relações empresariado/ambientalismo, estão condicionados pelo que denominamos de novas configurações [...], as quais refletiriam o processo de globalização-ainda-fragmentada” (p.102).

O estudo de Ungaretti (1988) conclui que o setor de reciclagem tornou-se um dos mais relevantes na pauta da imprensa, devido à crescente atenção da sociedade e do mercado às oportunidades de recuperação ambiental, que se tornou um negócio lucrativo. Além disso, o autor destaca:

“De um lado temos a atividade empresarial de racionalização de recursos, de maior lucratividade, de economia de energia, de aumento de produtividade; e de outro lado, toda uma atividade ambientalista reeducativa dos mais diversos segmentos sociais. É intensa a reciclagem domiciliar em função de graus cada vez mais elevados de consciência, determinados pela ação dos processos comunicativos. Também é forte a atividade de reciclagem industrial, pelos aspectos já apontados, sendo expressivo o surgimento de novas tecnologias”.

Existe, portanto, em relação ao mercado e às práticas de reciclagem, um entrelaçamento de interesses empresariais e ambientais. “De um lado, as pressões ambientalistas, de outro, a procura constante de maior produtividade no capitalismo aproximaram os interesses, criando algumas redes de sustentabilidade” (p.104).

Em relação a Portugal, (Freitas, 2007, p.30) destaca a emergência de setores específicos do mercado voltados para atender às novas demandas de negócios, sobretudo nos ramos de energias renováveis, gestão de recursos hídricos (reuso e reaproveitamento da água) e reciclagem de resíduos sólidos. Para atender esse nicho de mercado surgiu uma publicação especializada em 1998, a revista *Água & Ambiente* – que mantém no mercado até hoje. A autora destaca também o próprio mercado de publicidade, que se ampliou com os negócios verdes.

O estudo de Almeida (2005), que analisa as relações entre empresariado e ambientalismo em termos globais, complementa que o tema foi incorporado à visão estratégica empresarial contemporânea. O autor ressalta que existem vários elementos que reforçam uma visão integrada do mercado verde, tais como: sustentabilidade empresarial, agregação de valor aos bens e

serviços, responsabilidade social corporativa e governança corporativa sustentável. Portanto, a seu ver, essa tendência não se restringe mais a modismo ou expressão isolada, mas de uma nova cultura empresarial. Para o autor, esse é um dos temas de maior potencial na agenda ambiental do século XXI, com reflexos em praticamente todos os ramos de atividade, sobretudo arquitetura, transportes, educação, tecnologia, moda, consumo, gastronomia etc.

5) Como são abordadas as relações entre ambiente e desenvolvimento?

A discussão acerca desse aspecto requer a retomada de alguns temas já abordados no capítulo 3, visto que a análise da relação entre ecologia e desenvolvimento passa, inicialmente, pelo conservacionismo, até evoluir para a concepção atual de sustentabilidade. O debate sobre a articulação em referência teve início na década de 1940, em um contexto em que os ecologistas primavam pela defesa radical da natureza, momento que coincide com o fundação das primeiras entidades de conservação dos recursos naturais em Portugal (com a Liga para a Protecção da Natureza, em 1947) e no Brasil (com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, em 1958).

Com essa concepção, o progresso econômico, baseado na exploração de recursos naturais é visto como resultante de um sistema predatório e irracional. Nesse período o desenvolvimento econômico era considerado incompatível com a preservação da natureza. Há, portanto, nítida conotação ideológica no debate sobre o tema. O sistema capitalista de produção era apontado como responsável pela devastação das florestas e o desaparecimento de várias espécies da fauna e da flora, além do aumento da poluição industrial nas grandes cidades e outros problemas congêneres. A militância ecológica radical marcou esse momento histórico, com retóricas emocionais e apocalípticas.

Os militantes ecopacifistas fortaleceram os movimentos de contestação e de responsabilização dos países centrais do capitalismo pela exploração desenfreada de recursos naturais e investimentos em projetos bélicos que poderiam comprometer a paz mundial e a vida no Planeta. Desse ponto de vista, o desenvolvimento tecnológico também foi questionado. As tecnologias eram vistas, segundo esse enquadramento, como forças propulsoras de um sistema capitalista concentrador de renda, visto que resultam de elevados investimentos financeiros realizados por grandes grupos econômicos interessados em potencializar seus lucros. Na mesma perspectiva, as relações de consumo também são questionadas e apontadas como consequência de um sistema social que estimula o individualismo, a competição e a satisfação pessoal, mesmo que seja ao elevado custo da degradação da natureza.

Os debates sobre os riscos ambientais também constituíram um tópico relevante na discussão sobre ecologia e desenvolvimento. As consequências sobre os efeitos sociais da industrialização, da urbanização, associadas à Revolução Industrial e à Revolução Agrícola, colocaram em evidência os efeitos nocivos da poluição industrial, do uso de agrotóxicos nos alimentos e da poluição urbana. A crítica ao sistema capitalista de produção agrícola e aos mecanismos de transferência de tecnologia rural para os países periféricos acentuou os protestos dos críticos do desenvolvimento e do progresso econômico.

A intervenção de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas e o Clube de Roma contribuiu para dar novo rumo ao debate internacional sobre a complexa e polêmica relação entre preservação ambiental e desenvolvimento. Como consequência desse processo, surgiu o conceito de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, com reflexos em vários países, do ponto de vista político, econômico, científico e cultural. Os meios de comunicação contribuíram sobremaneira para difusão dessas novas concepções. Assim, a sustentabilidade tornou-se um dos temas mais importantes da atual agenda dos *media*. Tal redefinição contribuiu para ampliar a discussão pública sobre os temas ambientais, de forma constante, relacional e sistêmica.

Nessa nova perspectiva, foram abolidas (ou amenizadas) as dicotomias entre ecologia e economia. Pesquisa da organização não-governamental WWF Brasil, divulgada em julho de 2008²⁶, revela que as medidas ecologicamente corretas tomadas pelos cidadãos no cotidiano resultam mais da motivação econômica do que de consciência ambiental propriamente dita. Quando há vantagem financeira as pessoas adotam posturas como reduzir consumo de água, de energia elétrica, etc. Conforme dados da pesquisa, 87% das pessoas fecham a torneira ao escovar os dentes quando há vantagem financeira pessoal. Da mesma forma, 80% desligam o computador e a televisão caso não estejam usando porque esperam redução na conta de energia elétrica. Quando o comportamento do consumidor não representa economia para si próprio, os dados são bem diferentes: apenas 5% separam o lixo orgânico do lixo seco e 6% pagam mais caro no supermercado por produtos ecologicamente corretos.

6) Que razões explicam a aproximação entre estudos de Jornalismo de ambiente e Ciências Sociais?

²⁶ Os dados completos da pesquisa estão disponíveis no sítio: www.wwf.org.br. Um resumo das informações foi publicado pela revista *Veja*, na edição 2069, v.41, n.28, de 16/07/2008, p. 156, sob o título “As medidas mais ecológicas”.

Como já foi abordado no capítulo 2, existe um paralelismo entre a emergência do ambientalismo e da Sociologia do Ambiente, como analisou Luísa Schmidt (1999a). Na realidade, segundo a autora, trata-se de uma “dupla emergência”. Por outro lado, o estudo teórico do Jornalismo também está diretamente relacionado com o desenvolvimento das Ciências Sociais. Assim, é possível deduzir que existe uma triangulação teórica e empírica entre ambientalismo, Ciências Sociais e Jornalismo. Esse pressuposto é reforçado pelo estudo de Schmidt (2003) e de Pereira Rosa (2006).

A primeira destaca que “o próprio conceito de ambiente pressupõe uma coerência holística que faz dele mais uma vertente dos processos de globalização da sociedade moderna” (p.393). O segundo autor complementa que “as clássicas discussões entre o bem natural e o bem humano acompanharam toda a revolução industrial e foram marcando os limites da invasão técnica sobre um mundo prístino e até então equilibrado” (p.7). Assim, prossegue Pereira Rosa (2006, p.8), o ambiente tornou-se um “tema incontornável nas sociedades ocidentais contemporâneas, na medida em que produz ampla simbologia, movimenta adeptos e detractores e produz árduas batalhas pela legitimidade de cada ponto de vista” (p.8).

No Brasil, a análise de Ferreira (2006) apresenta desenho similar às investigações supracitadas, com o diferencial de aprofundar os aspectos ideológicos dessa complexa relação, com as polémicas entre os ecologistas radicais e os moderados. Além disso, a autora ressalta:

“A sociologia ambiental, enquanto produção científica e académica, emergiu a reboque dos movimentos de contestação social surgidos no início dos anos de 1960 e da constatação da situação emergencial de degradação dos recursos naturais e do desenvolvimento do industrialismo. O nascimento do movimento na década de 1960 surpreendeu os sociólogos, que naquele momento não dispunham de um corpo teórico ou tradição empírica, que os guiasse em direcção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza” (Ferreira, p.15).

A pesquisadora ressalta que a atenção de sociólogos ao tema foi reforçada pela convergência de interesses de vários segmentos sociais, como movimentos sociais, setores empresariais, organismos internacionais e instituições governamentais. Logo, “tornou-se evidente que a questão ambiental não era apenas mais um modismo passageiro, nem uma dramatização de militantes ou cientistas radicais” (p.15). Portanto, continua Ferreira, a sociologia ambiental “assume então uma posição significativa para estudar as divergências e

conflitos sobre a natureza (...) e as causas e a extensão dos problemas ambientais entre os diversos atores envolvidos” (p.15). Para a estudiosa,

“Este tipo de orientação desenvolveu-se, especialmente, em meados dos anos 1980, contribuindo com a revitalização teórica e com uma projeção maior dentro da sociologia, processo em parte motivado pelo crescimento dos movimentos ambientalistas e a crescente preocupação com os efeitos globais dos riscos ambientais” (p.15).

No âmbito de um processo de revisão teórica e metodológica do campo das Ciências Sociais, a partir da década de 1980, amplia-se o interesse acerca dos fundamentos epistemológicos de uma nova área: as *Ciências Sociais do Ambiente*, entendidas como um novo domínio inter e transdisciplinar. As primeiras iniciativas situam-se no âmbito da investigação *ecológico-político*, ou seja, uma tentativa de compreender o contexto que propiciou a formação do ambientalismo, bem como a instituição de suas estratégias, procedimentos e protocolos formais. A confluência da Sociologia e da Ciência Política foi relevante nesse processo, gerando contribuições teóricas expressivas. Partia-se do pressuposto de que para se compreender a crise ecológica global seria necessário, antes, refletir à luz dos princípios que regem a organização e o funcionamento do sistema sócio-político contemporâneo. A crise ambiental, nesta perspectiva, era concebida como uma crise da forma de ocupação humana do planeta terra, devendo ser interpretada, portanto, como parte de um horizonte mais amplo, ou seja, a crise dos fundamentos da vida política e social (Leis, 1995).

Pereira Rosa explica que o jornalismo, como agente da produção social da realidade, resultante da negociação entre diversos atores, reflete as dinâmicas do contexto social, visto que se trata de uma produção de sentidos sobre o presente e carrega os conflitos e as forças de ação e reação existentes entre os diversos campos sociais. O próprio jornalismo constitui uma arena de disputas de atenção e de credibilidade, na qual a notícia deixa de ser concebida como espelho da realidade e passa a ser vista como resultante de processo sujeito a cargas ideológicas e interveniências subjetivas. Afinal,

“Para perceber as notícias, é essencial perceber a sua dimensão cultural – os valores intrínsecos que atravessam lateralmente a comunidade jornalística e que expressam a cultura em que o grupo está inserido, as normas profissionais a que responde e as rotinas que utiliza para ordenar o caos a que é submetido na produção de cada jornal” (p.21).

Essa concepção remete à *teoria multifactorial da notícia*, detalhada por Sousa (2000), segundo a qual o agendamento do noticiário ambiental luso-brasileiro recebe interferências de múltiplos fatores, em função do contexto, dos organismos internacionais (ONU e Clube de Roma), das organizações não-governamentais, das universidades e dos partidos políticos. Ainda nessa perspectiva teórica, a divulgação jornalística de temas ambientais no Brasil e em Portugal sofre influência de pessoas (líderes ambientalistas, cientistas, artistas e políticos), ideológicas, culturais, históricas e tecnológicas. Essa conjunção de fatores é que resulta nos efeitos cognitivos e comportamentais sobre a opinião pública (Sousa 2000). Em suma, a *teoria multifactorial da notícia* permite estudar a relação de um fenômeno social com um conjunto de fatores sociais, políticos, históricos, ideológicos. Essa perspectiva teórica permite o estudo do jornalismo de modo relacional, condizente com as teorias sociais relacionadas à formação de opinião pública, ao funcionamento da esfera pública, ao poder simbólico e à complexidade social e mediática.

5.5.2. Questões específicas

No rol dos problemas de pesquisa dotados de maior especificidade foram incluídos aqueles que se voltam diretamente para aspectos da relação entre jornalismo e ambiente e afins. Nesse rol, destacam-se abordagens sobre a organização da mensagem, técnicas de codificação da notícia ambiental, características dos relatos jornalísticos sobre ambiente, o grau de complexidade técnica dos temas noticiados e a formação dos jornalistas, a relação entre jornalistas e cientistas do ambiente, as fontes oficiais e não oficiais, a emergência de publicações especializadas e o dilema entre exercício profissional e militância ecológica.

7) Qual a contribuição dos *media* para o esclarecimento público a respeito dos novos temas ambientais?

Essa questão faz parte de uma análise empírica acerca da cobertura da imprensa brasileira sobre alimentos geneticamente modificados - ou produtos transgênicos (Motta et al., 2006). Trata-se de uma investigação pontual, mas que contribui para a compreensão da indagação posta, em termos mais abrangentes. Os estudiosos apresentam as seguintes perguntas específicas: (a) até que ponto a mídia faz uma cobertura conceitual e contextual das questões novas e polêmicas que interessam à sociedade? (b) os diversos grupos e perspectivas

são contemplados na cobertura de temas polêmicos? (c) o jornalismo oferece uma cobertura equilibrada, em que todas as opiniões são igualmente representadas?

Como explicam Motta et al. (2006, p. 34-36), “as conclusões indicam uma cobertura pouco qualificada, restrita a interesses econômicos específicos, pouco diversificada e nada pluralista” (p.34). Em relação aos alimentos transgênicos, conforme a explicação dos pesquisadores citados, a mídia desprezou os aspectos conceituais, o que na avaliação dos autores do estudo, constituiu falha na cobertura do tema, visto que se tratava de assunto de alta complexidade, o qual deveria ter sido didaticamente explicado. Além disso, “poucas notícias fizeram uma contextualização do debate sobre os transgênicos, ou se limitaram a fazer uma contextualização demasiadamente simples” (p.35). Ademais, os pesquisadores ressaltam que o noticiário sobre os transgênicos poucas vezes foi associado com as políticas públicas com eles relacionados, como políticas ambientais, de saúde pública, agrícolas e de exportação.

Outra conclusão do estudo mencionado é que a cobertura da imprensa sobre transgênicos orientou-se para os acontecimentos políticos institucionais, político-partidários ou jurídicos, principalmente para os aspectos relacionados à aprovação da Lei de Biossegurança. A pesquisa registra que o número de notícias sobre o tema aumentou quando se aproximou a votação da Lei de Biossegurança no Congresso Nacional, “revelando que a mídia está viciada em cobrir as instituições e seus representantes muito mais do que a sociedade civil, que participou ativamente do debate tanto no próprio Congresso como fora dele” (p.35). Para os autores da análise, essa tendência indica que a mídia brasileira “parece não ter o hábito de ouvir a sociedade civil, ou porque isso é mais difícil ou porque o Governo e os políticos estão mais acessíveis. De uma maneira ou de outra, a mídia parece comodista e negligente em suas coberturas” (p.35).

Em suma, ressaltam, que a cobertura negligenciou a sociedade civil, que esteve ativa durante o ano de 2004, na defesa de pontos de vista contrários ou a favor dos transgênicos. O noticiário concentrou-se predominantemente nas fontes oficiais, especialmente nos órgãos do Governo Federal. “Eles foram, disparadamente, as fontes mais ouvidas na produção das matérias jornalísticas”. Ao contrário, organizações não-governamentais e movimentos sociais diversos “estiveram ativos na defesa de seus pontos de vista, mas menos de 5% das matérias mencionaram as ações e opiniões desses organismos da sociedade civil” (p.35).

O estudo constata também que a imprensa não atribuiu a devida importância à discussão sobre os riscos ambientais e os riscos para a saúde pública, com a adoção de organismos geneticamente modificados, sobre os quais não há consenso sequer junto à

comunidade científica. “Por isso mesmo, todos os pontos de vista mereceriam ser amplamente divulgados” (p.36). De forma incisiva, os autores concluem:

“No geral, prevaleceram na cobertura os interesses dos grandes grupos econômicos envolvidos na liberação das pesquisas, do plantio e na comercialização de alimentos geneticamente modificados, em detrimento das questões de interesse público, Prova disso, foi a enorme proporção de menções das consequências positivas da adoção dos transgênicos em relação às negativas. Na maioria das matérias em que os efeitos positivos aparecem, apenas esses são mencionados. Mas, em 31 das notícias em que as implicações negativas aparecem também são citadas as positivas” (p.36).

8) Como se deu a evolução de uma opinião pública voltada para as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável?

Esse tópico é investigado por Crespo (2005), em estudo que apresenta uma série histórica de pesquisas de opinião sobre o que os brasileiros pensam a respeito do ambiente. O texto mostra a evolução dos conceitos oriundos da opinião pública, a partir da preocupação com a poluição industrial e as consequências dela na saúde humana até a diversificação e a globalização da agenda verde, com a Conferência do Rio.

Crespo destaca que, apesar dessa diversificação e da relativa ampliação da consciência ecológica, os brasileiros ainda associam ecologia a medidas que deveriam ser tomadas exclusivamente pelo Governo e práticas a serem adotadas pelas grandes indústrias poluidoras. Isso significa que a preservação do ambiente ainda não é vista como algo relacionado ao cotidiano e ao comportamento individual de todos, como fechar a torneira ao escovar os dentes ou reduzir o consumo doméstico de energia elétrica.

Outro dado curioso apontado pela autora é que nas pesquisas realizadas (mesmo as mais recentes), os indivíduos são incapazes de identificar um problema ambiental em suas proximidades e circunvizinhança. Os problemas apontados são aqueles identificados pelos meios de comunicação como graves e grandiosos, a exemplo do desmatamento na Amazônia e a redução da vegetação nativa na Mata Atlântica.

Em Portugal, inquérito similar foi realizado no final da década de 1990, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, integrado ao programa OBSERVA (Ambiente, Sociedade e Opinião Pública). O inquérito é analisado por João Ferreira de Almeida (2000), que destaca alguns dos pontos centrais do levantamento, como a

preocupação dos portugueses com os riscos ambientais, o item de maior repercussão conforme os dados estatísticos. Os riscos ambientais perdem apenas para a insegurança, que ocupa o primeiro lugar no rol das preocupações dos portugueses. Entre os itens que mais se destacam na escala da sondagem estão, por ordem de importância: 1 - Poluição em geral;

2 – Incêndios;

3 - Poluição dos rios e marés;

5 - Poluição do ar;

6 - Destruição da camada de ozônio;

7 – Tratamento de lixos;

8 – Contaminação alimentar;

9 – Alterações climáticas;

10 – Água potável;

11 – Catástrofes naturais;

12 – Desflorestação;

13 – Urbanização / industrialização;

No caso de Portugal, a relação entre ambiente, *media* e opinião pública também é analisada por Schmidt (2003). Conforme a estudiosa, habitualmente são considerados três níveis para enquadrar o debate sobre essa articulação:

“1. O primeiro diz respeito à função dos media na institucionalização/popularização dos problemas ambientais através da sua entrada na agenda como tema dominante: a perspectiva da *agenda-setting* e dos estudos sobre a tematização;

2. O segundo considera que os problemas ambientais são acima de tudo uma construção dos *media*, sublinhando, nos processos de comunicação, a importância do contexto sócio-cultural e histórico – as ‘ressonâncias culturais’ – em que essa preocupação é produzida e o modo diferenciado como germina, privilegiando uns assuntos em detrimento de outros: a perspectiva construtivista;

3. Um terceiro nível trata da interação entre os diversos agentes de produção mediática – fontes, jornalistas, programadores, arena institucional mais vasta – e a respectiva intervenção em todo o complexo e longo processo comunicativo de formação da opinião pública: a perspectiva interaccionista” (p.65).

Sartori (1998) reforça que o processo de formação da opinião pública na atualidade é essencialmente influenciado pela televisão. Para ele, a produção da notícia televisada, dependente essencialmente de imagens – por uma auto-imposição – e resulta em

supervalorização da imagem em detrimento da informação – em especial informações que vão resultar em uma opinião pública sobre problemas de interesse comum – do que qualquer outro (Sartori, 1998, p. 4). Conforme sua análise, “a redução-restrição é gigantesca: e o que desaparece é o enfoque do problema a que se referem as imagens. Porque a imagem é inimiga da abstração, e explicar é um discurso abstrato.” (Sartori, 1998, p. 5).

Quanto às pesquisas de opinião, o maior foco de críticas contemporaneamente concentra-se em sua utilização descontextualizada e interessada, principalmente pela e por meio da imprensa. Os *media* adotam as sondagens sem restrições, ignorando tanto suas características de efemeridade quanto de superficialidade, abrindo espaço para a geração de fatos políticos altamente previsíveis. A dinâmica que se estabelece a partir dessa divulgação seria a disputa pela “opinião do público, para que este abrace a opinião expressa ou publicada como opinião própria” (Brotas, 2003, p. 3). Essa visão é complementada por Garapon (2001, p. 91-93), para quem

Esse recurso selvagem à opinião pública é também pernicioso porque faz crer que, numa democracia, a opinião pública é o melhor juiz. O que é tão falso quanto o é quando se trata de matéria científica. [...] O debate sobre imigração não pode se passar dentro de um tribunal, tampouco aquele sobre a culpabilidade de uma pessoa se realizar em praça pública. A convicção sobre fatos não é comparável às opiniões sobre coisas.

Essa perspectiva analítica encontra respaldo na célebre crítica de Bourdieu (1982) em “A opinião pública não existe”. A postura de Bourdieu é resumida em três postulados básicos, que ele considera premissas falsas: (a) a suposição de que todos podem ter uma opinião sobre determinado assunto; (b) o pressuposto de que estas opiniões se equivalem; (c) e de que existe um consenso sobre os problemas relevantes e perguntas que devem ser feitas. Tais problemas se aplicam mais exatamente à utilização das sondagens como instrutores da própria discussão pública e da legitimação política (Lopes, 2006).

Assim, em conformidade com a perspectiva da Sociologia da Comunicação, endossada pelos investigadores supracitados, existe intrínseca relação entre as abordagens mediáticas e as concepções manifestas pela opinião pública. Tal enquadramento analítico encontra respaldo nas formulações do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1982), expressas no pressuposto da Escola de Frankfurt de que a “opinião pública” não é do público, mas dos *media*. Tal pressuposto é sintetizado por Schmidt (2003) na seguinte afirmação:

“A imagem da realidade social que os media criam pode ter pouco a ver com a própria objectividade dos factos, mas terá muito a ver com as percepções das pessoas. Ou seja, os indivíduos transpõem para as suas consciências aquilo que os media definem como assunto de preocupação pública” (p.66).

9) Quais os impactos sociais das campanhas públicas de esclarecimento sobre queimadas e incêndios?

Essa indagação é um dos eixos da pesquisa de Costa (2006) sobre as campanhas realizadas para conscientizar os agricultores familiares da Amazônia Legal, a fim de evitar queimadas indesejadas e reduzir os focos de incêndios. Apesar dos efeitos positivos dessas campanhas, a autora critica a concepção delas, baseadas no pressuposto da eficiência da transmissão unilateral de informações. Entretanto, como ressalta a autora, esse pressuposto ignora toda a gama de conhecimentos tradicionais dessas populações sobre o fogo e os modos de controle das labaredas. Assim, as mensagens são dirigidas ao público-alvo como se os agricultores nada soubessem sobre o assunto e como se o Estado e as entidades responsáveis pela divulgação fossem ensinar tudo a eles:

“Estabeleceu-se, então, uma relação de tipo professor-aluno, na qual o primeiro, emissor das informações e detentor do conhecimento ‘correto’, deixou pouco espaço de interlocução para o segundo. Ao receptor das informações coube a tarefa da complementariedade (com sua experiência pessoal) das orientações dadas, mas com poucos espaços possíveis para incluir suas próprias demandas ambientais, sua visão de meio ambiente” (p.290).

Portanto, se as campanhas levassem em conta o conhecimento tradicional das comunidades, seriam mais eficientes e menos autoritárias, na visão da autora. A análise de Schmidt sobre essa temática também reforça o pressuposto de que há mais interesse dos media pela espetacularização dos fogos do que pelo esclarecimento da população. O enquadramento dos *media*, especialmente da televisão é o da catástrofe. Acerca desse tópico, a estudiosa afirma que há três representações catastróficas que se complementam nas imagens mediáticas:

[...] Por um lado, os fogos florestais, um tipo de catástrofe que levou a tocar o âmago da complexidade dos fenómenos ambientais em todas as suas vertentes – técnicas, económicas, sociais, políticas, históricas, naturais, culturais –, facto que em nenhuma das outras catástrofes acontecera. Será esta a primeira temática em que uma catástrofe é tratada em reflexão sobre o todo da sociedade portuguesa, mesmo que o resultado dessa reflexão seja algo inconclusivo.

A outra catástrofe, a nuclear, situa-se no extremo oposto desta. O tratamento que lhes é dado faz dela um acontecimento temível acima de qualquer outro, mas absolutamente estranho ao país e à sociedade portuguesa, como se em Portugal não existisse um reactor nuclear nem houvesse à entrada dos seus rios internacionais grandes centrais nucleares espanholas, com capacidade de alcançarem em raios ínfimos de uma duas centenas de quilómetros a totalidade do território português.

Se os fogos florestais constituem a catástrofe mais realista do ponto de vista ambiental, a catástrofe nuclear é a mais irrealista, apesar de ser a mais temida (Schmidt, 2003, p.321).

A mesma autora complementa que, além do enfoque catastrófico, outra abordagem dominante é do ponto de vista das perdas económicas provocadas pelos fogos. Apesar dos avanços registrados nos últimos anos em relação à politização do debate sobre os incêndios florestais,

“[...] as notícias sublinham efectivamente a perda do património florestal e não, como é de regra, a simples destruição de x hectares e de y ésteres de madeira. Assim, parece ter-se aberto uma nova clivagem na representação da catástrofe. Por um lado, o fogo florestal em área protegida é uma catástrofe ambiental. Por outro lado, os restantes fogos florestais, apesar de igualmente catastróficos, não o são tanto pela perda ambiental, **mas também por outras perdas mais económicas** (grifos acrescentados), muito mais tensas na guerra anónima e oculta em que supostas máfias jogam a floresta portuguesa” (Schmidt, 2003, p.323).

Pedro Almeida Vieira (2006), em seu livro “Portugal: O vermelho e o negro”, critica a abordagem mediática que apresenta os incêndios florestais como tragédias inesperadas. Em sua avaliação, os fogos são, na realidade, consequência de erros crónicos e políticas equivocadas. Apesar de já serem percebidos pelos *media* e pela sociedade como um flagelo social, económico e ambiental, o autor contesta o modo como ainda são representadas essas catástrofes que transformam Portugal “em um mar de chamas todos os verões”.

- 10) **Exigirá o jornalismo ambiental processos de decodificação, ou de objetivação, mais complexos do que outras áreas jornalísticas?**

Esse é um dos itens importantes da investigação de Pereira Rosa (2006, p.143).

A questão é amplamente discutida pelo autor, mas não apresenta respostas conclusivas, como é de se esperar de um estudo de amplo escopo reflexivo, visto que respostas conclusivas podem implicar reducionismos e simplificações, como adverte o próprio estudioso. Nessa perspectiva analítica, Gonçalo Pereira Rosa sugere que somente com a realização de variados inquéritos empíricos, a partir da análise de casos distintos, mas relacionados é que se poderia chegar a observações mais objetivas.

Apesar dessa ressalva, o estudioso apresenta ampla reflexão acerca do tópico destacado. Em primeiro lugar, o pesquisador pondera que

“o campo jornalístico é um palco de tensas negociações entre os diversos agentes, que interagem com o fim de adequar a escolha dos temas e a cobertura noticiosa dos meios de comunicação aos seus interesses. É um campo onde tomam forma estratégias de cooperação ou de negociação, consoante o interesse momentâneo de cada agente envolvido na transmissão de informação. Esse interesse pode variar, tal como a posição hierárquica de cada parceiro neste *enjeu*” (p.55).

Outra observação constante na obra de Pereira Rosa é que na cobertura específica de temas jornalísticos, “as hierarquias tradicionais detentoras da informação sentem dificuldade em impor o seu quadro de valores e a sua percepção dos fenómenos” (p.55). Essa afirmação aponta para uma possível peculiaridade no modo de se fazer jornalismo sobre ambiente, o que indica eventual alteração na forma de organização de mensagens e, conseqüentemente na recepção.

Pela argumentação desenvolvida no estudo, é possível inferir que, se o tema é novo e não está atrelado às hierarquias tradicionais, como ressalta o autor, provavelmente existam pelo menos indícios de um *modus operandis* diferenciado no campo do emergente jornalismo ambiental. Afinal, prossegue Pereira Rosa (2006, p.56):

“Ao lidar com informação potencialmente técnica, que exige descodificação e simplificação, o jornalista da área de Ambiente necessita forçosamente de estabelecer rotinas que o guiem e que reduzam o grau de risco da sua cobertura noticiosa. A objectividade nestas circunstâncias, é um ritual essencial de normalização e de controlo do caos através de um conjunto de procedimentos ordenadores”.

O autor pondera também que o aprofundamento da questão requer abordagem relacional, ao agregar outros questionamentos afins, como a caracterização dos critérios de noticiabilidade e os valores-notícia intrínsecos às temáticas ambientais; e o processo de

agendamento e de tematização. Certamente esse elenco de itens correlacionados poderia ser acrescido ainda de aspectos como a importância dos temas ecológicos, na esfera pública, a força da mediatização perante a formação da opinião pública e as eventuais interferências no processo de recepção e decodificação das mensagens e notícias relacionadas ao universo das temáticas e abordagens ecológicas.

Temos, aqui, certamente, uma hipótese relevante a ser investigada em pesquisa específica. Contudo, a análise até o momento não permite observações de teor mais categórico ou conclusivo. Apesar disso, é necessário reforçar a relevância da questão formulada pelo autor mencionado e destacar seu potencial em termos de futuras análises empíricas pelos investigadores interessados no assunto. Trata-se pois, de uma problemática original, complexa e extremamente rica do ponto de vista acadêmico, o que demonstra o potencial inovador da pesquisa sobre jornalismo e ambiente.

11) Existe verdadeiramente um ritual de objectividade por parte do jornalismo ambiental?

Trata-se de mais uma das instigantes questões apresentadas e discutidas por Gonçalo Pereira Rosa (2006, p.145). Da mesma forma que no tópico anterior, o autor salienta que não é possível chegar a uma conclusão categórica. “Há alguns procedimentos que sugerem um maior rigor na confirmação de histórias controversas e na decodificação de informação muito especializada, mas a linha entre estes rituais de objectividade e outros, promovidos em outras áreas do jornalismo, é tênue” (145).

O raciocínio é semelhante ao que foi desenvolvido anteriormente, ou seja, trata-se de uma questão com aparente especificidade, mas que, na realidade, carrega elevado grau de complexidade e exige abordagem relacional. O próprio autor indica eventuais temas que deveriam ser aprofundados conjuntamente, tais como os conceitos de rituais de objetividade, rotinas jornalísticas de gestão do prazo de fechamento dos noticiários, seleção de informações nas redações e subsídios de informação para consumo jornalístico, relação com as fontes, entre outros.

A objetividade é um dos temas mais recorrentes no estudo do jornalismo e não cabe aqui discorrermos sobre algo analisado já quase de forma exaustiva. Entretanto, é oportuno ressaltar o aspecto novo e original contido no enfoque de Pereira Rosa, ao direcionar, de forma coerente a problematização para este novo campo do jornalismo. A indagação complementa a reflexão iniciada no item anterior e, da mesma forma, deixa a trilha em aberto para futuras

investigações. Diante disso fica implícita a impossibilidade de continuarmos a discussão. Entretanto, mesmo conscientes de tal limitação, optamos pela inclusão do questionamento no rol dos itens selecionados neste capítulo, devido ao potencial analítico inovador do problema formulado por Gonçalo Pereira Rosa.

12) Quais as características que marcam os relatos sobre ambiente?

A pergunta faz parte do estudo de Ricardo Garcia (2004). O autor parte da premissa de que o fazer jornalístico sobre ambiente já se tornou dotado de determinadas especificidades, apesar de manter outros elementos característicos das práticas, rotinas e procedimentos do jornalismo convencional. Conforme o autor do livro “Sobre a Terra: Um guia para quem escreve e lê sobre ambiente”, a trajetória do jornalismo ambiental sofreu significativas redefinições nos últimos anos. Se na década de 1970, por exemplo, a notícia ambiental se enquadrava em reduzidas e simplificadas categorias, como acidentes, anúncios de medidas governamentais e curiosidades científicas, com o passar do tempo, novos enquadramentos foram surgindo.

Uma hipótese que apresentamos a respeito dessa redefinição, a partir da leitura das observações de Ricardo Garcia, é que as especificidades foram sendo gestadas a partir de uma convergência de diversos, atores, processos, fatores e estruturas. Em primeiro lugar podemos destacar a idéia de que a parca, mas gradual e crescente divulgação de notícias sobre o tema contribuiu para criar novos nichos de públicos, o que elevou os meios de comunicação a investir na ampliação de equipes para a cobertura ambiental até então muito reduzida. Esse impulso levou à setorização e semi-especialização de jornalistas, provavelmente recrutados entre aqueles que já manifestavam interesse pela área ou atuavam como militantes ecológicos. Certamente esses não são os únicos fatores, mas podem ser apontados como alguns dos que interferiram na organização dos relatos jornalísticos sobre temas ambientais.

Em termos específicos, o autor identifica quatro elementos básicos que marcam os relatos jornalísticos sobre temas ambientais até o momento:

- **A ênfase ao risco** – contribui para dar força à matéria, devido ao teor dramático e apelo emocional. Afinal, quanto maior o potencial de risco, maior visibilidade e destaque ao fato, o que faz manter o tema na agenda dos *media* e nas instâncias de debate público.
- **A duração indeterminada do processo** – esse elemento acentua o teor dramático, ao gerar suspense entre os receptores e despertar interesse para acompanhar o desenrolar dos fatos. Em muitos casos, o noticiário segue quase a estrutura dos enredos de

teledramaturgia, com a divulgação das notícias em formato de seqüências ou episódios, com deixas de suspenses para os capítulos seguintes.

- **A incerteza científica** – como há diversidade de interpretações por parte dos especialistas com acesso aos *media*, esse elemento provoca debate, com opiniões divergentes, o que acentua o interesse da opinião pública e prolonga a permanência do tema na agenda pública.
- **A complexidade técnica** – esse fator pode ser desfavorável à cobertura, ao afastar o público leigo, além de representar um dos principais desafios para os jornalistas da área ambiental: como transmitir informações técnicas sobre áreas especializadas, como energia nuclear, ecoepidemias e outros que exigem conhecimento prévio do receptor?

Certamente, essas características não são estanques e nem serão as únicas. Com o desenvolvimento das técnicas jornalísticas; a emergência de novas temáticas ou o desdobramento das já existentes; e o surgimento de outros nichos de públicos os relatos jornalísticos sobre temas ambientais passarão por novas alterações e outras características surgirão. Entretanto, até o estágio atual esse conjunto de observações é de extrema relevância para o aprofundamento do estudo acadêmico sobre as particularidades dos relatos jornalísticos sobre ambiente. Trata-se de uma contribuição significativa do autor, sem, contudo, fechar as possibilidades de análise.

13) Como os jornalistas lidam com a complexidade técnica de determinados temas ambientais?

Esse item constitui, na realidade, desdobramento da questão anterior, sobretudo da última característica dos relatos jornalísticos sobre ambiente apontada por Ricardo Garcia (2004). Apesar de considerar a complexidade técnica um elemento desfavorável à cobertura jornalística de temas ambientais, o autor avalia que a adequada utilização de fontes especializadas poderá superar o obstáculo da complexidade. Outra estratégia é o uso de metáforas, comparações e demais recursos explicativos acessíveis ao público leigo, de modo a simplificar a abordagem do tema, de forma sintética, mas sem simplificações e reducionismos.

Por outro lado, cabe destacar o papel didático do jornalismo no esclarecimento público e na instrução da população. Historicamente, o jornalismo exerceu papel expressivo na divulgação da agenda ambiental, um fenômeno internacional. Inicialmente, as questões ecológicas eram tratadas de forma episódica e fragmentada, mas com o passar o tempo, tornou-se um supertema, o que resultou numa especialidade do jornalismo, caracterizado em estudo

anterior como jornalismo de divulgação científica aplicado ao ambiente (Barros, 2001). A divulgação de temas científicos pela mídia resulta da convergência de dois sistemas – o de Ciência & Tecnologia e o de Comunicações –, como tentativa de traduzir para o público leigo as novas descobertas no âmbito científico-tecnológico, bem como suas aplicações (Bueno, 1985).

A função educativa dos meios de comunicação já foi ressaltada em vários estudos, inclusive em documentos da Unesco de ampla divulgação, a exemplo do célebre Relatório McBride, organizado pela Comissão Internacional Para o Estudo dos Problemas da Comunicação (1983). Na esteira dessa perspectiva, vários outros estudos foram realizados, com ênfase para o papel educativo e cultural dos *media*, como Sousa (2006); e Gaia (2001).²⁷

Com base nesse pressuposto da função cultural e educativa dos *media*, Ricardo Garcia (2004) aborda a necessidade de maior investimento na produção jornalística sobre ambiente voltada para munir o cidadão de informações fidedignas sobre os temas explorados tanto pelos cientistas como pelas entidades não governamentais e as instituições públicas. Em sua avaliação, a notícia ambiental contextualizada, com informações corretas e com todas as explicações técnicas necessárias para a adequada compreensão pelo cidadão constitui um serviço de utilidade pública de grande relevância que os jornalistas e os *media* prestam à sociedade. Portanto, apesar de reconhecer as deficiências e lacunas existentes na produção jornalística atual, o autor reitera a necessidade de aperfeiçoamento na cobertura diária de notícias sobre ambiente de elevada complexidade técnica. Tal complexidade, em sua avaliação, não deve ser motivo para excluir o tema da agenda jornalística. Ao contrário, deveria servir de estímulo permanente aos jornalistas para a adequada compreensão das temáticas emergentes.

14) Como se dá a relação entre jornalistas e cientistas do ambiente? (Ricardo Garcia)

No Brasil, essa questão perpassa todos os estudos publicados na coletânea *Meio Ambiente no Século XXI*, organizado por Trigueiro (2005). São 21 capítulos, cada um sobre um tema específico, com destaque para as áreas de educação ambiental, energia, agricultura, ciência e tecnologia, política e opinião pública. A amplitude dos temas revela a concepção da

²⁷ O livro de Jorge Pedro Sousa *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media* (2006) contém um capítulo denominado “Comunicação, sociedade, cultura e ciências da comunicação” (cap. I), o qual aborda o carácter cultural dos meios de comunicação. Da mesma forma, o livro de Rossana Viana GAIA, intitulado *Educomunicação & Mídias* (2001) apresenta ampla análise sobre o papel educativo dos meios de comunicação.

obra, de chamar atenção para a transversalidade das questões ambientais, que permeiam praticamente todas as áreas de conhecimento atualmente.

O assunto também é discutido por Andrade (2004), que estudou especificamente a evolução das abordagens científicas sobre meio ambiente no telejornalismo e concluiu que as matérias sobre ecologia surgiram nos espaços para divulgação científica, de forma tímida, pontual e sensacionalista até se projetarem com grande ênfase e exigirem o posicionamento de especialistas das mais diversas áreas científicas.

Em Portugal, o livro de Schmidt (2003) apresenta argumento similar, decorrente da análise da evolução das abordagens científicas do ambiente na programação da RTP. Na década de 1970, por exemplo, destaca a autora, os especialistas procurados pelos jornalistas se limitavam aos investigadores de áreas como Botânica, Zoologia e Agronomia. A partir da década de 1980, o leque de áreas acadêmicas começou a ser expandido e hoje está tão abrangente e transversal quanto no Brasil.

Pereira Rosa (2003) também dedica partes específicas de sua obra à análise da relação entre jornalistas e cientistas do ambiente. Neste quesito, o autor destaca um certo tipo de aliança do jornalismo com áreas especializadas de ambiente, como Engenharia Florestal, Biologia, Botânica, Química e Física. O investigador atribui essa aliança o crescente interesse da população pela atividade dos cientistas:

O crescente interesse da população pela actividade dos cientistas, expressa, por exemplo, na eclosão vertiginosa de publicações dedicadas à divulgação científica e na abertura de novas secções sobre o tema nos jornais generalistas, motivou uma modificação gradual de comportamentos e uma relativa abertura dos cientistas à divulgação (Pereira Rosa, 2006, p.47)

Com a ampliação da divulgação de pesquisas e análises científicas sobre os mais variados aspectos relacionados aos temas ambientais, o interesse do público tende a crescer ainda mais. Um exemplo dessa tendência é a divulgação dos estudos relativos às mudanças climáticas, por meio de grandes reportagens, documentários e programas televisivos sobre história do clima, métodos para a análise de geleiras e glaciares, o desenvolvimento de tecnologias para aferir o nível de emissão de gases de efeito estufa e outros estudos de igual impacto, como mudanças no regime de chuvas e as causas e efeitos do aquecimento global.

O estudo de Amaral (1986) aponta quatro fatores que contribuem para reforçar a resistência dos *media* em relação à divulgação de temas de natureza científica, os quais também se aplicam ao estudo da relação entre jornalistas e cientistas do ambiente:

- **Desinteresse dos *newsmakers*** – ainda existe o predomínio da idéia de editores e gestores

de notícias de que temas científicos não interessam ao grande público e que esse suposto desinteresse compromete a audiência e afasta anunciantes.

- **Retraimento das fontes científicas** – os investigadores renomados e os gestores públicos de universidades e institutos de pesquisa ainda tendem a se retrair e evitar contato mais freqüente com a imprensa, resultado de uma longa tradição de distanciamento entre cientistas e leigos (os jornalistas são considerados leigos pelos especialistas).
- **Desconfiança do cientista em relação ao jornalista** - as fontes especializadas - por preconceito ou precaução - evitam passar todas as informações para os jornalistas, geralmente por desconfiança. Para os cientistas, os jornalistas simplificam excessivamente as informações, por falta de capacidade para compreender os dados de pesquisas.
- **Linguagem técnica** – os temas científicos tratados em linguagem técnica não atraem o público, o que compromete maiores investimentos dos *media* na cobertura de temas especializados.

Ricardo Garcia (2004) apresenta subsídios para quem escreve sobre ambiente, do ponto de vista de disseminação de informações técnicas para públicos leigos. Com isso o autor sugere que se trata de uma forma de divulgação científica. A respeito dessa abordagem existem algumas divergências quanto à concepção de jornalismo de divulgação científica. Para Santos (1989), divulgação científica é o processo pelo qual se transmitem informações científicas ao grande público, de forma acessível. Bueno (1985) critica tal concepção, porque, a seu ver, reduz o processo de divulgação científica via jornalismo a uma prática de transferência de informação, ou seja, legitima o jornalismo como atividade unilateral, transferindo a outrem um determinado saber.

Independente das controvérsias mencionadas, é consensual a idéia de que a divulgação científica pelo jornalismo constitui um poderoso instrumento, de caráter sócio-educativo, para a difusão e a popularização do conhecimento científico produzido pelos mais diversos campos de saber, sobretudo no contexto atual, no qual é cada vez maior a proliferação de campos científicos e do volume de informação deles oriundo. Devido a isso, autores como Melo (1982), além dos mencionados acima, ressaltam que esse tipo de jornalismo, voltado para a disseminação de informações científicas, não deve se restringir à mera divulgação de fatos e dados. Seu papel deve ser mais abrangente, ou seja, sua atuação deve conter acentuada dimensão didática, que favoreça a compreensão do tema exposto, a fim de motivar mudanças

comportamentais dos indivíduos, evitando a superficialidade e a tendência para difundir dados e informações sem prévia e criteriosa apuração.

Atualmente, o jornalismo ambiental extrapola essa conotação de divulgação científica, pois as notícias sobre ambiente transcendem a apresentação resumida e sensacionalista de pesquisas científicas e tematizam os assuntos diretamente relacionados ao cotidiano do cidadão, como a coleta seletiva de lixo, o desperdício de água, a redução do consumo de energia elétrica nos domicílios, o uso de combustíveis fósseis nos automóveis etc. Contudo, essa abordagem diretamente relacionada ao cotidiano do leitor, é recente, como reconhece Ricardo Garcia, ao ressaltar a necessidade de formação específica e de treinamento continuado para os jornalistas que escrevem sobre temas relacionados ao universo ecológico.

15) O que levou as organizações não-governamentais a se estabelecerem como fontes credíveis, periciais e permanentes para os jornalistas?

Esse questionamento é um dos eixos do problema investigado por Gonçalo Pereira Rosa (2006), em seu livro sobre a consolidação da *Quercus* como fonte de informação sobre ambiente em Portugal. Trata-se de um estudo paradigmático, que se tornou parâmetro e referência para a compreensão da inserção noticiosa das organizações não-governamentais em Portugal e nos demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O estudo de Pereira Rosa (2006) põe em relevo o papel das organizações ambientais do ambiente, sobretudo os efeitos da atuação delas sobre a produção jornalística. Para o autor, o crescimento da importância de movimentos cívicos “em representatividade e peso negocial nas sociedades contemporâneas modificou os relatos jornalísticos e promoveu a ascensão de fontes que a sociologia do jornalismo até então ignorara” (Pereira Rosa, 2006, p.8).

Ao analisar o caso da *Quercus* em Portugal, o autor recorreu a outros estudos realizados na Europa e nos Estados Unidos sobre as consequências da relação entre as organizações não-governamentais do ambiente (ONGAS) e os *media*. A conclusão do autor é que tanto as ONGAS interferiram no modo de se fazer jornalismo sobre ambiente, como elas próprias também foram afetadas por essa intervenção, sobretudo em decorrência das estratégias de aproximação dos jornalistas e adequação aos critérios de noticiabilidade e aos valores-notícia.

As ONGAS, por sua vez, causaram impactos significativos no esquema convencional que orientava a relação dos *media* com as fontes, até então, de natureza predominantemente

oficial. No modelo convencional, as instituições públicas funcionavam como armazéns de notícias, sempre prontas a abastecer os jornalistas com dados, estatísticas e declarações.

A dificuldade inicial das entidades ambientalistas, conforme destaca Pereira Rosa, estava em romper o estereótipo de movimentos de contestação, sempre dispostos a disparar críticas contra os governantes e gerar polêmica, na maioria das vezes, sem dados e informações de ordem objetiva. Assim, essas entidades eram procuradas pelos jornalistas apenas quando eles buscavam esse tipo de enquadramento. Essa relação esporádica e estigmatizada prejudicava os movimentos, visto que sua imagem era associada geralmente a casos específicos e suas declarações eram encaixadas em matérias jornalísticas já pré-formatadas, com o objetivo de acirrar os conflitos, numa perspectiva descontextualizada, que apontava, na maioria das vezes, para os comportamentos e fatos desviantes.

As entidades ambientalistas passaram, então, a investir em estrutura, recursos e estratégias para modificar a relação com os *media* e com os jornalistas e, assim, conseguirem intervir na imagem delas projetada para a opinião pública. Nesse processo, as entidades ambientalistas passaram não só a fornecer informações em consonância com os pacotes mediáticos, mas também a exercer controle sobre a fase pós-cobertura, como estratégia de vigilância sobre os significados das notícias, visto que a divulgação delas produz efeitos imediatos na imagem da organização. Como explica o autor, as fontes preocupam-se em exercer controle sobre esse significado das notícias, “porque a publicação produzirá efeitos na organização a que estão vinculadas” (Pereira Rosa, 2006, p.39).

O autor destaca ainda que essa estratégia é usada como meio preventivo, visto que os efeitos maléficos após a divulgação das notícias são praticamente irreversíveis, mesmo que haja direito de resposta. Assim, deduz-se que a visibilidade aos movimentos ambientalistas decorre de uma combinação de fatores. Além de atuarem em áreas de notória deficiência do Estado, as ONGAS, passaram a ter domínio sobre o ciclo de produção das notícias e estabeleceram uma rede de relacionamento com os *media*, com a contratação de serviços de jornalistas. Segundo Pereira Rosa (2006, p.74),

“o conhecimento do ciclo noticioso, o relacionamento pessoal de alguns dirigentes com jornalistas, a capacidade de reagir rapidamente a um acontecimento e a facilidade de aceder a informação técnica e decodificá-la para a linguagem jornalística são os recursos que tornam os dirigentes de organizações não-governamentais do ambiente fontes potenciais de informação”.²⁸

²⁸ O autor chega a essa conclusão com base em entrevista com um dos dirigentes da *Quercus*, Francisco Ferreira.

Além disso, as entidades tentam manter-se em evidência, ao alimentarem notícias, gerarem controvérsias e demandas para que seus aliados e oponentes também se pronunciem sobre os temas discutidos. Outra estratégia é a polarização com as instituições governamentais. Enquanto os representantes do Governo tentam fixar suas ações, numa perspectiva positiva, as entidades não-governamentais ficam de plantão, prontas para apontar lacunas em todas as ações governamentais (Pereira Rosa, 2006).

16) Como o Terceiro Setor conseguiu intervir na formulação de políticas públicas para o campo ambiental?

Além de se estabelecerem como fontes credíveis e recorrentes para as instituições jornalísticas, como foi destacado na análise do tópico anterior, as organizações não-governamentais voltadas para a defesa do ambiente desenvolveram amplo potencial para ações políticas e de intervenção crítica em relação ao planejamento, execução e avaliação de políticas públicas. Tanto no Brasil como em Portugal existem estudos que destacam esse potencial de intervenção, o qual é apontado como responsável pelo novo desenho de ações políticas voltadas para o campo ambiental. A intervenção de tais entidades levou as instituições oficiais a adotarem procedimentos e metodologias mais transparentes, em função da cobrança e da vigilância permanente das instituições do Terceiro Setor.

Born (2005) investiga especificamente esse ponto, no âmbito da realidade ambiental brasileira. Apesar dos estereótipos negativos em relação a essas entidades e da fragilidade institucional existente na maioria delas, as ONGAS “têm tido um papel cada vez maior e mais efetivo em políticas públicas e geração de iniciativas” (p. 107). Para o autor, a partir da perspectiva funcional, essas entidades passaram a exercer diferentes papéis na sociedade e na esfera política, os quais se complementam e reforçam seu poder de intervenção nas políticas públicas. As funções elencadas pelo estudioso são:

- a) Denúncia e revelação de fatos e problemas ambientais;
- b) Atuação em prol da educação ambiental e formação para a mobilização social;
- c) Assessoria jurídica para a promoção de direitos ambientais e a cobrança de atuação do Poder Público;
- d) Pesquisa e difusão do conhecimento ecológico;
- e) Monitoramento e fiscalização de obras públicas e empreendimentos que causam impacto ambiental;

- f) Implementação de projetos de sustentabilidade;
- g) Assessoria, disseminação e multiplicação de idéias e práticas ecologicamente sustentáveis;
- h) Formação de capital humano para atuar nas redes e projetos de sustentabilidade.

Em relação a Portugal, Soromenho-Marques publicou vários estudos que ressaltam o poder de intervenção política das organizações não-governamentais do ambiente, especialmente a *Quercus*. Em entrevista a Pereira Rosa (2006, p.105), Soromenho-Marques declarou que a intervenção foi associada às estratégias dramáticas: “A acção dramática tem uma função essencialmente pedagógica. É uma metonímia, uma figura de estilo que visa concentrar o mundo num ponto para o qual se chama a atenção”. Pereira Rosa, em seu estudo já citado anteriormente, reitera que à medida que a associação se afirmava como na discussão pública dos temas ambientais, também fortalecia a sua capacidade de influenciar a vida política.

17) Por que as publicações especializadas em ambiente não prosperaram em Portugal?

Essa questão é investigada por Helena de Sousa Freitas (2007, p.30-40), em artigo no qual apresenta a trajetória das publicações portuguesas dedicadas à ecologia e analisa as causas do pouco tempo de sobrevivência editorial desses periódicos. Conforme o texto, a primeira publicação do gênero surgiu após a Cimeira da Terra (Rio 92), a revista mensal *Fórum Ambiente*, que resistiu até o ano de 2003. Entre as demais iniciativas similares destacam-se *Água & Ambiente* (1998) *Ozono* (2000), *Ambiente 21* (2001).

De todas elas, conforme a investigação de Freitas, apenas a revista *Água & Ambiente* se manteve no mercado, voltada para a área de negócios ambientais, especialmente nos setores de energia, recursos hídricos e resíduos sólidos. As demais publicações “acabaram por pouco a pouco, sucumbir aos elevados custos de produção, à falta de publicidade e a uma distribuição deficiente, que não facilitava a captação de novos públicos” (Freitas, 2007, p.30).

Além disso, a estudiosa argumenta que os leitores rejeitavam a divulgação de anúncios que contrariassem a proposta ecológica das revistas: “Se entrava publicidade de uma empresa com culpas na área da poluição ou do ordenamento do território, recebíamos logo cartas de desgosto dos leitores”, relatou um dos editores à investigadora (p.30). Essa postura dos leitores mostra que eles desejam publicações especializadas com perfil diferenciado em todos os sentidos, inclusive o aspecto da apresentação de anúncios publicitários.

Por outro lado, talvez seja cabível a hipótese de que um dos fatores que explicam o pouco

êxito comercial de projetos editoriais com o objetivo de lançar publicações especializadas no mercado seja a ampla divulgação de matérias jornalísticas sobre uma variada gama de temas ecológicos nos jornais impressos e telejornais diários. De modo geral, periódicos e revistas especializadas surgem para suprir a carência de informação dos media convencionais. No caso de ambiente, provavelmente seja cabível afirmar que não se trata mais de um tema raro no jornalismo diário. Entretanto, faltam estudos que permitam comentários mais consistentes e objetivos por enquanto.

18) O exercício de jornalismo ambiental exige formação específica?

Esse debate é desenvolvido por Ricardo Garcia em seu livro *Sobre a Terra* (2004). Para o autor, uma das principais dificuldades para a realização de uma cobertura ambiental de qualidade pelos meios de comunicação é a falta de conhecimento dos jornalistas sobre determinadas áreas do ambiente. Devido à carência de formação especializada, em sua avaliação, é difícil para os jornalistas sistematizarem informações oriundas de diversas áreas ou relacionadas com diferentes campos de conhecimento. Além disso, o autor adverte que poucos são os veículos que dão oportunidade aos profissionais para se dedicarem exclusivamente aos temas do ambiente.

Em entrevista citada no artigo de Helena de Sousa Freitas (2007), Ricardo Garcia afirma que os jornalistas com boa formação e aptidão para cobrir ambiente oferecem uma contribuição social de alta relevância, pois podem decodificar os jargões das áreas especializadas e contextualizar os dados ou descobertas, contribuindo, assim, para democratizar o conhecimento ambiental e aumentar o nível de informação dos diversos públicos.

Acerca dessa discussão, Luísa Schmidt complementa, em entrevista citada por Freitas (2007, p.40): “O jornalista é um funcionário da Humanidade, tendo uma responsabilidade social e uma capacidade de influir na realidade fundamental na área do ambiente”. O investigador Pedro Almeida Vieira, autor do livro *Portugal: O vermelho e o negro* (2006), complementa que falta habilidade investigativa à maioria dos jornalistas que atuam na área ambiental. O aprofundamento da apuração e a emergência de novas denúncias, em sua avaliação, ajudariam a fortalecer o jornalismo de ambiente e a aumentar sua credibilidade e repercussão pública.

Em suma, os autores que tratam dessa questão ressaltam que, apesar de o jornalista ser considerado um generalista, a falta de formação específica dificulta a cobertura de temas especializados e a própria relação com as fontes científicas. Amaral (1986) defende de forma enfática a formação específica como requisito para o jornalista compreender minimamente os temas sobre os quais escreve. Esse ponto de vista é compartilhado por Garcia (2004), que

defende a idéia de que escrever sobre ambiente de forma simples e acessível requer habilidade e treinamento dos repórteres que atuam nessa área. Afinal, em sua avaliação, os temas ambientais não são mais esporádicos e a tendência é de ampliação do elenco de temas. Por outro lado, os investigadores admitem que há aspectos da cobertura de ambiente que não apresentam dificuldade alguma e podem ficar a cargo de jornalistas sem especialização, como os temas corriqueiros e factuais. Entretanto, Garcia (2004) e Freitas (2007) reiteram que cada vez mais surgem temas complexos, que exigem maior conhecimento dos repórteres e editores de ambiente.

19) É possível conciliar a atividade de jornalista de ambiente e de eco-militante?

A discussão sobre esse dilema aparece em entrevista de Afonso Cautela à investigadora Helena de Sousa Freitas (2007). Cautela foi um dos pioneiros na área de jornalismo e ambiente em Portugal. Ele próprio se auto-define como jornalista e como eco-militante. Apesar de defender a combinação das duas atividades, ele afirma que é difícil conciliá-las, devido à estrutura editorial dos jornais, que exigem isenção, imparcialidade e distanciamento.

Ele acrescenta que cada vez mais os veículos estão atrelados a grandes projetos editoriais, com acentuada dimensão comercial, o que exige profissionalismo e distanciamento dos jornalistas contratados. Tal profissionalismo, em sua avaliação, é entendido de ambos os lados (dos patrões e dos contratados) como a não existência de vínculos militantes em relação a determinadas causas ideológicas e projetos sociais. Por outro lado, ele também ressalva que o jornalista é um cidadão e, como tal, tem direito à livre expressão de suas idéias. Ademais, complementa, os próprios *media* têm o dever moral de contribuir para o esclarecimento da população. Segundo Cautela:

“Os media têm a obrigação de ajudar, mas é evidente que a idéia ecológica só pode ser defendida em profundidade por militantes franco-atiradores e por autores individuais com a necessária independência de voz e de pensamento – que o jornalista profissional não tem nem pode ter. Não é essa a sua obrigação, não é essa a sua função, não é essa a sua missão, pelo menos enquanto redactor de notícias, entrevistas e reportagens. No entanto, fora das horas de serviço ele tem todo o direito de se dedicar à militância ecologista como cidadão. No jornalismo, se o deixarem ter uma coluna de opinião, poderá expor as suas idéias mais genuínas e a sua orientação ideológica” (citado por Freitas, 2007, p.36).

Cautela cita o seu próprio exemplo. Durante vários anos atuou como jornalista de ambiente e também assinou uma coluna de opinião na qual ele defendia suas idéias e convicções de militante ecológico. Assim, ele pôde conciliar as duas atividades. “Considero-me feliz porque nos jornais onde andei me deram sempre essa dupla oportunidade”, concluiu na mesma entrevista. Entretanto, ele também reconhece que não é comum essa conciliação, visto que poucos jornalistas tiveram essa possibilidade. Além disso, existem casos de jornais que não admitem o exercício da militância combinado com o exercício profissional.

Por outro lado, Afonso Cautela ressalta que a militância não depende necessariamente de uma coluna de opinião ou outra forma de expressão de idéias no espaço dos *media* que contratam os jornalistas. Ele lembra que existem as publicações alternativas, sem finalidade comercial, além daquelas patrocinadas por organizações não-governamentais do ambiente. Portanto, em sua opinião, não falta espaço e oportunidade para jornalistas eco-militantes, embora nem todos tenham vocação para essa dupla identidade.

A militância também é defendida por outros expoentes do ambientalismo português como Francisco Ferreira e Viriato Soromenho-Marques. O primeiro defende a combinação de “militância ecológica de bastidores ou de fundo” (nas escolas, por exemplo) com manifestações de grande porte para chamar a atenção da sociedade civil e do Estado. Já o segundo afirma em entrevista a Pereira Rosa (2006, p. 105) que “a ação dramática tem uma função essencialmente pedagógica. É uma metonímia, uma figura de estilo que visa concentrar o mundo num ponto para o qual se chama a atenção”.

20) Como o ambientalismo rompeu as barreiras da descontinuidade na agenda dos *media*?

Apesar de perpassar praticamente todos os estudos, não há análises exaustivas e globais sobre as causas, fatores e atores que contribuíram para romper as barreiras da descontinuidade da agenda ambiental nos *media*. Entretanto, a partir de um exercício de metanálise, é possível tecer algumas inferências, com base na combinação de diferentes explicações encontradas nas obras analisadas. Em Portugal, Schmidt (2003) relaciona o sistema político e o poder da mediatização televisiva. Gonçalo Pereira Rosa (2006) põe em relevo a atuação de organizações não-governamentais e Ricardo Garcia (2004) destaca o papel dos próprios jornalistas. Luísa Schmidt, por sua vez, enfatiza o próprio papel dos *media*, sobretudo da televisão:

Os problemas ambientais – enquanto factos reais, globais e complexos – alteram e constroem o comportamento humano. Mas, ao serem mediatizados, ganham dimensões que não tinham antes. Essas novas dimensões passam a fazer parte da realidade do problema, pois integram o efeito retroactivo e desdobrado da sua própria divulgação. O que leva a afirmar que eles são tanto problemas do foro biofísico como do foro do conhecimento público sobre eles. É isso que lhes dá a dimensão social da sua existência (p.20)

No Brasil, as análises são semelhantes, com ênfase ainda outros atores como a comunidade científica (Fernandes, 1990). A autora destaca o pioneirismo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), tanto no plano científico como no político. Enquanto a temática só passou a preocupar outras instituições científicas brasileiras após a Conferência de Estocolmo, a SBPC, muito antes, desde 1965, já se ocupava com a questão, como registram Fernandes (1990) e Ferreira (1993). Outra contribuição importante da SBPC diz respeito ao envolvimento da comunidade científica brasileira com a questão ecológica e ambiental, a partir da metade da década de 1980, principalmente no que concerne à necessidade de uma abordagem interdisciplinar. Algumas áreas isoladas das ciências já estavam efetivamente engajadas no debate científico dos temas ecológicos, tais como: Geografia, Geologia, Direito, Engenharia, Medicina Sanitária e Sociologia. A SBPC exerceu importante papel, atuando como

catalizador desse movimento, produzindo significativos posicionamentos referidos à questão ambiental: crítica ao programa nuclear; defesa do desenvolvimento energético brasileiro com aproveitamento racional dos recursos hídricos; defesa de uma estratégia viável de conservação da biodiversidade na Amazônia, na Mata Atlântica e no Pantanal; defesa do cumprimento rigoroso das leis no que se refere à qualidade da água e do ar; incentivo a uma visão não apenas nacional, mas também planetária, dos problemas ambientais brasileiros; estímulo à criação de cursos de formação em ciências ambientais (Viola, Leis, 1992, p.90).

A SBPC contribuiu também para intensificar o debate acadêmico sobre a questão, por intermédio dos seminários nacionais “Universidade e Meio Ambiente”, promovidos a partir de 1986, uma vez a cada ano. Tal iniciativa representou um passo importante para criar um fórum de debate continuado no âmbito da comunidade científica brasileira sobre os temas atinentes à educação ambiental, à pesquisa científica e demais temas de interesse acadêmico no âmbito da temática ecológico-ambiental.

A situação alarmante da cidade industrial de Cubatão, no estado de São Paulo, fez com que a SBPC institísse o ciclo de simpósios “Estocolmo 72 X Cubatão 82”, durante a 34a.

Reunião Anual da entidade. Tal iniciativa oportunizou a discussão sobre “*os resultados de dez anos da política ambiental desastrosa inaugurada pelo Brasil na Suécia*” (Ferreira, 1993, p.129). Aliás, como ressalta a mesma autora, a SBPC exerceu relevante papel no processo de politização do descontentamento popular acerca da situação cubatense, pois,

se de um lado alguns de seus representantes mais importantes (...) posicionaram-se como mediadores na relação entre vítimas e a aliança Indústria/Estado (...), outros foram muito além da formalidade do apoio à mobilização popular, contribuindo também para a organização das representações que sustentariam as ações emergentes (p.127).

Outra contribuição essencial da SBPC está na criação do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Cubatão, o que contribuiu sobremaneira para que se debatesse não apenas o caso específico de Cubatão, mas da região Sudeste e do Brasil, de modo geral. É oportuno mencionar ainda a contribuição da entidade para a inclusão de um capítulo sobre ecologia na Constituição Federal de 1988. A Comissão Especial de Estudos sobre Meio Ambiente elaborou um texto e apresentou à Assembléia Nacional Constituinte, a qual acatou a proposta quase integralmente.

No caso específico das Ciências Sociais, destaca-se ainda a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), filiada à SBPC, com a instituição do grupo de trabalho “Ecologia, Política e Sociedade”, o qual passou a reunir-se anualmente, a partir de 1988. Diversos temas têm sido abordados ao longo desses anos, tais como o papel do Estado e da sociedade na conjuntura ecossistêmica, os limites políticos e institucionais do ecodesenvolvimento, a evolução da questão ecológica e das políticas ambientais no Brasil, meio ambiente, qualidade de vida e cidadania, a gestão da Amazônia, os processos migratórios no contexto ecológico-ambiental, bem como outros temas atinentes à problemática ambiental e às Ciências Sociais.

O envolvimento do empresariado com os negócios ambientais também é destacado por Ungaretti, 1998, como outro fator que contribuiu para ampliar a cobertura dos *media* sobre a agenda verde, visto que começou a haver maior disposição das grandes empresas e corporações para financiar anúncios publicitários. Assim, podemos inferir que o somatório de todas essas forças é que contribuiu para ampliar a repercussão dos temas ambientais nos *media* tanto no Brasil como em Portugal, de acordo com as peculiaridades de cada país. Mais uma vez, portanto, podemos recorrer aos pressupostos da *Teoria Multifactorial da Notícia* (Sousa, 2006).

5.6. Inferências

Ao final da apresentação do levantamento e análise das 20 questões selecionadas, consideramos oportuno fazer uma avaliação comparativa entre os problemas pertinentes às investigações realizadas no Brasil e em Portugal, a fim de aprofundar essa parte do estudo e discorrer sobre eventuais possibilidades de novas análises e comparações. Antes, contudo, é necessário ressaltar que o elenco das 20 questões selecionadas não esgota as problemáticas investigadas nos dois países. Entretanto, consideramos um *corpus* representativo para efeitos de apresentação de inferências.

Em relação ao conteúdo das questões, é possível observar mais convergências do que dissonâncias. Entre os aspectos convergentes destacam-se os postulados teóricos, os métodos e procedimentos analíticos, a perspectiva sob o triunfo dos media na sociedade contemporânea, especialmente da televisão e as abordagens relativas às estratégias de mediatização. Um diferencial a respeito da hegemonia da TV é que no Brasil os estudos focalizam mais a perspectiva jornalística, enquanto em Portugal, os demais tipos de programação também foram contemplados.

A combinação de questionamentos amplos e de problemas específicos também é outra característica dos textos analisados, o que também é comum nos dois países. As perspectivas mais abrangentes estão relacionadas principalmente com as investigações filiadas às diversas áreas das Ciências Sociais, enquanto os tópicos mais específicos fazem parte principalmente do enquadramento dos estudos realizados por jornalistas. Entretanto, tal configuração não deve ser entendida como duas tendências dicotômicas ou excludentes. Na realidade, são duas vertentes que apresentam mais elementos complementares do que de oposição. O que muda, no caso do enfoque dos estudos conduzidos por investigadores da área específica de Jornalismo é apenas o enquadramento analítico, voltado para aspectos menos abrangentes – como ocorre nos estudos conduzidos por cientistas sociais.

Acerca das perspectivas mais abrangentes uma particularidade pertinente aos estudos brasileiros é a recorrência às análises contextuais de grande amplitude histórica, como estudos voltados para a reflexão sobre os antecedentes da mediatização, por exemplo. Os investigadores do Brasil priorizam os antecedentes de forma mais minuciosa do que os estudiosos de Portugal. As análises contextuais são comuns aos dois países, mas o nível de abrangência e a amplitude do carácter retrospectivo são diferentes.

No Brasil, essa tendência parece ser uma característica de quase todos os campos de saber, voltados para a compreensão do passado colonial, sinal de que essa fase ainda não foi

superada nos estudos históricos, sociais e culturais realizados no Brasil. No caso dos estudos ambientais, os investigadores portugueses remetem a contextos mais recentes, como a consolidação da TV como meio hegemônico de comunicação e a afirmação das organizações não-ambientais do ambiente como fontes credíveis para a imprensa. No Brasil, as análises remetem a aspectos da literatura romântica do século XIX, das artes visuais, da pintura, do cinema e das revistas ilustradas do início do século XX.

Outra perspectiva convergente é o exame analítico da articulação entre economia e ecologia, a partir da tematização de aspectos referentes a assuntos como desenvolvimento sustentável, reciclagem, engajamento do empresariado em projetos ambientais, a emergência de oportunidades de negócios e as novas oportunidades do mercado verde. Essa tendência se apresenta de duas formas - ora como crítica como exemplos de iniciativas bem-sucedidas. Certamente o predomínio da crítica ou do apoio ao mercado verde depende da política editorial dos veículos e do perfil dos anunciantes, um tema que caberia investigação mais aprofundada.

Em relação às questões específicas, a principal inferência é que as abordagens refletem o nível de reflexão e o conteúdo pertinente às linhas de pesquisa já consolidadas no campo acadêmico da Comunicação e do Jornalismo nos dois países, principalmente nos programas e cursos de pós-graduação. As problemáticas acadêmicas abrangem de temas atinentes à relação entre Comunicação e Sociedade, Jornalismo e Sociedade e tópicos pertinentes ao estudo do campo profissional do Jornalismo. No primeiro caso, destacam-se abordagens sobre o papel dos *media* na formação de uma opinião pública voltada para a consciência ecológica e o desenvolvimento sustentável, além do papel educativo e da função cultural dos meios de comunicação. No segundo caso, o relevo está em pontos como formação técnica, relação com as fontes científicas, cobertura de temas especializados, interferências políticas e econômicas nos conteúdos noticiosos.

O primeiro nível (mais abrangente) mostra o quanto ainda é intensa a relação entre estudos de Comunicação/Jornalismo e o campo das Ciências Sociais nos dois países. O segundo, por sua vez, ressalta uma tendência presente também nos dois países de afirmação acadêmica do campo jornalístico, na tentativa de problematizar aspectos específicos da área, com abordagem mais independente em relação ao campo das Ciências Sociais. Entretanto, seria exagero afirmar que existe uma polarização entre esses dois níveis. Na realidade, trata-se de uma tendência e não de uma dicotomia estabelecida. Aliás, vários dos estudos examinados são fundamentados numa perspectiva relacional e integrativa, que combina elementos teóricos

e enquadramentos analíticos específicos do campo da Comunicação/Jornalismo com abordagens e suporte teórico-metodológico das Ciências Sociais.

Por fim cabe destacar determinadas questões sobre as quais não foi possível desenvolver análise mais aprofundada. São pontos que podem ser considerados emergentes ou idéias ainda em nível de amadurecimento, tais como os itens 10, 11, 12, 13 e 14. Cabe ressaltar, contudo, o potencial desses itens, os quais certamente se tornarão pontos relevantes da agenda de investigação e pesquisa acadêmica do campo do Jornalismo nos próximos anos, tanto no Brasil como em Portugal. Apesar do caráter embrionário em que se encontram atualmente, do ponto de vista analítico, é necessário reiterar aspectos como originalidade e relevância acadêmica. A emergência de tais questionamentos reforça o aspecto dinâmico e inovador do Jornalismo, especialmente em sua vertente ambiental e reitera o seu potencial analítico sob o aspecto da investigação acadêmica.

6. ECOLOGIA E ESFERA PÚBLICA: A ESFERA PÚBLICA AMBIENTAL E A MEDIATIZAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL

A relação entre ecologia e esfera pública permeia praticamente todos os estudos analisados, o que justifica uma abordagem mais detalhada sobre essa tendência. Este é o objetivo deste capítulo final, ao reunir as reflexões sobre a esfera pública verde (*ecosfera*) e sua relação com o fenômeno da mediatização. Ao eleger esses dois tópicos, deixamos explícito o enfoque final que decidimos colocar em relevo, como resultante da metanálise apresentada nos capítulos 3 e 4. Ao escolher esses dois temas como eixos da reflexão teórica posterior à análise das investigações não significa que outras possibilidades analíticas sejam desprezíveis. A opção significa oportunidade para aprofundar de forma mais minuciosa essa relação, sem, no entanto, renegar outras vertentes apontadas durante o desenvolvimento do estudo aqui apresentado.

Nessa perspectiva, o primeiro pressuposto comum é o de que as diferentes vertentes discursivas sobre ambiente, com ressonância na cobertura de imprensa, concorrem para a constituição de um novo espaço público, no sentido do conceito de Hannah Arendt (1983) de uma esfera do comum, um espaço de aparência, que pressupõe relações de poder, e que tem como função “*iluminar a conduta humana, permitindo a cada um mostrar, para o melhor e para o pior, através de palavras e ações, quem é e do que é capaz*” (Lafer, 1983, p.59). Nessa concepção, o espaço público está associado a tudo o que, por meio de ampla divulgação, torna-se conhecido por todos. A aparição pública é, pois, na concepção de Arendt, condição básica para a consolidação desse espaço comum, visto que “*para nós, a aparência - aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos - constitui a realidade*” (Arendt, 1983, p.59).

A abordagem de Arendt sobre esse tema fundamenta-se na concepção de que a percepção que temos da realidade é condicionada pela aparência, isto é, por tudo aquilo que é levado ao domínio público. Daí a importância da categoria esfera pública, em sua obra, pois é nessa esfera que os fatos, as opiniões, os argumentos e as pessoas emergem da obscuridade da esfera privada e adquirem visibilidade pública. A dimensão pública, porém, não se esgota aí. A autora aponta outra conotação, argumentando que o termo público significa também o próprio mundo, visto que este é comum a todos os homens, embora cada um ocupe um lugar diferente nele:

“Este mundo comum, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano como o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens” (Arendt, 1983, p.62).

Essas duas acepções de público podem ser consideradas distintas ou indistintas? Aparentemente, são idênticas, mas se estabelecem sutis diferenciações, destacando, no entanto, que há estreita correlação - que se pode acrescentar que existe uma complementaridade entre ambas. Onde estariam as distinções e as correlações?

Procedendo-se a uma interpretação do que a autora escreve sobre as duas acepções, um elemento básico para distinguir a primeira da segunda são as noções de aparência e realidade, entendidas, aqui, não separadamente, mas combinadas, visto que o que aparece é o que se torna real na esfera pública. Nesses termos, pode-se dizer que a aparência é igual à realidade, considerando-se que o que permanecer fora do foco dos holofotes do espaço público jamais se tornará real, ou seja, de domínio público. Em suma, a publicidade (no sentido de tornar público) é a condição para a aparência e esta, a condição para se tornar real (conhecido). Isso constitui a peculiaridade fundamental da primeira perspectiva, o que a distingue da segunda.

Essa distinção evidencia-se no fato de que o mundo, elemento-chave da segunda concepção, não precisa ser publicizado nem mediatizado para se tornar real. Todos os seres humanos têm consciência da existência dele, em termos genéricos, embora desconheçam aspectos específicos, em maior ou menor grau. A rigor, em termos materiais, ele não precisa de um espaço de aparência para se tornar real, já é tão concreto, mesmo para o indivíduo que

apenas se apercebe do lugar que ocupa nesse mundo. O camponês que nunca saiu de sua aldeia ou o índio que jamais deixou sua tribo sabem que o mundo tem existência real.

No entanto, uma concepção não exclui a outra. São complementares e correlatas. O camponês que ouve rádio ou vê televisão, por exemplo, depara-se com outros fatos que extrapolam seu espaço físico, tão real e tão concreto como sua casa. O noticiário cria um espaço de aparência, tornando real para ele o que ocorre em outros lugares: a violência nas grandes cidades, a guerra, a fome, a seca, a corrupção, a inflação, o avanço das pesquisas científicas e tecnológicas, as grandes invenções. Assim, os homens se apercebem do fato de que o mundo não é apenas a soma de elementos físicos: terra, água, ar, fauna e flora, mas um espaço de ação que agrega uns e desagrega outros. No entanto, não pode haver esfera pública sem a presença de outros indivíduos, pois o mundo, nessa concepção, não é algo que existe por si só, mas depende de ações humanas do passado e aponta para o futuro.

Trata-se de um tipo de esfera pública muito particular, que aponta para um novo tipo de configuração, lembrando que ao falar em espaço público, nos referimos a espaço que não é fisicamente determinado, mas um *locus* social e simbolicamente determinado pelas relações de poder que participam da constituição desse espaço social de conotação pública. Conceitualmente, entendemos esfera pública como “um tipo particular de relacionamento espacial entre duas ou mais pessoas, geralmente conectadas por certos meios de comunicação (...), nos quais controvérsias não violentas vêm à tona, por um breve ou mais extenso período de tempo” (Keane, 1995, p.14). Essas controvérsias a que se refere o autor supracitado, dizem respeito às relações de poder, em seu sentido amplo, incluindo variados níveis, “desde o da interação, até o das estruturas sociais e políticas” (Signates, 1997, p.20)

A respeito da relação entre esfera pública e poder, Arendt (1983) ressalta o fato de que o poder, tal qual o espaço público, não tem existência determinada, em um lugar específico do universo social. Mas para existir socialmente, necessita de um espaço de aparência, o qual passa a existir sempre que há interação humana, social, cultural e econômica, cujo elemento central é o discurso.

6.1. A Esfera Pública Verde

O discurso ecológico, no caso em questão, cria um espaço especial de aparência social, a partir das convergências e antinomias peculiares às suas diversas vertentes: o discurso oficial, o científico, o das organizações não-governamentais e o da imprensa. Cada um possui a sua própria identidade, visto que cada um constitui um campo particular de disputas, com sua natureza própria, seus interesses, suas estratégias. Entretanto, o referente de cada um é o

mesmo. As concepções de ecologia e meio ambiente que cada um defende remetem a uma cosmovisão que resgata uma ordem de valores que está mais ligada ao comunitário.

Aqui, cabe lembrar Durkheim. Afinal, algumas idéias básicas do ecologismo trazem à tona conceitos como a solidariedade transgeracional, a qual remete a uma ordem de valores morais que primam pela dimensão coletiva. Durkheim concebe a moral como uma espécie de “cimento social”, fator de coesão na sociedade. Assim, o ecologismo poder ser pensado como um novo tipo de amálgama social, capaz de unir as pessoas em torno dos valores verdes? O pensamento ecológico defende ainda a idéia de uma casa comum (*oikos*) a qual precisa ser conservada: o planeta Terra. O ambientalismo, nessa perspectiva, contribui para a criação de um consenso social. Cabe esclarecer que a idéia de consenso é distinta, se compararmos as idéias de Durkheim com as de Hannah Arendt e Habermas. Para o primeiro autor, consenso está associado à harmonia, integração social, homogeneidade. Para Arendt, o consenso social pressupõe conflito, pluralidade, heterogeneidade. Já para Habermas, ele é decorrente de um processo de negociação, de um agir comunicativo, mediante o qual se legitima o argumento que for considerado o mais adequado e o mais pertinente.

Nesse contexto – e considerando-se os estudos analisados –, destaca-se (por meio da primazia das fontes oficiais) o papel do Estado para a constituição dessa “esfera pública verde”. O Estado sobressai-se por seu empenho na elaboração de um consenso argumentativo e como articulador de relações de poderes entre as diversas instituições sociais, inclusive com a comunidade científica, ambientalistas e a imprensa.

O poder do Estado deixou de ser apenas o poder de governo, para se bifurcar em diferentes e minúsculas manifestações de poder aparentemente apolíticas (Sallum Jr., 1994). Assim, ao se ramificar, como dizia Foucault, o poder do Estado se fortalece, pois consegue tornar-se presente nas mais diversas esferas de poder, seja a imprensa ou até mesmo as organizações não-governamentais ambientalistas, que surgiram com o intuito de afirmar sua identidade não-governamental, mas que, hoje, é notório, grande parte delas recebe subsídios oficiais (especialmente no Brasil).

O saber produzido por especialistas em ecologia e meio ambiente é resultado da interação de diferentes instituições, como as do sistema de ensino, em especial do ensino superior e da pós-graduação. As instituições da tecnoburocracia científica, representadas pelas agências de fomento e financiamento, também exercem papel importante, pois elas detêm o poder de liberar financiamentos para as pesquisas e estabelecer prioridades para determinadas áreas, por exemplo. No caso da ecologia, a concessão de recursos e a atribuição de área

prioritária no espaço institucional da pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação é resultado de uma intensa disputa de poder, além das demandas públicas.

6.2. A *Ecosfera* e a *Mediasfera*

No que afeta à imprensa, é oportuno destacamos seu papel no processo de difusão científico-tecnológica, mais especificamente da informação ambiental. Entendida por Habermas (1984) como a institucionalização de um permanente canal de troca de informações no seio da esfera pública, a imprensa é capaz de promover um debate amplo e sistemático. Ribeiro (1988) também reconhece a imprensa como agente importante na esfera pública, mas destaca que o seu caráter privado prevalece no seu funcionamento e na sua estrutura. Mesmo fazendo parte do cenário público, não é possível buscar uma verdade universal no discurso jornalístico. A riqueza e a essência desse discurso estariam no caráter privado de seu conteúdo. Ele adquire caráter público apenas quando a informação chega até os leitores. Trata-se, portanto, de um discurso privado que se torna público. A imprensa teria, pois, apenas uma função instrumental na esfera pública, ou seja, exerceria o papel de mediadora do interesse privado, proporcionando-lhe publicidade (Novelli, 1994).

Entendemos, contudo, que a publicização do discurso jornalístico nos conduz a outras questões cruciais, a começar pela sua pretensa especificidade e sua inter-relação com as demais narrativas sociais. Neste sentido, consideramos pertinentes as considerações de Berger (1995), quando afirma que o discurso jornalístico é, simultaneamente, revelador e plasmador da sociedade, em sua dimensão de atualidade cotidiana, consistindo, portanto em textualizar a realidade. Assim, o jornal poderia ser considerado um sujeito social complexo, agente de um processo social de significação. Seu poder estaria não só na capacidade de descrever/revelar, mas principalmente de constituir, de plasmar uma realidade social de segunda natureza. Essa seria a essência da especificidade do discurso jornalístico.

Mas, não podemos subestimar o fato de que a produção informativa inscreve-se no contexto maior da produção e reprodução social. A matéria-prima do jornalismo encontra-se nos mais diferentes campos da sociedade. Para tornar-se notícia, o acontecimento é levado para o interior de uma rede produtiva complexa e específica. Ao final deste processo, são devolvidos à esfera pública, adquirindo ampla visibilidade, tornando-se patrimônio simbólico coletivo, mediante o efeito amplificador, característico dos meios de comunicação de grande alcance de público, como é o caso do jornal e da televisão.

Um exemplo de como se processa a força simbólica da publicidade do discurso jornalístico está no seu efeito amplificador junto à sociedade. De modo geral, todos os temas

aos quais a imprensa dedica um grau razoável de atenção adquirem repercussão na sociedade, são incluídos na esfera do debate público. No caso específico do jornalismo, existem vários filtros da informação. Alguns, inerentes ao processo interno de produção jornalística e outros, externos. No primeiro caso, podemos citar a pauta (definição dos assuntos que serão abordados), que constitui o primeiro filtro, por definir o que será a edição, ou seja, a transformação da matéria-prima - a informação em notícia, com os seus eventuais desvios, tais como destaque e supressão de informações.

Quanto ao segundo caso, existem dois grandes filtros, ligados, geralmente, a interesses externos ao veículo de comunicação. São os interesses dos promotores de notícias - como políticos, empresários, cientistas ou ainda ONGs e outras instituições. Como protagonistas de fatos, eventos e opiniões que constituem a base para a produção noticiosa, mediante suas assessorias de imprensa, esses promotores podem, com maior ou menor intensidade, interferir no enfoque que será dado à informação. A isso, acrescentam-se, em alguns casos, os interesses dos anunciantes. O outro filtro externo é o do interesse do leitor. De modo geral, os meios de comunicação estabelecem uma relação de consumo com o seu público e tentam, assim, atender às necessidades informativas desse público.

O campo jornalístico, portanto, além de incluir todas as esferas da sociedade também é perpassado pelos interesses que emanam de todas elas e o interesse econômico, certamente, figura como um dos principais nessa teia social. O interesse do leitor, nesse contexto, certamente pauta-se mais pela dimensão econômica do que por outros fatores, visto que vivemos em uma época em que o consumo exerce forte poder na vida social. No caso da questão ecológico-ambiental, a cobertura se processa da mesma forma.

Em síntese, Estado, cientistas, ambientalistas, organizações não-governamentais e imprensa são atores que exercem, cada um a seu modo, papéis decisivos na definição e redefinição dessa esfera pública ecológica. Cada um contribui para a construção do espaço de aparência e de poder representado pela informação e o conhecimento na área ecológico-ambiental. As diversas vertentes discursivas apresentam em comum a conotação estratégica, do “agir-com-respeito-a-fins”, embora o discurso oficial e o da imprensa possam ser caracterizados de forma mais intensamente estratégica, porque ambos têm como meta, quase sempre, a persuasão. O discurso científico não tem essa preocupação explícita, principalmente quando se trata da disseminação científica. Mas a divulgação científica muito se aproxima desse agir estratégico, visto que é muito próxima do discurso jornalístico, suas funções e objetivos. Entretanto, todos tratam de um tema que resgata uma cosmovisão que remete ao "mundo vivido", pois a ecologia transcende os valores individuais, imediatistas e puramente

sistêmicos. Ressalta o valor da vida em si, da gratuidade das coisas proporcionadas pela natureza, aludindo constantemente a arquétipos sociais que sugerem um redimensionamento dos valores coletivos.

Para concluir, há de se ressaltar ainda a relação entre economia e ecologia, presente nas diferentes abordagens sobre ambiente, por se tratar também da economia como valor central na chamada esfera pública pós-moderna. O Estado, como vimos, enfatiza os aspectos econômicos porque sua meta é o desenvolvimento econômico, o que implica uma teia de compromissos com o setor produtivo. A imprensa destaca a dimensão econômica do ecologismo porque o "mercado verde" se tornou um negócio rentável, tanto pela existência de leitores interessados no assunto, como pelo suporte publicitário. A ciência em menor escala, mas também não deixa de salientar os vínculos entre as duas áreas, embora de outro ponto de vista, demonstrando como a atual racionalidade econômica é incompatível com os pressupostos do desenvolvimento.

Em todos os casos, contudo, o papel dos meios de comunicação tornou-se referencial, devido à crescente mediatização (como veremos no capítulo seguinte). É oportuno adiantar, contudo, que a mediatização é inerente ao desenvolvimento e redefinições da esfera pública. Régis Débray, em seu Curso de Midiologia (1993), apresenta um esquema que contribui para elucidar a evolução dos mecanismos de mediatização - da comunicação interpessoal, às mais sofisticadas formas de mediação. Débray reúne pressupostos filosóficos e de teoria social, ao traçar um paralelo com a evolução das configurações histórico-tecnológicas de mediatização na histórica da esfera pública. O esquema é o seguinte:

- 1) **Mnemosfera** – modelo de esfera pública baseado na transmissão oral de opiniões, por meio da memória, de forma vertical, a exemplo das tradições, costumes – senso comum, tipo de conhecimento produzido sem diálogo. Conforme esse modelo, a interatividade ocorre, mas sem reciprocidade, visto que resulta do poder da autoridade de um indivíduo considerado sábio, como os anciãos, os feiticeiros, líderes religiosos etc. Este modelo predominou antes da difusão e popularização da escrita em contextos comunitários altamente hierarquizados.
- 2) **Logosfera** – neste esquema, apesar de a informação e a opinião serem transmitidas de forma verbal e presencial, mas diferencia-se da anterior, devido ao formato dialógico e dialético, a exemplo da ágora grega. É um modelo de esfera pública baseado no conhecimento. Foi a base dos debates públicos na Grécia antiga e da democracia. A interação direta (presencial) era condição para o exercício da cidadania, por meio do

uso público da razão, entre pares, ou seja, sem hierarquia social, econômica ou política.

- 3) **Grafosfera** – neste modelo, surge a primeira forma de mediação técnica para a transmissão de idéias e o debate público, que se tornou a base da esfera pública burguesa, analisado por Habermas no livro *Mudança estrutural da esfera pública* (1984). Sob outra perspectiva teórica, McLuhan descreve como a opinião adquire um suporte físico fundamental: a escrita (*A galáxia de Gutenberg*), com a emergência do livro e do jornal, que ampliam as possibilidades de interatividade, inclusive com a redefinição do conceito de tempo e espaço.
- 4) **Videosfera** – este modelo amplia as possibilidades de mediação e de mediatização, com o uso de recursos como texto, fotografia, áudio e imagem, como o cinema, rádio e TV. Consolida a supremacia da informação sobre a opinião. Os conteúdos são apresentados a públicos anônimos, com diversas possibilidades de interatividade, inclusive com a participação do público na definição do final de filmes, telenovelas e demais programas audiovisuais. Entretanto, essa “interatividade de massas” passou a ser questionada, devido a seu apelo acentuadamente mercadológico, com o objetivo de fidelizar audiências.
- 5) **Virtuasfera**²⁹ – com a internet e suas possibilidades variadas de comunicação, a interatividade passa para a esfera do virtual. Além da transmissão forma de conteúdos informativos, outras possibilidades surgem, com os blogs, as listas de discussão, o e-mail e o orkut.

Em relação ao estado da arte dos estudos de jornalismo e ambiente no Brasil e em Portugal, o que podemos inferir é que, desse esquema formulado por Régis Débray, existe a primazia da *grafosfera* e da *videosfera* e pouco interesse dos pesquisadores pelos demais segmentos da *mediasfera*. Os estudos sobre mediatização do ambiente nos dois países ainda privilegiam a imprensa (como é o caso das análises brasileiras) e a televisão (dominante em Portugal). Por outro lado, cabe ressaltar que as investigações contempladas neste estudo, devido ao objetivo de resgatar os antecedentes do jornalismo ambiental nos dois países, favoreceram a inclusão de pesquisas que incluem os dois segmentos mencionados, visto que o período histórico

²⁹ Esta categoria não faz parte da obra mencionada de Régis Débray, que foi escrita na década de 1980. Foi acrescentada aqui, por iniciativa do autor deste texto, após a avaliação de que o esquema ficaria incompleto sem ela, visto que a comunicação eletrônica virtual tornou-se central na vida social e cultural a partir da década de 1990, um *locus* privilegiado para a mediatização.

estudado privilegiou as análises realizadas sobre temas ambientais que emergiram no bojo das décadas de 1970 ao início dos anos 2000.

6.3. A mediatização como processo interacional de referência na área ambiental

A partir da década de 1990, com a repercussão da Cimeira da Terra (Rio 92), o ambientalismo consolidou-se como um fenômeno mediatizado. A mediatização, segundo Braga (2006a; 2006b), tornou-se um processo social de referência no mundo contemporâneo. O termo é utilizado pelo autor em duas acepções. Na primeira, são incluídos processos sociais específicos que passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo as *lógicas dos media*, como a política, o entretenimento e a aprendizagem. Na segunda, mais abrangente, são incluídas todas as instâncias da sociedade, das relações pessoais à divulgação de informações. Para o estudioso, trata-se de um processo interacional de referência, porque sua lógica passou a servir de parâmetro para a política, o entretenimento, a aprendizagem, o ambiente etc). “Assim, dentro da lógica da mediatização, os processos sociais de interação mediatizada passam a incluir, a abranger os demais, que não desaparecem mas se ajustam” (Braga, 2006a, p.2).

Braga cita o exemplo da consolidação da escrita como processo interacional de referência, o qual, em sua análise, não se restringe aos materiais caracterizados pela palavra impressa (livros, jornais, correspondência, etc.) nem aos momentos específicos em que um leitor fixa o olhar sobre tais materiais (momento concreto da leitura). Nesse caso, conforme seu raciocínio, inclui-se “toda interação social que, de algum modo, faz referência direta ou indireta às coisas escritas” (p.3), ou seja, “toda processualidade que só pode existir porque, em algum lugar, há uma base escrita que dá sustentação (lógica, jurídica, moral, referencial, psicológica, cultural, etc.) ao que se processa” (p.3). Torna-se, portanto, um processo interacional de referência porque toda essa processualidade social não existiria sem o suporte material e simbólico da escrita.

Segundo Braga, assim como a escrita, a mediatização eletrônica, com o avanço tecnológico, também se tornou um hegemônica na perspectiva de organização da sociedade:

“Nessa perspectiva, a mediatização não oferece apenas possibilidades pontuais de fazer coisas específicas que não eram feitas antes (ou eram feitas de outro modo); ou apenas problemas e desafios igualmente pontuais. O que parece relevante, em perspectiva macro-social, é a teoria de que a sociedade constrói a realidade social através de processos interacionais pelos quais os

indivíduos e grupos e setores da sociedade se relacionam” (Braga, 2006a, p.2)³⁰.

A mediatização televisiva, por exemplo, nessa concepção, seria resultado de mecanismos anteriores de interação somados ao desenvolvimento de lógicas próprias:

“Com as possibilidades da imagem e do som, a exposição de situações estimuladoras de experiência vicária se amplia, enquanto objetivações postas a circular na interação social. Assim, quando antes se construía a realidade através de interações sociais baseadas essencialmente na expressão verbal, é possível hoje objetivar e fazer circular imagens (referenciais ou imaginárias), sons e, particularmente, ‘experiência’” (Braga, 2006a, p.5).

Conforme Braga, o processo de mediatização da sociedade se encontra tão desenvolvido que já é assumido como dominante. No caso do ambiente, como registra Schmidt (2003, p.63), a própria emergência do tema como preocupação social é indissociável da cobertura da mídia, inclusive do ponto de vista dos estudos realizados pelas Ciências Sociais e pela Comunicação:

“Pode mesmo dizer-se que a sociologia ‘descobriu’ o ambiente depois de este se tornar um problema social – facto que se deveu, em grande parte, à importante intervenção dos meios de comunicação social. Ou seja, foi preciso a agenda midiática reconhecer e produzir saber sobre o ambiente para que a agenda das Ciências Sociais inscrevesse o tema”.

Ao analisar estudos realizados em países europeus, nos Estados Unidos, na Nova Zelândia e na Índia, Schmidt (1999; 2003) constata que a amplitude da relevância pública das questões ambientais é tributária da mediatização, fenômeno multifacetado e complexo, com diferentes efeitos sobre a opinião pública, os movimentos ambientalistas, os gestores públicos e os próprios *media*. Em relação à opinião pública a autora citada destaca que a mediatização é responsável pelo delineamento dos temas na agenda pública, além do enquadramento, do ciclo de atenção dos temas (com maior ou menor tempo de permanência na cobertura). Além disso, a autora destaca que grande parte do conhecimento e da experiência dos públicos no que se refere a assuntos ambientais passa necessariamente pela cobertura dos *media*, que se tornaram fonte primordial de informação, especialmente a televisão. “Os *media* traduzem e formam as

³⁰ Esta proposição da sociologia do conhecimento tem uma formulação abrangente e detalhada na obra, já clássica, de Berger & Luckmann (1983). Construimos *socialmente* a realidade social exatamente na medida em que, tentativamente, vamos organizando possibilidades de interação.

percepções que as pessoas não experimentam directamente” (Schmidt, 2003, p.69). A autora afirma ainda que

“existem zonas do conhecimento e de vivência ambiental exclusivamente mediáticas, ou seja, assumidas e organizadas apenas através do consumo mediático – como são, por exemplo, para além do perigo nuclear, o buraco da camada de ozono e a mudança climática” (Schmidt, 2003 p.70).

Luísa Schmidt complementa que nessa categoria de temas ambientais mediocêntricos há quatro características convergentes e complementares: globalidade, complexidade, exterioridade e implacabilidade. Essas características podem ser exemplificadas a partir de assuntos que se referem a aspectos que fogem à escala pessoal e individual, como o aumento da temperatura atmosférica, o derretimento das calotas polares e os riscos decorrentes de acidentes nucleares. São temas globais, que exigem conhecimento de diversas áreas (complexidade), dizem respeito ao mundo exterior e apresentam uma conotação de urgência e implacabilidade.

Apesar da consistente análise da autora e de seus argumentos coerentes e plenamente válidos ainda hoje, talvez seja necessário reconsiderar que, especialmente nos últimos anos, após a divulgação dos relatórios do IPCC em 2007, as consequências do aquecimento global deixaram de ser vistas como algo externo e distante. Os próprios *media*, especialmente a televisão, passou a tratar o assunto com mais proximidade, devido à possibilidade de afetar a vida de todas as pessoas, independentemente de seu local de moradia ou condição social. Uma certa proximidade simbólica, devido à imagem mediatizada da Terra como “a casa comum da humanidade”. Essa concepção também é fruto da intervenção dos *media*.

A mediatização também contribuiu para fortalecer as organizações não-governamentais do ambiente e todas as formas de contestação e divulgação relacionadas ao campo ecológico, tema aprofundado por Pereira Rosa (2006). Conforme a análise do autor, a adaptação dessas organizações aos padrões mediáticos contribuiu para que os temas ambientais rompessem as barreiras das descontinuidades dos assuntos na agenda dos *media*. A dramatização é apontada por Pereira Rosa (2006) como uma das estratégias que contribuíram para a mediatização da ecologia. Apesar das diferenças entre os movimentos e os atores ambientais, de modo geral, havia em comum a representação da natureza como vítima indefesa. A dramatização, portanto, pode ser considerada uma eficiente estratégia de visibilidade, que permitiu a transição do mero e esporádico agendamento para um estágio de permanência e durabilidade, mediante o escrutínio público continuado. “Ao procurar criar uma consciência colectiva, os movimentos sociais têm de dramatizar os seus protestos, de forma a atrair a atenção dos *media* (Pereira Rosa, 2006, p.44).

As retóricas emocionais e dramáticas são analisadas por Schmidt (2003, p.72), especialmente no caso da televisão e a cobertura das catástrofes ambientais. Conforme a autora, as catástrofes assumem papel relevante nesse contexto, pois funcionam como catalisadores na formação da consciência ambiental e na imposição do tema na agenda midiática. A autora cita como exemplo o acidente de Chernobyl, em 1986, o qual, em sua avaliação,

“fez avançar a tomada de consciência das interdependências ecológicas do que centenas de discursos políticos ou análises científicas. Uma consciência que a televisão globaliza e agudiza, sobretudo pelo enredo dramático que cria, pelos medos e preocupações que enraíza e pela noção de risco que desperta”.

As catástrofes antrópicas, geralmente, causam revolta na população e descredibilidade política. Nesse caso, como registra Schmidt (2003), os *media* evitam as fontes oficiais a fim de não causar rejeição de suas mensagens pelo público. Entretanto, no caso das catástrofes naturais, a relação dos *media* com as fontes oficiais é diferente, pois os agentes públicos são retratados como colaboradores para o restabelecimento da ordem pública.

A retórica da dramatização, conforme a autora, contribui para criar símbolos duradouros no imaginário do público, gerando elementos que servem de referência intersubjetiva e passam a ter mais efeito na opinião pública do que o noticiário factual. Para Schmidt, a mediatização das percepções públicas dos fatos científicos que implicam risco “encoraja o público a memorizar, imaginar e empolar cenários catastróficos muito para além da informação técnica transmitida”. Essa concepção, na avaliação da autora se coaduna com o conceito de *cultivation analysis*,³¹ no sentido de que a cultura ambiental é cultivada e alimentada pelos próprios *media*:

“De qualquer modo, fosse como motor de arranque da preocupação pública, fosse como fonte de informação fundamental e por vezes única, os media contribuíram directamente para que a questão ambiental se instituisse publicamente, seleccionando-a como tema de topo, captando a atenção das audiências e tornando-a uma área de interesse público comum, actual e prioritária” (Schmidt, 2003, p.75).

Quanto aos gestores públicos, é necessário examinar o carácter dinâmico da relação entre política e *media*, no que se refere aos temas ambientais. Comumente, os estudos adotam o

³¹ Trata-se de uma perspectiva teórica resultante do exame da relação entre a percepção do público sobre a violência e exposição desse mesmo público aos programas televisivos de conteúdo violento. Gerbner (1994) concluiu que os telespectadores que aís assistiram aos programas tendem a ver o mundo mais violento e apresentam maior temor de serem vítimas de crimes.

enquadramento de um papel reativo dos gestores políticos, mas também pode ocorrer um vetor inverso, com a atuação direta do campo político sobre os *media*. A esse respeito Schmidt (2003, p.85) cita como exemplo a Presidência Aberta de Mário Soares, dedicada aos assuntos ambientais, em abril de 1994. Por causa disso, os *media* passaram a dar mais ênfase ao tema, bem como os próprios políticos (aliados e adversários).

Entretanto, é necessário ressaltar que a adesão da opinião pública não depende apenas dos *media*, mas de uma combinação de fatores, que passam pela conjuntura, a situação política, cultural e econômica. A mesma autora supracitada faz a ressalva de que

“A eficácia da popularização produzida pelos media depende da ressonância prévia de um assunto, das referências que ele desencadeie (nos jornalistas e no público), da identidade cultural de quem o recebe e da formação e informação que já existia previamente a respeito de um assunto” (p.78).

A autora ressalta que as mesmas mensagens podem provocar efeitos distintos em países diferentes, a depender dos antecedentes em relação ao tema, da relação do público com os *media*, da eficiência dos efeitos de dramatização, da relação entre os *media* e outros grupos de interesse e da relação entre os próprios *media*. A ressonância dos temas globais na realidade local é outro fator que contribui para a maior ou menor adesão do público a uma questão ambiental, por mais intenso que seja seu apelo dramático. Schmidt afirma que a configuração da cultura local ou da cultura política nacional pode influenciar a percepção e os interesses dos próprios jornalistas.

A existência de redes de organizações e movimentos ambientais é outro fator que interfere na mediatização. Aliás, é oportuno ressaltar a vocação de muitos dos movimentos sociais para a mediatização. No caso dos movimentos em defesa do ambiente, existem vários casos emblemáticos como a *Greenpeace* (internacional), a *Quercus* (Portugal) e a *S.O.S Mata Atlântica* (Brasil) cujas trajetórias praticamente se confundem com a relação dessas entidades com os *media*. Como estratégia de inserção social, esses movimentos investiram na capacidade de entender o funcionamento dos *media* e passaram a atuar diretamente para atender às necessidades dos jornalistas.

Essa estratégia, na avaliação de Schmidt (2003) e Pereira Rosa (2006) tornou-se mais eficiente do que os mecanismos utilizados pela comunidade científica. Enquanto os cientistas são demasiadamente cautelosos na divulgação de resultados de pesquisa e evitam falar sobre seus estudos antes da apresentação oficial em eventos acadêmicos ou da publicação em periódicos de renome, os líderes de movimentos ambientalistas chegam a oferecer material informativo e

analítico prontos para divulgação, já traduzidos para o formato jornalístico. Assim, os cientistas rejeitam o modelo da mediatização, enquanto os movimentos ambientais o estimulam.

Essas considerações remetem ao esquema formulado por Anthony Downs (1972) a respeito do ciclo de interesse da notícia (*issue-attention-cycle*). Downs explica porque alguns temas apresentam um ciclo de vida muito curto na imprensa, enquanto outras se prolongam por longos períodos. Em sua concepção, o ciclo de atenção pública ao noticiário sobre um fato depende de um conjunto de fatores, como a existência de condições sociais para pôr o assunto em evidência; o respaldo de grupos sociais para dar suporte à repercussão pública sobre as notícias; a natureza dos conteúdos (alarmismo, denunciismo ou euforia coletiva); a idéia de progresso ou avanço na solução dos problemas noticiados. O declínio no ciclo de interesse da notícia, por sua vez, está condicionado ao gradual desinteresse da sociedade e a proeminência de novos temas, mesmo sem a solução dos anteriores. Esse ciclo é um dos pontos nevrálgicos da cobertura de temas de interesse social, como no caso do jornalismo ambiental.

A formação de pacotes interpretativos é outra estratégia indispensável no processo de mediatização. Os estudos portugueses dedicam-se ao estudo desse fenômeno a partir de vários casos concretos, como na análise sobre a cobertura da Rádio Televisão Portuguesa (Schmidt, 2003), da *Quercus* (Pereira Rosa, 2006) e das estratégias noticiosas nos veículos impressos (Garcia, 2004). Entre as estratégias de mediatização que foram objeto de análise dos estudos portugueses, Pereira Rosa (2006) destaca a mediação de entidades não-governamentais, com o intuito de produzir informações direcionadas para os próprios jornalistas, ou seja, uma estratégia de formatar *pacotes digeríveis* para os jornalistas.

Esta foi uma das estratégias da *Quercus* que Pereira Rosa (2006) analisou minuciosamente, no âmbito das redes de contato da entidade com os meios de comunicação. O autor cita um exemplo que resume essa estratégia e seus objetivos:

“No dia em que entrevistávamos Francisco Ferreira, o activista (e especialista em poluição atmosférica) estava precisamente a terminar a leitura de um documento comunitário sobre os novos dados de poluição atmosférica, referentes a 2002, em Portugal. Os números estavam disponíveis na Internet, mas, ao fim de três dias, não tinham merecido cobertura noticiosa em Portugal. O objectivo do dirigente da *Quercus* era descodificá-los, torná-los acessíveis para os jornalistas, contextualizá-los para o caso português e difundi-los. ‘À boleia’ desta cobertura, a *Quercus* pretendia trazer à agenda a sua própria interpretação do que se poderia fazer para reduzir as emissões industriais poluentes” (Pereira Rosa, 2006, p. 146).

Assim, conforme o autor, as entidades ambientalistas conseguem intervir na dinâmica jornalística de diversas formas complementares: denúncias, entrevistas, comentários, debates, manifestações públicas, campanhas e oferta de material jornalístico pré-formatado, por meio de assessorias especializadas. Assim, conclui o autor, essas organizações alimentam notícias, geram controvérsias, obrigam os parceiros e rivais a se pronunciarem sobre seus atos e provocam respostas do Poder Público. O êxito da mediatização, portanto, é resultado da combinação de um conjunto de estratégias de visibilidade.

É oportuno destacar ainda o caráter ambíguo da mediatização. Há momentos em que parece que todos os veículos de comunicação são favoráveis às reivindicações ambientais, mas também há situações que esses mesmos veículos parecem testar a credibilidade e a força dos movimentos. Pereira Rosa (2006, p.136) complementa que essa ambigüidade pode se manifestar também quando os *media*

“... exigem uma mensagem mais simplificada, mas *consumível* e, portanto, traindo de alguma forma a complexidade do movimento que a proferia; por outro lado, o funcionamento de um noticiário televisivo não se compadece com movimentos com diversos pontos de vista. Exige porta-vozes, rostos *aceitáveis* perante as câmaras, fluidez de discurso e sobretudo continuidade...” (grifos originais).

A noção de *pacote interpretativo* é utilizada por Erving Goffman (1974). Para o autor, em cada questão discutida publicamente, como no caso de temas ambientais, existem perspectivas analíticas que recebem maior ou menor atenção nos debates públicos, os quais operam com uma perspectiva interpretativa definida. As versões a respeito de um mesmo fato ou fenômeno social são elaboradas no contexto de disputas localizadas, as quais são alimentadas por pacotes interpretativos, que fornecem amplos repertórios de recursos argumentativos para a elaboração de relatos a respeito de eventos significativos. Ainda segundo o autor, esses pacotes são organizados a partir de um conjunto de idéias-chave, metáforas, frases de efeito e referências a princípios morais. Assim, os *pacotes interpretativos* funcionam como farol para a opinião pública, ao estabelecerem parâmetros de como pensar a respeito da questão em debate. De forma simplificada, conforme o autor, o pacote interpretativo apresenta o núcleo da questão, uma posição opinativa correspondente ao núcleo destacado, uma metáfora, a caracterização dos responsáveis pelo problema, as causas e as conseqüências. Na prática, é como se fosse um esquema *prêt a porter* de opinião.

Em seu estudo sobre a *Quercus*, Pereira Rosa (2006) destaca que uma das estratégias dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais do ambiente é a adaptação a pacotes interpretativos já consolidados e aceitos pelos *media*:

“A capacidade de uma ONGA introduzir novos temas na agenda política é reduzida, esporádica e muito dependente do contexto político. Na maior parte das vezes, este estudo detectou não tanto um processo de criação de novos formatos noticiosos, mas sobretudo uma aceitação dos formatos disponíveis e, conseqüentemente, a sua adaptação aos interesses da associação” (Pereira Rosa, 2006, p.146).

É oportuno ressaltar ainda a influência da mediatização sobre os próprios *media*. Schmidt (2003, p.71) põe em relevo o processo de *intermedia*, ou seja, a ação de um veículo sobre os demais, “segundo o qual os *media* confiam e remetem uns para os outros, repetindo e fixando frases e idéias, gerando nuvens noticiosas em torno dos acontecimentos”. Além disso, a mediatização não deve ser estudada como um fenômeno que resulta exclusivamente da ação dos *media* na sociedade, de modo unilateral. Trata-se, na realidade, de um fenômeno com múltiplos vetores, inclusive das interferências da sociedade sobre os *media*.

Nesse processo de *intermedia*, tanto no Brasil como em Portugal, a televisão exerceu um papel crucial. Como ressaltava Schmidt (2003, p.63), a trajetória da emergência do ambiente como tema de debate público é indissociável da mediatização. Conforme Schmidt, até mesmo o campo acadêmico passou a tematizar o assunto depois do êxito da mediatização. Para a autora, a Sociologia “descobriu” o ambiente depois de este se tornar um problema social do ponto de vista dos *media*, ou seja, “foi preciso a agenda mediática reconhecer e produzir saber sobre o ambiente para que a agenda das sociais increvesse o tema”.

Conforme a análise da autora, a mediatização do ambiente foi responsável pela visibilidade social e relevância pública que o tema adquiriu, com ampla projeção na agenda de conversas e nas mudanças de comportamento, inclusive nos hábitos de consumo. Em suma, segundo Schmidt, existem três níveis que devem ser considerados para enquadrar o debate sobre a articulação entre ambiente, meios de comunicação e opinião pública:

“O primeiro diz respeito à função dos *media* na institucionalização/popularização dos problemas ambientais através da sua entrada na agenda como tema dominante: a perspectiva da *agenda-setting function* e dos estudos sobre a tematização. O segundo considera que os problemas ambientais são acima de tudo uma construção dos *media*, sublinhando, os processos de comunicação, a importância do contexto sócio-cultural e histórico – as ‘ressonâncias culturais’ – em que essa preocupação é

produzida e o modo diferenciado como germina, privilegiando uns assuntos em detrimento do outro: a perspectiva constructivista. O terceiro trata da interacção entre os diversos agentes de produção mediática – fontes, jornalistas, programadores, arena institucional mais vasta – e a respectiva intervenção em todo o complexo e longo processo comunicativo de formação da opinião pública: a perspectiva interacionista” (Schmidt, 2003, p.64).

Além dos níveis teóricos mencionados, a autora destaca também os efeitos da mediatização na agenda pessoal dos cidadãos, fenómeno social que ocorre porque “os indivíduos transpõem para as suas consciências aquilo que os *media* definem como assunto de preocupação pública” (p.66). Esse processo, ainda conforme a mesma autora, não resulta necessariamente de informações objetivas, uma vez que “a realidade social que os *media* criam pode ter pouco a ver com a própria objectividade dos factos, mas terá muito a ver com as percepções das pessoas”.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise proposta, o que se observa é que os estudos de jornalismo realizados no Brasil e em Portugal identificam, do ponto de vista histórico, as entidades e movimentos ambientais como os que mais exerceram influência sobre o jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal. A consolidação de fontes independentes, a partir da década de 1980, é apontada como um marco na divulgação de notícias sobre ambiente em Portugal (Pereira Rosa, 2006). Entretanto, o autor conclui que o êxito das organizações não-governamentais do ambiente se justifica por uma mudança de posição: as entidades deixaram de ser apenas promotoras de protestos e manifestações para se tornarem referências em diagnósticos especializados, capazes de apresentar análises técnicas confiáveis sobre os temas em discussão pela agenda governamental e pela comunidade científica. Assim, ao deixarem de ser identificadas pelos jornalistas como portadoras de um capital simbólico baseado meramente no ativismo e no engajamento ambiental, essas organizações tornaram-se uma entidades especializadas, “fontes periciais” de alta credibilidade. Além disso, o autor analisa como essas entidades modelaram suas estratégias para formatar suas mensagens de modo a atrair a atenção dos *media* e os públicos interessados no tema.

No caso do Brasil, não existe um estudo específico que possa ser comparado ao de Pereira Rosa, mas vários estudiosos apontam para o peso que as entidades ambientalistas passaram a exercer como fontes de informação no Brasil, a partir da década de 1980 (Barros, 1996; Figueiredo, 1996; Sherer-Warren, 1996). Ao superarem as concepções radicais e monosssetoriais do ambiente, essas instituições passaram a investir na constituição de redes sociais, a fim de fortalecer o trabalho integrado e diversificar as estratégias de intervenção nas políticas públicas de defesa dos recursos naturais e de promoção de atividades sustentáveis.

Observa-se ainda que os investigadores caracterizam as relações entre os atores ecológicos nos dois países, a partir de diversas abordagens analíticas, como as perspectivas histórica, política, sociológica e jornalística. Isso significa que os estudos evitam a

generalização e a simplificação. O enquadramento teórico e o escopo analítico são abrangentes e apontam para as redes constituídas pelas entidades ambientalistas, os múltiplos fatores envolvidos na cobertura e na complexidade das abordagens. Essa tendência é observada mesmo quando se trata de estudos com objetos de pesquisa diversificados. Tal perspectiva se coaduna com os pressupostos da *teoria multifactorial da notícia* (Sousa, 2000; 2006) e a *teoria da complexidade* (Morin, 1994), como já foi abordado no capítulo referente aos pressupostos teóricos.

Outra constatação é de que não existem diferenças expressivas nos paradigmas jornalísticos que norteiam as investigações nos países mencionados. Do ponto de vista teórico, os investigadores se concentram em aspectos como a caracterização da agenda ambiental (agendamento), os critérios de noticiabilidade e os valores-notícias relacionados às diferentes fases da cobertura ambiental no Brasil e em Portugal, do conservacionismo à sustentabilidade.

As teorias predominantes na fundamentação teórica dos estudos analisados combinam referências de duas vertentes da Sociologia (Sociologia da Comunicação e Sociologia do Ambiente), das Teorias da Notícia e do pensamento social clássico e contemporâneo, a partir das contribuições de autores como Durkheim, Max Weber, Habermas, Edgar Morin, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Trata-se de autores reconhecidos no campo das Ciências Sociais, com ampla aceitação e aplicação nos estudos de comunicação e também nas diferentes abordagens sociais sobre ambiente.

A partir desse amplo desenho teórico, constata-se outra convergência no enfoque dos estudos sobre jornalismo e meio ambiente realizados no Brasil e em Portugal. Trata-se da perspectiva da mediatização do ambiente. A mediatização é entendida como processo social específico que passa a se desenvolver inteira ou parcialmente segundo lógicas dos *media* (Braga, 2006). Todos os estudos analisados levam em conta esse fenômeno, mesmo quando não o explicam em sua complexidade. Entretanto, há um pressuposto comum de que o êxito dos temas ambientais na agenda dos *media* se deve a esse processo.

É necessário ressaltar ainda a natureza ambígua da mediatização. Ao mesmo tempo que se trata de um processo social que permite e amplia a visibilidade pública das temáticas, atores, fatores e questões relacionadas ao ambiente, também pode direcionar a cobertura para determinados aspectos que nem sempre favorecem a conscientização pública e a compreensão do cidadão. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando as lógicas mediáticas submetem a agenda ambiental às abordagens sensacionalistas, à espetacularização, à fragmentação e às emissões episódicas e descontextualizadas.

Apesar desse caráter ambíguo da mediatização, outra constatação que deve ser destacada é o pressuposto que permeia a maioria dos estudos analisados, no que se refere à constituição de uma “esfera pública verde”. O espaço de aparência e visibilidade decorrente da mediatização, em torno de uma “ecosfera” tornou-se um dos temas de maior interesse do ponto de vista acadêmico, devido às repercussões políticas, econômicas e culturais do debate realizado acerca de temas pertinentes ao domínio dessa “ecosfera”. Uma das consequências mais diretas desse processo foi a emergência da globalização do ambiente e a formação das redes de entidades voltadas para os diferentes aspectos do ambiente. Esse fenômeno é recorrentemente mencionado nos estudos analisados e chega a ser apontado como a inspiração para a constituição de uma agenda ambiental nacional, tanto no Brasil como em Portugal, países que apresentam em comum um longo período de omissão em relação à formulação e execução de políticas públicas eficazes na área ambiental.

Por se tratar de uma esfera pública mediatizada, a “ecosfera” também é objeto de várias críticas, especialmente do ponto de vista das relações de poder, as quais geram assimetrias e antinomias que podem comprometer a compreensão do público sobre os temas ambientais. Um exemplo disso é a polarização estabelecida pela mediatização entre ecologia e economia, as quais são apresentadas como elementos incompatíveis. Outra consequência negativa é a institucionalização das diferentes vertentes do discurso ecológico, como foi abordado nos capítulos 4, 5 e 6. Nesse aspecto, cabe reforçar o lugar que o discurso oficial sobre ambiente assume nessa “ecosfera”, apresentado como consenso mundial sobre o assunto.

As relações de poder no campo do conhecimento ecológico-ambiental se manifestam com maior visibilidade no interior dos próprios campos de conhecimento nos quais elas se inserem, ou seja, dependem da natureza da disputa entre as diferentes necessidades que emanam da sociedade, as quais são expressas por diferentes sujeitos sociais e em distintas circunstâncias contextuais. Portanto, o saber desenvolve-se num campo de interesses em disputa, num campo de conflitos. No caso das demais vertentes discursivas em análise, o que se percebe é que cada uma delas é gestada no interior de um campo de poder, seja o Estado, seja a comunidade científica, as entidades não-governamentais, os partidos políticos ou a imprensa.

Assim, se no campo ecológico-ambiental existem redes diversas e complexas de poderes, envolvendo diferentes atores como cientistas, tecnólogos, órgãos governamentais e não-governamentais, eco-militantes, jornalistas, empresários e investidores. O campo do consumo e da recepção dos discursos também é conflitivo e, da mesma forma, é permeado por diferentes poderes. Em todos, predomina a disputa pela satisfação de uma gama variada

de necessidades igualmente diversificadas. Em resumo, produção, difusão e consumo de saberes constituem um só campo de conflitos, de exercício de poder, sendo que “*não há nele uma direção universal e preestabelecida*” (Figueiredo, 1989, p.11). Concepção essa que é extensiva aos saberes inerentes a cada um dos discursos em torno da ecologia e do meio ambiente.

Tal como a ciência, embora construída de forma diferente, a força do jornalismo está no poder de fazer crer. A credibilidade é, portanto, o seu principal capital (Berger, 1995), que se manifesta constantemente na disputa entre os veículos e entre estes e os demais campos sociais. Além disso, os próprios meios de comunicação estão, continuamente, testando sua credibilidade junto aos leitores, mediante pesquisas de opinião e sondagens.

Existe, assim, uma forte relação entre discurso jornalístico e enunciação social ou dizer social, na expressão de França (1997), o que significa que um jornal não “fala” simplesmente para a sociedade, mas constitui, de certa forma, ele próprio um discurso da sociedade. Segundo Berger (1995), se o capital simbólico gira em torno do discurso e de quem possui as condições de elaboração do mesmo é, também, fundamental reconhecer que a imprensa não produz apenas um tipo de discurso, mas que convivem nela diferentes tendências e que as condições sociais e institucionais no interior de onde ele é produzido contribuem na definição do contorno ou da ênfase em determinado tipo de agendamento ou tematização.

Tudo isso confirma o espectro da mídia na atualidade, um poder de produzir sentidos, projetá-los e legitimá-los, conferindo visibilidade aos fenômenos que conseguiram, em primeiro lugar, atrair os jornalistas. Um poder que advém da condição de mediação, ou seja, não só de estar entre, ou de intermediar as vozes do acontecido, mas de selecionar, enfatizar, interferir através de palavras e imagens na construção simbólica dos acontecimentos. Podemos afirmar, portanto, que o jornalismo, enquanto prática social – realizada em condições de produção específicas – capta, transforma, produz e faz circular acontecimentos, interpretando e nomeando situações do presente (Berger, 1997).

Outro aspecto a ser destacado, no âmbito das considerações finais, é uma diferença identificada nos estudos analisados, do ponto de vista metodológico. Trata-se da importância atribuída ao uso de entrevistas pelos investigadores portugueses, ao contrário do Brasil, onde há predomínio da análise do material jornalístico em si. No estudo de Pereira Rosa, a técnica da entrevista exerce um papel central na coleta de dados e na análise qualitativa. Outra diferença relevante está na centralidade da televisão nos estudos portugueses, representado pelo estudo de Luísa Schmidt (2003), que se tornou referência

metodológica para as investigações portuguesas, com uma análise de quase 40 anos sobre a cobertura da RTP acerca dos programas noticiosos e não noticiosos. No Brasil, há um predomínio de análise de material informativo, especialmente aqueles publicados por jornais de grande circulação e pelas revistas semanais de informação. Outra tônica brasileira é o caráter ensaísta, especialmente no diz respeito aos estudos desenvolvidos pelos sociólogos, ao contrário de Portugal, cujo estudo sociológico de referência constitui extensa análise empírica (refere-se aqui ao livro de Luísa Schmidt).

Historicamente, considerando-se as principais vertentes do discurso ecológico que antecederam o jornalismo ambiental, (oficial, científico e ambientalista), do ponto de vista qualitativo, os estudos de jornalismo no Brasil e em Portugal tendem a identificar o discurso científico como o mais relevante para a cobertura dos *media*, antes da afirmação das entidades ambientalistas como fontes especializadas e com elevado grau de confiabilidade. Isso se explica porque na década de 1970, os *media* percebiam com grande desconfiança o discurso oficial e as entidades ambientalistas emergentes nesse período eram associadas à imagem de militantes radicais, com um discurso marcado pelos protestos e contestações inconseqüentes.

Por fim, cabe destacar que a sistematização dos estudos de jornalismo sobre o tema, a fim de reconstituir os antecedentes das investigações, seus desdobramentos e influências diretas na forma de se analisar notícias produzidas sobre meio ambiente no Brasil e em Portugal contribuiu para um passo relevante no que se refere à comparação entre estudos realizados nos dois países.

Ao final da análise, acreditamos que cumprimos nossos objetivos, embora reconheçamos a impossibilidade de esgotar problemática tão vasta. Certamente o estudo aqui apresentado apresenta lacunas, incompletudes e outras deficiências inerentes ao trabalho intelectual. Portanto, a empreitada não pode ser considerada concluída. Afinal, analisar a profícua, emaranhada e complexa relação entre jornalismo, sociedade, cultura e ambiente não é tarefa que se conclui com a dissecação de uma dezena de estudos publicados. Certamente existem tantas outras possibilidades e trilhas a seguir. O que tentamos fazer foi uma análise exploratória, com observações e impressões que poderão ser retomadas e aperfeiçoadas a *posteriori*. O dinamismo do jornalismo e a constante redefinição do campo do ambientalismo também contribuirão para a emergência de novas perguntas e problemas de investigação. Assim, a trilha para novas pesquisas está apenas iniciando.

Além disso, é necessário reiterar as tantas possibilidade de análises comparadas entre os problemas brasileiros e os portugueses. Trata-se de uma área extremamente fértil para projetos de intercâmbio acadêmico. As diversas convergências entre os dois países apontadas ao longo do

estudo indicam que também são muitas as chances de interação, de trocas de experiências entre os investigadores, professores e profissionais do Jornalismo. Afinal, além da língua comum e das afinidades culturais, o estudo identificou que há muitas similaridades entre os estudos sobre jornalismo ambiental realizado no Brasil e em Portugal, tanto do ponto de vista teórico como empírico. Existe, portanto, um campo fértil para ser explorado pelos pesquisadores dos dois países, bem como de todos aqueles oriundos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

ANEXO I

Lista do Corpus Complementar da Pesquisa:

ALEXANDRE, Agripa Faria. (2000). *A perda da radicalidade do movimento ambientalista*. Florianópolis: EdUFSC.

ALMEIDA, Fernando (2005). O mundo dos negócios e o meio ambiente no século 21. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.123-142.

ALMEIDA, João Ferreira de. (2000). *Os portugueses e o ambiente: I inquérito Nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*. Oeiras: Celta Editora.

ARAÚJO, Caetano Ernesto P. de. (1996). Meio ambiente e novos atores sociais: limites e interação entre Estado e ONGs. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 11, n.1, p.149-158, jan./jun.

ARRISCADO, J.N. & MATIAS, M. (2003). *Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: o caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, pp.129-150.

BARBANTI JÚNIOR, O. (2006). *Conflitos socioambientais: teorias e práticas*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Tese de Doutorado.

BARROS, Flávia Lessa de (1996). Ambientalismo, globalização e novos atores sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, p.121-137, jan./jun.

BERNARDO, Maristela. (1996). Impasses sociais e políticos em torno de meio ambiente. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, jan. / jun., p.159-168.

BORN, Rubens Harry (2005). Meio ambiente e terceiro setor. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p. 106-121.

BRANDENBURG, Alfio (2005). Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v.8, n.1, p.51-64, jan./jun. 2005.

CARIBÉ, R. de Cássia do V. (1988). *Informação ambiental no Brasil: subsídios para um sistema de informação*. Brasília, Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado.

- CARVALHO, I. C. M (1990). Ecologia: um campo estratégico. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v.84, n.2, p.234-241, mar./abr.
- CAUTELA, A. (1975). *Estratégia ecológica e táticas antipoluição: o caso português*. Lisboa: Edições Frente Ecológica.
- CAUTELA, A. (1977). *Ecologia e luta de classes em Portugal*. Lisboa: Sociotur.
- CORREIA, N. F. ET AL. (1995). *Plano Nacional de Política de Ambiente*. Lisboa: MARN.
- COSTA, A. F. da; ÁVILA, P. ; MATEUS, S. (2002). *Públicos da ciência em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- CRESPO, Samyra (2005). Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.59-74.
- CUNHA, A. S. (1996). Desenvolvimento sustentável: a dimensão econômica. *Humanidades*, Brasília, v.10, n.4, pp.322-329.
- DUARTE, Moacyr (2005). Meio ambiente e riscos. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p. 244-257.
- FELDMAN, Fabio (2005). A parte que nos cabe: consumo sustentável? In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.143-158.
- FUKS, M. (1998). Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n.1.
- GONÇALVES, M. E. (Org.) (2002). *Os Portugueses e a ciência*. Lisboa: D. Quixote.
- MARMORI, M. et al. (1992). *Jornalismo ambiental: a cobertura da Rio 92 na imprensa brasileira*. Brasília: UnB. Núcleo de Política Científica e Tecnológica. dez.
- MARTÍNEZ, Juan Alier. (1988). Economia e ecologia: questões fundamentais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.3,n.7, p.99-115, jun.
- MATOS, Maria Helena Ortolan (2001). O índio na imprensa: de “outro” exótico a “outro” ator político. In: BARROS, A. et al. (Org.). *Comunicação: discursos, práticas e tendências*. São Paulo: Rideel, p.87-102.
- MELLO, José Carlos. (1996). *Meio Ambiente, educação e desenvolvimento*. Washington: OEA.
- MOUSINHO, Patrícia (2005). Glossário ambiental. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.332-367.
- PÁDUA, José Augusto (1986). *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- RODRIGUES, V. J. C. B. (2008). Subsídios para uma história do ambientalismo português. Alcobaça Ambiente, 11 de janeiro de 2008. Disponível em <http://ambialcobaca.blogspot.com/2008/01/subsídios>. (Consultado em 28/01/08).
- RODRIGUES, M.J., NEVES, A. & GODINHO, M. M. (2003). *Para uma política de inovação em Portuga*. Lisboa: D. Quixote.
- RODRIGUES, A. D. (1996). *Comunicação e meio ambiente*. Serralves.
- SCHERER-WARREN, Ilse (1995). ONG's na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995. p.161-180.

- SCHMIDT, L. (2006). *Portugal ambiental: casos e causas*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- SCHMIDT, L. (1999a). Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência. *Análise Social*, Lisboa, v.34, n.150, p.175-210, out./dez.
- SILVA, C. E. L. da (1982). Jornalismo e ecologia. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo, v.4, n.7, p. 51-63.
- SOROMENHO-MARQUES, J. V. (1996). *Ambiente e futuro: o caso português*. Matosinhos: C.M. de Matosinhos.
- SOROMENHO-MARQUES J. V. (1998). *O futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- SOROMENHO-MARQUES J. V. (2001). Ambientalismo e política em Portugal: Valores e facetas de um arco-íris débil. In C. BECKERT (Coord.), *Natureza e ambiente: representações na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- TRIGUEIRO, André (2005). Meio ambiente na idade média. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.75-90.
- VIEIRA, A. da S. (1992). Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: fontes para a compreensão do discurso político governamental do Governo brasileiro. *Ciência da Informação*. Brasília, v.21, n.1, p.7-13, jan./abr.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E REFERENCIADA

ACOT, P (1990). *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campos.

ADGHIRNI, Zélia L. (1997). Routines produtivas em Brasília: observações sobre o processo de produção da notícia na área de política e economia de três jornais na capital federal: O Globo, Folha de S. Paulo e Correio Braziliense. In: MOUILLAUD, M. & PORTO, S. D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, p.449-468.

ALEXANDRE, Agripa Faria. (2000). *A perda da radicalidade do movimento ambientalista*. Florianópolis: EdUFSC.

ALEXANDRE, Agripa Faria. (2004). *Políticas de resolução de conflitos socioambientais*. Florianópolis: EdUFSC.

ALMEIDA, I. M. de A. et al. (1987). Estudo da necessidade de criação de uma base de dados sobre poluição. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. Brasília, v.15, n.2, p.343-353, jul./dez.

ALMEIDA, Fernando (2005). O mundo dos negócios e o meio ambiente no século 21. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.123-142.

ALMEIDA, João Ferreira de. (2000). *Os portugueses e o ambiente: I inquérito Nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*. Oeiras: Celta Editora.

ALPHANDÉRY, Pierre et al. (1992). *O equívoco ecológico: riscos políticos da inconseqüência*. São Paulo: Brasiliense.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. (2000) . Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil. Paper apresentado no *Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso*. Rio de Janeiro, 22 e 23 de novembro de 2000.

AMARAL, L. (1986). O que é jornalismo científico. *Revista de Comunicação Social*. Fortaleza, v.16, n.1-2, p.59-69, jan./dez.

ANDERSON, A. (1997). *Media, culture and environment*. London: Rutgers University Press.

ANDRADE, Lacy Varella Barca de (2004). *Iguarias na hora do jantar: o espaço da ciência no telejornalismo diário*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Tese de Doutorado.

ARAÚJO, Caetano Ernesto P. de. (1996). Meio ambiente e novos atores sociais: limites e interação entre Estado e ONGs. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 11, n.1, p.149-158, jan./jun.

ARENDT, Hannah (1972). *Du mensonge à la violence*. Paris: Calmann-Lévy.

ARENDT, Hannah. (1983). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

ARRISCADO, J.N. & MATIAS, M. (2003). *Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: o caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, pp.129-150.

BARBANTI JÚNIOR, O. (2006). *Conflitos socioambientais: teorias e práticas*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Tese de Doutorado.

BARDIN, Laurence. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BARROS, Flávia Lessa de (1996). Ambientalismo, globalização e novos atores sociais. *Sociedade e Estado*. Brasília, v.21, n.1, p.121-137, jan./jun. 1996.

BARROS, Antonio T. de (1999). A natureza interdisciplinar da comunicação e o novo modo de produção do conhecimento científico. In: XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 1999, Rio de Janeiro. CD-rom com a coletânea dos trabalhos apresentados.

BENJAMIN, César (1983). *Diálogo sobre ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BERGAMASCO, Sônia M. P. P, ANTUNIASSI, M. Helena R. (1998). Ecodesenvolvimento e agricultura: comentando o pensamento de Ignacy Sachs. In: VIEIRA, Paulo Freire. *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil*. Porto Alegre: Pallotti, 1998, p.273-284.

BERGER, André. (1992). Os climas do futuro. In: BARBÈRE, Martine (Org.) *Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, p.27-40.

BERGER, Christa. (1995). Em torno do discurso jornalístico. Mimeo, 10f. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília.

BERGER, Christa. (1997). Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar a gente publica. In: MOUILAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15 Editores, p.273-284.

BERGER, Peter; LUCKMANN Thomas (1983). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Editora Vozes.

BERGERON, Yves *et al.* (1992). A floresta ameaçada. In: BARBÈRE, Martine (Org.) *Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, p.79-90.

BERNARDO, Maristela. (1996). Impasses sociais e políticos em torno de meio ambiente. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, jan. / jun., p.159-168.

BERQUÓ, Elza. S. (1981). *Bioestatística*. São Paulo: EPU.

BOBBIO, Norberto. (1992). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.

BOFF, Leonardo. (1993). *Ecologia, mundialização, espiritualidade*. São Paulo: Ática. Ecologia: um novo paradigma. p.17-58.

BOCCHI, Gianluca; CERUTI, Mauro. (1991a). 1992: la maison commune à inventer. In: MORIN, Edgar *et al.* *Um nouveau commencement*. Paris: Éditions du Seuil, p.99-133.

BOCCHI, Gianluca; CERUTI, Mauro. (1991b). Les nouveaux jeux planétaires. In: MORIN, Edgar *et al.* *Um nouveau commencement*. Paris: Éditions du Seuil, p.159-178.

BOKTIN, Daniel B. (1992). Qual ecologia para o século XXI? In: BARRÈRE, Martine (Org.). *Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, p.15-26.

BORN, Rubens Harry (2005). Meio ambiente e terceiro setor. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p. 106-121.

BOUAMRANE, M, ANTONA, Martine. (1998). Do ecodesenvolvimento à gestão viável de recursos renováveis: o exemplo das agro-florestas na Indonésia. In: VIEIRA, Paulo Freire *et al.* (Org.). *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs*. Porto Alegre: Pallotti, 1998. p.141-160.

BOURDIEU, Pierre (1987). *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva. O mercado dos bens simbólicos p.99-182.

BOURDIEU, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre (1983). O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p.122-155.

BOURDIEU, Pierre (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre (1982). A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed. São Paulo: Polis.

BRAGA, José Luiz (2006a). Mediatização como processo interacional de referência. Texto apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade, do XV Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), na Unesp/Bauru, São Paulo, em junho de 2006.

BRAGA, José Luiz (2006b). *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica mediática*. São Paulo, Editora Paulus.

BRANDENBURG, Alfio (1999). *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná.

BRANDENBURG, Alfio (2005). Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v.8, n.1, p.51-64, jan./jun. 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. (1972). *A Conferência de Estocolmo*. Brasília, 1972.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. (1978a). *Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília.

BRASIL. Presidência da República. (1991a). *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável: Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília.

BUENO, W. da C. (1985). Jornalismo e ciência no Brasil: os compromissos de uma prática dependente. *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, v.16, n.3, pp.21-25, maio/jun.

BULMER, M. (1984). *The Chicago School of Sociology: Institutionalization, Diversity, and the Rise of Sociological Research*. Chicago: The University of Chicago Press.

BUNGE, Mario. (1980). *Ciência e desenvolvimento*. Belo Horizonte: Itatiaia.

BURGESS, E. W. & BOGUE, D. J (1964). *Contributions to Urban Sociology*. Chicago: University of Chicago Press.

CANCLINI, Nestor Garcia (1995). *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ.

CARIBÉ, R. de Cássia do V. (1988). Informação ambiental no Brasil: subsídios para um sistema de informação. Brasília, UnB, 1988. Dissertação de Mestrado.

CARIBÉ, R. de Cássia do V. (1992). Subsídios para um sistema de informação ambiental no Brasil. *Ciência da Informação*. Brasília, v.21, n.1, p.40-45, jan./abr.

CARVALHO, I. C. M (1990). Ecologia: um campo estratégico. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v.84, n.2, p.234-241, mar./abr.

CARSON, R. (1966). *Primavera silenciosa*. Lisboa: Editorial Presença.

CASTRI, F. (1992). Instituições favoráveis às ciências ambientais. In: BARBÈRE, M. (Org.). *Terra, Patrimônio Comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, pp.105-114.

CAUTELA, A. (1975). *Estratégia ecológica e táticas anti-poluição: o caso português*. Lisboa: Edições Frente Ecológica.

CAUTELA, A. (1977). *Ecologia e luta de classes em Portugal*. Lisboa: Sociotur.

CHAPOULIE, J. M. (2001). *La Tradition Sociologique de Chicago: 1892-1961*. Seuil, Paris.

CHAUÍ, M. (1983). *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna.

CHIZZOTTI, A. (1991). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. Rio de Janeiro: Cortez.

CLARKE, M. (2001). *Formulating the problem*. Oxford.

COMISSÃO INTERNACIONAL para o Estudo dos Problemas da Comunicação (1983). *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

A CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO (1972). Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

CROSSON, F. (1972). *O impacto da ciência nas mudanças sociais*. Rio de Janeiro: Fórum.

CORREIA, N. F. ET AL. (1995). *Plano Nacional de Política de Ambiente*. Lisboa: MARN.

COSTA, A. F. da; ÁVILA, P. ; MATEUS, S. (2002). *Públicos da ciência em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

COSTA, Luciana Miranda (2006). *Comunicação e meio ambiente: análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

CRESPO, Samyra (2005). Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.59-74.

CUNHA, A. S. (1996). Desenvolvimento sustentável: a dimensão econômica. *Humanidades*, Brasília, v.10, n.4, pp.322-329.

DA MATTA, Roberto (1987). *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara.

DEBRAY, R. (1993). *Curso de Midiologia Geral*. Petrópolis: Vozes.

DEBRAY, Regis (1994). *Vida e morte da imagem*. Petrópolis: Vozes.

DENCKER, A. F. & KUNSCH, M. M. K. (1996). *Comunicação e meio ambiente*. São Paulo: Intercom.

DESSUS, Benjamin; GOLDEMBERG, José. (1992). Energia: inventar novas solidariedades. In: BARBÈRE, Martine (Org.). *Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, p.141-156.

DEVELOPMENT and environment. (1972). Report and working papers of a panel of experts convened by the Secretary-General of the United Nations Conference on the Human Environment (Founex, 1971). Paris: Hague.

DIAS, J. E. & MENDES, J. M.P. (2004). *Legislação ambiental*, Coimbra: Coimbra Editora.

DI FRANCO. C. Alberto. (1995). Jornalismo, qualidade da informação e interesse público. In: PERUZZO, Cicilia M. K.; KUNCH, M. M. K. (Org.). *Transformações da comunicação: ética e técnicas*. São Paulo: Intercom, p.67-75.

DRAIN M. M. (2002), Les identités territoriales du Portugal: le poids des imaginaires, *Lusotopie*, 2002/2, pp. 159-163.

DUARTE, Moacyr (2005). Meio ambiente e riscos. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p. 244-257.

DURKHEIM, Émile (1970). *Leçons de sociologie: physique des moeurs et du droit*. Paris: Press Universitaire de France.

DURKHEIM, E (1983). *Lições de Sociologia: a moral, o direito e o estado*. São Paulo: Queros.

DUMONT, Louis. (1977). *From Marx to Mandeville: the genesis and triumph of economic ideology*. Chicago: The University of Chicago Press.

DUMONT, Louis. (1995). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.

DUMONT, Louis. (1992). *Homo Hierachichus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EdUSP.

DUMONT, René (1989). *Um mundo intolerável: o liberalismo em questão*. Rio de Janeiro: Revan.

ECO, Umberto. (1986). Ecologia 1984 e a coca-cola feita carne. In: ECO, U. *Viagem na irrealidade quotidiana*. Lisboa: Difel.

EHRlich, Pierre J. (1979). Preservar o meio ambiente. In: RATTNER, Henrique (Org.). *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, p.162-175.

EUFRASIO, M. A. (1999). Estrutura Urbana e Ecologia Humana: A Escola Sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34.

FELDMAN, Fabio (2005). A parte que nos cabe: consumo sustentável? In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.143-158.

FERNANDES, A. M. (1990). *A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

FERREIRA, L. da C. & FERREIRA, L. da C. (1992). Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e a sociedade. In: HOGAN, D. J. & VIEIRA, P. F. (Org.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, pp.13-36.

FERREIRA, L. da Costa (1993). *Os fantasmas do vale: qualidade ambiental e cidadania*. Campinas: Editora da Unicamp.

FERREIRA, Leila da Costa (2006). *Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil*. São Paulo: Anna Blume.

FIGUEIREDO, E. (1993). *Angústia ecológica e o futuro*. Lisboa: Gradiva.

FIGUEIREDO, Vilma (1989). *Produção social da tecnologia*. São Paulo: EPU.

FIGUEIREDO, Vilma (1978). *Desenvolvimento dependente brasileiro: industrialização, classes sociais e Estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- FIGUEIREDO, Vilma (1996). Globalização, meio ambiente e novos atores sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, jan./jun., p.119-120.
- FORJAZ, M. C. S (1989). Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq (1950-85). *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.28, p.71-99.
- FORTES, Márcio (1992). Desenvolvimento e meio ambiente: a visão empresarial. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1992. p.61-66.
- FOUCAULT, M. (1975). *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FOUCAULT, M. (1985). *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, v.1.
- FOUCAULT, M. (1992). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. (1971). *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga. (1997). Construção jornalística e dizer social. In: MOUILLAUD, M. PORTO, S. Dayrell (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, p.483-498.
- FREYRE, Gilberto. (1951). *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 1º tomo. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FREITAS, Helena de Sousa (2007). Jornalismo de ambiente em Portugal: espécie em vias de extinção? *Jornal dos Jornalistas*, Lisboa, jan./mar, p.30-40, 2007. Disponível em: http://www.clubedejornalistas.pt/admin/Portal/LinkClick.aspx?tabid=925&table=Links&field=ItemID&id=529&link=JJ29_Ambiente.pdf.
- FUKS, Mario (1992). Natureza e meio ambiente: a caminho da construção de um consenso social. In: GOLDENBERG, M. (Org.) *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Renavan, 1992. p.121-34.
- FUKS, M. (1998). Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n.1, 1998.
- GAGO, J. M. (1992). (Coord.) *O estado das ciências em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.
- GAIA, Rossana Viana (2001). *Educomunicação & Mídias*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal de Alagoas.
- GARAPON, Antoine (2001). *O juiz e a democracia: o guardião das promessas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan.
- GARCIA, C. M. (1992). Rio-92: desenvolvimento e meio ambiente. In: VELLOSO, J. P. dos Reis (Org.). *A Ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Nobel, p.17-18.

GARCIA, Ricardo (2004). *Sobre a Terra: Um guia para quem lê e escreve sobre o ambiente*. Lisboa: Público.

GARNHAM, N (1979). Contribution to a political economy of mass communication. *Media, culture and society*. London: Academy Press. v.1, n.2, pp.123-146, april.

GERBNER, G. et al. (1994). Growing up with television: the cultivation perspective. In: BRYANT, J.; ZILLMANN, D. (Eds.). *Media effects: Advances in Theory and Research*. Hillsdale: Laurence Erlbaum Associates, p.17-41.

GIACOMINI FILHO, G. (1996). Introdução. In: DENKER, Ada de F. M., KUNSCH, Margarida, M. K. (Org.). *Comunicação e meio ambiente*. São Paulo: INTERCOM, 1996. p.11-13.

GIBBONS, M. et al. (1994). *The new production of knowledge*. London: Sage.

GIL, J. (2005). *Portugal hoje: o medo de existir*. Lisboa: Relógio d'Água.

GIL, Gilberto (2005). Algumas notas sobre cultura e ambiente. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.45-58.

GODIN, Benoît (1988). Writting performative history: the new *New Atlantis*? *Social Studies of Science*, London, v.28, n.3, p.465-483, June.

GOLDBLATT, D. (1996). *Teoria social e ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.

GOLDENBERG, M. (1992). *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Renavan, p.121-34.

GOLDENBERG, José. (2005). O caminho até Joanesburgo. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.171-182

GOMES, Raquel (2003). Rio mais 10, Rio menos 10. Disponível em www.janusonline.pt/economia/economia_2003. Consultado em 29.04.08.

GONÇALVES, M. E. (2000a). *O caso Foz Coa: um laboratório de análise socio-política*, Lisboa: Edições 70.

GONÇALVES, M. E. (Org.) (2002). *Os Portugueses e a ciência*. Lisboa: D. Quixote.

GRAZIANO, Xico. "Primavera silenciosa". *O Globo*, Rio de Janeiro, 12/04/2004. Disponível em www.ogloboonline.com.br. Consultado em 28/04/08.

GUIMARÃES, R. P. (1986) *Ecopolitics in the Third World: an institutional analysis of environmental management in Brazil*. University of Connecticut.

GUATARI, Félix. (1993). *As três ecologias*. Campinas: Papirus.

GUIVANT, Julia Silvia. (1995). A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, p.99-133.

GITLIN, T. (1980). *The whole world is watching*. Califórnia: University of California Press.

GODIN, Benoît (1988). Writting performative history: the new *New Atlantis*? *Social Studies of Science*, London, v.28, n.3, p.465-483, June.

GOLDENBERG, M. (Org.). *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan.

GONÇALVES, M. E. (Org.) (2002). *Os Portugueses e a ciência*. Lisboa: D. Quixote.

HABERMAS, J. (1983a). Ciência e técnica enquanto 'ideologia'. In: BENJAMIN, W. *et al. Textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, p.313-343.

HABERMAS, J. (1983b). Conhecimento e interesse. In: BENJAMIN, W. *et al. Textos escolhidos*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.301-312.

HABERMAS, J. (1984). *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HABERMAS, J. (1987). *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, v.1.

HELLER, Agnes (2002). *Agnes Heller entrevistada por Francisco Ortega*. Rio de Janeiro EdUERJ. Coleção Pensamento Contemporâneo.

HALL, David O., WOODS, Jeremy (1992). Biotecnologias para uma exploração racional do meio. In: BARBÈRE, Martine (Org.). *Terra, Patrimônio Comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, 1992, p.91-104.

HANNIGAN, J. (1995). *Environmental Sociology: A Social Constructionist Perspective*, Londres: Routledge.

HARVEY, David (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBBSAWN, Eric. (1995). *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.

HOLANDA, Sérgio Buarque (1994). *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense.

IBGE cuida do meio ambiente (1974). *O Estado de São Paulo*, 06/08/74, p.21.

INGRAM, David (1994). *Habermas e a dialética da razão*. 2. Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

JOHNSON, H. M. et al. (1972). *Sociologia de la Produccion y el Consumo*. Buenos Aires: Paidós.

KATZ, Elihu. (1993). Os acontecimentos mediáticos e o sentido de ocasião. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega, p.12-60.

KEANE, John. (1995). Transformações estruturais da esfera pública. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.6-28, maio/ago.

KLOETZEL, Kurt. (1988). *O que é meio ambiente*. São Paulo: Brasilense, 1988.

KNORR-CETINA, K. D. (1981). *The scientist as practical reasoner: introduction to a construtivist and contextual theory of knowledge*. Oxford: Perzaman Press.

KRIEGER, M. da G.(1990). Editoriais jornalísticos: discursos de representação do interesse coletivo. *Revista de Biblioteconomia & Comunicação*, Porto Alegre, n.5, p.158-164, dez.

KUHN, Thomas S. (1995). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.

LAFER, Celso. (1983). A política e a condição humana. In: ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1983., p.I-XII.

LAFER, Celso. (1993). Discurso do Chanceler brasileiro, Celso Lafer, na sessão de Debate Geral da UNCED. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *A Inserção Internacional do Brasil: a gestão do ministro Celso Lafer no Itamaraty*. Brasília. Ministério das Relações Exteriores, 1993.

LAGO, Antonio, PÁDUA, J. Augusto. (1989). *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense.

LATOUR, B. & WOOLGAR, S. (1997). *Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará.

LEIS, Héctor Ricardo. (1995). Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política ambiental. In: VIOLA, Eduardo J. *et al. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, p.15-43.

LEIS, Héctor Ricardo. (1996). *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia.

LEIS, Hector Ricardo (1999). *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: UFSC.

LEMOS, A. A. Briquet de. (1990). Política de informação em ciência e tecnologia. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.18, n.1, p.3-11, jan./jun.

LIMA, Venício A. de. (1993). Jornalismo oficial: a imprensa em Brasília. In: *Jornalismo de Brasília: impressões e vivências*. Brasília: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, p.14-22.

LIMA, Ricardo Barbosa. (1998). Natureza: uma categoria social. In: DUARTE, Laura M. Goulart, BRAGA, M. Lúcia de Santana (Org.). *Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, p.25-64.

LIMA, A. V.; SCHMIDT, L. (1994). Questões ambientais: conhecimentos, preocupações e sensibilidades. *Análise Social*, Lisboa, v. 31, n. 135, pp. 205-227.

LIPSET, Seymour M. (1985). *Consenso e conflito*. Gradiva, Lisboa.

LOPES, M. A.; GASPAR, P. (1993). *O acesso à informação e participação em matéria de ambiente*. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental.

LOPES, Luis Carlos (2008). *A espiral da opinião comum: a televisão...* Espéculo. Madrid, 2006, n. 32., Universidad Complutense de Madrid. Disponível em <http://www.ucm.es/info/especulo/numero32/opinionio.html>. Acesso em 7 fev . 2008.

- MACHADO, Roberto. (1981). *Ciência e saber: a trajetória de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MACIEL, M. Lúcia (1997). Inovação e conhecimento. In: SOBRAL, F.; FERNANDES, A. M., TRIGUEIRO, (Org.). *A alavanca de Arquimedes: ciência & tecnologia na virada do século*. Brasília: Paralelo 15, p.103-118,
- MACULAN, A. M. (1995). A política brasileira de ciência e tecnologia. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n.43, nov.
- MANSINHO, M. I.; SCHMIDT, I. (1994). A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico. *Análise Social*, Lisboa, n. 125, pp. 441-481.
- MARCONDES FILHO, Ciro. (1989). *O capital da notícia*. São Paulo: Ática.
- MARCONI, M. de A. ; LAKATOS, E. M. (1996). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- MARCUSE, H. (1967). *Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MARMORI, M. et al. (1992). *Jornalismo ambiental: a cobertura da Rio 92 na imprensa brasileira*. Brasília: UnB. Núcleo de Política Científica e Tecnológica. dez.
- MARTÍNEZ, Juan Alíer. (1988). Economia e ecologia: questões fundamentais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.3,n.7, p.99-115, jun.
- MATOS, Maria Helena Ortolan (2001). O índio na imprensa: de “outro” exótico a “outro” ator político. In: BARROS, A. et al. (Org.). *Comunicação: discursos, práticas e tendências*. São Paulo: Rideel, p.87-102.
- McCORMICK, J. (1992). *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- MEADOWS, Donella et al. (1978). *Limites do crescimento*. São Paulo: Perspectivas.
- MELLO, José Carlos. (1996). *Meio Ambiente, educação e desenvolvimento*. Washington: OEA.
- MELLO, Neli A. de. (2003). Contradições territoriais: signos do modelo aplicado na Amazônia. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.18, n.1/2, p.339-360, jan./dez.
- MELO, J. Marques de. (1982). Impasses do jornalismo científico: notas para o debate. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v.4, n.7, p.19-24.
- MELO, J. (1995). Ética da comunicação no Brasil: denunciismo, ceticismo e interesse público. In: PERUZZO, M. K.; KUNSCH, M. M. K. (Orgs.). *Transformações da Comunicação: ética e técnicas*. São Paulo: INTERCOM, p.67-76.
- MENEZES, Marilde L. de. (1997). Ciência e Política no Brasil: a conviência entre duas éticas. In: SOBRAL, F.; FERNANDES, A. M. & TRIGUEIRO, M. (Orgs.). *A Alavanca de Arquimedes: Ciência & Tecnologia na virada do século*. Brasília: Paralelo 15, p.11-26.

- MESAROVIC, Mihajlo, PESTEL, Eduard. (1975). *Momento de decisão: o segundo informe ao Clube de Roma*. Rio de Janeiro: Agir.
- MICHAELLIS, C. (1992). O jornalismo na defesa da ecologia. Encontro Internacional de Jornalismo. Belo Horizonte.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (1972). *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente: o Brasil e a preparação da Conferência de Estocolmo*. Brasília.
- MIRES, Fernando (1990). *El discurso de la naturaleza: ecologia e política em América Latina*. Buenos Aires: Espacio Editorial.
- MORAES, Antonio Carlos R. (1990). Introdução da temática ambiental nas ciências sociais. In: *Seminários Universidade e Meio Ambiente*. Brasília, Ibama. p.29-40.
- MORAES, Antonio Carlos R. (1994). *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MOREL, Regina. (1979). *Ciência e Estado*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- MORIN, E. (1973). *Le paradigme perdu: la nature humaine*. Paris: Éditions du Seuil.
- MORIN, E. (1977). *La méthode: la nature de la nature*. Paris: Seuil, v.1.
- MORIN, E. (1991a). *La méthode: les idées*. Paris: Éditions Seuil. v.4.
- MORIN, E. 1991b). La pensée écologisée. In: MORIN, Edgar et al. *Un nouveau commencement*. Paris: Éditions du Seuil, pp.179-193.
- MORIN, E. (1992). *Ciência com consciência*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- MORIN, E. (1994). *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa.
- MOTA, José Aroudo. (2001). *O Valor da Natureza: economia e política dos recursos naturais*, Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- MOTTA, Luiz Gonzaga et al. (2006). Os transgênicos na grande imprensa: uma análise de conteúdo. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo de Souza. *Economia, meio ambiente e comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, p.11-38.
- MOUSINHO, Patrícia (2005). Glossário ambiental. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.332-367.
- NAVE, J. G. (Coord.) (2000). *As organizações não-governamentais de ambiente: elementos de fenomenologia*. Lisboa: OBSERVA.
- NEDER, Ricardo T (1992). Limites político-institucionais ao desenvolvimento sustentável no Brasil. In: HOGAN, Daniel Joseph, VIEIRA, Paulo Freire. (Org.) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, p.37-72.
- NOGUEIRA NETO, Paulo (1992). Rio-92: ponto de convergência de meio ambiente e desenvolvimento. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Nobel. p.53-60.

NOSSO FUTURO COMUM (1988). Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. NOVAIS, Washington (2005). Agenda 21: um novo modelo de civilização. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.322-331.

NOVELLI, A. Lúcia. *A Folha e a negação do quarto poder*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994. Dissertação de Mestrado.

NOVELLI, Ana Lúcia (2001). Esfera interna às organizações: um desafio para as relações públicas. In: BARROS, A; DUARTE, J; MARTINEZ, R. *Comunicação: discursos, práticas e tendências*. São Paulo: Rideel, p.199-210.

NUNES, Brasilmar F. (1990). Estado, ciência e tecnologia no Brasil: uma análise retrospectiva. *Sociedade e Estado*, Brasília, n.2, p.263-289, jul./dez.

NUNES, Brasilmar F. (1994). Sistemas e atores da ciência & tecnologia no Brasil. In.: FERNANDES, Ana Maria; SOBRAL, Fernanda. *Colapso da ciência e tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p.41-69.

NUNES, Cristhiane , G. F. (1997). Identidade e cultura: reflexões sobre uma categoria sócio-profissional. In: NUNES, Brasilmar F. *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15.

NUSDEO, F. (1975). *Desenvolvimento e Ecologia*. São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA, M.T.C. (1991). O jornalismo científico na abordagem das questões ambientais. São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Científico.

OLIVEIRA, F. (1996). Democracia, meio ambiente e jornalismo no Brasil. In: DENCKER, A. de F. M; KUNSCH, M. K. (Org.). *Comunicação e meio ambiente*. São Paulo: Intercom, 1996, p.61-70.

NOSSO FUTURO COMUM (1988). Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas.

OLIVEIRA, Fabíola (1996). Democracia, meio ambiente e jornalismo no Brasil. In: DENCKER, Ada de F. M.; KUNSCH, Margarida M. K. (Org.). *Comunicação e meio ambiente*. São Paulo: INTERCOM. p.61-69.

PACHECO, R. S. et al. (1992). Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. *Espaço & Debates*, n. 35, p. 46-51.

PÁDUA, José Augusto (1986). *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

PÁDUA, José Augusto (1989). Espaço público, interesses privados e política ambiental. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.3, n.4, p.2-4, out./dez.

PÁDUA, José Augusto (2002). *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravagista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

PÉCAUT, Daniel (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e nação*. São Paulo: Ática.

PEREIRA, Rosane da Conceição (1999). Foucault: por uma análise pragmática do discurso. *Contracampo*, n.3, jan./jun., p.109-123.

PERICÁS NETO, Bernardo (1989). Meio ambiente e relações internacionais. *Contexto Internacional*, São Paulo, n.9, p.9-16.

PESAVENTO, Sandra. *Paraísos cruzados: diálogos do encantamento e do desencantamento do mundo* (Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda). Disponível em http://www.unicamp.br/siarq/sbh/paraissos_cruzados.pdf. Consultado em 27.05.08.

PINTO, J. R. (1996). Servidões administrativas relacionadas com a conservação da natureza. *Informação Florestal*, n. 12, PP.4-13.

PIRES, Mauro Oliveira (1998). A trajetória do desenvolvimento sustentável na transição paradigmática. In: DUARTE, Laura M. Goulart, BRAGA, M. Lúcia de Santana. *Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, p.65-94

PEARCE, Davis; TURNER, Kerry. (1990). *Economics of Natural Resources and the Environment*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.

PEREIRA ROSA, Gonçalo. (2006): *A Quercus nas Notícias*. Porto: Porto Editora.

PONTES, C. (2004). *Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico*, Lisboa : Livros Horizonte.

PUREZA, J. M. (1998). (Dir.). *Tribunais, Natureza e Sociedade: o direito do Ambiente em Portugal*. Lisboa: Direcção Geral do Ambiente, <http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc> (Consultado em 12/02/2008).

RATTNER, Henrique. (1979). Ciência e Tecnologia. In: RATTNER, Henrique. (1979). (Org.). *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, p.207-233.

RATTNER, Henrique. (1980). *Tecnologia e Sociedade: uma proposta para os países subdesenvolvidos*. São Paulo: Brasiliense.

RAUD, Cécile. (1998). O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento territorial: problemáticas cruzadas. In: VIEIRA, Paulo Freire et al. (Org). *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs*. Porto Alegre: Pallotti, p.253-262.

RELATÓRIO DO FÓRUM GLOBAL DE ONG's. Rio de Janeiro, 1992.

RIBEIRO, Lavina M (1988). *Imprensa e esfera pública burguesa*. Brasília: Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado.

RIBEIRO, Lavina M (1996). *Contribuições ao estudo institucional da comunicação*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí.

RICOEUR, Paul (1968). A aventura técnica e o seu horizonte interplanetário. *Civilização Brasileira*, v.2, n.8, p.27-38.

RODRIGUES, V. J. C. B. (2008). Subsídios para uma história do ambientalismo português. *Alcobaça Ambiente*, 11 de janeiro de 2008. Disponível em <http://ambialcobaca.blogspot.com/2008/01/subsídios>. (Consultado em 28/01/08).

RODRIGUES, M. J., NEVES, A. & GODINHO, M. M. (2003). *Para uma política de inovação em Portugal*. Lisboa: D. Quixote.

RODRIGUES, A. D. (1996). *Comunicação e meio ambiente*. Serralves.

RUSSBACH, Olivier (1992). O direito ao direito internacional do meio ambiente. In: BARBÈRE, Martine (Org.) *Terra, Patrimônio Comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, p.219-230.

SACHS, I. et al. (1981). *Initiation à l'écodeveloppement*. Toulouse: Privat.

SACHS, I. (1986). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.

SADER, Emir (1992). A ecologia será política ou não será. In: GOLDENBERG, M. (Org.). *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p.135-42.

SALASSIÉ, Aylê (1993). Divulgação governamental: uma história da relação com o poder. In: *JORNALISMO de Brasília: impressões e vivências*. Brasília: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, 1993. p.214-237.

SALLES, P. Benincá. (2006). Filiações Teóricas do Ambientalismo Liberal, Libertário e Socialista. *Ethic@*, Florianópolis, v.5, n.3, p. 57-67, Jul 2006.

SALOMON, J. J. et al. (1993). Da tradição à modernidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.7, n.17, p.7-33 jan./abr.

SALLUM JR, Basílio. (1994). Transição política e crise de Estado. *Lua Nova*, São Paulo, n.32, p.133-167.

SANTOS, Boaventura de Souza (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SARTORI, Giovanni (1998). La opinión teledirigida. Claves de la razón practica. Enero/feb., n. 79.

SCHELESINGER, P. (1993). Os jornalistas e sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa, p.177-89.

SCHERER-WARREN, Ilse (1995). ONG's na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995. p.161-180.

SCHERER-WARREN, Ilse (1996). Novos atores e práticas políticas ambientalistas na era da globalização. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, p.139-48, jan./ jun.

SCHLUCHTER, Wolfrang. (2000). Neutralidade de valor e a ética da responsabilidade. In: COELHO, M. Francisca P. et al. (Org.). *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília: EdUnB, p.55-110.

SCHWARTZMAN, Simon (1979). *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Nacional.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard (1990). *O estado espetáculo*. São Paulo: Círculo do Livro.

SCHMIDT, L. (1993). *O verde: preto no branco*. Lisboa: Gradiva.

SCHMIDT, L. (2003). *Ambiente no Ecrã: Emissões e demissões no serviço público televisivo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

SCHMIDT, L. (2006). *Portugal ambiental: casos e causas*. Lisboa, Círculo de Leitores.

SCHMIDT, L. (1999a). Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência. *Análise Social*, Lisboa, v.34, n.150, p.175-210, out./dez.

SIGNATES, Luiz (1996). As políticas públicas não-estatais e a comunicação de massa. *Comunicação e Espaço Público*, Brasília, v.1, n.1, p.29.

SILVA, C. E. L. da (1982). Jornalismo e ecologia. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo, v.4, n.7, p. 51-63.

SILVA, Marina (1995). O progresso pelo avesso. In: Faria, Maria F. S. (Org.). *Meio ambiente e sociedade*. Rio de Janeiro, p.13-20. SENAC.

SILVA, Roberto Marinho Alves da (2003). Entre dois paradigmas: combate á seca e convivência com o semi-árido. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.18, n. 1/2, p.361-385, jan./dez.

SIRKIS, Alfredo. (2005). O desafio ecológico das cidades. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.215-230.

SOBRAL, Fernanda (1988). *Ciência & Tecnologia e poder: os interesses sociais na pesquisa*. Brasília: Universidade de Brasília. Departamento de Sociologia. (Tese de Doutorado).

SOBRAL, Fernanda (1997). Para onde vai a pós-graduação brasileira? In: SOBRAL, F., MACIEL, M. L.; TRIGUEIRO, M. *A alavanca de Arquimedes: ciência e tecnologia na virada do século*. Brasília: Paralelo 15, 1997. p.27-42.

SOBRAL, Fernanda (1999). O campo científico da economia no Brasil: homogeneidade ou diversidade? *Estudos de Política Comparada*. Brasília: Ako Advice, 1999.

SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

SODRÉ, Muniz (2002). O ethos mediático. *Antropológica do espelho*. Petrópolis, Vozes, 2002.

SOROMENHO-MARQUES, J. V. (1996). *Ambiente e futuro: o caso português*. Matosinhos: C.M. de Matosinhos.

SOROMENHO-MARQUES J. V. (1998). *O futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998.

SOROMENHO-MARQUES J. V. (2001). Ambientalismo e política em Portugal: Valores e facetas de um arco-íris débil. In C. BECKERT (Coord.), *Natureza e ambiente: representações na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

SOROMENHO-MARQUES J. V. (2003). *O Desafio da água no século XXI: entre o conflito e a cooperação*. Lisboa: Editorial Notícias.

SOROMENHO-MARQUES J. V. (2005). *Estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável: um projecto para Portugal*. Lisboa, Pandora.

SOUSA, Jorge Pedro. (1994). *As notícias*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

SOUSA, Jorge Pedro. (2000). *As notícias e seus efeitos: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos medias jornalísticos*. Coimbra: Minerva-Coimbra.

SOUSA, Jorge Pedro. (2003). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

SOUSA, Jorge Pedro. (2004). *Introdução à análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

SOUSA, Jorge Pedro. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. 2ª. Edição revista e ampliada.

STONE, P. J. (1971). A análise de conteúdo da mensagem. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Nacional.

STROH, P. Y. (1998). *Fitzcarraldo e a Agenda 21: desafios da sustentabilidade amazônica*. Brasília: Universidade de Brasília. Tese de Doutorado.

STRONG, Maurice (1972). Introduction. In: *DEVELOPMENT and environment*. Report and working papers of a panel of experts convened by the Secretary-General of the United Nations Conference on the Human Environment (Founex,1971). Paris: Hague.

TEIXEIRA, Ana Cláudia C. (1996). Pensando as organizações não-governamentais no Brasil a partir da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. *Temáticas*, Campinas, v.4, n.8, p.167-183, jul./dez.

TELES, G. R. (1975). Da formação do solo à socialização da paisagem. In FERNANDES, J. Almeida *et al.* (eds.) *Uns Comem os Figos...*, pp. 55-149. Lisboa: Seara Nova.

THEODORO, Suzi H. (2002). *Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.

TRAQUINA, N. (2001). *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora da Unisinos.

TRIGUEIRO, André (2005). Meio ambiente na idade média. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.75-90.

UNGARETTI, Wladimir Netto (1998). *Empresariado e ambientalismo*: uma análise de conteúdo da *Gazeta Mercantil*. São Paulo: Anna Blume.

VERNIER, Jacques (1994). *O Meio ambiente*. Campinas: Papirus.

VIANNA, Luiz Werneck *et al.* (1995). As ciências sociais no Brasil: formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.40, p.27-63.

VIEIRA, A. da S. (1992). Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: fontes para a compreensão do discurso político governamental do Governo brasileiro. *Ciência da Informação*. Brasília, v.21, n.1, p.7-13, jan./abr.

VIEIRA, Paulo Freire (1995). Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, Eduardo J. *et al.* *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez. p.45-98.

VIEIRA, Paulo Freire (1992). A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). In: HOGAN, Daniel Joseph., VIEIRA, Paulo Freire (Org.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp. p.102-148.

VIEIRA, Pedro Almeida (2006). *Portugal: O vermelho e o negro*. Lisboa: Dom Quixote.

VIOLA, E. J. (1987). O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 1(3).

VIOLA, E. J. (1992). O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M. (Org.). *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R (1989). O movimento ecológico no Brasil: do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (1986) (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. (1995). O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, Eduardo J. *et al.* *Meio Ambiente Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, p.134-160.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. (1992). A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J. & VIEIRA, P. F. (Org.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: EdUnicamp, p. 73-102.

VIOLA, E. J. (2005). Meio ambiente e relações internacionais. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p. 182-197.

VIRILLO, Paul. (1993). *O espaço crítico*. São Paulo. Edições 34.

- XAVIER, Ismail (1983). *SertãoMar*: Glauber Rocha e a estética da fome. São Paulo: Brasiliense.
- WATTS, William. (1978). Prefácio. In: MEADOWS, Donella *et al.* *Limites do Crescimento*. 2 ed. São Paulo: Perspectivas.
- WEBER, Max. (1983). *Fundamentos da Sociologia*. 2 ed. Porto: Res.
- WEBER, Max. (1974). *Ensaio de Sociologia*. Rio: Zahar.
- WEBER, Max. (1989). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira.
- WEBSTER, Ferris. (1992). O oceano, fator-chave da mudança global. In: BARRÈRE, Martine (Org.). *Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, p.41-52.
- WILLIAMS, Raymond (1980). *Problems in materialism and culture*. London: Verso. Means of communication as means of production.
- WILLIAMS, Raymond (1980). *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WOLF, M. *Teorias da comunicação*. (1995). Lisboa: Presença. Da sociologia dos emissores ao newsmaking, p.159-230.
- YEARLEY, S. (1992). *A causa verde: uma sociologia das questões ecológicas*. Oeiras: Celta.

